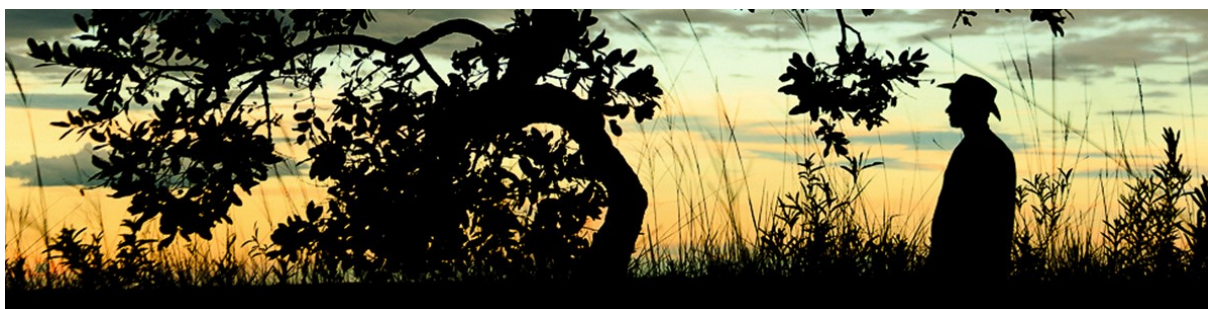


**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**RENATO RODRIGUES DE OLIVEIRA**

**MEMÓRIA E FICÇÃO EM *A SAGA DE UM URUCUIANO*, DE JOÃO NAVES DE  
MELO**



Fonte: Site do Sertão ao Peruaçu

**UBERLÂNDIA**

**2019**

**RENATO RODRIGUES DE OLIVEIRA**

**MEMÓRIA E FICÇÃO EM *A SAGA DE UM URUCUIANO*, DE JOÃO NAVES DE  
MELO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, do Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

**Linha de Pesquisa:** Literatura, memória e identidades.

**Orientador:** Prof. Dr. Daniel Padilha Pacheco da Costa

**UBERLÂNDIA**

**2019**

Ficha Catalográfica Online do Sistema de Bibliotecas da UFU  
com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).

O48  
2019 Oliveira, Renato Rodrigues de, 1979-  
Memória e ficção em A Saga de um Urucuiano, de João Naves  
de Melo [recurso eletrônico] / Renato Rodrigues de Oliveira. -  
2019.

Orientador: Daniel Padilha Pacheco da Costa.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia,  
Pós-graduação em Estudos Literários.  
Modo de acesso: Internet.  
Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2019.2219>  
Inclui bibliografia.

1. Literatura. I. Costa, Daniel Padilha Pacheco da, 1981-,  
(Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Pós-graduação  
em Estudos Literários. III. Título.

CDU: 82

Bibliotecários responsáveis pela estrutura de acordo com o AACR2:  
Gizele Cristine Nunes do Couto - CRB6/2091  
Nelson Marcos Ferreira - CRB6/3074

**MEMÓRIA E FICÇÃO EM *A SAGA DE UM URUCUIANO*, DE JOÃO NAVES DE  
MELO**

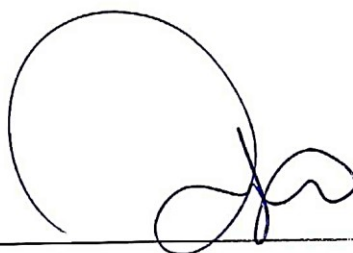
**RENATO RODRIGUES DE OLIVEIRA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários, do Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos Literários.

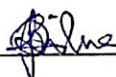
Linha de Pesquisa: Literatura, memória e identidades.

Uberlândia, 08 julho de 2019.

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Daniel Padilha Pacheco da Costa/UFU (Presidente)



Prof. Dra. Telma Borges da Silva (UFMG)



Prof. Dra. Joana Luiza Muylaert de Araújo (UFU)

*“É tão agradável recordarmo-nos, vaidosos, de certos obstáculos que muitas vezes, com um sentimento penoso, considerámos como intransponíveis, e compararmos aquilo que somos agora, já desenvolvidos, com o que éramos então, ainda por desenvolver”.*

*Goethe*

## AGRADECIMENTOS

Foi um longo caminho. Nesse transcurso de produção de conhecimento, tal qual Naves em sua saga interna e interiorana, provei toda glória e miséria de existir. Passei por todos os percalços que uma pessoa poderia passar, desde o término de relacionamentos que consumiram a minha dignidade, até a perda momentânea da saúde física. Fui provado, mas sobrevivi. Neste momento em que colho o fruto de um processo de imersão no universo da academia, sonho que acalentei por anos, sem ter a oportunidade de materializá-lo, gostaria de agradecer algumas pessoas especiais, sem as quais esse projeto não teria se tornado exequível. Agradeço:

A você, *mamãe*. Obrigado por, na sua simplicidade e sabedoria profunda, apoiar todas as minhas decisões. Obrigado por sonhar os meus sonhos e ser farol em meio à escuridão. Tenho a sua essência entranhada na minha carne, nos meus ossos e na minha alma. Obrigado por seu amor incondicional.

Ao meu *pai*, que a despeito de nossos conflitos, ama-me ao seu jeito. Para o amor, não existe fôrma. Obrigado por tudo.

À minha segunda mãe, minha querida irmã *Zilma*. Agradeço-te, por ter se esforçado para entender que, na vida, sou “gauche”, não tenho amarras, limites e nem rubores. Tenho apenas horizontes. Obrigado pelo seu carinho, seu amor e suas palavras acolhedoras nos momentos em que meu coração sangrava e eu experimentava o inverno da alma.

A você *Dilma Maria*, minha amiga, irmã e confidente, obrigado por amar profundamente esse menino verborrágico, custoso e “caçador de conversa”. Sem você, meus dias seriam gris e meus gritos de desespero se perderiam no vácuo infinito da existência. Você me salvou de todas as formas que uma pessoa pode ser salva. Obrigado por me amar e compartilhar comigo sua paixão avassaladora pela literatura. Amo-te, sabes disso!

Ao meu estimado *Willian Fernandes*, amigo de uma vida acadêmica, que a vida trouxe para o perímetro mais próximo de minha afeição. Você, com sua sede por conhecimento, sempre me foi inspiração. Obrigado, Will.

Ao meu querido amigo *Maycon Magalhães*. Obrigado pela amizade sincera, pelas críticas construtivas, pelos momentos de comunhão, alegria e carinho. Obrigado por me apresentar o lado plácido e prático da vida!

Ao meu grande amigo *Gustavo Morgado*. Obrigado por me provar que a verdadeira amizade é aquilo que testa nosso potencial de entrega. Agradeço-te pelo apoio no meu processo de afastamento. Sem suas orientações, não teria conseguido! Agradeço-te pela

cumplicidade e pelo partilhar dos desafios da vida, sem os quais sucumbiríamos diante da opacidade do ostracismo.

À minha amiga **Gessyvânia Ribeiro**. Obrigado pela risada franca, pela admiração desmedida e por desnudar realidades que insisto em ignorar.

À minha amiga **Solange Rodrigues**. Obrigado por provar de forma cabal que a amizade é algo que não se planta, ela nasce natural como a relva do campo. Assim, é nossa amizade!

À minha eterna diretora **Ana Maria Neves**. Obrigado, mãe, pela acolhida e orientação para o meu crescimento profissional.

À tia **Walkyria** (in memoriam), tia **Belinha** e tia **Lia**. Obrigado pelo reconhecimento e por terem criado um espaço para que eu crescesse como pessoa e professor, profissão que foi minha primeira e consciente opção.

Às minhas professoras da graduação e especialização – **Ana Cristina Santos Peixoto, Liliane Pereira Barbosa e Ros’elles Magalhães Felício** – cuja paixão pelo ofício de educar e brilhantismo em suas carreiras acadêmicas me serviram de inspiração e norte.

Ao meu trio da pós: **Tamira, Juliana e Sara**. Obrigado pela parceria, apoio e socorro, nos momentos em que o vigor da saúde física me abandonou.

Ao **IFNMG- Campus Arinos**, pelo apoio financeiro, e à **Universidade Federal de Uberlândia**, por terem recepcionado com carinho meu objeto de pesquisa, simples em sua proposição, mas grandioso na intenção de dar visibilidade à literatura catrumana das bordas do Velho Chico. Em tempos sombrios de ataque à cátedra e aos templos do saber, a resistência há de ser a melhor resposta!

Às professoras Dra. **Joana Luiza Muylaert de Araújo**, Dra. **Marisa Martins Gama-Khalil** e Dra. **Camila da Silva Alavarce Campos**, pela sintonia fina de suas aulas, essenciais para a construção do referencial teórico deste trabalho.

À minha rainha, deusa suprema do saber literário: **Dra. Betina Ribeiro Rodrigues da Cunha**. Obrigado pelo carinho, pela interlocução, pela generosidade, pela sensibilidade, pelas intervenções precisas em meus tímidos e incipientes escritos teóricos. Amo você!

E finalmente a você, Dr. **Daniel Padilha Pacheco da Costa**. Obrigado por ter olhado meu objeto de estudo com carinho, por não ter apequenado meus intentos, por ter me proposto este desafio, por ter me tirado da zona de conforto, por ter desestabilizado minhas estruturas, por ter compreendido minhas limitações e por fazer com que eu abandonasse a visão apaixonada em minha análise, abrindo espaço para que, enfim, surgisse o crítico literário. Sem sua orientação, este trabalho não teria percorrido a trilha das descobertas!

## RESUMO

Nesta pesquisa, intenciona-se investigar os diferentes sentidos do nome João Naves de Melo, entendido como autor, narrador e protagonista de *A Saga de um Urucuiano* (2003). Inicialmente, procurou-se apresentar quem é esse autor e qual é o universo de sua obra, marcada por uma obstinada tentativa de delinear os costumes, tradições, folclores e histórias vinculadas ao sertão norte-cerradeiro. Em seguida, privilegiou-se a análise desse texto, que pode ser considerado o ponto de confluência da obra de João Naves de Melo, posto que procura reconstituir através do fio da memória a experiência originária na vida do autor. No fim de sua adolescência, o narrador parte para uma missão civilizatória como um bandeirante moderno, criando com a gente e com a região do sertão norte-cerradeiro uma relação de pertencimento. *A Saga de um Urucuiano* é constituída por um entrecruzamento de gêneros, tradições, estruturas narrativas e formas simbólicas, desde os textos memorialistas até a literatura nórdica, passando pela tradição regionalista brasileira. Finalmente, a abordagem da saga naviana, entendida em sentido próprio e metafórico, permite descrever a travessia exógena e endógena do protagonista pelos lugares que permitirão definir linguística e subjetivamente sua construção identitária. As memórias de Naves ocupam uma posição intersticial no perímetro difuso das escritas de si, sendo movidas pela narrativa de uma série de deslocamentos geográficos e internos, responsáveis por deslocar o eixo da formação identitária do narrador-personagem e promover sua própria encarnação pessoal do bandeirante armado não com a espada, mas com uma pena.

**PALAVRAS-CHAVE:** Regionalismo brasileiro. Saga. Autobiografia. Memória. Identidade.



## ABSTRACT

In this research, we intend to investigate the different meanings of the name João Naves de Melo, understood as author, narrator and protagonist of *A Saga de um Urucuiano* (2003). Initially, it was tried to present who is this author and what is the universe of his work, marked by an obstinate attempt to delineate the customs, traditions, folklores and histories linked to the north-western sertão. Then, we take as the main object of study this text, which could be considered the point of confluence of the work of João Naves de Melo, since it tries to reconstitute through the thread of memory the original experience in the life of the author. At the end of his adolescence, the narrator departs for a civilizing mission as a modern bandeirante, creating with the people and with the Northern region of Minas Gerais a relation of belonging. *A saga de um Urucuiano* is constituted by a crisscross of genres, traditions, narrative structures and symbolic forms, from the memorialist texts to the Nordic literature, passing through the Brazilian regionalist tradition. Finally, we discuss Naves's saga, understood in its own and metaphorical sense, describing the protagonist's exogenous and endogenous route through the places which will define linguistically and subjectively his identity construction. The memories of Naves occupy an interstitial position in the diffuse perimeter of self writings, being moved by the narrative of a series of geographic and internal displacements, responsible for altering the axis of the identity formation of the narrator-character and to promote the transmutation of his own personal incarnation of the bandeirante armed not with a sword, but with a pen.

KEYWORDS: Brazilian Regionalism. Saga. Autobiography. Memory. Identity.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1. JOÃO NAVES DE MELO: QUEM É ESSE AUTOR QUE FALA?</b> .....	18
1.1 Viveres e devires: A vida de João Naves de Melo.....	19
1.2 A obra de João Naves de Melo .....	33
1.2.1 João Naves como folclorista: a poética das águas .....	35
1.2.1.1 Primeiro porto: o rio e os tipos humanos .....	39
1.2.1.2 Segundo porto: o imaginário dos mitos e das lendas .....	41
1.2.1.3 Terceiro porto: entre festas e folguedos .....	45
1.2.1.4 Quarto porto: a dança, a expressão da alegria cerradeira.....	53
1.2.1.5 Quinto porto: a árvore e o universo da madeira.....	56
1.2.1.6 Sexto porto: os sabores norte-cerradeiros pelo prisma cultural .....	60
1.2.1.7 Sétimo porto: os caminhos norte-cerradeiros.....	61
1.2.2 O João Naves memorialista: a poética da experiência.....	64
<b>2. POSTULAÇÕES TEÓRICAS DA ESCRITA DE SI EM <i>A SAGA DE UM URUCUIANO</i>.</b> .....	71
2.1 A escrita de si: origens, percursos e reflexões sobre a natureza constitutiva do gênero .....	71
2.1.1 O sujeito plural e o teatro da memória.....	79
2.1.2 As fronteiras da historiografia e as especificidades do gênero <i>memórias</i> .....	92
2.1.3 A vida e a experiência como instâncias narrativas .....	98
2.2 A escrita de si em <i>A Saga de um Urucuiano</i> .....	102
2.2.1 O gênero literário, a memória e a linguagem da saga naviana .....	102
2.2.2 O narrador João Naves de Melo.....	115
<b>3. A SAGA NAVIANA E OS PERCURSOS DO HERÓI</b> .....	123
3.1 Saga: definição e história de um gênero nórdico .....	123
3.1.1 <i>Eyrbyggja Saga</i> : a alma de todas as sagas de família.....	133

3.1.2 Walter Scott e a <i>Eyrbyggja Saga</i> : leitura, tradução e influência .....	137
3.2 O romantismo e a identidade nacional .....	147
3.3 A saga naviana: o clã, a colonização e o herói. ....	156
3.4 A saga naviana: travessias externas e internas nos percursos do herói.....	178
3.4. 1 A partida: em busca do paraíso e das morenas de olhos verdes .....	183
3.4. 2 A iniciação: a natureza e o meio social como percalços na trajetória do herói .....	188
3.4. 3 O retorno do herói: os meandros da identidade cultural .....	202
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>207</b>
<b>5. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>211</b>
<b>6. APÊNDICES .....</b>	<b>227</b>

## INTRODUÇÃO

João Naves de Melo é conhecido por sua atuação no campo da literatura, da história, do direito e da cultura popular das cidades ribeirinhas do Vale do São Francisco, no Norte de Minas. Tive conhecimento sobre o autor e sua literatura por intermédio de suas netas, que foram minhas alunas no Ensino Fundamental de um reconhecido colégio particular na cidade de São Francisco/MG. Até então, conhecia a atuação de Naves no campo do folclore e dos projetos ambientais em defesa do cerrado e do Rio São Francisco. Lembro-me do dia em que Marina Naves, uma de suas netas, me apresentou *O Homem e suas Tempestades*, uma obra que flerta com poemas figurados, sociais e evidencia um apego à cultura popular. Aquela literatura simples, sem ser simplória, impactou-me profundamente pelo sabor regional sobressalente de suas páginas, fazendo com que eu me afeiçoasse rapidamente por seus causos e tipos humanos, tão comuns no meu cotidiano sertanejo, espaço que me sorveu, quando no final dos anos 90, aportei nas barrancas do Velho Chico. Desde a minha chegada ao sertão, fui, aos poucos, sendo envolvido por toda a força da cultura norte-cerradeira, momento que foi o primeiro capítulo de um processo de construção identitária, responsável por fazer com que, anos mais tarde, eu não me considerasse mais um paulistano, mas um barranqueiro, filho de um lugar onde, embalado no riso de nós mesmos, deixamos entrever a face mais genuína de nossa brasilidade.

Por ocasião do Mestrado, pensei em diversos nomes da literatura do Norte de Minas para, com o meu projeto, dar visibilidade às letras ribeirinhas. Pensando, inicialmente, no nome de Petrônio Braz, meu intento não se viabilizou por já existir um trabalho similar ao meu projeto preliminar na Universidade Estadual de Montes Claros. Foi quando Naves irrompeu-se como possibilidade artística e científica já que, com sua obra e sua militância cultural, desvela as diversas faces da arte do sertão norte-cerradeiro, o que coadunava com meus propósitos iniciais. Cogitei, num primeiro momento, tomar *O Homem e suas Tempestades* (1998) como objeto de estudo, mas, para tanto, eu precisaria de um exemplar, obra difícil de ser encontrada, dada a sua natureza artesanal e o fato de não ter sido lançada pelos grandes círculos editoriais. A única saída foi recorrer ao próprio autor que, surpreso e feliz com a minha intenção de levar a sua obra à luz da academia, disponibilizou-me todas as suas obras. De todos os livros, *A Saga de um Urucuiano* (2003) era o que mais possuía ares artesanais, mas também o que mais calou fundo em meu coração, já que versava sobre uma experiência muito próxima da que eu vivi: o enfrentamento do sertão, o processo de desistorização e a movência identitária.

A saga naviana busca evidenciar como o processo de construção subjetiva é um terreno intrincado e isso, de alguma forma, respondia a muitos questionamentos existenciais que, por vezes, me surgiam no silêncio das horas mais fortuitas. Por outro lado, a obra também me suscitava perguntas. As memórias navianas possuíam uma relação de alteridade com a figura do outro, configurando-se como um retrato de um momento histórico, o que, em certa medida despertou-me o interesse de compreender os limites e esmaecimentos entre o discurso literário e o historiográfico.

Ao mergulhar nos meandros narrativos de uma história em que autor, narrador e personagem compartilham de uma mesma identidade, percebi que o nome Naves era a demonstração mais cristalina de que o processo de construção identitária é constituído de uma movência e uma fragmentação que desconstruem a ideia de unidade relacionada ao nome de uma pessoa física. Quando observamos a trajetória de vida de João Naves de Melo e sua atuação no campo das artes, notamos que esse nome é múltiplo, constituindo uma profusão de matizes que deixam entrever os deslocamentos subjetivos a que nos referimos.

Em primeiro lugar, o nome Naves representa um autor e sua escolha para este trabalho justifica-se pela necessidade de dar visibilidade a literatos das bordas do Velho Chico que, a despeito da importância do trabalho que desenvolvem na defesa de uma literatura e de uma cultura com a cor local, permanecem desconhecidos do grande público e negligenciados pelos círculos literários, pela academia e pelos cânones. Assim, percebemos a importância de por em relevo uma obra marcada por um veio popular, com forte apelo telúrico e que clama por expressão artística. Por meio da poética naviana, os tipos humanos sertanejos, com seus costumes, hábitos e credences ganham força por meio de uma palavra perpassada pelo sensível. Por outro lado, a opção pelo Naves-autor, dentre tantos autores que abordam o sertão, também se deve ao fato de sua escritura memorialista, que tem em *A saga de um Urucuiano* um ponto de confluência, constituir certo desdobramento da tradição do regionalismo brasileiro, mas que detém um interesse em particular, já que ao cingir a escrita de si com o regionalismo, o autor reveste de intimidade uma experiência que geralmente é introduzida com certo distanciamento pelos grandes romances regionalistas brasileiros. Ademais, este trabalho assume um caráter inaugural, visto que é a primeira vez que os olhos da academia se voltam para a obra desse porta-voz da literatura e da cultura do Norte de Minas, apresentando sua vida e sua obra. Nesse sentido, ousamos acreditar que nosso trabalho pode representar o começo de um caminho de discussão da literatura barranqueira, ribeirinha ou catrumana, permitindo que obras de outros autores norte-mineiros também vejam a luz da academia.

Por outro prisma, valendo-se de seu exercício escritural, Naves decide, no arrefecer da vida, relatar uma experiência fundadora, reconstituindo uma trajetória de vida por intermédio do fio da memória. Nesse sentido, o nome João Naves de Melo também remete a um *narrador*, cuja especificidade oportuniza o tratamento de uma série de discussões sobre a precariedade da memória e contribui, assim, para o debate sobre o terreno instável que envolve as conceituações e classificações dos gêneros da escrita de si, que sempre resvalam e se reclamam ao transformarem os lembrares em dizeres.

Essa identidade multívua, no palimpsesto da formação do sujeito Naves, passa a se delinear e abrir as comportas das possibilidades de um ser e estar no mundo, quando ainda muito jovem compôs a bandeira civilizadora num dos capítulos mais pujantes da história da educação no estado de Minas Gerais, episódio que é narrado em *A Saga de um Urucuiano*, obra, neste trabalho, tomada como objeto de estudo. Tudo aquilo que o nome João Naves de Melo representa – o historiador, o folclorista, o advogado, o ambientalista e, sobretudo, o literato – parece ter sido gestado a partir de sua chegada ao coração do país, ao seio do Vale do Urucuia, momento em que passa a ter contato com os saberes, os sabores, os falares, os cantares do povo sertanejo, o que, notadamente, sinaliza a maturação de um indivíduo que abandona a visão idílica e pueril da vida para adentrar no alvorecer de uma vida adulta marcada por desafios, jornadas geográficas e espirituais. São essas experiências narradas em *A Saga de um Urucuiano* acerca desse momento transicional que nos revelam o caráter pluridimensional do nome João Naves de Melo na ambiência e no terreno de uma literatura com características profundamente memorialísticas. Por outros termos, o evento que ele se põe a narrar é a mola propulsora do desdobrar de seu nome, forjando a maneira como ele se vê: como agente de seu exercício escritural e como objeto de seu transcurso narrativo.

Por fim, o nome João Naves de Melo também remete a um personagem que a exemplo dos indivíduos impetuosos e desbravadores das sagas nórdicas, apresenta-se como um cavaleiro andante, um bandeirante, um herói que empreende numa série de deslocamentos e percursos uma experiência transformadora que o desloca de seu eixo sujeitudo. Noutras palavras, a saga narrada no romance adquire contornos heroicos que, como a principal matriz da epopeia ocidental (a *Odisseia*), constitui-se a partir de um jogo de travessias. A primeira se dá no plano geográfico, a partir da missão que o autor/narrador/personagem recebe, momento em que ele entra em contato com o outro, entendido como o sertão e tudo que dele emerge; a segunda revela o transcurso de amadurecimento do indivíduo, até que ele desenvolva o autoconhecimento e seja capaz de se situar no mundo, por meio de um deslocamento identitário; e a última envolve a maneira pela qual tudo isso é (re) construído

por intermédio da memória. João Naves de Melo busca, com sua saga, falar sobre formação identitária no constructo itinerário da vida, motivo pelo qual *A Saga de um Urucuiano*, no universo de sua obra, foi escolhida, uma vez que narra um momento originário na vida do autor, que desencadeia uma série de experiências e aprendizagens que envolvem sua constituição enquanto sujeito.

Foi possível notar, assim, a relação interdiscursiva entre a literatura regionalista e sagas nórdicas, numa relação dialógica capaz de desvelar uma trajetória de vida que bebe no monomito e nos arquétipos do herói para não só reconstruir a experiência de um determinado momento histórico, mas abordar o processo complexo e movente das travessias envolvidas na construção identitária de Naves.

Após essas incursões iniciais, é importante revelar que a gênese de discussão de nosso trabalho orbitou ao redor da tentativa de perscrutar os aspectos historiográficos e ficcionais de João Naves de Melo que, em sua narrativa assume, concomitantemente, o papel de autor, narrador e personagem de um momento decisivo tanto para a história do Norte de Minas quanto para sua história pessoal. Sendo assim, a hipótese na qual nos ancoramos é: João Naves de Melo escreveu um relato fundador da história do sertão norte cerrado, substituindo a espada do bandeirante pela pena do professor, de acordo com o lugar comum literário da pena e da espada.

Após uma primeira leitura, percebemos justamente essa ideia de uma saga metafórica, construída por meio de uma narrativa histórica em que a figura do bandeirante é ressignificada pelos princípios transformadores da educação, num momento em que as bandeiras e uma visão romântica do passado eram usadas na ambiência da política nacional e regional.

O arcabouço teórico será instruído a partir de uma epistemologia que sustenta o discurso da literatura popular, o que, em certa medida, oferece-nos um panorama geral da obra de Naves, dando ênfase às teorias de Câmara Cascudo (1984), Brandão (1984) e Romero (1985) abordando questões referentes às especificidades do *folclore* em suas mais diversas manifestações. Nesse sentido, a episteme de Câmara Cascudo (1984), Brandão (1984) e Romero (1985) será de fundamental importância para perscrutarmos a poética das águas que perpassa toda a obra do autor, anunciando uma literatura telúrica e aninhada nas tradições do povo sertanejo.

No que se refere ao universo da escrita de si, buscaremos em Proust (1981) Bergson (1999), Halbwachs (1925) os pressupostos teóricos para compreender as especificidades do tempo e da memória, trazendo ainda como suporte as postulações de

Lejeune (2014) para discutir as ideias de pactuação autobiográfica, bem como o desvelar da episteme de Gusdorf (1991), Sarlo (2007) e Campos (1992) para tratar dos conceitos de ilusão biográfica. Assim, todos esses autores exercerão papel indispensável para identificarmos uma poética da experiência que perpassa toda a obra de Naves e, especialmente, *A Saga de um Urucuiano*, já que permitirão desenvolver uma discussão em torno dos conceitos de tempo, memória, pactuação e ilusão (auto) biográfica, buscando estabelecer um espaço para a saga naviana no terreno movediço das diferentes formas de narrativa da memória.

Na esteira dessa discussão, buscaremos em White (2014) e Certeau (2006) o alicerce para perscrutarmos as fronteiras entre a historiografia e a literatura, discussão que permitirá a melhor compreensão das particularidades do gênero *memórias* apresentadas por Moisés (2013) e Aragão (1992). Os estudos de Langer (2015; 2017) foram utilizados para compreender as especificidades das sagas nórdicas, com especial atenção às características que reverberam na obra de Naves.

Em relação aos trajetos e travessias de Naves em *A Saga de um Urucuiano*, buscou-se em Jung (2000) o conceito de arquétipos, do qual emerge a figura mítica do herói e sua movência cíclica, como bem esclarece Campbell (2007) com sua episteme. As postulações teóricas de Dubar (1997) e Castells (1999) foram decisivas para a apreensão da dinâmica da construção identitária de João Naves de Melo.

Este trabalho é constituído por uma introdução, três capítulos e as considerações finais. Em razão de, em *A Saga de um Urucuiano*, o nome de Naves assumir um caráter pluridimensional, sendo, ao mesmo tempo, *autor* (indivíduo), *narrador* e *personagem*, optamos por dedicar um capítulo para cada uma dessas três vertentes apresentadas na saga naviana.

No primeiro capítulo, em razão do ineditismo em relação aos trabalhos dedicados à análise da obra do autor, desconhecido nos principais círculos literários, optamos por apresentar Naves e sua escrita para observarmos as linhas gerais de sua estilística, marcada por uma poética das águas. Por meio desta, enxerga-se boa parte da obra de Naves: *O homem e suas Tempestades* (1998), no qual o autor revolta-se com o descalabro social do Norte de Minas, denunciando suas mazelas e, por meio dessa paisagem social, volta-se para sua própria existência num exercício escritural que desvela as eivas de sua alma. Constitui ainda a obra de Naves *Viajando Sete Portos* (2003), um livro no qual o autor, por meio da poesia, esgueira-se pelas águas das gerais e seus portos culturais, revelando em cada parada um aspecto da psicologia e da sociologia do sertão norte cerradeiro, com destaque para o folclore, a cultura popular e os tipos humanos. Em *Do Cerrado às barrancas do Rio São Francisco* (2012),



Naves faz uma descrição minuciosa do espaço natural do cerrado norte-mineiro, mas sua visão transcende o mero tecnicismo e adentra numa perspectiva que deslinda como a natureza reverbera nas relações sociais e na ambiência cultural, transfigurando-se num objeto estético. Em *Joaquina: uma lenda urucuiana – narrativa do velho Zacarias a um jovem bandeirante* (2016), o autor ficcionaliza a vida de Joaquina, a ermida do Planalto, mostrando como a matriarca tornou-se uma das figuras mais cruéis do sertão, transformando-se num mito que povoa o imaginário popular do Norte de Minas.

Entretanto, essas obras possuem como nascedouro uma experiência vivida no final da década de 1950, no seio do Vale do Urucuia, região poetizada por Rosa em sua consagrada obra *Grande Sertão: veredas* (1956). Em *A saga de um Urucuiano* (2003), Naves reconstrói um momento decisivo para a história de Minas e para a sua constituição enquanto sujeito, momento em que a cultura norte-cerradeira é internalizada, aninha-se em sua alma, reverberando como força temática da maioria de suas obras. Nesse sentido, no discurso literário de Naves, há uma abertura para o discurso de outrem, de outras vozes sociais: a voz dos barranqueiros, pescadores, vazanteiros, lavadeiras, benzedeadas, dentre outras, que compõem um intrincado tecido cultural que o autor quer cristalizar por meio de sua memória e sua escritura. Pode-se, portanto, pensar que a escrita naviana é marcada por uma poética da memória, funcionando também como um arauto da preservação de toda uma cultura regional que passou a ser o substrato de sua constituição como sujeito.

No segundo capítulo, o enfoque volta-se especificamente para *A saga de um Urucuiano*. Dedicamo-nos ao Naves como narrador memorialista, momento em que problematizaremos a concepção de uma literatura que suporta o encargo de reconstituir as experiências do passado como um vivido tal e qual, realidade que apontaremos por meio de uma remissão histórica das teorizações acerca dos gêneros da escrita de si que, a despeito de uma visão inicial receptiva à ideia de reprodução fidedigna do outrora, vão se movendo para uma ambiência epistêmica que concebe a memória como um ato performático. É por meio dessa performance que podemos compreender a fundo a figura do narrador que, com habilidade, conjuga as dimensões da literatura e da historiografia, apontando suas fronteiras e perímetros por meio de memória que se torna objeto estético.

Já no terceiro capítulo, propomo-nos analisar as diversas travessias empreendidas por Naves no coração do sertão norte cerradeiro, quando, para cumprir sua missão civilizadora, envereda-se num processo de enfrentamento, contrastes e desistorização a que é submetido, desvelando a maneira como ele era e o que passa a ser a partir do momento em que se investe naquele lugar e constrói a sua vida ali. Buscamos, nesse sentido, analisar o João

Naves na condição de personagem, na tentativa de compreender como a figura do cavaleiro andante, do bandeirante e do herói que ele encarna contribui para a catalisação de um movimento de sua movência identitária.

Nas considerações finais, promoverei o resgate dos questionamentos norteadores dessa pesquisa, buscando desvelar como a partir do desdobramento do nome do autor foi possível restaurar os fios que unem e separam a literatura e a história do Norte de Minas por meio de uma de suas figuras mais ilustres, aquele que, por sua trajetória exemplar e heróica, coloca-se como merecedor de ter sua história narrada e perscrutada.

## CAPÍTULO 1

### JOÃO NAVES DE MELO: QUEM É ESSE AUTOR QUE FALA?

São doze, sim. Cada um com um mundo diferente por trás dos olhos moços. Têm um ideal, um só para todos, mas cada qual o sente à sua maneira, do jeito que tem o seu coração. São quase meninos, o mais velho tem vinte anos apenas: conheci-os juntos, os doze sorriam, sorriam para mim que nem sabia que palavras dizer-lhes. Onde poderia encontrar algo para lhes dar, algo mais belo que aquilo que eles traziam em si? Não nos adjetivos ou nos elogios comuns, por mais banhados estivessem eles com a minha ternura!

(Florence Bernard)

Neste primeiro item, busca-se fazer uma breve incursão na vida de João Naves de Melo, autor da obra *A Saga de um Urucuiano* que, neste trabalho, é tomada como objeto de estudo. A importância dessa primeira abordagem se deve ao fato de que o referido autor não é conhecido nos grandes círculos literários e seria importante situá-lo no tempo e no espaço, bem como apresentar a natureza constitutiva de sua escrita, marcada por um viés profundamente memorialístico, como será demonstrado no segundo item deste capítulo.

Vale lembrar que o propósito dessa pesquisa não é, de forma alguma, percorrer o terreno da já superada crítica biográfica. No entanto, não há como não abordarmos a vida de Naves, nesta pesquisa, pois é justamente na reconstituição de sua vivência que reside o fulcro central da obra, tratando da experiência fundadora que constituiu sua participação em uma expedição de construção de um núcleo colonial no Vale do Urucuia. Assim, não há a intenção, nessa biografia, de se exaurir os acontecimentos da vida do autor, mas lançar um enlevo sobre os momentos em que ele viveu nas terras cerradeiras do extremo norte do estado de Minas Gerais em meados do século passado.

Em razão de não existir um robusto aparato bibliográfico que versasse sobre a vida de Naves, a maioria das informações apresentadas nessa pequena biografia foram colhidas a partir de seus dois *blogs* pessoais e de duas entrevistas realizadas com o autor, que, depois, foram transcritas e dispostas nos apêndices deste trabalho. Tanto a primeira entrevista, gravada em áudio e vídeo em 09 de janeiro de 2018, com duração de 98 minutos, quanto a

segunda, captada apenas em áudio em 02 de abril de 2018, com duração de 41 minutos, tratam de questões que envolvem a origem e os processos formativos de Naves como sujeito, escritor, folclorista, advogado e ativista social, bem como sua ida para o norte de Minas Gerais, que possui papel preponderante nesse processo.

### 1.1 Viveres e devires: A vida de João Naves de Melo

A despeito de ser reconhecido como divulgador da cultura do extremo Norte de Minas Gerais, João Naves de Melo (1939) é, na verdade, barranqueiro<sup>1</sup> do rio Bagagem, em Estrela do Sul (MG), região próxima ao Triângulo Mineiro. Filho de Levino Faustino de Melo e Geralda Francelina de Jesus, aos oito meses de idade ficou órfão de pai, fatalidade que foi decisiva nos rumos que sua vida tomaria. Com cinco filhos para serem criados e devido às agruras da falta de recursos para manter sua fazenda, a mãe do pequeno Naves vendeu a propriedade, numa negociação em que, nas palavras do próprio autor (informação verbal)<sup>2</sup>, foi lograda por fazendeiros gananciosos. Dona Geralda Mudou-se, depois disso, juntamente com sua prole, para Araguari (MG), cidade também situada no Triângulo Mineiro. Nessa cidade, passou por toda a sorte de privações, o que fazia com que as pessoas custassem a acreditar que dona Geralda seria capaz de, sozinha, criar os filhos. Foi quando apareceu uma grande amiga da família que, consternada com aquela situação de penúria, prontificou-se a criar o pequeno Naves, prometendo, para não quebrar os laços da criança com seus entes queridos, fazer visitas periódicas, promessa que, pelo menos em um primeiro momento, abrandou o coração daquela mãe, amargurada em ter que se separar de seu caçula. Com a autorização de D. Geralda, Naves foi levado de seu lar (informação verbal)<sup>3</sup>.

A nova família de Naves, apesar da promessa feita, mudou-se várias vezes, passando pelas cidades mineiras de Patrocínio, Araxá e Monte Carmelo, andanças que, marcadas por uma série de desencontros, inviabilizaram, por muito tempo, o contato do menino com sua família biológica, situação que perdurou por, aproximadamente, cinquenta anos (informação verbal)<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Zandoni Neves em sua obra *Navegantes da Integração: os remeiros do rio São Francisco* esclarece que *barranqueiro* é um termo pertencente à linguagem popular da região margeada do Médio São Francisco. Inicialmente designava estritamente os agricultores e pescadores ribeirinhos. Entretanto, em meados do século passado, com o processo de urbanização da região, o termo passou a nomear todos os moradores das barrancas do Velho Chico, sejam eles da zona rural ou urbana. (NEVES, 2008, p. 08)

<sup>2</sup> Entrevista concedida por MELO, João Naves de. *Entrevista I*. [jan. 2018]. op. cit. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice A dessa dissertação.

<sup>3</sup> Idem.

<sup>4</sup> Idem.

Ainda pequeno, foi matriculado no curso primário, em Belo Horizonte, no Colégio João Pinheiro, cuja disciplina rigorosa no sistema de internato assustou, num primeiro momento, o menino Naves. Entretanto, foi lá, por intermédio de uma proposta pedagógica ancorada em ensino propedêutico de notória qualidade, aliado a práticas de ofício, que Naves, mesmo ainda muito pequeno, já obtivera formação em tipografia e música, dentre outras qualificações (informação verbal)<sup>5</sup>.

Foi nesse momento que Naves começou a ter seus primeiros contatos com a literatura pelas mãos de sua regente de sala, que iniciava todas as aulas com leituras compartilhadas da cartilha “Contos Pátrios”<sup>6</sup>. A literatura passou a fazer parte de seus dias (informação verbal)<sup>7</sup>.

Nos idos de 1948, ao ver um amigo de sala ser relacionado para a primeira turma do Curso Normal Regional da Fundação Caio Martins<sup>8</sup> em Esmeraldas (MG) – entidade surgida a partir de um projeto de política pública educacional de amparo à criança desvalida, idealizado pelo Governador de Minas Gerais Milton Campos<sup>9</sup> e concretizado pelo Coronel da Polícia Militar Manoel José de Almeida<sup>10</sup> –, despertou, no jovem Naves, grande interesse em se matricular nesse curso, apesar da relutância inicial do diretor do Colégio João Pinheiro, que

---

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> *Contos Pátrios* é uma publicação de literatura infantil lançada em 1931, contendo contos e crônicas de Olavo Bilac e Coelho Neto.

<sup>7</sup> Entrevista concedida por MELO, João Naves de. *Entrevista II*. [mar. 2018]. op. cit. A entrevista na íntegra encontra-se transcrita no apêndice B dessa dissertação.

<sup>8</sup> A Fundação Educacional Caio Martins - FUCAM é uma instituição brasileira pública presente no território do Estado de Minas Gerais, vinculada à Secretaria de Estado de Trabalho e Desenvolvimento Social – SEDESE, do Governo de Minas Gerais. Criada em 1948 pelo Coronel Manoel José de Almeida, da Polícia Militar, a Fundação atendeu mais de 80 mil alunos ao longo dos seus 69 anos de história, oferecendo educação básica e formação voltada às práticas no campo para crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade social, ou seja, indivíduos à margem da sociedade por fatores socioeconômicos. Disponível em: < <http://www.fucam.mg.gov.br/index.php/2014-09-18-18-04-12/2014-09-09-18-31-06>>. Acesso em: 19 maio 2018.

<sup>9</sup> *Milton Soares Campos* nasceu em Ponte Nova (MG) no dia 16 de agosto de 1900 e faleceu em Belo Horizonte em 16 de janeiro de 1962. Atuou como político, professor, advogado e jornalista. Ocupou os cargos de Governador do Estado de Minas Gerais, entre os anos de 1947 e 1951 e Ministro da Justiça e do Negócios Interiores, entre os anos de 1964 e 1965, durante governo do Presidente Humberto Castelo Branco. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/milton-soares-campos>>. Acesso em: 19 maio 2018.

<sup>10</sup> Coronel *Manoel José de Almeida*, ideólogo, instituidor da Fundação Educacional Caio Martins e Parlamentar brasileiro, nasceu no município de Januária em 23 de setembro de 1912. No comando da Polícia Militar de Minas Gerais (1948-1951), interessou-se pela fundação de uma rede de escolas para assistência ao menor abandonado, especialmente no campo. De seu esforço, resultou a criação das escolas Caio Martins, num total de sete estabelecimentos, iniciativa que mereceria atenção dos governos estaduais de Juscelino Kubitschek (1951-1955), Clóvis Salgado (1955-1956) e José Francisco Bias Fortes (1956-1961). O plano de criação das escolas foi publicado em 1951. Ocupou o cargo de Deputado Federal pelo partido social Democrata (PSD) em 1954. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manuel-jose-de-almeida>>. Acesso em: 19 maio 2018.

considerava o garoto ainda muito imaturo para o curso recém-aberto. A insistência de Naves foi tal que, vencido, o diretor acabou por liberá-lo para esse novo desafio que se avizinhava<sup>11</sup>.

Matriculado na Fundação Caio Martins de Esmeraldas para fazer o curso Normal Regional, Naves, então com quatorze anos, começou a se enveredar pelo universo da escrita de si, registrando em seu diário suas experiências e vivências no internato. Escrever havia se tornado um hábito. Essa prática era o prenúncio do escritor que surgiria anos mais tarde.<sup>12</sup>

Além da literatura, Naves teve acesso uma educação sólida e continuada na Escola Caio Martins, por intermédio de uma prática pedagógica pautada na interdisciplinaridade e na formação técnica paralela. Sobre o ensino ministrado na Caio Martins de Esmeraldas, Naves pontua:

O processo de transmissão de conhecimentos adotado no Centro Integrado de Esmeraldas desenvolvia-se do ensino de segundo grau ao ensino de primeiro grau. No caso do segundo grau, como já foi descrito, eram específicas e concomitantes às disciplinas oferecidas nos cursos com complementariedade nas aulas práticas com a duração de quatro ou mais horas por dia, de segunda a sexta-feira, indo além no caso da monitoria no horário de estudo dos alunos menores, prestadas pelos alunos do curso de Magistério nos lares, à noite. O processo pedagógico empregado no ensino de 5ª a 8ª séries não tinha a regularidade dos projetos de Educação e Saúde e de Produção, do segundo grau. As aulas práticas eram ministradas de acordo com as ocasiões. Exemplo: no processo de sexagem manual de alevinos – machos de fêmeas. Os alunos tinham oportunidade de aplicar conhecimentos de matemática (dimensões dos tanques, vazão de água); química (oxigenação dos tanques) e de biologia (organismos dos peixes). Igualmente ocorria no abate de peixes para o consumo: conhecimento do organismo dos peixes e aproveitamento das escamas e vísceras na fabricação de ração para animais<sup>13</sup>.

Com o sucesso do primeiro núcleo escolar da Caio Martins em Esmeraldas, houve uma política de expansão das escolas agrícolas para outras regiões carentes do estado. Em 1953, a pedido do Presidente Juscelino Kubitschek, que persuadiu o Coronel Manoel José de Almeida acerca da importância do projeto para a região, foi criado o Núcleo do Caririnha, na divisa do Estado de Minas Gerais com a Bahia. A inauguração se deu no dia 23 de setembro em solenidade na Fazenda Bom Sucesso, às margens do Rio Caririnha, onde funcionaria a escola. Ao se implantar este núcleo, a intenção era de organizar a comunidade, identificar retirantes nordestinos, prover-lhes assistência social e, por fim, ajudar as crianças em situação de pobreza da região do Caririnha<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista I*. [jan. 2018]. op. cit.

<sup>12</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista II*. [mar. 2018]. op. cit.

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://joaonavesdemelo1.blogspot.com/>>. Acesso em: 19 maio 2018.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://www.fucam.mg.gov.br/index.php/2014-09-18-18-04-12/2014-09-29-12-41-29>>. Acesso em: 20 maio 2018.

Como foram notórios os êxitos sociais e políticos com a criação dos núcleos coloniais de Esmeraldas e do Vale do Carinhanha, as Escolas Caio Martins passaram a receber incentivos governamentais para a criação de novas unidades. É, neste contexto, que surgem, em 1956, os núcleos de Januária e São Francisco, que foram criados concomitantemente.<sup>15</sup>

Esse projeto de expansão também incluía a criação de um núcleo colonial no Vale do Urucuia, região pobre, incrustrada no norte de Minas Gerais. Entretanto, ali, o desafio seria maior, pois a região possuía baixa densidade demográfica e as condições naturais de vegetação fechada poderiam trazer significativas dificuldades de implantação da escola. O núcleo seria instalado na cidade de São Romão, onde encontrava-se uma velha fazenda devoluta, “com uma área de 800 alqueires (cerca de 3.900 ha), tendo anexas mais duas fazendas, com 4.800 alqueires (23.000 ha), ainda inexploradas”<sup>16</sup>. Assim, a direção da Caio Martins de Esmeraldas, centro das ações de expansão, começou os trabalhos de preparação para a aventura do Urucuia.

Como, naquele ano, se formaria a primeira turma de Magistério, da qual Naves fazia parte<sup>17</sup>, buscou-se intensificar, juntamente com as aulas de ensino regular, uma formação voltada para as práticas que estariam envolvidas no projeto de construção do novo polo no Urucuia, tais como edificações, mecânica, agricultura, pecuária, enfermagem, dentre outras. Ademais, eram ofertadas palestras de preparação para a “aventura do Urucuia”, região apresentada poeticamente aos jovens estudantes pelos diretores como uma verdadeira “vereda tropical”, habitada por “belas morenas de olhos verdes”. Palestraram para os alunos, abordando a essência do ofício de educar, nomes como Helena Antipoff<sup>18</sup>, Amaral Fontoura<sup>19</sup>,

<sup>15</sup> ALMEIDA, Márcia de Sousa. *Semeando e Colhendo*. Belo Horizonte: Armazém das Ideias, 2005, p. 373.

<sup>16</sup> *Ibid.*, p. 373.

<sup>17</sup> *Ibid.*, p. 389.

<sup>18</sup> “*Helena Antipoff* (1892-1974), psicóloga e educadora de origem russa radicada no Brasil a partir de 1929, responsável por um dos primeiros laboratórios de Psicologia estabelecidos no Brasil (o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, iniciado em 1929) e pela fundação da cátedra de Psicologia na Universidade Federal de Minas Gerais em 1940. Sua obra é amplamente reconhecida como uma das mais importantes contribuições à Psicologia e à Educação brasileiras, com ênfase nas áreas da Psicologia Experimental, Psicologia da Educação, Psicologia do Excepcional, Educação Rural e Educação Especial”. Disponível em: < <https://cdpha.wordpress.com/>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

<sup>19</sup> *Afro do Amaral Fontoura* foi um filósofo e educador carioca. Exerceu o cargo de professor nas seguintes instituições: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social do Distrito Federal, Faculdade de Filosofia Santa Úrsula, Escola do Comando Maior do Exército. Foi presidente da Associação brasileira das Escolas Normais na década de 60. Obras publicadas: “Programa de sociologia”, “Introdução de sociologia”, “Sociologia educacional”, “Fundamentos da educação”, “Metodologia do ensino primário”, “Psicologia geral”, “O ruralismo: base da economia nacional”, dentre outras. Disponível em: < <http://servicosocialmemorialbibliografico.blogspot.com.br/2014/03/biografia-afro-do-amaral-fontoura.html>>. Acesso em: 16 maio 2018.

Malba Tahan<sup>20</sup> e o ex-presidente Juscelino Kubitschek. Com a chegada da formatura, o núcleo de Esmeraldas entrou em estado de ansiedade máxima, pois a aventura do Urucuia se avizinhava e, além disso, para a honra de todos, o governador do Estado, Bias Fortes<sup>21</sup>, seria o paraninfo da turma. Para a solenidade de colação de grau, Naves, por ter intimidade com as palavras, foi escolhido o orador da turma e, segundo Márcia Almeida de Sousa, o jovem formando proferiu um discurso memorável:

O discurso de formatura foi muito bonito, diferente dos demais, pois, à proporção que o orador, *João Naves de Melo*, ia emitindo conceitos sobre a obra caiomartiniana, ele falava também da criação de um novo núcleo, anunciando a maior novidade daquele momento - a implantação do Núcleo Colonial do Vale do Urucuia.

O orador falou dos projetos para a unidade que ia se instalar com a colaboração dos jovens formandos daquela noite. Ao final, ele fazia uma convocação comovente: chamava os colegas pelo nome, e o formando se levantava, dizendo:

- Presente, dizendo, a seguir, a função que iria exercer no Núcleo do Urucuia, e *João Naves* continuava, emocionado...

- *José Maria Pinto*.

- Presente, professor e tratorista.

(...)

E, em seguida:

— *Jonas Batista Pereira*: presente, professor, chefe de escotismo e secretário;

*Francisco Ferreira Rezende*: presente, professor e enfermeiro; *Pedro Buchene*: presente, professor e alfaiate; *Raimundo Gonçalves de Meio*: presente, professor e capacitação para trabalhos de construção; *Geraldo Moreira Soares*: presente, professor e agricultor; *Geraldo Saldanha da Silva*: presente, professor e sapateiro; *Flávio Bracarense*: presente, professor e almoxarife; *Emílio Milton da Silva*: presente, professor e agricultor; *Ivo Andrade Villefort*: presente, professor e agricultor; *Holmes Geraldo Pereira*: presente, professor e horticultor; *João Naves de Melo (o orador)*: presente, professor e orientador da área de pecuária<sup>22</sup>.

Estava formada a “abençoada dúzia”, um grupo de educadores desbravadores do sertão, que marcaria a história do norte de Minas Gerais<sup>23</sup>. Nas palavras de Almeida (2005):

Abria-se ali [com a abençoada dúzia] uma nova frente de trabalho, em favor daquela região, com aqueles jovens professores-heróis, que não viriam somente ensinar aquele povo a ler e a escrever, mas ajudá-lo a conquistar aquela terra endurecida, abandonada, mas fértil e dadivosa, que *Deus Ihe* reservara<sup>24</sup>.

O desbravar do sertão urucuiano requeria toda uma preparação, dado o isolamento do lugar e a inexperiência dos jovens bandeirantes. No afã de proporcionar essa capacitação

<sup>20</sup> *Malba Tahan* é um matemático e escritor brasileiro. Sua obra mais conhecida é “O Homem que copiava”.

<sup>21</sup> *José Francisco Bias Fortes* foi um político mineiro natural da cidade de Barbacena. Governou o Estado de Minas Gerais entre os anos de 1956 e 1961. Disponível em: < <http://mg.gov.br/governador/jose-francisco-bias-fortes>>. Acesso em: 21 maio 2018.

<sup>22</sup> Almeida, op. cit., p. 389-390, grifos da autora.

<sup>23</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista I*. [jan. 2018]. op. cit.

<sup>24</sup> Almeida, op. cit., p. 375.



aos recém-formados professores, a Fundação Caio Martins os enviou até o estado de São Paulo para estagiarem na Ford, no Instituto Agrônômico e no Instituto Florestal para que tivessem condições de adentar no cerrado norte mineiro com menos sofreguidão. Na volta da estada em São Paulo, Naves descobriu que um amigo muito próximo estava cortejando Maria Vilma, uma linda jovem que Naves conhecera na Fundação Caio Martins, quando ainda estava se formando. Foi o início do afastamento de Vilma, com quem se encontraria anos mais tarde (informação verbal)<sup>25</sup>. A vida precisava continuar e era chegada a hora da aventura chamada “Urucuia”.

Após a despedida, a abençoada dúzia saiu de Esmeraldas no dia 31 de maio de 1957, depois de assistirem a uma celebração religiosa da coroação de Nossa Senhora, na Igreja de Santa Tereza de Ávila<sup>26</sup>. O percurso foi extremamente difícil, marcado por todo um trabalho braçal de abertura de passagem, como bem relata Almeida (2005):

Viajaram oito dias nos caminhões para vencer as 35 léguas (210 quilômetros) que separavam Pirapora do Urucuia. Iam fazendo estradas, praticamente, pois só havia caminhos e trilhos para cavaleiros e carros de boi, ou simplesmente não havia caminho algum, sendo obrigados a abrir trilhas para que os caminhões pudessem passar<sup>27</sup>.

Conforme o caminhão ia avançando, Naves se deparava com a paisagem cerradeira, e aquele cenário representava o seu devir, o aportar em um novo cais, numa profusão sensorial, fazendo-o constatar que o paraíso existia:

Veredas, rios e sertões, emas, seriemas, guarás, quatis, veados, suçuaranas correndo ou se escondendo nos grotões e nos cerrados, e no alto as araras *Canindé*, amarelas e azuis, maritacas e periquitos cortando, estridentes, o entardecer e o amanhecer multicoloridos. Era o cenário que descortinava aos olhos perscrutantes dos novos horizontes, acelerando a palpitação dos corações tomados de emoção daquela meninada indômita. Foi uma cena emocionante, aquela nova chegada<sup>28</sup>.

Entretanto, essa visão idílica foi, com o passar do tempo, se desfazendo, como bem esclarece o próprio Naves em seu *blog* pessoal:

Chegamos ao local onde seria implantado o Núcleo Colonial do Urucuia nos primeiros dias do mês de junho. Nada mais havia do que dois ranchos de palha e uma casinha – do vaqueiro Zé Branco – nas imediações, do vaqueiro Zé Branco. No mais só mata e, ao fundo a bela serra da Conceição. No embalo do sonho e das belas descrições do Coronel Almeida, aquilo não nos assustou. Pelo contrário deu-nos a sensação de desafio. Ocupamos o grande rancho de palha, a nossa oca, onde se abrigaram, também, os primeiros alunos. Além dos nossos dormitórios, do quarto do diretor Audálio, uma sala foi reservada para a farmácia do Chico, outra para o

<sup>25</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista I*. [jan. 2010]. op. cit.

<sup>26</sup> Almeida, op. cit., p. 374.

<sup>27</sup> Id. Ibid.

<sup>28</sup> Id. Ibid.

escritório e uma para a primeira sala de aula. No rancho maior, que sei lá porque, era chamado de hangar, foi destinado ao almoxarifado e à garagem do trator e caminhão. Entramos em atividades. Aquele anúncio feito em nossa formatura e copilado pela Florence Bernard, ficou na fantasia, no aceno. Logo a realidade mostrou-se outra.<sup>29</sup>

Tratava-se de uma realidade de trabalho estafante e incessante, uma vez que teriam que levantar o núcleo do nada e criar uma estrutura capaz de atender aos propósitos da missão que era “assistir a criança abandonada ou carente da região, mediante trabalhos nas salas de aulas e fora delas; e atender à comunidade, levando aos rurícolas todos os recursos necessários ao seu desenvolvimento no campo e na família”<sup>30</sup>. Em vista disso, dividiram a dinâmica de funcionamento do núcleo colonial em setores:

Foram criados sete departamentos que teriam a direção dos professores - bandeirantes. Estes Departamentos Setoriais abrangiam as seguintes áreas de atividades: 1. Agrícola; 2. Pecuária; 3. Saúde; 4. Ensino Primário; 5. Máquinas; 6. Rádio; e 7. Escritório. O trabalho no Núcleo do Urucuia era tão intenso que prédios de alvenaria estavam começando a ser construídos, incluindo, entre outros: residência do diretor e escritório; residência dos bandeirantes; residência de funcionários e visitantes; lar para os primeiros menores; igreja (capela) e grupo escolar. As oficinas artesanais também começavam a aparecer: marcenaria (com engenho de serra); carpintaria; funilaria-mecânica e a fábrica de rapaduras; horticultura; bovinocultura; suinocultura. O posto de saúde também atendia a toda comunidade, extrapolando a sua assistência a léguas e léguas de distância do Núcleo.<sup>31</sup>

Esse deslocamento das atividades para fora dos domínios do Núcleo não se restringia às práticas de saúde; aos bandeirantes também foi dada a missão de fazer uma espécie de recenseamento populacional, que, na verdade, escondia intenções eleitoreiras, conforme explica o próprio autor:

Então, logo no início, nós fomos cadastrar quem morava ali. Mas no fundo mesmo, eles estavam querendo fazer eleitor. (risos) Então, colocaram eu, o Raimundo e um guia, o Francisco. O Francisco era para administrar o remédio, ele era o farmacêutico do grupo; eu, para tirar os retratos e Raimundo, para tirar os títulos.<sup>32</sup>

Considerando essa realidade, percebe-se que o progresso tinha um preço: o voto. Seja como for, essas viagens fizeram com que Naves desenvolvesse um conhecimento profundo sobre a cerrado urucuiano, em sua dimensão natural e humana, como bem esclarece o próprio autor:

Em 1958 conheci melhor o sertão. Os gerais insondáveis de veredas sem fim; os chapadões, os vãos, as campinas, várzeas e aquela gente urucuiana. Foi durante seis

<sup>29</sup> Disponível em: < <http://joaonavesdemelo1.blogspot.com.br/search?updated-max=2017-12-09T09:37:00-08:00&max-results=7&start=14&by-date=false>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

<sup>30</sup> Almeida, op. cit., p. 377

<sup>31</sup> Id. Ibid.

<sup>32</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista I*. [jan. 2010]. op. cit.

meses que viajei no lombo de burros, recrutando eleitores. Cortei sertão de fazendões de fazendas: Poleiro-de-Pato, Riacho-Verde, Riacho-Morto, Riacho-do-Mato, Buriti-de-Baixo, Buriti-de-Cima, Buriti-do-Meio, Vargem-da-Galinha, Cabo-Verde, Maiad'alta, Rodeio, Confins, Barra-da-Onça, Capão-da-Cinza e a Vereda do Chico Véio, com suas cinco léguas de mistério, beleza luxuriante, roncões de sucuri e muita solidão. Na vereda do Chico Véio de gente vi só três famílias. Miséria sem igual. Choupanas plantadas no começo do carrasco, de porta virada para a vereda, na entrada da relva baixa, antes da pindaíba, caminho das antas na carreira da sucuri. Barulho só o chuí das águas e a orquestração de estridentes araras e galegos sem valor. No terreiro, de terra branca e fraca, a rocinha de milho, de maior de um metro não ia, com espigas magras, chochas e o mandiocal que mais parecia um mangote de peregrinos com braços magros estendidos para o alto, implorando a misericórdia do céu. Veredeiros que não sabiam o mundo e corriam dos intrusos com medo de serem recrutados para a guerra, os homens. Mais pobreza assim, só no Riacho do Mato, onde morador pobre comia só milho pubo, descido com garapa de cana espremida em dois paus rústicos. Coitados que levantam ranchos no meio das roças, só para vigiar a plantação, dormindo no meio de bichos – deles, pior era o rato: o roceiro, de pés cascudos, que nem precatã tinha para defesa das espinhadas ou tropeçadas em tocos, dormia sem abrigo de coberta. À noite, chegava o rato, sorrateiro, e ia roendo o couro grosso dos seus pés deixando-os em chagas vivas. Raiava o dia. O homem não podia andar.<sup>33</sup>

Seja como for, esses deslocamentos sertão adentro para o “recenseamento” da população local foram a gênese de uma experiência fundadora, fazendo com que Naves se deparasse com o homem cerradeiro – um indivíduo simples, forjado na austeridade das condições inóspitas e daquela ambiência social – capaz de amalgamar, em seu cerne, a bravura e uma maneira essencialista de encarar a vida, buscando uma importância nas coisas mais simples, fossem elas materiais ou não, como podemos perceber na entrevista com Naves:

[...] eu me lembro de dois episódios marcantes: o primeiro que um cara tinha ganhado um relógio. Na hora de tirar o retrato, ele cruzava os braços na frente para deixar o relógio à mostra. Eu pedia: “Abaixa os braços, por favor!” E ele: “Se não for com o relógio, não tem retrato! Então, vai com o relógio!” (risos). E eu tirei o retrato. No segundo caso, eu lembro que nós passamos perto de uma localidade chamada Riacho Doce e vimos um aglomerado de pessoas perto de um rancho. Tinha muita gente; aí eu disse aos outros: “Vamos ali?” Chegamos lá; era um velório, mas eu disse: “Tem eleitor demais aqui. Dá para gente fazer o nosso trabalho aqui”. O dono da casa disse: “Ó, eu posso até deixar vocês ‘fazer’ o trabalho, mas tem que ir tirar o retrato da defunta aí”. Eu pensei: “Agora lascou! Como é que eu vou fazer?” (risos). Eu fico pensando como eu era tão puro... eu podia fingir que tirava a foto, porque eles nunca iam ver aquele retrato. Qual era a importância? Mas eu não sei o que me deu. Tirei com todo prazer dois retratos da defunta.<sup>34</sup>

Percebemos, nesse homem cerradeiro, uma certa ingenuidade e uma frugalidade, que revela seu apreço à memória simbolizada pela importância que ele dá à fotografia como

<sup>33</sup> MELO, João Naves. *Do Cerrado às barrancas do Rio São Francisco*. São Francisco: [s.n.], 2012, p. 26-27.

<sup>34</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista I*. [jan. 2010]. op. cit.

instrumento de eternização de um momento. Esse indivíduo, com o qual Naves passou a ter contato, possui, na sua visão, uma relação telúrica com o espaço onde vive, o que lhe trouxe muito aprendizado. Essa sinergia entre o homem e a natureza foi responsável por Naves perceber as diferenças existentes entre o homem do cerrado, chamado genericamente de sertanejo.

Nesse período, Naves começou a produzir em um caderno de brochura muitos contos e poemas sobre o universo urucuiano, geralmente destacando as características do sertão norte-mineiro e dos tipos humanos presentes naquela região, pessoas que, na visão dele, sofriam a austeridade daquele local, mas possuíam uma vida digna, diferentemente da situação de abandono imposta pelo êxodo rural para os centros urbanos. É dessa época o poema *O Homem das choupanas*, que Naves considera sua primeira incursão literária, como afirma em entrevista:

Então, são dois mundos diferentes no aspecto... assim não só do bioma, mas também de quem mora lá em cima e de quem mora lá embaixo. A vida do camarada que mora lá em cima, no gerais, é de total isolamento. Eu me lembro que escrevi até uma poesia chamada “O homem das Choupanas” e falei da tristeza. Como é que pode viver daquele jeito. Depois da maneira como eu fui entender as coisas, comecei a fazer mais pesquisas, eu refiz. Eu pensei: “Esse cara que é feliz!” Tô achando que ele era infeliz (risos). Primeiro, ele não tem nada que nós temos na civilização, mas ele tem tudo que ele precisa: ele tem água de primeira qualidade, de primeiríssima qualidade, tem o ar puro, tem todo tipo de raiz e fruta para tratar a saúde dele. Na verdade, nós usamos aquilo já sintetizado e ele tem in natura. Tem frutos para se alimentar, uma tirinha de terra para plantar uma mandioquinha, um feijãozinho e arroz, porque não precisa mais que aquilo para ele a família... terra à vontade para ele criar umas vaquinhas. Não precisa preocupar com maldade nem assalto, nem político nem nada. Tá naquela felicidade dele ali. Eu achava que ele era infeliz e aí eu descobri estava muito enganado. Já o que morava embaixo já enfrentava mais dificuldade.<sup>35</sup>

E assim permaneceu Naves vivendo naquele sertão e se identificando com ele em todos os aspectos. A partir dessa experiência o autor passou a absorver a maneira como o cerradeiro vive em seu cotidiano marcado por saberes, sabores, falares, cantares, no bojo de uma cultura simples, mas não simplória, revelando a autenticidade, a diversidade e a identidade cultural de um povo esquecido, mas que mora no coração do país.

Depois de todo o trabalho no Urucuia, chegou a São Francisco (MG), em 1960, para trabalhar no Centro de Treinamento de Jovens Líderes Rurais da Escola Caio Martins, hoje, Centro Educacional de São Francisco, local em que exerceu as funções de professor e diretor. Embora o novo trabalho fosse atrativo do ponto de vista profissional, Naves não queria deixar o Urucuia, ao qual se afeiçoara de coração, e só aceitou o novo posto, com

<sup>35</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista II*. [mar. 2018]. op. cit.

relutância, depois da insistência do seu chefe. Tão logo chegou em São Francisco, Naves começou a tomar notas sobre a sua intensa experiência no Urucuia. Ele afirma que essas notas constituíram o início da redação do romance *A Saga de um Urucuiano*:

Mas aí eu comecei a construir uma nova vida aqui em São Francisco e, nessa nova vida, eu comecei a escrever por causa das coisas do Urucuia. Eu tinha um caderninho com as minhas anotações e fui começando a lembrar daquele trabalho nosso do Urucuia, essas viagens e tudo. Foi o que me levou a escrever *A Saga de um Urucuiano*. Foi em cima dessa minha vivência, dessa minha experiência. Eu devo agradecer a Deus, pela minha memória, porque eu não tinha máquina fotográfica. A sorte do Guimarães Rosa... ele foi muito feliz, porque tinha um caderninho e tudo ele ia anotando. No meu caso, toda a coisa ficou na minha cabeça. Quando passou o tempo, eu me perguntava: \_ “Por que que eu não anotei tudo depois que eu chegava das viagens ou no final de cada dia?” Tinha um caderninho lá com alguma coisa... esse caderninho me salvou! Mas eu digo uma coisa para você: eu tenho aquele sertão. É como se fosse uma imagem fotográfica. Tá dentro de mim cada lugarzinho, cada canto e não esqueço. Eu sei como é que e como foi formado. Tudo direitinho. É como eu disse: É o meu universo!<sup>36</sup>

Foi em 1960 que Maria Vilma, recém-formada professora, chegou a São Francisco para trabalhar no educandário dirigido por Naves. Com o contato diário, reavivou-se o interesse de Naves por Vilma. Inicia-se, então, um namoro, muito conturbado em princípio, já que o autor já tinha compromisso firmado com a filha de um próspero fazendeiro da região e a ruptura desse relacionamento foi absolutamente traumática para todos os envolvidos. Na certeza de ter tomado a decisão correta e levando em consideração seus verdadeiros sentimentos, casou-se, um ano depois, com a professora Maria Vilma com quem iniciou a construir um projeto de vida.<sup>37</sup> Nesse período, começou a escrever sobre o folclore de São Francisco e norte de Minas Gerais, no extinto Jornal SF. Em seu *blog* pessoal, no artigo “São Francisco sem história”, Naves destaca o contexto de surgimento do Jornal SF:

Em 1960, no primeiro governo de Oscar Caetano Júnior, foi lançado o jornal SF – O Jornal de São Francisco, por iniciativa dele e João Ortiga, com apoio de Heráclito Cunha Ortiga. O SF, um pequeno, porém muito simpático, valioso e rico de informações, atravessou, heroicamente, os governos de Oscar, Pedro Mameluque e Aristomil Mendonça. No governo Edson Paraíso e, depois, Severino Gonçalves, ele foi para as calendas do esquecimento, pouquíssimos números foram editados e, assim mesmo, de pouco valor histórico, posto que seu fim era mais de exaltação do chefe, com a destacada figura de Zeca Português [famoso professor de Língua Portuguesa, já falecido].<sup>38</sup>

<sup>36</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista I*. [jan. 2010]. op. cit.

<sup>37</sup> Idem.

<sup>38</sup> Disponível em: < <http://joanavesdemelo1.blogspot.com.br/2018/01/sao-francisco-sem-historia.html>>. Acesso em: 16 maio. 2018.

A partir das experiências de contato com a cultura local apreendidas com as práticas artísticas desenvolvidas com os alunos da Fundação Caio Martins, Naves foi se especializando e tomando gosto por esse universo das manifestações folclóricas, traço que viria a marcar, indelevelmente, sua obra literária. Com a saída do diretor do Jornal SF, em 1963, Naves passou a acumular as funções de redator e diretor do Jornal, funções exercidas até o fechamento do órgão em 1976.<sup>39</sup>

Em sua atuação social, percebeu a necessidade de criação de uma casa de repouso no município de São Francisco. Dessa forma, firmou parceria com a prefeitura municipal da cidade e, em 1966, inaugurou o Lar dos Idosos de São Francisco, instituição que hoje atende a mais de 30 pessoas em situação de abandono social.<sup>40</sup>

Em 1967, começou sua atuação política, de fato, e, escolhido por um grupo influente da cidade, foi lançado, a contragosto, como candidato a vereador. Mesmo não tendo feito campanha, foi eleito, provavelmente em razão de todo o trabalho social que já vinha desenvolvendo na cidade. Em seguida, devido à proximidade com gestor municipal da época, Aristomil Gonçalves Mendonça<sup>41</sup>, foi nomeado chefe de gabinete do prefeito, fato que fez com que fosse se inteirando dos meandros da política partidária, que, de certa forma, marcou a sua vida naquele período.<sup>42</sup>

Em 1970, por todo seu trabalho de divulgação da cultura do norte de Minas Gerais, especialmente, de São Francisco, foi empossado membro da CMFL – Comissão Mineira de Folclore –, gerida, na época, por Saul Alves Martins<sup>43</sup>, responsável nas palavras do próprio Naves, por apoiá-lo em suas incursões no universo do folclore:

[...] Saul nos deu um rumo: o folclore. Sim, eu fazia meu trabalho com sentido educacional sem o alcance da cultura, ou seja, a presença do folclore que não me despertara ainda, como arte. Saul valorizou e incentivou o trabalho e despertou a minha atenção para tão nobre ciência. A partir daí comecei a publicar, semanalmente, uma coluna no jornal local, com o simples e expressivo título FOLCLORE, focalizando as manifestações da cultura local. Passado o tempo, fui

<sup>39</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista II*. [mar. 2018]. op. cit.

<sup>40</sup> Idem.

<sup>41</sup> *Aristomil Gonçalves de Mendonça*, o Tomi, além de ter sido eleito prefeito de São Francisco em Minas Gerais, em 1967, sendo responsável por diversas obras estruturais do município, esteve à frente da Associação dos Amigos de São Francisco, do Jornal de São Francisco e da fundação da Loja Maçônica Acácia Sanfranciscana. Disponível em: < <http://joaonavesdemelo1.blogspot.com.br/search?q=prefeito+aristomil>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

<sup>42</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista II*. [mar. 2018]. op. cit.

<sup>43</sup> “Antropólogo e folclorista, Saul Martins foi professor de Antropologia da UFMG, onde defendeu tese de Livre Docência. Chefiou o Departamento de Ciências Sociais por três vezes e organizou museu de arqueologia na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich)”. Foi uma dos maiores expoentes do estudo do folclore no Brasil, sendo fundador da Comissão Mineira de Folclore, ao lado de Aires da Mata Machado. Disponível em: < <http://academiadeletrasdobrasildeeminasgerais.blogspot.com.br/2014/01/saul-alves-martins-hoje-acordei-com.html>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

premiado com a minha admissão na Comissão Mineira do Folclore, indicado pelo Saul, com diploma assinado no dia 22 de agosto pelo então secretário Ayres da Mata Machado Filho, que mais tarde conheci em Pirapora falando sobre uma famosa lenda barranqueira, “*A Décima do Rio Abaixo*”, que eu publicava em capítulos.<sup>44</sup>

Desde então Naves vem ajudando a CMFL, com diversos artigos e promovendo eventos junto a órgãos públicos, privados e do sistema S.<sup>45</sup> Dentre os artigos publicados por Naves na Revista da Comissão Mineira de Folclore, merece destaque *O Homem e o Rio*, publicado na edição 22, de agosto de 2001, no qual o autor aborda a relação entre o homem cerradoeiro – com seus saberes medicinais e meteorológicos, sua arte, seus mitos e seus vícios – e as águas do Velho Chico. Merece referência também o artigo *O São Francisco ainda...*, publicado na edição 21, de agosto de 2000, no qual o autor se vale, primeiramente, de um tom de ode para falar das belezas e da importância do Velho Chico, para, depois, num tom de elegia, evidenciar a agonia do rio São Francisco, como se este estivesse se sufocando nas próprias águas, no atual contexto de degradação ambiental.

No início da década de 1980, foi transferido para trabalhar na direção do Núcleo Integrado de Educação das Escolas Caio Martins, em Esmeraldas, período em que também cursou a Faculdade de Direito na cidade de Belo Horizonte. Regressou a São Francisco, em 1988, quando, já Bacharel em Direito, começou seu trabalho como advogado. A princípio trabalhando como advogado criminalista, viu sua carreira mudar completamente, quando começou a ter voz ativa no movimento trabalhista das associações. Da data de retorno a São Francisco e durante a década de 1990, Naves fundou mais de oitenta associações, que, mais tarde, passaram a ser reunidas e orientadas pelo trabalho do COMENAC – Conselho Municipal de Entidades de Ação Comunitária de São Francisco que, hoje, desenvolve atividades de logística, empreendedorismo e articulação comercial com mais de duzentas associações. É a união do povo. A associação, para Naves, é a expressão maior do enfretamento da austeridade sertaneja.<sup>46</sup>

É nesse período que o direito criminal dá lugar ao direito ambiental. Destacado para trabalhar como Assessor jurídico da Câmara e depois como presidente do CODEMA – Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental –, Naves encabeçou um movimento de defesa da natureza, do homem cerradoeiro, da bacia hidrográfica e do Velho Chico, o rio da integração nacional. Para tanto, além de sua participação efetiva nas atividades desenvolvidas pelo CODEMA, Naves compõe o CBH – SF9, que é o Comitê da Bacia Hidrográfica dos

---

<sup>44</sup> Disponível em: <<http://joanavesdemelo1.blogspot.com.br/search?updated-max=2017-09-02T12:02:00-07:00&max-results=7&start=49&by-date=false>>. Acesso em: 16 maio de 2018.

<sup>45</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista II*. [mar. 2018]. op. cit.

<sup>46</sup> Idem.

Afluentes Mineiros do Médio São Francisco, engajamento responsável por fazer com que suas atividades como causídico se restringisse a pequenas representações, que assume como defensor voluntário em causas cíveis.<sup>47</sup>

Como literato, Naves teve papel decisivo na criação da ACLECIA – Academia de Letras, Ciências e Artes do São Francisco, sendo empossado como acadêmico e vice-presidente da instituição. O dia 04 de outubro de 2001 foi escolhido para a realização da cerimônia solene de posse dos acadêmicos por ser o dia de comemoração dos 500 anos do “descobrimento” do rio São Francisco, tão imponente quanto importante para as cidades ribeirinhas e a história da integração entre as regiões do Brasil. Nesse dia, na cidade de São Francisco (MG), além de Naves, foram empossados outros 39 acadêmicos, com destaque para Petrônio Braz<sup>48</sup>, Téo Azevedo<sup>49</sup> e Amelina Chaves<sup>50</sup> (informação verbal).<sup>51</sup>

É nesse período, no início dos anos 2001, que Naves recebe o convite para compor o grupo idealizador do Jornal *O Barranqueiro*, responsável por noticiar os fatos ocorridos no norte e noroeste de Minas. Nele, além das notícias, Naves publicava crônicas, promovia os eventos culturais e toda a cena social das cidades ribeirinhas do norte de Minas Gerais. Sobre esse jornal, que por anos tornou-se referência jornalística no norte do estado, Naves faz a seguinte declaração:

[O jornal] Começou modestamente, editado quinzenalmente (1ª quinzena de março edição nº 001) com apenas 6 páginas. O tempo correu e o jornal cresceu, expandiu-

<sup>47</sup> Idem.

<sup>48</sup> *Petrônio Braz* (1928) é um escritor e jurista norte mineiro, da cidade de São Francisco/MG. Dentre suas principais obras estão: *Jandaia em Tempo de Seca* e *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. Na primeira, Braz apresenta, por intermédio de contos e narrativas sobre o Velho Chico, a autenticidade do homem cerrado, com seus hábitos e sua cultura, fazendo com que tenhamos noção de como se constitui a essência das cidades ribeirinhas. Na segunda, o autor traz a história do cangaceiro Antônio Dó: das suas origens em Pilão Arcado na Bahia, até o momento em que ele, por motivações políticas e sociais, se transforma no bandoleiro cruel e sanguinário do norte de Minas Gerais.

<sup>49</sup> *Téo Azevedo* é um “cantor, compositor, repentista, folclorista” e poeta norte mineiro da cidade de Bocaíuva/MG. “Seu pai, Teófilo Izidoro de Azevedo (1943), conhecido como ‘Seu Tiófo’, foi um [...] tropeiro, pequeno comerciante, folião de reis, seresteiro, cantador popular e repentista” [...] que, mesmo com apenas um braço, tornou-se um lendário violeiro, tendo sido, inclusive, tema da poesia *Viola de Bolso*, de Carlos Drummond de Andrade. Também conhecido como “o declamador da poesia matuta”, Téo Azevedo tem boa parte de sua escrita circunscrita ao universo da literatura de cordel, sempre enfocando a cultura das bordas do Velho Chico. Entre suas obras estão: *A Besta do Tibúrcio*, *A Estrada da Minha Vida* (em parceria com Patativa do Assaré), *A Gaita e a sanfona*, *Abecedário Catrumano* (em parceria com Braúna) e *Aboio no Coco*, dentre outras. Disponível em: < <http://dicionariompb.com.br/teo-azevedo/dados-artisticos> >. Acesso em: 07 março. 2018.

<sup>50</sup> Amelina Chaves é uma escritora de Francisco Sá/MG. Teve impressionantes 15 filhos que foram criados em paralelo com sua atividade artística. Membro da Academia Monstescclarensense de Letras, publicou diversas obras sobre os personagens e os costumes do cerrado norte-mineiro, dentre elas: *Diário de um Marginal*, *O Andarilho do São Francisco*, *O Câncer da Vingança*, *Ventania*, *Folclore*, *Quitute e amor*, *O Comendador Romão e Jagunços e Coronéis*. Disponível em: < <http://www.jornaldepoesia.jor.br/amchaves01.html> >. Acesso em: 16 maio 2018.

<sup>51</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista I*. [jan. 2010]. op. cit.



se, deixou as fronteiras de São Francisco com circulação nos municípios de Chapada Gaúcha, Pintópolis, Icaraí de Minas e até Brasília de Minas. Passou a circular semanalmente, com edições de até 22 páginas.

O tempo foi passando e as prefeituras alegando falta de recursos suspenderam os contratos com o jornal que ficou restrito a São Francisco.

Com o término do mandato do prefeito Luizinho o jornal *O Barranqueiro* foi enfrentando muitas dificuldades para manter sua circulação e, por fim, a interrompeu.<sup>52</sup>

A descontinuidade da publicação de *O Barranqueiro* no final de 2017, não impediu Naves de continuar seu trabalho como jornalista, já que todo o trabalho desenvolvido no jornal foi transferido para a plataforma digital, através de seu *blog* Portal Veredas. Naves tem feito de seu *blog* um arauto de resistência em defesa da cultura e da memória, ao lançar, periodicamente, crônicas sobre personalidades que compuseram o intrincado cenário da cultura do Norte de Minas Gerais ao longo dos tempos.<sup>53</sup>

É, também, durante os anos 2000 que a atividade literária de Naves torna-se mais intensa. Por essa atividade e por todo arcabouço cultural de São Francisco e região, o escritor, juntamente com João Botelho Neto,<sup>54</sup> fundaram, em 2001, a *ONG Preservar*, cuja presidência foi revezada entre os idealizadores, até sua transferência para o Professor Doutor da Universidade Estadual de Montes Claros, Roberto Mendes Ramos, em 2011. A *Preservar* vem, ao longo dos anos, desenvolvendo uma série de iniciativas para salvaguardar a tradição das cidades margeadas do São Francisco, por intermédio de um trabalho educativo, formativo e cidadão, com vistas à preservação da memória, identidade cultural e todo patrimônio artístico e histórico do povo cerradeiro, mesmo diante de um cenário de abandono pela política local. Dessa forma, a *ONG* sobrevive a duras penas, com o apoio, muitas vezes, da iniciativa privada ou de quem vê nela uma importante iniciativa para a cultura da região. Reconhecida por ser a memória viva de São Francisco, a *Preservar* oferece “aos acadêmicos, pesquisadores ou quem quer que se interesse por nossa história um banco de dados e referência sobre a nossa existência enquanto cidade, povo e cultura”.<sup>55</sup>

Em 2014, por todo o seu legado, para a cultura e as letras barranqueiras, Naves foi indicado para a Academia Maçônica de Letras do Norte de Minas Gerais e vem mantendo, ao longo dos anos, sua militância nas artes barranqueiras, seja na literatura ou nas manifestações folclóricas, atividades que, entre outras coisas, esmeram-se na missão de cristalizar a tradição de toda uma região.

<sup>52</sup> Disponível em: < <http://joonavesdemelo1.blogspot.com.br/2018/01/sao-francisco-sem-historia.html>>. Acesso em: 16 maio. 2018.

<sup>53</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista II*. [mar. 2018]. op. cit.

<sup>54</sup> João Botelho Neto é um pesquisador e memorialista da cidade de São Francisco (MG).

<sup>55</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista II*. [mar. 2018]. op. cit.

A vida de João Naves de Melo é constituída, segundo suas palavras, por uma força circunstancial<sup>56</sup>, movida por uma série de deslocamentos internos e externos, responsáveis por sua formação identitária e por uma transmutação de uma experiência que se transforma em objeto estético. Noutras palavras, a literatura naviana é um objeto do tempo empreendido pelo autor para confeccionar a sua própria experiência. Assim, todo o itinerário biográfico de Naves assume, neste trabalho, uma importância majorada, pois é, a partir de toda a explanação biográfica, realizada neste primeiro item, que se pode observar o percurso da obra deste autor.

## 1.2 A obra de João Naves de Melo

A escritura naviana, bem como a de outros escritores norte mineiros que margeiam as águas do Velho Chico, faz parte de um movimento estético que possui sua constituição centrada, por um lado, na tradição da literatura oral, marcada por uma poética<sup>57</sup> das águas, e, por outro, numa literatura memorialista, marcada por uma poética da existência. No caso de João de Naves Melo, essa junção literária estruturante é fruto da sinergia entre o autor e um novo espaço com o qual passou a ter contato, no momento em que, formado professor, compôs o projeto da aventura no Urucuia. Todo o tecido da cultura popular, a partir dessa simbiose, passa, em dado momento, a vesti-lo e revesti-lo, catalisando uma energia vital, que se expande e depois se condensa na necessidade de ganhar expressão artística. Logo, todo o arcabouço do folclore do extremo Norte do estado de Minas Gerais se transforma, na literatura naviana, em vida, percebida no pulsar de personagens e no lembrar de situações que emergem, por intermédio de uma linguagem fluida, intimista, cotidiana e participante.

O movimento participativo de João Naves de Melo, em sua obra, está em sintonia com as construções literárias do norte de Minas Gerais, em que o autor não é um mero pesquisador “– como infelizmente há muitos – afastado da realidade que se põe a buscar as informações e dados como se fosse uma simples máquina”<sup>58</sup>. Naves, pelo contrário, dá-nos a ideia de que está apenso à paisagem, aos acontecidos e aos indivíduos, tornando-se destes parte indissociável, o que, notadamente, nos desperta a sensação de que tudo que se lê está

---

<sup>56</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista I*. [jan. 2010]. op. cit.

<sup>57</sup> Poética aqui assume o sentido de um *modus operandi*, a maneira como autor administra o seu conteúdo escritural, o que vai se traduzir num *estilo*. (PAREYSON, 1997, p.15).

<sup>58</sup> FELIPE, Carlos. Prefácio. In: AMBRÓSIO JÚNIOR, Manoel. *Meu rio tem mãe-d'água*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987, p. 11.

embebecido ou perpassado pelo espírito do autor. Sendo assim, Naves se apresenta como corporificado naquilo que escreve, presente, difuso, entre as palavras, como indivíduo dotado da autoridade de quem experienciou relações interpessoais, situações, histórias e todo um tecido cultural sobressalentes de sua obra, concebida a partir de uma tentativa de eternizar, de forma proustiana, as lembranças por meio da escrita. Não se trata, nesse sentido, de entender a obra do autor enquanto cópia de sua vida, já que “os fatos da realidade são como pedra, tijolos manipulados pela imaginação criadora”, mas de analisar a sua ficção como espaço da refacção e da ressignificação. Afinal, “só há dignidade na recriação; o resto é relatório”<sup>59</sup>. Entretanto, nota-se que, na tessitura literária naviana, a vida do autor ocupa um espaço tamanho, que acaba por provocar esse efeito de que se está lendo algo que de fato ocorreu. Ainda que essa percepção se irrompa diante de nossos olhos, não cancelaremos essa ideia, posto que estamos falando de uma construção literária concebida a partir do fio de uma memória, que não oferece um relato fiel do ocorrido, mas se constrói com base naquilo que o autor recorda, por intermédio de um jogo reflexivo em que ao mesmo tempo que (re) constrói o seu passado, também é (re) construído por ele.<sup>60</sup>

Assim, lembrança e ficção tornam-se dimensões inerentes, fazendo com que, noutras palavras, senão nas mesmas, a experiência seja filtrada a partir de duas mediações: a memória e a escritura, assunto que será discutido no capítulo 2. Dessarte, a obra naviana possui um movimento memorialista endógeno, marcado por uma escrita de si, entendida como uma dimensão plural de ficcionalização, bem como por um direcionamento memorialista exógeno, posto que, a partir dessa vivência e de um jogo de alteridade, o outro ganha voz na instância de seu lembrar.<sup>61</sup> E é, nesse sentido, que percebemos os jagunços, os remeiros do Velho Chico, os carvoeiros, as rezadeiras, os barranqueiros e toda uma cultura tradicional que aparecem na voz de João Naves de Melo, como uma materialidade literária de resistência a desvelar, por fim, um sentimento de pertença a uma determinada *identidade cultural*, entendida aqui não como uma essencialidade, mas como um constructo, um posicionamento ou ainda um compartilhamento de significados no terreno do universo simbólico<sup>62</sup>.

---

<sup>59</sup> NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977, p. 288.

<sup>60</sup> SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. Lisboa: Editora Annablume, 2012, p. 101.

<sup>61</sup> HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003, p. 71.

<sup>62</sup> HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.

Assim, Naves entende a cultura do homem cerradeiro como um bem<sup>63</sup> e, como tal, como pertencente ao patrimônio cultural<sup>64</sup> dessa região, devendo, portanto, ser preservado. Sua obra, para além das experiências individuais, comporta-se como arauto da necessidade dessa preservação. A seguir, apresentamos uma lista das obras de Naves dispostas cronologicamente:

- *O homem e suas tempestades* (1998);
- *A Saga de um Urucuiano* (2003);
- *Viajando Sete Portos* (2003);
- *Do Cerrado às barrancas do Rio São Francisco* (2012).
- *Joaquina: uma lenda urucuiana – narrativa do velho Zacarias a um jovem bandeirante* (2016).

Como as temáticas desenvolvidas por Naves assumem, em sua obra, um movimento cíclico, sinalizando uma série de imbricamentos a partir da experiência do Urucuia, optamos por não fazer uma exposição cronológica de sua escritura, mas apontar as tônicas e as especificidades que são recorrentes em suas obras, sejam elas romances, contos ou poemas.

### 1.2.1 João Naves como folclorista: a poética das águas

A água é o elemento desencadeador da vida. Todo ser vivo, seja do reino vegetal ou animal, é constituído por ela e depende dela para existir. Entretanto, a existência a que nos referimos transcende essa noção meramente biológica e é esse discernimento que falta a quem enxerga, na água, apenas uma substância utilizada para o bom funcionamento do metabolismo

---

<sup>63</sup> “O patrimônio cultural material, ou tangível, possui suporte físico que conserva e apresenta diretamente os seus valores culturais, encaixando-se nesse quesito tanto bens imóveis, como igrejas, casas, monumentos, fortes, edifícios, sítios arqueológicos, paisagens naturais que tenham significado cultural etc., quanto bens móveis, como por exemplo, utensílios de trabalho, obras de arte, documentos, vestuários, mobiliários, arquivos etc. O patrimônio imaterial, ou intangível, caracteriza-se por ter um suporte físico indireto, que sozinho não possui significado, mas torna-se ícone de representações, costumes, tradições ou saberes. É o caso do artesanato, dos instrumentos de artes visuais, das festas religiosas, celebrações, e mesmo os modos peculiares “do fazer”, tais como técnicas culinárias e de trabalho, bem como os lugares de sociabilidade”. (SILVA, A.P; SILVA, P.S, 2016, p. 3-4)

<sup>64</sup> A Carta Magna Brasileira, em seu artigo 216., define: “Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico”. (BRASIL, 2018, p. 164).

dos seres vivos, dentre eles o ser humano, que cada vez mais se vale de um uso não sustentável desse recurso. Na verdade, a água transcende essa função primeira que lhe é atribuída e deixa entrever todo um universo simbólico que é fundamental para compreendermos a condição humana na sua mais absoluta integralidade. Nesse sentido, Dictoro e Hanai (2017, p. 488) estabelecem que

a relação humana com a água, principalmente nas sociedades modernas, evidencia a relação de apropriação da natureza, porém, a compreensão das relações humanas com a água deve extrapolar o entendimento restrito de sentido utilitarista da água, pois os valores simbólicos, religiosos, culturais, místicos sempre fizeram parte da cultura de muitos povos<sup>65</sup>.

A respeito desse universo simbólico, Freire (2014, p. 132) destaca que a água, na tradição dos povos antigos, era considerada “o primeiro fundamento da vida” sendo, em razão disso, um elemento sagrado, no sentido de que carrega consigo o poder da criação, da gênese, motivo pelo qual seria a *mãe* de tudo que existe<sup>66</sup>. Nessa “ordem da realidade líquida”, Bachelard (1997) corrobora a essência feminina da água, entendendo-a como primeiro “substantivo bucal”, uma espécie de “água animal”, capaz de aplacar a fome e acalmar o ser humano em suas idades primeiras<sup>67</sup>. Por sua condição maternal, a água é responsável, também, por embalar a criança, permitindo que o ser humano adentre na atmosfera de um conhecimento onírico que dá acesso a um infinito de possibilidades, desde voltar para o ventre de nossa gênese, quanto irromper o universo da fantasia e do imaginário que se traduz numa potência de linguagem<sup>68</sup>. Noutros termos, a água permite a construção de um imaginário pela palavra, “a imaginação pelo falar, a imaginação que desfruta muscularmente do falar, que fala com volubilidade e que aumenta o volume psíquico do ser”<sup>69</sup>. Esse imaginário só se constrói porque tem a ciência de que “o rio é uma palavra sem pontuação” e, dada a sua fluidez, não admite pontuadores.<sup>70</sup> As águas, nesse sentido, possuem uma função languageira oracular em relação ao indivíduo. É através do ruído das águas que o ser humano aprende a falar, através de um convite na relação íntima entre o indivíduo e o rio:

<sup>65</sup> DICTORO, V. P.; HANAI, F. H. Simbolismos da água: valores, saberes e tradições dos moradores de Pirapora-MG nas margens do rio São Francisco. *Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 487 - 503, abr./set. 2017.

<sup>66</sup> FREIRE, Maria Alice Campos. Água e cooperação na perspectiva das tradições. In: RIBEIRO, S.; CATALÃO, V.; FONTELES, B. *Água e cooperação: reflexões, experiências e alianças em favor da vida*. Brasília: Ararazul, Organização para a Paz Mundial, 2014, p. 135.

<sup>67</sup> BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 122-123.

<sup>68</sup> Ibid., 1997, p. 136.

<sup>69</sup> Ibid., 1997, p. 195.

<sup>70</sup> Id. Ibid..

Vinde, ó meus amigos, na clara manhã, cantar as vogais do regato! Onde está nosso primeiro sofrimento? É que hesitamos em dizer... Ele nasceu nas horas em que acumulamos em nós coisas caladas. O regato vos ensinará a falar ainda assim, apesar das dores e das lembranças, ele vos ensinará a euforia pelo eufuísmo, a energia pelo poema. Ele vos repetirá, a cada instante, alguma palavra bela e redonda que rola sobre as pedras<sup>71</sup>.

Entretanto, nessa missão de construir o ser humano pela palavra, os rios, através dos momentos de calma, ensinam a ele, também, o oposto por intermédio da despavira. Não há como ser poeta “sem largos intervalos de descanso e de lentidão, nem grandes poemas sem silêncio. Segundo Sahlins (1997, p. 41), a água é também um modelo de paz e de silêncio”<sup>72</sup>, fundamental para criar a atmosfera propícia para o devaneio, o sonho e o imaginário, numa remissão aos primórdios do ser.<sup>73</sup>

Como se pode notar, a água não se restringe a uma mera combinação de moléculas, mas se constitui a partir de uma construção ontológica, traduzida por meio de uma poética crivada de símbolos, por meio dos quais “as pessoas, relações e coisas que povoam a existência humana manifestam-se essencialmente como valores e significados – significados que não podem ser determinados a partir de propriedades biológicas ou físicas”<sup>74</sup>. É importante destacar que, por mais que as significações e valores humanos se deem a partir da simbologia, não significa que esta não possua nenhuma vinculação com o real, posto que constituem instâncias recíprocas, “dimensões formadoras do social, em um processo atualizador imbricado”<sup>75</sup>.

É nessa ambiência de simbologia, imaginário e história social que a obra naviana, também, se constitui. A partir do movimento das águas barranqueiras do Rio São Francisco, no Norte de Minas Gerais, que a literatura folclorista de Naves emerge como um movimento de resistência à tendência de “esvaziamento simbólico” a que a água e suas reverberações culturais vem sendo submetidas no universo histórico e social. Assim, o autor busca no imaginário das águas, o resgate de todo um arcabouço simbólico, que se revela na tradição, em saberes, sabores, credices, falares e cantares que constituem as formações identitárias dos

<sup>71</sup> Ibid., 1997, p. 202.

<sup>72</sup> Ibid., 1997, p. 199.

<sup>73</sup> Ibid., 1997, p. 136.

<sup>74</sup> SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em vias de extinção (Parte I). *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 3, n. 1, p. 41-72, abr. 1997.

<sup>75</sup> SWAIN, Tânia Navarro. *Você disse imaginário?* Disponível em: <http://www.tanianavarrosain.com.br/chapitres/bresil/vc%20disse%20imaginario.htm>>. Acesso em: 18 maio 2018.

diversos tipos humanos que povoam as cidades ribeirinhas, em especial a cidade de São Francisco, local onde aportou e construiu sua vida. Por outros termos, pode-se afirmar que

a importância e a riqueza cultural dessa região estão, sobretudo, na vivência diária desses povos e em sua interação com o ambiente natural. Essa “gente”, os autodenominados “povos sanfranciscanos” ou “gente do São Francisco”, como os geraizeiros, pescadores, ribeirinhos, barranqueiros, quilombolas, indígenas, remeiros, vazanteiros, veredeiros, campineiros, catingueiros, chapadeiros, entre tantos outros, estabelecem uma relação íntima com o rio, fazendo dele um elemento fundamental para a constituição de suas identidades. O rio é o caminho e o espaço de vida para as comunidades que dele vivem e que fazem de suas águas estrada, moradia e fonte de subsistência. O São Francisco é a moldura de seus retratos. É a base para o contexto social, cultural, econômico, religioso, mítico e vivencial do norte de Minas.<sup>76</sup>

Para evidenciar esse contexto, sobre as águas do Velho Chico, Naves navega, parando, ao longo do caminho, em sete portos, através dos quais se enxergam os principais aspectos da cultura da gente cerradeira do norte de Minas Gerais em sua relação com o rio, cujo espelho d’água reflete as tradições e a construção da identidade de toda a região. Logo, a obra naviana está ligada com a tradição, catalisadora, dentre outras coisas, de um folclore<sup>77</sup> e uma literatura oral<sup>78</sup> que se revelam “de variadas formas,<sup>78</sup> como nos saberes de adaptação e de modificação do ambiente, nos causos, mitos e lendas, na cultura material, nas artes e nos

<sup>76</sup> INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. Inventário cultural do Rio São Francisco. Coord. de Michele Abreu Arroyo. Belo Horizonte, 2015, p. 32.

<sup>77</sup> O termo *Folk-Lore* (saber tradicional do povo) foi usado primeiramente, em 1856, por William John Thoms, em carta enviada ao periódico inglês *The Atheneum*. “Um pouco mais tarde alguns estudiosos do assunto sugeriram que folclore (com minúscula) significasse modos de saber do povo e Folclore (com maiúscula), o saber erudito que estuda aquele saber popular. Os ingleses que em 1878 fundaram a Sociedade de Folclore consideravam como objeto dos seus estudos: — As narrativas tradicionais, como os contos populares, os mitos, lendas e estórias de adultos ou de crianças, as baladas, “romances” e canções; — Os costumes tradicionais preservados e transmitidos oralmente de uma geração à outra, os códigos sociais de orientação da conduta, as celebrações cerimoniais populares; — Os sistemas populares de crenças e superstições ligados à vida e ao trabalho, englobando, por exemplo, o saber da tecnologia rústica, da magia e feitiçaria, das chamadas ciências populares; — Os sistemas e formas populares de linguagem, seus dialetos, ditos e frases feitas, seus refrões e adivinhas”. (BRANDÃO, 1984, p. 26-28).

<sup>78</sup> A *literatura oral* é aquela que possui como característica a persistência pela oralidade. Luis da Camara Cascudo, em *Literatura Oral no Brasil*, ensina que a literatura oral inicialmente “limitada, aos provérbios, adivinhações contos, frases feitas, orações, cantos, ampliou-se alcançando horizontes maiores [...] Duas correntes contínuas mantêm viva a corrente da literatura oral. Uma exclusivamente oral, resume-se na história, no canto popular e tradicional, nas danças de roda, danças cantadas, danças de divertimento coletivo, ronda e jogos infantis, cantigas de embalar (acalantos), nas estrofes das velhas xácaras e romances portugueses como solfas, nas músicas anônimas, nos aboios, anedotas, adivinhações, lendas, etc. A outra fonte é a reimpressão dos antigos livrinhos, vindos da Espanha ou de Portugal e que são convergências de motivos literários do século XIII, XIV, XV e XVI [...], além da produção contemporânea pelos antigos processos de versificação popularizada, fixando assuntos da época, guerras, política, sátira, estórias de animais, fábulas, ciclo do gado, caça, amores”, dentre outros. (CASCUDO, 1984, p. 23-24. O termo *Literatura Oral* surgiu em 1881, com a obra *Littérature Oral de la Haute-Bretagne*, e representou “a expansão dos estudos críticos de poética para além da produção escrita” e “deflagrou todo um rastro de preconceitos e de conceitos, de associações aos estudos folclóricos diletantes, às pesquisas em cultura popular e de ligações com diferentes disciplinas da área de Humanas”. (FERNANDES, 2013, p. 11)

artesanatos, nos saberes de cura, na culinária, na expressão de fé e de religiosidade e em tantas outras possibilidades”<sup>79</sup>, que por pertencerem ao universo da cultura *folk*, com muita frequência, acabam sendo estigmatizadas enquanto possível objeto de investigação científica<sup>80</sup>.

### 1.2.1.1 Primeiro porto: o rio e os tipos humanos

No primeiro porto da obra naviana, percebemos a formação do rio e a composição humana que o margeia. Nessa primeira estação, vemos o rio em seu nascedouro, um pequeno filete que se avoluma em diversos meandros, tal qual a caminhada humana que começa com um pequeno passo, até alcançar “as rotas de quem busca o seu destino”<sup>81</sup>. Naves busca um porto de chegada, como se percebe no poema “Solidão”:

No porto que deitar meu sonho,  
Ficarei tempos tantos,  
Para sentir na veia, a terra;  
Do mundo passado, as alegrias<sup>82</sup>.

É nesse porto que Naves percebe a gente barranqueira, configurada em seus diversos tipos humanos. No poema “Pescador”, vemos o homem em sua labuta diária, em sua luta pela subsistência, pela sobrevivência e no sentimento telúrico com seu lugar:

Partícula dos assombros milenares que mergulha  
Nos tempos das luzes que não mostram caminhos;  
Que sai todo dia no ir, seguro de ter que voltar,  
Porque uma âncora prende seu corpo ao ninho.

A extensão do peito é corda fria que estica,  
Levando parte da barriga de quem espera;  
Os braços retesados têm o símbolo da alegria

<sup>79</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2015, p. 15.

<sup>80</sup> Os estudos do folclore no Brasil começaram a ganhar corpo com os estudos de Silvio Romero (1851-1914), Amadeu Amaral (1875-1929) e Mário de Andrade (1893-1945). Eles contribuíram para dar visibilidade a esse novo campo investigativo que surgia. Todos esses autores se opunham ao diletantismo que emergia dos estudos folclóricos e buscaram uma aproximação do folclore com as ciências sociais que já se instauravam nas universidades. No entanto, foi, na década de 50, que se deu a expansão dos estudos do folclore, com algumas iniciativas institucionais, dentre elas a *Comissão Nacional de Folclore*, a *Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro*, as *Semanas e Encontros nacionais de Folclore*. A grande celeuma para os estudiosos da época era se o Folclore podia ser considerado uma ciência autônoma ou se era um apêndice de outras ciências como a *Sociologia* e a *Antropologia*. Florestan Fernandes, com sua episteme, foi o grande defensor de que o folclore não possuía autonomia. Seu entendimento girava em torno de que aos folcloristas cabia a tarefa de fazer apenas um inventário dos fenômenos da cultura *folk* e, aos sociólogos e antropólogos, os verdadeiros cientistas, analisar os fatos folclóricos, com base em metodologias e sistemáticas, que abstraíssem “os elementos do contexto psicossocial em que ocorrem. Pode-se afirmar que Florestan Fernandes promoveu todo um processo de marginalização dos estudos folclóricos. (CAVALCANTI; VILHENA, 1990, p.75-92).

<sup>81</sup> MELO, João Naves. *O homem e suas tempestades*. São Francisco, [s.d], 1998, p. 11.

<sup>82</sup> *Ibid.*, p. 09.



Do coração que disparado bate o sino do porto<sup>83</sup>.

As águas desse rio não são formadas apenas a partir dos jorros afluentes que gotejam e escorrem para a artéria maior do sertão; não são águas formadas, unicamente, de redes e homens, elas se formam, também, pelas lágrimas e o suor de um universo feminino vazanteiro marcado por penúria, trabalho e uma bravura indômita, típica das mulheres nortecerradeiras, conforme demonstra Naves:

Pensei nas mulheres da Ilha do Lajedo, no rio São Francisco que têm outras características e história – não sabem o sarongue, nem colares. Têm, contudo, pelo menos, um teto e uma boa gleba para plantar e casas, ainda que modestas. Outras mulheres temos, em nosso rio da “Unidade Nacional” que, sem terra, plantam nas ilhas da Nação, como confessam cheias de resignação. Sem teto, dormem na areia (como os barqueiros do Volga, tendo como teto o céu azul; como leite, o chão); sua dança é a da ferramenta ferindo o solo, abrindo covas para lançar sementes de abóbora e feijão; os braços e as pernas são tostados, mas pelo sol inclemente da faina diária, de claridade a claridade. O ventre não retorce com volúpia, mas de dor, trazendo as estrias ou volume de tantas crias – onde come um, comem dois, três... [...] Mulheres das ilhas do São Francisco, honradas vazanteiras, eu as queria também tão fagueiras, felizes, alegres, cheias de vida e esperança. Quem sabe, assim como lutamos para salvar o nosso Rio São Francisco não possamos embalar vocês também. E aí, quem sabe, o nosso São Francisco possa lavar sua tristeza e sofrimento, e abençoar sua dor, diante de tanto esquecimento, para que um dia, possam ser uma explosão de vida e alegria, só poesia e, quem sabe, dançar um alegre lundu, saracoteando o dorso com bonito colar de flores da nossa terra: e, de lado do cabelo moreno, uma mimosa ciganhinha.<sup>84</sup>

Além da labuta nas vazantes, as mulheres vendiam a força de seu trabalho lavando roupa na beira do rio, fazendo com que fosse comum ouvirmos a expressão “mandar a roupa para a fonte”. No rio São Francisco, as lavadeiras, à mercê das beliscadas das piabinhas, “cantavam as coisas da vida da cidade em hilários lundus ou faiscantes pasquins”<sup>85</sup>, “sorriam, tagarelavam [...] e faziam de seu mundo um devaneio”, marcado pela superstição, já que, como afirma Mello (1976, p. 67-68), nesse ofício das águas, havia algumas proibições como, por exemplo, não lavar roupa na primeira sexta-feira de agosto porque dava azar, nem no dia de sábado, pois estariam batendo nas costas de Nossa Senhora, tampouco na sexta-feira da Paixão, uma vez que pensavam que, nesse dia a água era o sangue de Jesus<sup>86</sup>.

Esse universo hídrico de muito trabalho é um mosaico humano e dele não sobressaem apenas pescadores e vazanteiros, mas ribeirinhos, barranqueiros, dentre outras

<sup>83</sup> Ibid., p. 12.

<sup>84</sup> Melo, 2012, op. cit., p. 157-158.

<sup>85</sup> Ibid., p.194.

<sup>86</sup> MELLO, Oliveira. As lavadeiras. *Revista da Comissão Mineira de Folclore*. Belo Horizonte, n° 3, p. 67-68, ago.1976.

comunidades tradicionais que sempre estabelecem com a natureza um processo paradoxal de identidade e pluralidade, pois, assim como “as águas se misturam nesse universo hídrico, as identidades se mesclam e se delimitam, sendo possível encontrar, por exemplo, comunidades quilombolas e vazanteiras ao mesmo tempo”<sup>87</sup>.

### 1.2.1.2 Segundo porto: o imaginário dos mitos e das lendas

No segundo porto naviano, encontramos a atmosfera das narrativas tradicionais do homem norte-cerradeiro, construída por intermédio de contos populares<sup>88</sup>, mitos e lendas<sup>89</sup>, que, segundo Weitzel (2000, p.15-16) servem como instrumento valiosíssimo, na medida em que neles

[...] se acham as reservas da tradição, a alma popular, onde se abebera e inspira a literatura para a criação das grandes obras de arte. Todos os acontecimentos de um país – sociais, políticos, econômicos, artísticos – todas as figuras famosas por sua santidade, beleza, inteligência, bondade ou maldade, que impressionaram o povo, deixaram-lhe na tradição uma série de manifestações de ódio ou de amor, de admiração ou de desprezo. Muitas não serão escritas, mas perpetuados pela produção oral, constante, ininterrupta. Daí o ter-se dito: quereis conhecer a alma de um povo ide ao seu folclore: ali estão expostas as realizações de sua vida tradicional usos, costumes, arte, trabalho, religião, superstições, recreações, etc. São manifestações espontâneas, genuínas, de uma cultura viva, útil, autêntica<sup>90</sup>.

A ambiência mítica é algo inerente ao povo norte-cerradeiro. As lendas e os mitos exercem papel balizador na constituição do seu imaginário e de sua construção identitária, “sendo reelaborados e ressignificados a cada geração”. A memória coletiva, forjada no calor das tradições e representações, faz emergir “em vida” as criaturas lendárias através do

<sup>87</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, op. cit., p.36.

<sup>88</sup> Os contos populares, segundo Luís da Câmara Cascudo, podem ser classificados em: *contos de encantamento* (histórias de fadas), *contos de exemplos* (histórias que ensina a moral sensível e popular), *contos de animais* (fábulas), *facécias* (contos cômicos), *contos religiosos* (histórias de intervenção divina), *contos etiológicos* (histórias que explicam a razão de ser de um ente natural), *demônio logrado* (histórias de embate entre o homem e o demônio, este sempre sai derrotado), *contos de adivinhação*, *natureza denunciante* ( a natureza denuncia o delito cometido pela personagem), *contos acumulativos* ( trava - línguas) e *ciclo da morte* ( a morte é personalizada e sempre sai vitoriosa no seu embate com homem). (CÂMARA CASCUDO, 1984, p. 261-262).

<sup>89</sup> Veríssimo de Melo estabelece a diferença entre *mito* e *lenda*. Para o autor “enquanto o *mito* é uma narração alegórica e procura explicar acontecimentos anteriores aos fatos históricos, utilizando o maravilhoso ou fantástico, a criação do mundo, do homem, dos animais e vegetais [...] já a *lenda* é uma narrativa também alegórica, refere-se acontecimentos fantásticos que se teriam verificado em lugar localizável e em tempo mais ou menos sabido popularmente. (MELO, [s.d.], p. 04). Em *No meu rio tem mãe d'água*, obra escrita pelo folclorista norte-mineiro Manoel Ambrósio, encontramos a seguinte diferenciação entre *mito* e *lenda*: “A *lenda* é a narrativa fantasiosa sobre um fato real, ao contrário do *mito*, que é uma história inteiramente fantástica”. (ALMEIDA-AGIR, 1971 apud AMBRÓSIO, 1987, p. 24).

<sup>90</sup> WEITZEL, Antônio Henrique. Literatura oral e erudita. *Revista da Comissão Mineira de Folclore*. Belo Horizonte, nº 21, p.7 - 17, ago. 2000.

“artesanato, de esculturas, contos, teatros, conversas cotidianas, etc”<sup>91</sup>. Sílvio Romero esclarece que a narratologia popular é unívoca, mas constituída de vozes que emergem da memória coletiva de brancos, negros e índios, fazendo com que essas histórias adquiram uma constituição híbrida, tal qual a etnia plural que vigora no local de onde emergem.<sup>92</sup> João Naves de Melo, por sua vez, destaca que barranqueiros, vazanteiros e sertanejos guardam um universo marcado de superstições, envolto numa ancestralidade indígena e africana que veneravam entidades, guiando, por vezes, suas ações e suas atitudes. Em tais circunstâncias,

[...] passam uma vida mergulhados nas águas profundas das credences e abusões. Para tudo o que lhes acontece ou com seus vizinhos existe uma explicação da qual não abre mão nem buscam questionar. Do tempo que convive com eles, diretamente no campo, senti como isso lhes era importante, um ritual diário que fazia parte da sua vida como a crença inabalável em Deus e todos os santos. Tudo virava história de assombração, revelação, anunciação, explicação, poder, sobrenatural ou de ligação com o mundo desconhecido, divino ou não, o mundo que no ousavam penetrar<sup>93</sup>

Dessa forma, valendo-se de diversos contos populares, a que chama de “causos”, Naves revela a forte ligação do norte-cerradeiro com o misticismo. No universo dos santos, encontramos, em “Do Cerrado às Barrancas do Rio São Francisco”, a lenda da santo andarilho no conto “A lenda de Santo Antônio das Araras”, que conta como a imagem desse santo, contrariada por ter sido, por reiteradas vezes, retirada de seu lugar de origem, na Serra das Araras, e colocada numa paróquia das Pedras (São Francisco), desaparecia misteriosamente da cidade e regressava para a sua comunidade. Criou-se, no imaginário popular, a crença de que o santo percorria todo o trajeto de volta a pé, caminhada que é retratada em “Viajando Sete Portos”, no poema “Santo Antônio”, que não só revela indivíduos que juram ter visto Santo Antônio regressando a sua casa, como também mostra como essa lenda originou a romaria ocorrida todos os anos, no mês de junho, para homenagear o santo. Percebe-se que, nesse processo de construção narrativa, o real e o imaginário, o factual e o deturpado se misturam, criando uma aura difusa que, de acordo com a episteme de Breguêz (1988, p. 26), é recepcionada pela fé do povo, ou seja, quando descritos “os fatos agradavelmente, embora já deturpados, ou intencionalmente em reais, conseguem, o seu simbolismo simples ser aceitos

<sup>91</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, op. cit., p.103.

<sup>92</sup> ROMERO, Sílvio. *Folclore Brasileiro: contos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985, p. 15.

<sup>93</sup> MELO, João Naves de. *Do Cerrado às barrancas do Rio São Francisco*. São Francisco: [s.n.], 2012, p. 183.

como brincos da imaginação humana”<sup>94</sup>. De acordo com Câmara Cascudo, esse tipo de narrativa está circunscrito ao domínio das *hagiofanias*, “lendas que envolvem aparições de imagens e visões divinas”, e podem ser vistas nos “*vultos* (imagens) tradicionais [que aparecem] misteriosamente, chegando pelo rio, caixãozinho (*Nossa Senhora da Apresentação de Natal*) ou sendo encontrada no fundo da água, nas redes de pesca (*Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil*)”<sup>95</sup>.

Nesse domínio de liquidez, a inventividade poética oriunda de uma vivência evocada e da relação sensorial com os elementos naturais, neste caso a água, oportuniza a gênese de múltiplas imagens. É nesse sentido que se entende a recorrência da mitologia para os povos norte-cerradeiros, que em sua relação sinérgica com o Velho Chico, convivem com as lendas do *Caboclo d’água* e da *Mãe d’água*<sup>96</sup>. Pertence ainda a essa dimensão mítica, a lenda do *Surubim de Cabelo*, “guardião do palácio encantado no fundo da igreja matriz da cidade onde mora Iara, uma espécie de sereia encantadora dos bravos guerreiros xacriabás”; a *Lenda do Rio Abaixo*, sobre um demônio, disfarçado de violeiro, que, tocando uma moda sertaneja, acaba por seduzir uma viúva; e a *Lenda do Famaliá*, um diabinho preso numa garrafa que já fez a fortuna de muitos fazendeiros.<sup>97</sup>

A dimensão lendária norte-cerradeira também envolve a narrativa sobre personagens reais que se situam entre o histórico e o imaginário e, por uma série de deslocamentos do factual pela ação do tempo, da memória e das apropriações ocorridas por meio da oralidade, acabaram por transformar esses indivíduos em verdadeiras lendas. Esse tipo de relato revela como a história e a literatura, por utilizarem a narrativa como base de sustentação, se transformam em dimensões que se reclamam: a história pode possuir literariedade e a literatura como um objeto estético que emerge da sociedade pode possuir historicidade e, como tal, servir como arcabouço documental para o saber histórico<sup>98</sup>.

É o caso da personagem central de “Joaquina, uma lenda Urucuiana: narrativa do velho Zacarias a um jovem bandeirante”, obra naviana que retrata a história real de uma matriarca que exerceu influência sobre parentes, agregados e toda gente urucuiana durante o século XIX. A partir de uma narrativa dentro de outra narrativa – posto que a reconstrução

<sup>94</sup> BREGUÊZ, Sebastião. As lendas. *Revista da Comissão Mineira de Folclore*. Belo Horizonte, nº 12, p. 26-8, ago. 1988.

<sup>95</sup> CASCUDO, Luís da Câmara. *Literatura oral no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p. 177-179.

<sup>96</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, op. cit., p.103.

<sup>97</sup> Melo, op. cit., p. 183-184.

<sup>98</sup> BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*. Goiânia, ano 1, n. 3, p. 93-94, jun. 2010.

dos fatos que envolvem Joaquina<sup>99</sup> se dá a partir das lembranças que Naves tem dos “causos” ouvidos, quando esteve no Urucuia – o autor cria uma obra não apenas centrada em sua memória individual, mas crivada de marcas de uma memória coletiva, nos moldes do que defende Halbwachs. Para dar vazão a todos esses relatos ouvidos no passado, Naves cria a figura do velho Zacarias e, num jogo polifônico conduzido com significativa habilidade, consegue alternar a voz narrativa do velho ancião e a sua própria voz narrativa. Joaquina do Urucuia é apresentada como um ser de crueldade desmedida, capaz de fazer com que ela comprasse boiadas inteiras e, com ajuda de jagunços, promovesse tocaias a fim de matar os vendedores e reaver o dinheiro investido na compra das reses. Surgida uma contenda, era certo que Joaquina encomendaria a morte de seu oponente, e, na impossibilidade de concretizá-la, sua ira se voltava contra os entes queridos do inimigo, inclusive as crianças. Por muito tempo, ela reinou absoluta, até que, ao encomendar a morte do filho de um influente fazendeiro rival, foi presa e condenada, perdendo suas terras, sua fortuna e seu prestígio<sup>100</sup>. Seus feitos, desfeitos, mandos e desmandos a alçaram à condição legendária, povoando o imaginário popular de geração em geração até os dias de hoje, através das narrativas orais que colocam essa matriarca como uma entidade que assombra toda a região, uma vez que prometera, no leito de morte, voltar para sua fazenda e seu posto de mandatária regional. Corre na boca do povo e nos “causos” contados, que sua fortuna, conquistada a custo de muito sangue e das vidas ceifadas ao longo de sua trajetória, encontra-se enterrada nos domínios de sua fazenda, alimentando a esperança na gente urucuiana de encontrar a fortuna da matriarca dos gerais.

O que se percebe, com a história de Joaquina do Urucuia, é que, no âmbito da cultura, a literatura possui a capacidade de funcionar como um prisma de “representação social e histórica”, uma espécie de testemunha de um período, que revela as vivências humanas e todo o conjunto de costumes, pensamentos, condutas, sonhos e outras reverberações que “movimentam e circulam em cada sociedade e tempo histórico”<sup>101</sup>. Em “Joaquina: uma lenda urucuiana”, esse imbricamento entre história e literatura torna-se cristalino, já que, pelo crivo da escritura-arte, percebemos a realidade social de uma época,

---

<sup>99</sup> A história de *Joaquina do Urucuia* também é contada pelo folclorista norte-mineiro Manoel Ambrósio em *A Ermida do Planalto*, obra lançada pela Editora Monção em 1945.

<sup>100</sup> Na literatura do norte de Minas Gerais, há outras obras que relatam a vida de personagens reais que acabaram tornando-se lendas. É o caso do cangaceiro Antônio Dó, que teve sua vida romanceada em *Antônio Dó: o bandoleiro das barrancas*, do januaense Manoel Ambrósio; *Antônio Dó: o jagunço mais famoso do sertão*, do januaense Saul Martins e *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*, do são-franciscano Petrônio Braz.

<sup>101</sup> Borges, op. cit., p.98.

marcada por mandonismos, violência política e poderes paralelos exercidos pelos detentores da terra, que instituíram o normalização do assassinato como poder de coerção<sup>102</sup>.

### 1.2.1.3 Terceiro porto: entre festas e folguedos

Superado esse segundo porto, chegamos no **terceiro** cais de Naves. Nele, deparamo-nos com a natureza religiosa e festeira do homem norte-cerradeiro. Festejar para esse indivíduo transcende a questão meramente recreativa e insere essas celebrações numa dimensão complexa, através da qual se pode discutir questões relacionadas ao símbolo, à memória, ao contato direto com o divino, às proximidades entre o profano e o sagrado e, por fim, à construção de uma identidade a partir do contato com o sagrado. Seja como for, o que vai cingir todos esses elementos é a ideia de movimento, sem o qual não se pode pensar os ritos e festas tão comuns na vida do homem norte-cerradeiro. Nesse sentido, ao festejar, o sertanejo nos mostra a natureza celebrativa do ser humano como uma dimensão que pressupõe uma *fala*, uma *memória* e uma *mensagem*, todas elas envoltas numa representação que faz com que separemos “o que deve ser esquecido e, por isso, mesmo em silêncio não festejado” daquilo “que deve ser resgatado da coisa ao símbolo”. Noutras palavras,

[Quando] somos convocados a evidência, para sermos lembrados ou para que algo ou alguém – uma outra pessoa, um bicho, Deus – seja lembrado através de nós, para que então alguma coisa constituída como sentido da vida e ordem do mundo, seja dita atualmente *através* de nós, que, *festejados*, somos durante a brevidade de um momento especial enunciados com mais ênfase: somos símbolo.<sup>103</sup>

Essa identidade construída a partir dos símbolos festivos permite uma construção subjetiva que nos condiciona, mas também recepciona o outro numa relação de alteridade a sinalizar para um apoio recíproco de enfrentamento das mazelas do existir, como se pode inferir a partir da assertiva de Carlos Rodrigues Brandão (1998):

Eis que a festa estabelece laços. Sou eu que festeja, porque eu *sou* daqueles ou daquilo que me *faz* a festa. Estou sólida e afetivamente ligado a uma comunidade de *eus-outros* que cruzam comigo a viagem do peso da vida e da realíssima fantasia exata das festas que nos fazemos para não esquecer isto. Juntos diferencialmente irmanados, pedimos a festa a evidência de que tudo isso, que é a vida, a vida impositivamente social, é suportável e até bom, porque, sendo irrecusável, pode ser até previsível ser revivido com afeto e com sentido.

<sup>102</sup> CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p., 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S001-52581997000200003&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001-52581997000200003&nrm=iso)>. Acesso em 12 jun. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-5258199700020000>.

<sup>103</sup> BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas: Papyrus, 1989, p. 08, grifos do autor.

Assim, os problemas da vida são anestesiados pela alegria das celebrações, mas também servem como oportunidade de, através da devoção, agradecer pelas graças pessoais e coletivas alcançadas, como cura de doenças, fartura de chuvas e alimentos, prosperidade financeira, dentre outros<sup>104</sup>. A homenagem aos santos, nessas festas tão comuns no sertão, fomentam-se, em tais circunstâncias, numa relação de dádiva e contradádiva<sup>105</sup>. Segundo Amaral (1988, p.17), para o homem, as festas representam o estabelecimento de uma conexão intimista com o divino, sem intermediações, mas, ao mesmo tempo, são o elemento reestabelecedor de sua condição humana, razão pela qual geralmente os festejos oscilam em duas esferas: “[...] A cerimônia (como forma exterior e regular de um culto) e a festividade (como demonstração de alegria e regozijo)”<sup>106</sup>. Logo, percebemos nas festas religiosas do sertão cerradeiro algo que é recorrente na cultura popular: a proximidade do espaço do sagrado com o do profano.

Émile Durkheim, em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, já destacava com sua episteme o aspecto bifásico das festas populares. Segundo ao autor, qualquer festejo, mesmo que originalmente laico, é perpassado, essencialmente, por uma série de características sacras “pois, em todos os casos ela tem por efeito aproximar os indivíduos, colocar em movimento as massas e suscitar assim um estado de efervescência, às vezes mesmo de delírio, que não é desprovido de parentesco com o estado religioso”<sup>107</sup>. Seja como for, essa característica de interstício entre as dimensões mundana e divina, juntamente com a noção de mobilidade, como aventado anteriormente, definem as balizas que norteiam praticamente todas as manifestações festivas e religiosas do homem norte cerradeiro, reiteradamente marcadas por especificidades que giram em torno da mistura do âmbito individual e coletivo; do esmaecimento dos espaços caseiros e públicos e, por fim, da natureza das festas de romaria.

Conforme Sabará (1976, p.48), essas festas são marcadas por uma movência que dá vazão a uma série de manifestações como, por exemplo, aquelas pertencentes ao que o autor chama de *Ciclo do Natal*<sup>108</sup>. Nessas celebrações, “os foliões viajam de casa em casa, e boa parte do seu demoradíssimo rito são cerimônias de ingresso, orações e cantorias dentro da

<sup>104</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, op. cit., p. 75.

<sup>105</sup> GONÇALVES, José Reginaldo Santos; CONTINS, Marcia. Entre o divino e os homens: a arte nas festas do divino Espírito Santo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 67-94, jan./jun. 2008.

<sup>106</sup> AMARAL, Rita. *As mediações culturais da festa*. Revista Mediações, Londrina, v. 3, n. 1, p. 13-22, jan./jun., 1988.

<sup>107</sup> Brandão, op. cit., p. 25.

<sup>108</sup> SABARÁ, Romeu. Festas Populares: uma tradição sempre viva. *Boletim da Comissão Mineira de Folclore*. Belo Horizonte, nº 03, p.45-49, ago.1976.

casa, de despedida e saída”.<sup>109</sup> Na Folia de Reis, um dos ritos desse ciclo, simula-se o cortejo feito pelos três reis magos, temática apresentada por Naves no poema *Reis*, presente em *Viajando Sete Portos*, e em *Folia de Reis*, que aparece nas páginas de *O Homem e suas Tempestades*.

Tal universo também é retomado liricamente por Naves no conto *Folia de Santos Reis: natal do sertão*. Nessa história, novamente se valendo da narrativa como recurso metalinguístico, narra-se o encontro de Naves com o velho Berto, um famoso folião nortecerradeiro. É ouvindo as palavras de Berto que, no conto, o autor nos apresenta a Folia de Reis, vista não pelo prisma de um descritivismo científico, mas catalisada a partir de metáforas e imagens que inserem essa festa na dimensão transcendental da arte e da fé. O presépio, que a exemplo do contexto pobre em que a história original se deu, nos aparece numa conjuntura de penúria, adaptado a partir da própria realidade, com pitadas de inusitado e inserção de elementos profanos numa ambiência cênica de santidade, como bem sinaliza Naves:

Uns [presépios] pareciam uma feira em dia de festa - tinham de tudo imaginado: boneca de plástico ou pano; patinho nadando em *lagoa feita com espelho*, tendo as bordas *armadas com musgo verdinho encontrado no fundo das matas úmidas das margens do ribeirão*; rebanho de carneirinhos, bois, jumentos e, imagina só: *girafa, elefante, carro de bois* (os bois feitos de barro pelos meninos da casa, esses admirados na arte de agradar o Deus – Menino) – tinha toda sorte de bichos. Era de se ver até estampa de outros santos, retrato de gente e *rótulo de bebida* conforme a força do seu colorido. Presépio que ocupava um cantinho da sala, coisinha de nada, mas tão cheio de encanto e mimo; outros de tomar conta de quase toda a sala com as belas figuras em volta do Menino: Maria, José, os Reis Magos... sem faltar, de jeito nenhum, a estrela guia, o Anjo Anunciador e o galo para cantar a chegada de Jesus.<sup>110</sup>

A profanação a que nos reportamos também se estende às danças que fazem parte do rito, um bailar cuja movimentação sensual imprime à cena um efeito antitético, comumente visto nesse tipo de celebração:

Depois, conforme o agrado dos donos da casa, com a quitanda, a galinha ou a branquinha, era de se fazer mais agrado, dançando, também, *o lundu*, dança apreciada pelas brincadeiras feitas, não só nas cantigas *como nos trejeitos do corpo dos dançadores, sapateando e requebrando, os mais desavergonhados* – era de aparecer as mulheres para acompanhar a dança, e aí ficava mais alegre e melhor.<sup>111</sup>

<sup>109</sup> Brandão, op. cit., 10.

<sup>110</sup> MELO, op. cit., p. 143, grifos nossos.

<sup>111</sup> Ibid., p. 144, grifos nossos.



Essas danças são acompanhadas por uma musicalidade que não é entendida como mero acompanhamento. Na visão lírica de Naves, os instrumentos personificam-se e inebriam-se na própria música e, tal qual uma criança, ressoam uma melodia exordial:

O violão dava o tom da corda lá. A viola conferia com seus *dengos*; a rabeca *chorava* suas cordas; encostavam Teófilo e João batendo com um lado da palma da mão na borda da caixa, tirando o som do couro, enquanto apertavam a amarração para igualar o som na mesma altura dos instrumentos<sup>112</sup>.

A palavra *denço*, ainda que possa ser associada à concupiscência inerente à condição humana, neste contexto assume o sentido de *lamentação de criança*, que juntamente com o verbo *chorava*, cria um campo semântico de atmosfera pueril.

É importante destacar que a água, perspectiva que norteia esse primeiro aspecto da obra de Naves, se faz presente neste conto, ora trazido à baila como o elemento catalisador da cadência líquida crescente conduzindo o homem à experiência interior mediada pela arte, num movimento rítmico que, com base num conjunto de tons oriundo de todos os instrumentos, potencializam o contato do homem com sua fé e sua identidade religiosa:

Nas caixas as cabeças das baquetas de aroeiras, avermelhadas e reluzentes, batiam com suavidade no couro de veado e um som muito brando ascendia no ambiente, chegava como as *ondas mansas das águas de um regato*, levantadas por uma pitomba – ou quê! – desprendida de um galho ali pendido; crescia, crescia e, então se dava o repique na borda de pau pereiro, e aí não tinha como não acontecer: cutucava-se lá no fundo da alma, buscando-se coisas de longe. Atendiam-se logo, os outros instrumentos àquele chamado: os violões na sua marcação e as violas e rabeca nos seus acordes e solos chorosos. Subiam-se as vozes: “Deus vos salve Casa Santa, onde Deus fez a morada...”<sup>113</sup>

Essa profusão de sons desperta em Naves uma memória afetiva e escancara uma realidade de degradação ambiental, mas, a música que envolve a cena do nascimento do menino Deus funciona como o arauto da esperança e possibilita pensar no cerrado preservado do ponto de vista material e cultural, conforme Naves destaca no final do conto:

As caixas já retumbam no meu coração. Sinto o vibrar das violas e violões e os volteios da rabeca chorando, chorando, enquanto pandeiros, reco-reco e balinhos fazem coro, *reacendendo lembranças*. Os Reis Magos estão vindo para lembrar que o Deus-Menino nunca nos deixou, embora muitos homens procurem, também, extingui-lo do mundo, assim como teimam fazer com o nosso sertão.

<sup>112</sup> Ibid., p. 143, grifos nossos.

<sup>113</sup> Id. Ibid., grifos nossos.

A segunda perspectiva das festas populares pode ser apreendida a partir do movimento de pessoas que transitam de espaços fechados para os públicos, como ocorre nas festas sazonais nos solstícios de verão Brasil afora<sup>114</sup>. Nestas ocasiões, “a todo momento os principais atores e também os devotos ‘da roça’ e os turistas ‘chegados da capital’ transitam entre casas igrejas e ruas”<sup>115</sup>, buscando, em cortejo, o espaço público da celebração, geralmente as praças, onde ocorrem festejos, marcados por comidas, danças, jogos e homenagens a um santo de devoção, como *São João*, *São Pedro* e *Santo Antônio* (grifo do autor). Por outros termos, “a festa é justamente o jogo Generoso e não raro tenso da passagem, de todos ou de alguns atores de um espaço ao outro”<sup>116</sup>. A festa de São João, com certeza, é a mais celebrada pelo homem norte-cerradeiro e possui, ainda que de forma subjacente, a *água* como elemento simbólico, posto que, enquanto evangelista, esse santo foi responsável por batizar Jesus Cristo nas águas do rio Jordão. São João está diretamente ligado a um dos elementos da santíssima trindade e, em Naves, é apresentado liricamente no poema *São João* como o protetor de quem se vê, em algum momento, às voltas com o tihoso:

O imperador Lúcio no horror do medo,  
Assustado pelo coisa ruim, numa feita,  
Só de ter principiado a toada do Rio Abaixo,  
Dele fez no céu o seu maior advogado.<sup>117</sup>

Note-se que, nesse contexto, São João deixa de estar no perímetro da água com o valor simbólico de “purificação”; pelo contrário, a matéria hídrica se insere num campo simbólico em que assume o valor de “perdição”, fazendo com que o divino proteja o indivíduo contra os demônios aquíferos do Velho Chico, representado, no poema, pelo *Rio Abaixo*, entidade presente numa das lendas mais conhecidas e que povoam o imaginário popular do norte de Minas Gerais.

O terceiro aspecto que envolve os festejos populares do norte-cerradeiro remete à questão das romarias, que só se viabilizam, dentro do catolicismo popular, pelo fato de essa religião se constituir num “sistema de sacralização de lugares”<sup>118</sup> e estar centrada num culto inerentemente nômade. Para o homem sertanejo, “crer é no móvel, mas rezar é para quem se

<sup>114</sup> Segundo Osvaldo Meira Trigueiro, “a celebração dessas festas tem sua origem na tradição pagã dos povos da Europa, Ásia e África, que festejavam as divindades protetoras da fertilidade e da colheita quando se aproximava a chegada do verão no Hemisfério Norte e que foram transportadas para o calendário católico”. (TRIGUEIRO, 1996, p. 141).

<sup>115</sup> Brandão, op. cit., p. 19

<sup>116</sup> Id. Ibid.

<sup>117</sup> MELO, João Naves de. *O homem e suas tempestades*. São Francisco: [s.n.], 1998, p. 30.

<sup>118</sup> Brandão, 1989, p.35

move”<sup>119</sup> para os lugares santos, uma vez que, embora Deus seja, em sua essência, unipresente, “há locais privilegiados em que Deus se manifestou”. Basta que os indivíduos comemorem determinado aspecto de sua pessoa ou de seus feitos, “para que estas lembranças efetivamente, se relacionem a Ele e possamos reencontrá-las”<sup>120</sup>. Assim, no catolicismo popular, busca-se o deslocamento pela certeza de que “a relação de fé não é apenas mediatizada por seres e símbolos entre a pessoa do fiel e a divindade, [mas] existe dentro de contexto cuja mediação torna tal relação justamente possível, ou melhor ainda, mais adequadamente realizável”<sup>121</sup>. Essa certeza implica um desejo que marca o indivíduo sertanejo e essa força do querer faz com que ele suporte as mais excruciantes situações em busca dos lugares hierofânicos, nem que isso signifique as privações provocadas por longas distâncias, o autoflagelo e toda sorte de comprometimento de sua integridade física, pois, somente por intermédio do sacrifício torna-se possível o trânsito entre o espaço profano e o sagrado<sup>122</sup>. Em tais circunstâncias, é prática costumeira, nas festas cíclicas e nos santuários espalhados Brasil afora, a figura do romeiro e dos peregrinos em sua busca pela transcendência.

Em Naves, a figura do romeiro ganha existência estética no poema *Serra das Araras*, cujo evento central é a aparição da imagem de Santo Antônio, numa comunidade pobre encrustada nos altos cerradeiros. Por sua fama de andarilho, na festa que surgiu, no local, em sua homenagem, os romeiros se deslocavam e se deslocam, até hoje, pelas eivas e interstícios do sagrado e do profano. Logo no início do poema, já percebemos o caráter lendário que envolve aparição do santo, o que, notadamente, faz erigir uma série de características folclóricas típicas da literatura oral:

*Encontraram* um santinho de barro numa serra bonita,  
meio a locas de cascavéis e ninhos de araras,  
com um córrego nas cercanias - o Catirina.  
Santo Antônio! - anunciou *uma rezadeira*.  
O lugar era muito triste e isolado,  
por isso, piedosos cuidaram de levá-lo para cidade.  
O santo não gostou. O seu lugar era na serra.  
*Dizem* que voltou a pé, deixando o nicho quentinho  
que lhe deram na bonita igreja em São Francisco.  
*Teve gente* que o viu caminhando pelo gerais,  
muito suado e puxando o passo,  
sem olhar para os passantes.  
Lenda ou não, fez-se a vontade do santinho:  
uma igreja foi erguida nas fraldas da serra

<sup>119</sup> Ibid., p.25.

<sup>120</sup> ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996, p.36.

<sup>121</sup> Brandão, loc. cit.

<sup>122</sup> Rosendahl, op. cit., p. 32.

e ele tomou conta do altar  
 - Santo Antônio de Serra das Araras  
 Num encanto, a pequena vila ganhou vida.  
 Romeiros-serranos foram chegando para ver o santo.  
 Promessas e muitas promessas para pagar  
 - muitas moçoilas encalhadas reacenderam a fê.  
 A Serra foi ganhando fama, muita fama  
 e os serranos foram crescendo, crescendo,  
 como formiga, brotando de todas as bandas  
 na visitação anual ao santo<sup>123</sup>.

A utilização de sujeitos indeterminados e artigos indefinidos, no excerto acima, sinaliza uma narrativa que surge de forma imprecisa e ganha força existencial a partir da transmissão oral ao longo dos tempos. Assim, percebemos as características que Câmara Cascudo estabelece para a constituição de uma literatura que ganha vida na fala do povo, a saber, “a antiguidade, a persistência, o anonimato e a oralidade”<sup>124</sup>. Seja como for, mantém-se, no poema, esse atributo indelével que marca as festas tradicionais e os ritos da romaria: a aproximação dos espaços do profano e do sagrado. Embora a igreja tente seccionar “uma parte propriamente religiosa das outras, *folclóricas* outras francamente *profanas*, para o devoto popular o sentido de festa não é outra coisa senão a sucessão cerimonial de *todas* essas situações, dentro e fora do âmbito restrito dos ritos da Igreja”<sup>125</sup>:

Fé, promessas, negócios, namoros, bebedeira,  
 uma semana no mês de junho no sertão,  
 sem se importar com o tempo e sem preocupações.  
 Virou festa religiosa, folclore e comércio.  
 Anos e mais anos passados e a festa com mais gente  
 - quem vai uma vez, quase sempre volta no outro ano.<sup>126</sup>

Esse caminho de fé e profanidades também aparece no poema *Bom Jesus*, que versa sobre a romaria para Bom Jesus da Lapa. Entretanto, nesse caso, os caminhos que levam à fé e à diversão carnal são formados pelas águas. É seguindo os meandros do Velho Chico que se chega ao espaço de manifestação do sagrado:

O rio vira caminho do fervor de tanta gente;  
 Coleando, que nem cobra grande, desliza,  
 Não esbarra em porto algum, descendo vai  
 Abrindo caminho pelo sertão, o rio de fé.

[...]

<sup>123</sup> MELO, op. cit., p.83.

<sup>124</sup> CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Literatura oral no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984, p. 24.

<sup>125</sup> Brandão, op. cit., p. 37.

<sup>126</sup> Melo, id. *ibid.*

Canoinhas, jangadas de paninhos pouco,  
Garrafas e até enfeitadas caixas-de-fósforos,  
Levando papel com letra desenhada:  
Pedidos de fé ao Bom Jesus da Lapa.

Cabe destacar aqui a força lírica na visão naviana acerca das águas poéticas que conduzem os romeiros até o espaço de transcendência por meio da fé. Os meandros sinuosos tal qual uma serpente deslizante revelam, por meio de um efeito hiperbólico, um rio de fé, ou seja, cheio de fé. Entretanto, os deslocamentos semânticos sobressalentes da construção poética mostram que a fé reside no sentimento de crença na luz da superior divindade que os guia, uma convicção de cura e realização que se reveste da simplicidade cotidiana e se materializa nos objetos levados para serem ungidos em Bom Jesus da Lapa. A força do crer e das águas transformam-se, nesse sentido, numa mesma matéria.

O que se depreende deste porto é que as festas populares do norte de Minas Gerais só se transmutam em ritual em função da “qualidade de deslocamento, de viagem”.<sup>127</sup>

Em busca do lugar sagrado como na *romaria*; conduzindo seres simbolicamente sagrados através de espaços *profanos*, como na *procissão*; viajando através de lugares com o anúncio de um festejo religioso em algum local, como a *folia*; fazendo desfilar pelas ruas pessoas revestidas de uma dignidade especial, como no *cortejo*; e levando símbolos e sentidos de sacralidade a casa do outro como na *visitação*.<sup>128</sup>

Seja como for, as romarias, as procissões, as folias e os cortejos atendem à tradição cristã de uma movência que simboliza o contato com a dimensão do sagrado. São poucos os exemplos na bíblia dessa movência: seja na visita dos reis magos, na entrada de Cristo em Jerusalém ou na via-crúcis dolorosa, são inúmeros os casos em que a travessia foi o conduto para o contato com a dimensão das forças que compõem o universo simbólico do sagrado. Essa ideia de deslocamento é presente em todas as culturas desde as autóctones, como os Maias, na América, como os muçulmanos para quem a peregrinação à meca representa a manifestação de uma tradição religiosa e compõe o arcabouço identitário desse povo. Nesse sentido, nesses ritos prevalece sempre a ideia do nomadismo sacro, conduzindo “as pessoas, a seres e poderes celestiais ou retirando as por momentos do lugar onde estão”,

---

<sup>127</sup> Brandão, op. cit., p. 39.

<sup>128</sup> Id. Ibid., grifos nossos.

fazendo-as “por um instante conviverem com os homens sua experiência nômade dentro ou fora da festa”<sup>129</sup>.

#### 1.2.1.4 Quarto porto: a dança, a expressão da alegria cerradeira

No quarto porto da escritura naviana, encontramos a constituição do indivíduo norte-cerradeiro através da música, que está apensa ao corpo e à alma do ser humano desde que o mundo é mundo. Kurt Pahlen em *História Universal da Música* aduz que o ser humano surgiu no mundo crivado de sons. O trovão, por exemplo, impunha-lhe temor e transformou-se em símbolo dos poderes divinais. A fúria ou a mansidão dos deuses eram interpretadas pelo homem de acordo com o sabor da movimentação das águas; e os ecos e vozes dos animais adquiriram uma fonte oracular. Nessa direção, as melodias da natureza estavam ligadas às crenças que forjavam os primeiros homens. A vida era som e movimento e, dessa junção, surgiu a dança<sup>130</sup>, o que explica o fato de ela ter se tornado parte indissociável do ritos religiosos e profanos vinculados a todos os eventos da vida e da morte humana. Segundo Paniago (2001, p. 90-91), essa relação indissociável se perpetuou ao longo dos tempos e se faz presente no nosso dia-a-dia, por intermédio de danças, “profanas ou religiosas”, utilizadas pelo homem para exprimir “suas necessidades de liberdade, afirmação pessoal ou coletiva, criação de beleza, lazer e descontração”<sup>131</sup>.

No contexto do folclore brasileiro, as danças tradicionais não são “atividades de interesse apenas estético, artístico”, mas estão geralmente relacionadas “a rituais, cerimoniais, de devoção, em festividades religiosas”<sup>132</sup>, conforme esclarece Ikeda (2003, p. 178). No Norte de Minas Gerais, especificamente, as danças são coloridas, contagiantes, mas, ao mesmo tempo, complexas em função de serem resultado de uma confluência de traços oriundos das “três raças”<sup>133</sup> que compõem nossa diversidade étnica<sup>134</sup>. Não bastasse essa

<sup>129</sup> Ibid., p. 40.

<sup>130</sup> PHALEN, Kurt. *História Universal da Música*. Tradução A. Della Nina. 5.ed. São Paulo: Melhoramentos, [s.d], p.13-14.

<sup>131</sup> PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. As festas populares a trajetória do Congado no Brasil. *Revista da Comissão Mineira de folclore*. Belo Horizonte, n. 23, p. 90-98, ago. 2001.

<sup>132</sup> IKEDA, Alberto T. Culturas populares no presente: fomento, salvaguarda e devoração. *Estudos Avançados* [online], São Paulo, v. 27, n. 79, p. 173-190, 2003. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142013000300013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142013000300013&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 16 jun. 2018.

<sup>133</sup> ANDRADE, Mário. *Pequena história da música*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980, p.180.

<sup>134</sup> Mário de Andrade esclarece que possuem origem ameríndia as danças *Caruru*, *São Gonçalo* e os bailados *Cabocolinhos* e *Caiapós*. Os portugueses contribuíram com a inserção dos sons de instrumentos como a “guitarra (violão), a viola, o cavaquinho, a flauta, o oficleide, o piano, o grupo dos arcos; um dilúvio de textos; formas poético-líricas, que-nem a *Moda*, o *Acalanto*, o *Fado* (inicialmente dançado); danças que-nem a *Roda*

composição mosaica, essas danças recepcionam uma série de interferências do povo sertanejo, ribeirinho e fronteiriço e, apesar desse caráter pluridimensional, funcionam como matéria estética no processo de formação identitária desses povos.<sup>135</sup> Assim, sazonalmente, no norte de Minas Gerais, a música ecoa, promovendo um movimento e um trânsito entre os participantes e expectadores, nos mais diversos espaços, sejam eles externos ou internos. Rufam-se as caixas e tambores e o povo, ao sabor do vento, surge em sua mais autêntica face pela dança dos *Temerosos*<sup>136</sup>, “coreografada pelos marinheiros de água doce, pelas fitas multicoloridas, pelos aljofres e espelhos dos congadeiros devotos da Senhora do Rosário, pelos batuques, danças, folguedos, pelas cantigas de roda e tantas outras expressões culturais”<sup>137</sup>. Para desvelar o quarto porto de Naves, optamos por enveredar pelos simbolismos de *O Boi de Reis* e mostrar como, através do lirismo, a dança cala fundo no coração da gente cerradeira.

*O Boi de Reis* pertence ao Folgado do Boi, que possui Brasil afora outros nomes adaptados à realidade de cada região. Trata-se de “um magote de indivíduos, sempre acompanhados de grande multidão, que vão dançar *nas casas*, trazendo consigo a figura de um boi, por baixo da qual oculta-se o rapaz dançador”<sup>138</sup>. Toda essa encenação funciona como uma espécie de auto marcado por poesia, música, coreografia e um enredo, que serve tanto como esteio artístico para a diversão, como também um veio de possibilidade subversiva, na medida em que deixa entrever, reiteradamente, uma crítica social. Isso ocorre porque é “o único folguedo brasileiro em que a renovação temática dramatiza a curiosidade popular, atualizando-a. E sua alteração não prejudica a essência dinâmica do interesse folclórico, antes o revigora numa expressão indizível de espontaneidade e de verismo”<sup>139</sup>. Apesar desse olhar crítico para a realidade, segundo Moura (1986, p. 31), o “caráter primordial [dos folguedos] é o divertimento. Muitas vezes, aparecem na oportunidade de uma grande festa religiosa, mas

---

*infantil*; danças iberas que-nem o *Fandango*; danças-dramáticas que-nem os *Reisados*, os *Pastoris*, a *Marujada*, a *Chegança*, que às vezes são verdadeiros autos. Também de Portugal nos veio a origem primitiva da dança-dramática mais nacional, o *Bumba-meu boi*”. Os negros contribuíram para essa diversidade com as danças *Congos* (ou congadas) e *Maracatus*, e também com os sons de instrumentos de percussão como o ganzá, a cuica e os tabaques. (ANDRADE, 1980, p.185)

<sup>135</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, op. cit., p.89.

<sup>136</sup> “*Rei dos Temerosos* é composto por cerca de 30 homens, entre crianças e adultos, que se vestem com roupas de marinheiros e dançam utilizando bastões de madeira nas mãos, simbolizando a arma do lutador. Os bastões ditam o ritmo que evolui conforme a elaboração dos passos, indo de um ritmo mais lento ao mais rápido”. (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 2015, p. 98).

<sup>137</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, op. cit., p.97.

<sup>138</sup> CÂMARA CASCUDO, Luís. *Dicionário do folclore brasileiro*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d], p.194

<sup>139</sup> *Ibid.*, p.195.

não tem nada de hierático. São primordialmente lúdicos”<sup>140</sup>, razão pela qual desperta majorado interesse entre as crianças. O enredo geralmente gira em torno da mesma história, com poucas variações:

O enredo apresenta o vaqueiro cuja mulher, Catirina, está grávida e com desejo de comer fígado ou coração de boi. No auto, o Boi é morto, mas seu dono exige que ele ressuscite. Nesse momento, personagens como o curandeiro, o tamanduá, a onça, a mulinha de ouro, as catirinas e os vaqueiros dançam e cantam para que o Boi volte à vida. A ressurreição do Boi é motivo de alegria e comemoração para todos os participantes.<sup>141</sup>

Toda essa encenação segue um percurso e a qualquer momento alguém pode “comprar” o boi para uma performance especial na frente de sua residência. Com o final do período de celebração, todo dinheiro arrecadado é revertido para a confraternização dos envolvidos no festejo.

Em Naves, a folia do Boi-de-reis é envolta pelo universo das águas; estas são o sorriso pueril diante da folia e o local onde se desenrola a trama do boi é o porto que recebe a nostalgia de quem já viveu os encantos de uma tradição que resiste à névoa do tempo:

*O menino ri largo como o rio solto,  
Adjutoram outros na mesma alegria;  
Rompem na ponta da rua bradando:  
“Todo mundo me dizia que esse boi não saía!”  
O porto recebe as doces saudades  
da chegada da gente/costume, suas raízes;  
a vida que aqui foi um dia plantada  
com as cores vivas do boi/alegria.  
E a cidade explode em sons e vozes,  
Que a alma está na sua viagem;  
E a meninada repete com alarido maior:  
“Meu boi está na rua com prazer e alegria!”<sup>142</sup>*

Chama a atenção como a experiência de Naves faz com que ele crie um poema que consegue traduzir, com precisão, o êxtase, alegria e a beleza do folguedo. Para tanto, cria um campo léxico-semântico que abarca universo do lúdico e do deleite (“alegria”, “prazer”, “cores vivas”). Ademais, o percurso gerativo de sentido é perpassado por uma musicalidade que ganha status de palavra (“e a cidade explode em sons e vozes”) e explode em gritos e euforia diante do gingado do boi.

<sup>140</sup> MOURA, Antônio de Paiva. Autos e folguedos. *Revista da comissão Mineira de folclore*, Belo Horizonte, n. 10, p. 31-38, ago.1986.

<sup>141</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, op. cit., p. 97.

<sup>142</sup> MELO, João Naves de. *Viajando Sete Portos*. São Francisco: [s. n], 2003, p. 43.



### 1.2.1.5 Quinto porto: a árvore e o universo da madeira

No quinto porto de Naves, notamos a relação do homem com a *natureza*, numa simbiose capaz de revelar não apenas um retrato meramente físico desse espaço, mas uma visão sociológica “das gerais”, de onde brotam um *modus vivendi* e uma gama de manifestações culturais. Essa sinergia assume uma singular importância em *Do Cerrado às Barrancas do Rio São Francisco*, obra na qual o autor assume, de forma mais evidente, uma posição de geógrafo cultural<sup>143</sup> e “geógrafo poético”, construindo um retrato físico das terras cerradeiras, vinculando-o à atmosfera psicológica e sociológica do indivíduo que ocupa essa região. O papel de geógrafo assumido por Naves não se circunscreve, no entanto, a um exercício marcado pelo rigor técnico científico, como bem explica o próprio autor:

A análise técnica e Educacional sobre o tema é de suma importância, mas não é o que busco com este modesto trabalho, fruto de anos vividos no Sertão e com o sertanejo. Por viver e conhecer sua vida, o seu modo de ser, de compreender, e passar a gostar de suas coisas, acabei por me transformar num apaixonado pelo sertão. Daí resolvi retratar aqui algumas lembranças<sup>144</sup>.

Assim, a descrição naviana está filtrada pela mediação da arte, provocando em sua narratologia uma profusão de figuras de linguagem que, notadamente, está na contramão da linguagem técnica de um geógrafo convencional, como podemos perceber, no excerto retirado do artigo *A Depressão São-Franciscana*:

Depois, um declive suave até à ponte sobre o córrego do Morro, de minguardas águas e, dali, alcança-se a serra da Boa Vista – serra no modo de dizer, pois o que se tem é o *beijo da chapada* que ali desaba, de modo chanfrado, num formidável desvão que anuncia ao viajante, numa visão longa de sul a norte, a depressão do Rio São Francisco [...] Ao longe, na linha do horizonte, aquelas serras se confundem com o céu, azuladas que ficam. É uma *paisagem fascinante*, bela, profunda, parecendo encerrar um quê de mistérios. O cais, ali, é de modo coleante e extenso. É de se ver, mesmo na aparência de solidão e gradual decomposição, como é belo e chocante o cais. Dá sensação de ruína, coisas desgastadas pela ação dos anos, como o nariz de esfinge ou beiradas de pirâmides do milenar Egito. *É corpo descascado, pelado, exibindo parte das entranhas.*<sup>145</sup>

<sup>143</sup> A Geografia Cultural “estuda a repartição dos homens, de suas atividades e de suas obras na superfície da terra, e tenta explicar lá pela maneira como os grupos se inserem no ambiente, o exploram e transforma; o geógrafo debruça-se sobre os laços que os indivíduos tecem entre si, sobre a maneira como institui a sociedade, como a organização e como a identificam ao território no qual vive ou com qual sonham”. (CLAVAL, 2007, p. 11).

<sup>144</sup> MELO, João Naves de. *Do Cerrado às barrancas do Rio São Francisco*. São Francisco: [s.n.], 2012, p. 22.

<sup>145</sup> *Ibid.*, p. 34-37, grifos nossos.

Assim, percebe-se que Naves parte do conceito de *paisagem*<sup>146</sup>. Entretanto, a paisagem naviana não é nem aquela compreendida como estático pano de fundo, nem aquela preconizada por Sauer<sup>147</sup> (1996), para quem se devia priorizar os aspectos morfológicos e analisar, unicamente, as interferências do trabalho humano sobre o meio, rechaçando as dimensões estética e subjetiva que a natureza pode abrigar. Pelo contrário, na obra naviana, “as paisagens são vivas e *mutáveis*, sendo reconstruídas e recriadas internamente pelo personagem com conhecimento e sentimento”<sup>148</sup>. As paisagens apreendidas passam a existir “porque estão impregnadas de significados que se traduzem na memória e na expressão, reminiscências do vivenciado e do experimentado”<sup>149</sup>.

Em toda descrição físico-cultural das terras cerradeiras, realizada em *Do Cerrado às Barrancas do Rio São Francisco*, a presença de elementos naturais assume majorada relevância, sendo importantes não só para o bioma da região, mas para toda gente sertaneja, assumindo posição de destaque no universo de uma rede de significados simbólicos. O primeiro deles, que merece destaque, é o *Buriti*<sup>150</sup>, que *compõe* uma poética das águas, figurando na escritura de muitos autores. Em *Grande Sertão: Veredas*, João Guimarães Rosa, autor que imortalizou essa palmeira na história da literatura, se vale do buriti, não como um elemento de composição da paisagem, mas como um elemento personificado, matéria de fusão entre o homem e a natureza, numa relação de intimismo poético, como só o feiticeiro das palavras seria capaz de produzir:

*Buriti*, minha palmeira, lá na vereda de lá. Casinha da banda esquerda, olhos de onda do mar.”<sup>151</sup> “Vereda em vereda, como os *buritis* ensinam, a gente varava para

---

<sup>146</sup> A palavra *paisagem* é profundamente polissêmica e pode ser lida “como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. A paisagem pode ser lida como um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas. (RIBEIRO, 2007, p. 09). Em meados da década de 70, “Donald Meining identificava dez formas diferentes de encarar a paisagem: como natureza, como *habitat*, como artefato, como sistema, como problema, como riqueza, como ideologia, como história, como lugar e como estética (MEINING, 1979 apud RIBEIRO, 2007).

<sup>147</sup> SAUER, Carl O. *The Morphology of Landscape*. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. N.; ROGERS, A. (org.). *Human Geography: An Essential Anthology*. Oxford: Blackwell, 1996.

<sup>148</sup> MEYER, Mônica. *Ser-Tão Natureza: a natureza em Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p. 38, grifo nosso.

<sup>149</sup> Id. *Ibid*.

<sup>150</sup> O *buriti* é fruto do buritizeiro, “uma das maiores palmeiras da Amazônia, possuindo de 30 a 50 centímetros de diâmetro e de 20 a 35 metros de altura. Oferece um fruto nutritivo importante para as pessoas e animais da região. A distribuição geográfica do buritizeiro abrange toda a região amazônica, o Norte da América do Sul e estendesse pelo Nordeste e Centro-Sul do Brasil. Essa palmeira prefere áreas alagadas, igapós, beira de igarapés e rios, onde é encontrada em grandes concentrações [...]. Os frutos, folhas, óleo, pecíolo e tronco são utilizados para muitos fins. O buriti também é conhecido no Brasil como *miriti*, *muriti* e *buriti-do-brejo*”. (SHANLEY; MEDINA, 2005, p.181, grifos nossos).

<sup>151</sup> ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. São Paulo: Editora Nova Aguilar, 1994, p. 65.

após.”<sup>152</sup> *Pergunto* coisas ao *buriti*; e o que ele responde é: a coragem minha. *Buriti* quer todo azul, e não se aparta de sua água – carece de espelho<sup>153</sup>

A vida do *buriti* pressupõe, nesse contexto, a própria vida do cerrado, posto que, ao estar diretamente com a formação das veredas<sup>154</sup>, possibilita a formação do caminho das águas, sem as quais não se pode pensar em existência plena, conforme os dizeres do próprio Naves:

Buriti, vereda, água - vida dos gerais. As veredas estão para os gerais assim como o oásis está para o deserto. No oásis a tamareira, raízes fincadas em dadivosos e abençoados poços; aqui, o *buriti* - o que anuncia onde nasce água, a fonte da vida, que vai escorrer e lambar cerrados para formosear-se em rios, como o nosso mais amado São Francisco<sup>155</sup>.

O protagonismo do *Buriti* no cenário paisagístico do cerrado norte-mineiro, como demonstrado acima, se faz presente na obra de Naves que complementa a visão de Rosa e Arinos, ao se valer da fala de Domingos Diniz<sup>156</sup> para mostrar como a ligação do homem cerradeiro com o *buriti* é profundamente visceral, possibilitando que os dois percorram, juntos, os caminhos e meandros do existir:

A relação do homem urucuiano com o *buriti* é do nascimento ao morrer. Dele faz sua casa, seu berço, sua cama, mesa e cadeiras, o chapéu (indefectível e inseparável chapéu, pois lá, quem anda sem ele é considerado doido, o que vale dizer tratar-se de mais um exemplo de sabedoria no trato da saúde que recomenda ao homem manter os pés quentes e a cabeça fresca), a capa (carocha), corda, laço, cesto, balaio, gaiola,

---

<sup>152</sup> Ibid., p. 72.

<sup>153</sup> Ibid., p. 436, grifos nossos.

<sup>154</sup> Em *Grande Sertão: Veredas*, João Guimarães Rosa define de forma poética a estrutura de uma vereda: “Saem dos mesmos brejos – buritizais enormes. Por lá, sucuri geme. Cada surucuiú do grosso: voa corpo no veado e se enrosca nele, abofa – trinta palmos! Tudo em volta, é um barro colador, que segura até casco de mula, arranca ferradura por ferradura. Com medo de mãe-cobra, se vê muito bicho retardar ponderado, paz de hora de poder água beber, esses escondidos atrás das touceiras de buritirana. Mas o sassafrás dá mato, guardando o poço; o que cheira um bom perfume. Jacaré grita, uma, duas, as três vezes, rouco roncado. Jacaré choca – olhalhão, crespido do lamal, feio mirando na gente. Eh, ele sabe e engordar. Nas lagoas aonde nem um de asas não pousa, por causa da fome de jacaré e da piranha serrafina. Ou outra – lagoa que nem não abre o olho, de tanto junco. Daí longe em longe, os brejos vão virando rios. Buritizal vem com eles, *buriti* se segue, segue. Para trocar de bacia o senhor sobe, por ladeiras de beira-de-mesa, entra de bruto na chapada, chapadão que não se devolve mais”. (ROSA, 1994, p. 36-37).

<sup>155</sup> Melo, op. cit., p. 50.

<sup>156</sup> “*Domingos Diniz* nasceu em Pirapora, Minas Gerais, em 6 de julho de 1932. Filho de Floriano Soares Diniz e de Dona Umbelina Diniz. Seu pai era administrador das Fazendas reunidas Marambaia, localizadas em Boqueirão, município de Buritizeiro; Viveiros e Floresta, no município de Pirapora. [...]A produção intelectual de Domingos Diniz se caracteriza pela publicação de livros e artigos em periódicos sobre folguedos e bailados populares, como congado, folia de reis, cavallhada e dança de São Gonçalo. Danças localizadas nas margens do Médio São Francisco, a exemplo de lundu, carneiro, gambá e recortado. No campo da arte popular, publicou diversos artigos, sobre as carrancas do São Francisco, contribuindo enormemente com a divulgação de nomes de artistas e artesãos daquela região”. Principais obras: *Pirapora: um porto na história de Minas*, *Rio São Francisco: vapores & vaporzeiros*, *Rio Abaixo: vaqueiros e mulheres de Muque*, *A importância da Cultura Popular Tradicional*, dentre outras. (MOURA, 2015, p. 43)

brinquedo, a rede que vai levá-lo à última morada e a cruz que vai marcar seu leito eterno.<sup>157</sup>

Essa percepção de Diniz é percebida na escritura de Naves quando, em *Buriti*, poetiza sobre a relação intimista entre o homem norte-cerradeiro, vínculo perene e transcendental, aqui exemplificado:

As linhas das cerdas traçadas  
São como os tantos caminhos  
Que o veredeiro percorreu  
Escrevendo a sua história.

E ali, com o pé no manso regato,  
Ele finca mais ainda a sua vida,  
E extrai do buriti sua essência  
*Para seguir sua sina até se encantar*<sup>158</sup>.

A rede, o chapéu, o laço e a cama;  
O fruto que alimenta por tempo;  
Sustança do corpo e da alma,  
E, no fim, do colmo, tem a sua cruz.<sup>159</sup>

Em meio à austeridade de uma vida marcada pelo desemprego, pobreza e um destino infausto, o buriti, como que personificado, acompanha o homem em sua trajetória existencial, provendo-lhe tudo: a proteção contra a severidade climática (chapéu), o artefato para a lida (o laço), o amparo para o descanso (a rede) e o passaporte para a dimensão onírica, na qual todos os quereres são possíveis. Alimentando o corpo e alma do homem norte-cerradeiro, o buriti é o seu parceiro em todos os momentos, até chegar às portas do *encantamento*, da transcendência, momento em que o homem volta para si mesmo e tem a noção exata de toda glória e miséria de existir. Lá, fincado na terra, o buriti-em-cruz se metamorfoseia em memória, atestando que um ser simples, autêntico e batalhador um dia existiu. Essa relação com os elementos naturais, entendidos para além de sua finalidade primeira, também é encontrada no uso da madeira, que para o homem norte cerradeiro, em sua existência em contato com às águas, simboliza, por meio de uma memória coletiva, os seres lendários através do artesanato<sup>160</sup>. Referimo-nos às carrancas que são

[...] imponentes esculturas de madeira que representam um ser mítico e feroz com traços de homem e animal em seu semblante. Sua figura está diretamente ligada à

<sup>157</sup> DINIZ apud MELO, 2012, p. 49.

<sup>158</sup> Referência à celebre frase de João Guimarães Rosa, quando da sua posse na Academia Brasileira de Letras, em 1967: “Alegremo-nos, suspensas ingentes lâmpadas. E: “Sobe a luz sobre o justo e dá-se ao teso coração alegria!”- desfere então o salmo. As pessoas não morrem, ficam encantadas”. Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joao-guimaraes-rosa/discurso-de-posse>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

<sup>159</sup> MELO, João Naves de. *Viajando Sete Portos*. São Francisco: [s. n], 2003, p. 50, grifo nosso.

<sup>160</sup> Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, 2015, p. 103.

navegação no São Francisco, sendo colocada na proa das embarcações tanto para adornar como para proteger os pescadores e barqueiros dos maus espíritos, como o Caboclo d'água. [...] Atualmente, a escultura se tornou um marco na arte e no artesanato regional, sendo praticada pelos chamados *carranqueiros*, que criam peças próprias e únicas de elevado significado artístico, simbólico e emocional<sup>161</sup>.

Naves, no poema *Madeira*, faz referência à carranca, mas não finca âncoras no domínio das águas. A madeira é tomada como matéria que permite a criação da imagem mística de proteção no curso das águas, mas também torna-se substancial para a criação de cerrado formado a partir dos sons e dos ofícios artesanais:

A carranca é parte do mitológico  
Que viaja o rio em busca de um porto;  
É a segurança do marinheiro e viajor  
Nas longas e perigosas travessias.

[...]

A viola, rabeca, violão ou caixa do folião;  
Neste porto a vida passa pela madeira:  
Imburana, cedro, pau d'arco, jatobá, e...  
O formão e o malho escrevem histórias.<sup>162</sup>

Esse mundo formado de madeira funciona como uma xilogravura, através da qual se podem ler as crendices e os ofícios, que, frutos de uma tradição, são perpetuados pela cultura.

### 1.2.1.6 Sexto porto: os sabores norte-cerradeiros pelo prisma cultural

Adentrando no **sexto** porto da literatura naviana, deparamo-nos com os sabores do povo cerradeiro, aqui compreendidos como uma possibilidade de desvelamento da identidade. Nessa direção, Juliana Cristina Reinhardt esclarece que, por intermédio da comida e hábitos alimentares, é possível entender os significados e valores afetivos cristalizados, marcas provenientes de acontecimentos significativos e desencadeadores do anseio que determinada comunidade tem em preservar todo um arcabouço étnico, confirmando sua construção identitária e estabelecendo, em tais circunstâncias, uma conexão com o passado, por intermédio da memória<sup>163</sup>. Por mais que, por força da ação do tempo e da modernidade, ocorram readaptações e ressignificações na forma como esse saber culinário se materializa no presente, mantem-se “uma essência identitária” que o faz ser reconhecido. A culinária

<sup>161</sup> Ibid., p. 105.

<sup>162</sup> Melo, op. cit., p. 51.

<sup>163</sup> REINHARDT, Juliana Cristina. *Alemães, comida e identidade: uma tese ilustrada*. Curitiba: Máquina de escrever, 2014, p. 16-17.

tradicional, nesse ínterim, vincula-se à história e à cultura de determinada comunidade, fazendo surgir uma tradição e um terreno simbólico no qual se ancora a identidade<sup>164</sup>.

Nesse sentido, Naves, com sua escritura, promove um processo de monumentação dos sabores norte-cerradeiros, inserindo-os no âmbito do patrimônio cultural, que precisa, em face disso, ser preservado. E esse entendimento, aliás, só se torna viável pelo fato de tal culinária ter a capacidade “de transmissão, valorização e consumo de tradições”; posto que entendida como linguagem, como propõe Lévi-Strauss<sup>165</sup>, esta se sustenta, a partir desses saberes culinários, constituindo aquilo que Morais (2011, p. 251) classifica como um discurso sobre o que pertence ao eixo da tradição e o que constitui as identidades<sup>166</sup>.

Assim, percebemos, no universo culinário cerradeiro, a rapadura, os queijos, a cachaça e, com especial realce, o umbu, a cagaita e o pequi, que o autor chama de iguarias em seu versejar poético. Naves, no entanto, dedica certo enlevo ao pequi, chamado por ele, em *Do Cerrado às barracas do rio São Francisco*, de “rei do cerrado”, um fruto que nutre uma cadeia de atividade econômica extrativista na região, servindo como alimentação para os bichos, apesar de sua recorrência nas mais diferentes receitas da culinária cerradeira.<sup>167</sup>

Essa utilização do pequi na cozinha cerradeira é uma demonstração clara de como a dimensão física e cultural dos bens pertencentes a uma comunidade podem se fundir, já que, se tomado como fruto, o pequi é um bem material, que movimenta a economia de comunidades carentes, estimula trabalho coletivo e cooperativo mas, se pensarmos nas condições de seu preparo na *culinária*, seu uso como *medicamento* e sua inserção nos cadernos de saber, ele se torna um bem imaterial e, portanto, patrimônio cultural<sup>168</sup>.

### 1.2.1.7 Sétimo porto: os caminhos norte-cerradeiros

No **sétimo** e **último** porto da poética das águas, em Naves, encontramos a visão que o autor tem sobre as estradas da vida: as reais e as metafísicas. Percebe-se um Naves

<sup>164</sup> GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta Spernadio Garcia. Da influência portuguesa na gastronomia do litoral paranaense: apontamentos sobre a Cambira e o barreado. In: RIBEIRO, Silene Gomes; SOARES, Carmen. *Odisseia de sabores da lusofonia*. Coimbra: Editora Universitária Champagnat, 2015, p. 259.

<sup>165</sup> LÉVI-STRAUSS, Claude. O Triângulo Culinário. In: \_\_\_\_\_. *Introdução ao estruturalismo*. Portugal: Moraes Editora, 1979.

<sup>166</sup> MORAIS, Luciana Patrícia de. Comida, identidade e patrimônio: articulações possíveis. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 54, p. 227- 254, jan./jun. 2011.

<sup>167</sup> MELO, João Naves de. *Do Cerrado às barracas do Rio São Francisco*. São Francisco: [s.n.], 2012, p. 73.

<sup>168</sup> SILVA, Marcos Nicolau Santos da; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. O pequi como recurso de uso comum e patrimônio cultural sertanejo. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 25, p. 161-182, 2004.

mostrando as estradas que compuseram as veias do crescimento da região norte-cerradeira, ora com um tom nostálgico, ora com um tom de denúncia.

A saudade de Naves está centrada na época em que o Velho Chico era a estrada do Sertão, cortada por vapores<sup>169</sup> que, de acordo com Neves (2015, p.456) movimentavam a economia local e serviam “às populações ribeirinhas no percurso entre Pirapora-MG e Juazeiro-BA, operando o transporte de cargas e passageiros – inclusive, de emigrantes”<sup>170</sup>. Muitos nordestinos, fugindo da austeridade do sertão, tiveram, nas águas do São Francisco, o caminho para chegarem às grandes capitais do sudeste, ajudando em sua consolidação física e econômica<sup>171</sup>. Era o vapor da fé que levava para o Bom Jesus os flagelados da alma e do corpo, que transformavam suas lágrimas de dor e, por fim, de alegria em afluentes desse rio arterial. Era o vapor sociocultural que fazia “circular notícias, narrativas de milagres do Bom Jesus da Lapa, mitos, recados entre parentes que residiam em diferentes portos da ribeira”<sup>172</sup>. Era o vapor dos turistas, a partir da década de 1960. Ao longo dos anos, simplesmente era o vapor, presente na fala comum do povo. O vapor não circula mais e não o faz porque a tecnologia e a dinâmica do mundo atual o suplantaram. O vapor não circula mais, a não ser nos meandros da memória do autor, conforme se nota no poema *Caminho do Rio*:

Salão iluminado, um triste e prolongado apito,  
Trazendo o bojo forrado de sal, pedras de forno e filtro;  
As classes marcadas pelo luxo e redes estendidas:  
Vapor subindo rio, deixando coisas e civilização.

Passageiros de negócios com ares de coronel,  
Com destino certo, seguros pela abastança;  
Outros apenas levando sonhos e esperanças,  
A ilusão do novo mundo na cidade grande.

Por acaso, descuido ou por instantâneo gostar,  
Muitos, nos passares de tantos vapores,  
Neste porto aventuram descer os teréns,  
E deles grandes famílias se fizeram de raiz.<sup>173</sup>

<sup>169</sup> Zanon Neves destaca que em meados dos anos 60 e, principalmente, na década de 70 “uma palavra passou a ser amplamente utilizada para designar as embarcações a vapor: gaiolas”. Entretanto, este termo não caiu na preferência das populações ribeirinhas. O termo que conseguiu se cristalizar no léxico barranqueiro foi *vapor*, usado até hoje por todos os indivíduos da região independentemente de sua classe social. “Vapor é um vocábulo de uso fácil” e tradicional na região, motivo pelo qual se perpetua. O vapor mais conhecido das águas do Velho Chico é o Benjamim Guimarães, barco construído nos Estados Unidos pela Amazon Plate River Co. (NEVES, 1987, p. 53-54)

<sup>170</sup> NEVES, Zanon. Vapor “Benjamim Guimarães”: Patrimônio dos ribeirinhos do São Francisco. *Tessituras*, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 451- 476, jan./jun. 2015.

<sup>171</sup> Ibid., p. 464.

<sup>172</sup> Id. Ibid.

<sup>173</sup> MELO, João naves de. *Viajando Sete Portos*. [s.n.], 2003, p. 69.

Através do vapor se enxerga a sociedade, com suas segregações e relações de poder, mas também se vê a esperança do povo em melhores dias, um povo que busca se tornar relevante, a despeito das negativas da vida. De saudade constitui a memória de Naves – uma saudade dos vapores que bradavam nas águas do Velho Chico e não dos atuais que, agora, agonizam nos “cemitérios de vapores” em Pirapora e Juazeiro<sup>174</sup>. O vapor não circula somente em função das atuais políticas de transporte, mas porque seu caminho de águas, o rio, assoreado, agoniza, esperando o seu fim. Por meio dessa percepção, vemos um Naves denunciata, assistindo à morte do rio e levando consigo tudo que está ligado às suas águas:

A morte que vem abocanhando o sertão é vista no rastro tétrico da precata do sertanejo que ganhou trilhas rumo à cidade. É triste saber que ele deixou um mundo tão rico e bastante para si para ter que se diluir no meio urbano, que lhe é hostil. Deixou o buriti que lhe dava: a cama, a mesa, a cadeira, a rede, o laço, a capa, o chapéu, o fruto (doce, licor e raspa); deixou o pequi, rica fonte de alimento; deixou a cagaíta, frutinha apetitosa e sagrada para os problemas renais; [...] e a inesgotável fonte de raízes, cascas, folhas e flores para preparação das tantas garrafadas que curam de tudo que é doença; [...] A sua alma ficou nas noites todas dos anos quando se juntava com os companheiros formando os ternos de foliões para cumprir missão pelos campos.[...] Foram acabando as fabriquetas de instrumentos musicais: violas, violões, cavaquinhos, rabecas e caixas. Foi cessando o canto que era acompanhado de danças típicas, nas folias ou nas festas com a música que era a alma exposta do sertão, contando, em cada verso as suas coisas, a integração da vida entre o homem, os bichos e a natureza. [...] Com a lenta e gradual degradação do cerrado a sua rica cultura sofre a ameaça de extinção e, por extensão, passa-se a borracha na natureza, nas veias do sertão, não correndo mais a límpida e preciosa água brotada das pontas das raízes dos buritis, das geladas locas. De lá, o que mais se anuncia, agora, é a areia branca, o colesterol do rio São Francisco. O rio recebe menos água e fica minguado, não invade canais ou salta as barrancas para cobrir as dezenas de lagoas e, por isso, interrompe-se o milenar processo natural de peixamento do rio deixando-o, a cada ano, mais pobre de pescado. E, de repente, os pescadores são obrigados a recolher as velas de seus barcos, guardar suas redes e anzóis para virar homem da terra – sem histórias e aventuras para contar, vendo murchar a sua vida. [...] O São Francisco morre e com ele, uma riquíssima cultura, de exuberante folclore. O glorioso rio São Francisco de pouca história contada, por escrito, pode se transformar em uma lenda para ficar como quase tudo que por aqui acontece: os avós ensinando a vida aos que vêm.<sup>175</sup>

Por fim, percebemos um eu-lírico cansado da travessia, com a voz embargada, extenuado, pelas falências múltiplas do homem, e que se indaga no poema *Lembrete*: o que restou do homem? Na estrada do tempo, presente no poema *Lendas*, ele não responde de forma concreta, prefere a imaterialidade, o mito e o imaginário, o homem está nas lendas e, “por isso ele continua viajando no tempo”, por meio da sua memória<sup>176</sup>.

<sup>174</sup> Id. Ibid.

<sup>175</sup> MELO, João Naves de. *Do Cerrado às barrancas do Rio São Francisco*. São Francisco: [s.n.], 2012, p. 193-194.

<sup>176</sup> MELO, João Naves de. *Viajando Sete Portos*. São Francisco: [s.n.], 2003, p. 74-75.



### 1.2.2 O João Naves memorialista: a poética da experiência

A obra de João Naves de Melo possui um viés memorialista profundamente marcante, o que se traduz numa escrita de si, por meio da qual o autor se propõe a abordar uma experiência criativa transformada em objeto estético. Mesmo as considerações sobre a poética das águas, desenvolvidas no último item, existem, na literatura naviana, como fruto de uma vivência que começou no século passado, quando, ainda jovem, chegou às terras urucuianas, com uma missão professoral e desbravadora a ele delegada. Sua escrita é, portanto, uma confluência e maturação de uma série de olhares sobre si e sobre o mundo que, *via experiência*, são trabalhadas, a partir de uma sensibilidade; ou seja, a literatura naviana torna-se o objeto do tempo empreendido pelo autor confeccionando a sua experiência. Temos, portanto, um saber ancorado no passado que Naves quer transmitir a essa geração atual, cada vez mais marcada pela pobreza e o esvaziamento de uma experiência de fato relevante, fundamental e dotada de significado, como bem esclarece Walter Benjamin<sup>177</sup>.

Em um mundo em que a tradição perdeu o lugar de fala e as novas gerações querem se libertar de todas as experiências ancestrais, a literatura de Naves acaba por representar uma resistência por meio da narrativa, revelando que o vivido, o experienciado e o conhecimento que os anos conferem ao indivíduo são dotados de sentido e, sendo assim, possuem o seu lugar. Pensar assim implica dizer que, em certa medida, o autor busca, na escrita, uma espécie vitória sobre o fenecimento temporal dada a fugacidade da vida, já que a “ideia de eternidade sempre teve na morte sua fonte mais rica”<sup>178</sup>. Por outros termos, é “no momento da morte que o saber e a sabedoria do homem e, sobretudo, sua existência de vida – e é dessa substância que são feitas as histórias – assume pela primeira vez uma forma transmissível”<sup>179</sup>. João Naves de Melo, em entrevista<sup>180</sup>, deixa entrever que sua obra possui um viés fortemente autobiográfico e, analisando sua escritura, percebe-se que isso não ocorre unicamente nas obras escritas em prosa, mas também em textos líricos, o que suscita uma certa polêmica em torno da “comunhão entre o lírico e a escrita autobiográfica”, como sinaliza Walquíria Gonçalves Béda.

<sup>177</sup> BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: *Obras Escolhidas I. Magia e Técnica. Arte e Política*. Tradução Sergio Paulo Rounet. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985a.

<sup>178</sup> BENJAMIN, Walter. O narrador - Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte política: ensaios sobre Literatura e história da Cultura*. Tradução Sergio Paulo Rouanet. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985b, p. 207.

<sup>179</sup> Id. *Ibid.*

<sup>180</sup> MELO, João Naves de. *Entrevista I*. [jan. 2010]. op. cit.

Entretanto, tem ocorrido uma quebra da resistência em relação à possibilidade de uma escrita lírico-autobiográfica, fazendo com que surjam grupos de estudos e alguns trabalhos sobre esse binômio: vida do autor e poesia<sup>181</sup>, o que, de certa forma, atende a uma vertente de autores que se propõem a poetizar sobre a sua existência<sup>182</sup>, como é o caso de Naves que, em sua tessitura literária, como afirmado anteriormente, deseja compartilhar uma experiência, concebida no bojo de uma escrita fundada na autoridade que se adquire com o tempo decorrido. É o que se pode depreender dos versos de *Minha Vida*, que se encontra em *O Homem e suas Tempestades*:<sup>183</sup>

Na elipse solar conto meus dias: criança na ascensão no ápice homem feito e na curva para o ocaso: os dias finais

A partir desse poema figurado (*Carmem figuratum*), o autor aborda o tema da efemeridade da vida, retratada simbolicamente como a elipse do sol, que como uma carruagem implacável, “percorre” o céu em uma jornada, sugerindo, em nosso íntimo, a finitude da matéria. Depois do vivido, o eu-lírico parece ter uma visão totalizante da existência e, nessa metáfora solar, notamos que o alvorecer remete ao nascedouro; o sol a pino, à juventude e, por fim, o crepúsculo permite vislumbrar as portas da transcendência. Uma vez que o movimento da terra nos faz ter a sensação de um sol de percurso cíclico, obtemos, com efeito, a percepção de um eu-lírico que deposita suas crenças na jornada do sol rumo às linhas do horizonte, perímetro em que os sonhos são possíveis, inclusive o recomeço.

<sup>181</sup> Bêda, em sua tese de doutoramento, esclarece que a maioria dos estudos sobre autobiografia está circunscrita ao universo da prosa, talvez porque Philippe Lejeune tenha associado esse gênero ao universo da narrativa. Entretanto, a autora aponta que a resistência de conceber uma escrita autobiográfica no universo lírico vem sendo quebrada através de debates e pesquisas que aventam essa possibilidade como é o caso de “*Boitempo – a poesia autobiográfica de Drummond*”, de Raquel Rolando Souza, tese defendida em 1997 na UFRJ; *Lembranças em Conflito: Poesia Memória e História em Boitempo*, de Chantal Castelli, dissertação de 2002 da USP; [e] *Pedro Nava: poeta bissexto e memorialista*, de Rosana Fumie Tokimatsu, dissertação de 2002 defendida na USP”. (BÉDA, 2007, p. 16-17)

<sup>182</sup> A relação sinérgica entre poema e autobiografia pode ser encontrada na escrita de Cora Coralina. Em *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais*, especialmente no poema *Minha Infância Freudiana*, no qual a poeta ativa a escrita por via da memória, num movimento escritural centrado na necessidade de se lembrar para poder esquecer a dor da infância.

<sup>183</sup> MELO, João Naves de. *O homem e suas tempestades*. São Francisco: [s.n.], 1998, p. 09.

Em outro poema de *O Homem e suas tempestades*, a metáfora solar recebe guarida. Em *Balada*, o som da cigarra traz uma melancolia com o entardecer, permitindo ao eu-lírico rememorar, reviver e tentar reelaborar as mágoas do passado. A partir de uma memória despertada por uma noção sensorial tal qual no episódio da madeleine de Proust, as feridas da existência estão abertas, escancarando-lhe a dimensão insuportável do vivido e o inverno que, por vezes, se instaura em nossa alma. Temos, portanto, a metaforização da dor existencial:

Fogos estouram no céu azul  
da tarde que cai  
e o sol é sanguíneo  
e a primeira cigarra canta  
canta cumprido e triste  
a desolação do som do mundo

fogos cigarras azul sol estrelas  
na tarde que cai  
é o canto da vida de cada um  
e em pouco não existe mais festa  
em muitos corações fica o pranto  
que a dor vive muito mais<sup>184</sup>

Esse cenário cria um efeito sinestésico em que cores e sons criam uma dimensão melancólica para apontar as mazelas e as dores do existir. É no momento da sangria do sol nos horizontes de nosso cotidiano, que se esvai das feridas abertas pela vida o sangue desvelador de toda a miséria de viver. Essa poética da dor e o sentimento de reflexionar a vida despertam no eu-lírico naviano o anseio de “palavrar” e, a partir dele, a consciência de uma experiência que quer romper as barreiras do não, para ganhar *status* de linguagem e se fundar num exercício libertador por meio da metapoesia:

Tenho um poema dormindo  
preso nas entranhas  
nas paredes escuras dos meus ais,  
como um boi bravo, espumando,  
investindo contra as cercas  
querendo sair  
para não voltar nunca mais<sup>185</sup>.

Nesse excerto, percebemos como a atmosfera da dor cotidiana, motivada por nossas experiências, confere à literatura um caráter autônomo, revelando que esta possui vida própria. Num lugar recôndito de nosso ser, ela dorme serena para ser despertada pelas

---

<sup>184</sup> Ibid., p. 29.

<sup>185</sup> Ibid., p. 51

ressonâncias de nossas dores existenciais, momento em que irrompe como uma fera, chocando-se contra a nossa mente e nossa sensibilidade em busca de expressão artística e da eternização.

O caráter autobiográfico, na poesia de Naves, parece ganhar tintas mais fortes, em *Pedido*, poema em que ele aborda os encontros e desencontros com o amor de sua vida. Começamos, como é recorrente em Naves, com um desenho das ambiguidades experimentadas e das angústias existenciais que, a partir de um estímulo sensorial, quer seja sonoro, ou visual, como é no caso desses versos, é responsável por abrir as comportas da memória:

Fim de tarde... Em pouco desce a noite.  
Réstias de luz caem sem força sobre o rio  
deixando um rastro esmaecido no céu.  
A tarde é companheira da tristeza,  
fica-se com saudade sem saber de que e porquê,  
a angústia invade o peito, roendo<sup>186</sup>.

Essa melancolia, que irrompe ou se esgueira lentamente como o morrer dos fachos de luz, cria uma atmosfera modorrenta, fazendo-nos refletir sobre a vida, seu transcurso e a, por vezes, inevitável falência do frescor das relações afetivas motivada pelo marasmo cotidiano e pela ação do tempo:

Estou pensando em você com carinho.  
Raramente temos momentos a sós;  
não pensamos nisso e a vida passa.  
Embora tão pertos, ficamos distantes.  
A vida nos separa com seu peso  
tudo nos engolfando nas preocupações.

Os dias vão se despedindo...  
A cada tarde já não somos os mesmos.  
Como reconfortante seria viver mais em você,  
desfrutar mais intensamente de nossa unidade  
e que cada momento fosse realmente nosso,  
no gozo do mistério que nos uniu<sup>187</sup>.

Reporta-se, portanto, o eu-lírico para um tempo do prazer da descoberta, da juventude e da paixão à primeira vista. Ele poetiza:

Lá está você, no primeiro dia em que a vi:  
uma franjinha pueril, no rosto cheio de meiguice;  
um sorriso, doce, brejeiro e tão fugaz,  
a “ave maviosa” da juventude viajada,

---

<sup>186</sup> Ibid., p. 104.

<sup>187</sup> Id. Ibid.

e meu coração loucamente, querendo-a .  
- foi o átimo da nossa eternidade<sup>188</sup>

A referência à esposa se torna explícita, quando os cabelos da amada são mencionados. Em *A Saga de um Urucuiano*, Naves já havia feito referência aos cabelos da jovem Maria Vilma, por isso o enlevo autobiográfico. Ao falar sobre um amor fugaz na cidade de São Romão, Naves expõe a quem de fato ele amava: “A chuva, o trovão e “Ouça” me atormentaram por muitos anos como resultado de uma imensa paixão, de um amor mal resolvido, mas que me deu a primeira grande alegria em São Romão. Mas o meu destino já estava traçado ou trançado numa franja...”<sup>189</sup>

Reforça, ainda, esse parecer autobiográfico a referência aos filhos, por meio dos quais suplanta a fugacidade do tempo e, ao mesmo tempo, toma ciência de seu potencial de entrega:

Vejo-me em vocês  
meu ontem  
meu amanhã  
somos um universo  
fluímos dos séculos  
dos espaços infinitos  
elos milenares nos fundiram  
imagens criadas  
fluxos de amor<sup>190</sup>  
[...]

Aqui vemos um Naves no seio da família, destacando as dimensões biológicas, cosmogênicas, cósmicas, sensoriais e sentimentais que envolvem a concepção e os mistérios da vida. Por meio dos filhos, enxergam-se o ontem, o hoje e o amanhã, numa fusão temporal materializada pelas dores e alegrias da vivência cotidiana. Seja como for, a obra naviana, enquanto vertente memorialista, não se restringe a um olhar voltado para si mesmo. Ao passo que ficcionaliza a sua experiência, Naves viabiliza um dinamismo estético que se transforma numa escrita plural.

Logo, brota, na poética memorialista de Naves, a sua percepção de mundo na qual o outro ganha um lugar de fala. Esse discurso centrado numa subjetividade transfigurada na escrita do outro, compondo uma dialética em que se tornam cristalinos a falta de perspectiva e o mundo excluídos, presentifica-se em *O Homem e suas Tempestades*. No poema

<sup>188</sup> Id. Ibid., grifo do autor.

<sup>189</sup> MELO, João Naves de Melo. *A Saga de um Urucuiano*. São Francisco: [s.n.], 2003, p. 150.

<sup>190</sup> Melo, op. cit., p. 103.

*Homem/Carvão*, Naves propõe um desvelamento das mazelas sociais, valendo-se de palavras hirtas e ásperas, como a austeridade que envolve o homem em sua via-crúcis existencial:

Não, não é o “*gerais onde o boi berra*”, das veredas agraciadas de araras. Não assobiam os flabelos dos buritis nem floresce o pequizeiro; sertão inóspito de fumaça molhada fedida; uma trilha entre tocos e a areia amarela rasgando o mato com veias desembocando em cucurucos que vomitam fagulhas e rolos de fumaça numa praça suja de preto. Tudo preto: os minguidos paus tortos, o mato ralo, a areia e do que parece ser gente só se vê riscos brancos dos dentes e o branco dos olhos. Homem esquálido, mulher pendurada de bacuris barrigudinhos - galhinhos de pau em pé, balançando no vento. Um ranchinho de palha, tapera, sem janelas - só a entrada, sempre escancarada. Lá dentro o chiado imitando rato que dá sinal de vida, teimando ficar no mundo, chorando a teta murcha<sup>191</sup>.

Sua experiência de vida o fez perceber a esfera de antíteses que reside nas gerais. A pujança da natureza convive com a ação nefasta do homem na busca insana pelo dinheiro, nem que para isso precise explorar a figura do outro, num processo de objetificação que evidencia o lado negro das relações humanas.

Por outro lado, esse tecido social, a despeito de suas crueldades e incoerências, pode ser perpassado por uma visão que desvela as desigualdades, mas que, concomitantemente, promove um deslocamento semântico por via da arte. Tal proposta emerge no poema *Varredeiras*:

esquálidas figuras negras  
se arrastam pela noite  
num balé lúgubre  
sem música e paixão

num compasso mecânico  
empurram e puxam vassouras  
pares de sua solidão  
varrendo sua própria tristeza

[...]

a rua é o seu volga  
vassouram e vassouram no mesmo ritmo  
tendo apenas o céu e o chão  
sonhando liberdade

varrem o sujo da cidade  
pedem água e café  
contando cada noite  
para ter as migalhas do mês

todas as noites o mesmo balé  
bailarinas rotas e seus pares

---

<sup>191</sup> Ibid., p. 31.

esquálidas figuras negras  
balançando a desesperança<sup>192</sup>

Nota-se que a referência ao balé é usada por Naves para propor o enobrecimento do cotidiano e o anestesiamiento de uma realidade de trabalho e estigmatização, com vistas a oportunizar, pelo menos por meio da palavra, a valorização e a restituição da dignidade dessas bailarinas da fuligem existencial.

Toda a temática da existência e da experiência é uma tônica indelével na escritura naviana. Nesse momento, buscamos apenas demonstrar como a escrita do eu é marca preponderante em sua escritura, deixando toda a problematização teórica acerca desse universo literário para o segundo capítulo. Tal opção se deve ao fato de o efeito de verdade e uma perspectiva de leitura autobiográfica, proposta pelo autor, possuírem, entre todas suas obras, maior força em *A Saga de um Urucuiano*. Essa obra relata um momento decisivo na vida do autor que reverberará em seu ofício escritural, transformando-o numa consequência estética das experiências vividas a partir de seu primeiro contato com o sertão. Dito de outra forma, a saga naviana, estetizada pela arte, torna-se a força motriz que gerará toda a sua tessitura literária, como se pôde observar. Entretanto, essa visão, que nos é proposta a partir de uma literatura eminentemente autobiográfica, como um vivido tal e qual, deve ser problematizada, quando se observa todo o itinerário de surgimento das escritas de si.

---

<sup>192</sup> Ibid, p. 36.

## CAPÍTULO 2

### POSTULAÇÕES TEÓRICAS DA ESCRITA DE SI EM *A SAGA DE UM URUCUIANO*

Que saberíamos nós do amor e do ódio, dos sentimentos éticos e, em geral, de tudo que chamamos o Si, se isso não houvesse sido trazido a linguagem e articulado pela literatura?

(Paul Ricoeur)

Neste capítulo, será realizado um breve traçado histórico acerca da sistematização da escrita de si como gênero literário, evidenciando uma série de conceitos que lhe são inerentes, tais como *a pactuação de verdade, a memória, a desfragmentação do sujeito, a ilusão biográfica e as regiões fronteiriças entre a história e a literatura*. Superada esta etapa, discutiremos as vinculações existentes entre a experiência e a narrativa; lançaremos um olhar analítico sobre *A saga de um Urucuiano*, observando suas especificidades constitutivas no terreno intrincado das escritas do eu, para, por fim, perscrutarmos o comportamento do autor, *João Naves de Melo*, na condição de narrador.

#### 2.1 A escrita de si: origens, percursos e reflexões sobre a natureza constitutiva do gênero

Nos tempos hodiernos, quando se observam o mercado editorial e as produções científicas na área das Ciências Humanas, tem-se percebido um grande interesse pelos gêneros da escrita de si. Entretanto, esse voltar-se para a análise do *eu* é fruto de um processo histórico, que possui, no cerne de sua constituição, uma série de transformações sociais ocorridas, a partir do século XVIII, tanto nos domínios da própria ciência dos estudos literários quanto no contexto sociopolítico. Segundo Gomes (2004)<sup>193</sup>, esse momento de efervescência social no surgimento da terminologia *autobiografia*<sup>194</sup>, na institucionalização dos museus, na criação do *romance moderno* e na apropriação dos direitos civis e políticos pelo indivíduo daquele período o terreno profícuo para a sua gênese, numa conjuntura que fez

<sup>193</sup> GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

<sup>194</sup> Dominique Marie, em sua obra intitulada *Creation littéraire et autobiografie*, aduz que a palavra *autobiografia*, para designar o gênero que ora se discute, surgiu primeiramente na Alemanha (*autobiografie*) em 1779 e somente trinta anos depois na Inglaterra (*autobiography*). Já para Philippe Lejeune, esse termo só viria à baila no século XIX. (DAMIÃO, 2006, p. 30-31).



o homem comum voltar-se para si mesmo na busca pelo delineamento de sua identidade, materializada em diversas modalidades da escrita.<sup>195</sup> Tal deslocamento só se tornou possível, porque, embora a prática da escrita do eu remonte a épocas mais priscas, seu significado só se reveste de um enlevo considerável com a constituição do homem moderno, a partir de um novo paradigma de sociedade que surge na esteira da sobreposição da “lógica coletiva” pela ideia de individualidade, liberdade, equidade e autonomia, oportunizando, dessa forma, uma nova perspectiva de olhar e um interesse sobre esse ser que se volta para si e alija-se do receio de nomear-se na tessitura escritural.<sup>196</sup> Em tais circunstâncias, pode-se dizer que a ideia de unidade e a busca por uma verdade interior são a mola propulsora para o surgimento de uma escrita autobiográfica.

Roy Pascal, em sua obra *Design and Truth in Autobiography*, traça um histórico do gênero autobiográfico com início nas *Confissões* de Santo Agostinho<sup>197</sup>. Entretanto, a corrente majoritária defende que a primeira obra a reunir as características e os esteios basilares do gênero em questão foi *Confissões*, de Jean-Jacques Rousseau.<sup>198</sup>

Em suas *Confissões*, bem como na maioria de suas obras de cunho autobiográfico<sup>199</sup>, Rousseau adota uma escrita alicerçada sobre os pilares da resistência, da justiça e da verdade, em face dos recorrentes ataques empreendidos pela elite intelectual da época à sua obra e à sua pessoa. Nesse sentido, sua escrita assume uma desvelar de si para si mesmo e para outrem, na tentativa de corrigir a visão distorcida como até então era visto.<sup>200</sup> Entretanto, *Os devaneios do caminhante solitário* marcam uma virada no findar da obra de Rousseau, ao estabelecer um discurso absolutamente voltado para si mesmo, excluindo o outro de sua enunciação,<sup>201</sup> como bem esclarece Jean Starobinski:

Para quem Rousseau escreve seus devaneios? Para si mesmo, somente para si. De que trata nesta última obra? De seu destino. O autor, que tomou a si mesmo como destinatário, toma também a si mesmo como tema de seu discurso. A palavra não tem mais nenhuma finalidade externa, ela declina qualquer referência a um possível auditório. Rousseau está convencido de que o mundo é doravante surdo à sua voz e resigna. Em desespero de causa, a palavra percorrerá um circuito interno; ela se

<sup>195</sup> Gomes, 2004, p. 11.

<sup>196</sup> Id. Ibid.

<sup>197</sup> DAMIÃO, Carla Milani. *Sobre o declínio da "sinceridade": filosofia e autobiografia de Jean-Jacques Rousseau a Walter Benjamin*. São Paulo: Loyola, 2006, p. 30.

<sup>198</sup> Id. Ibid.

<sup>199</sup> São consideradas obras confessionais e autobiográficas de Rousseau: *Confissões* (1764-1770), *Cartas ao Sr. Malesherbes* (1762), *Profissão de Fé do Vigário Saboiano* (1762), *Diálogos de Rousseau Juiz de Jean Jacques* (1772) e *Devaneios de um caminhante solitário* (1776-1778).

<sup>200</sup> MARTINS, Adriano Eurípedes Medeiros. Rousseau e suas autobiografias: além do autorretrato. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, v. 22, n. 3, p. 51-56, nov. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/issue/view/10282/1165>> Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>201</sup> MORETTO, Fúlvia Maria Luiza. Prefácio. In: ROUSSEAU, Jean Jacques. *Os devaneios do caminhante solitário*. Tradução Fúlvia Maria Luiza Moretto. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986, p. 10.

refletirá e se absorverá no autor; a consciência pessoal, desdobrada numa consciência discursiva e uma consciência receptora, se alimentará de sua própria substância<sup>202</sup>.

Esse deslocamento endógeno da escrita do sujeito assume um aspecto inaugural, uma vez que a linguagem deixou de ser tratada como mero instrumento; pelo contrário, o sujeito e a linguagem deixam de ser pautados por uma relação de exterioridade, pois este passa a ser uma emoção, logo a palavra passou a ser a mesma coisa que o sujeito, de modo que “o eu, unicamente atento a si mesmo, não pensará nem na obra, nem na linguagem-ferramenta”<sup>203</sup>.

Surge, então, uma literatura enviesada por uma vertente delfica, em que o “eu” se coloca no texto numa busca da compreensão de si mesmo, exercício que só se torna possível a partir de uma imersão na ambiência da natureza e do afastamento da atmosfera social,<sup>204</sup> já que, no entendimento de Rousseau, aquela sociedade corrompida, com seus costumes nefandos, o afastou “em direção contrária ao impulso mais profundo de seu “eu” verdadeiro. Depositar no outro as razões do desconhecimento de si faz com que o “verdadeiro eu”, centrado no homem natural e nos estados da natureza, permaneça oculto e não questionado”<sup>205</sup>.

Para Souza Filho (2011, p.17), o “eu”, que enuncia em *Os devaneios do caminhante solitário*, revela como Rousseau, a partir das caminhadas que empreendia, se valia da natureza para acessar a si mesmo. Nesse sentido, a natureza “significa tanto uma potência exterior que compõe o mundo terreno em sua pureza, ou seja, não tocado pelo homem, quanto a sua potência interna, ou melhor, as suas pré- disposições que determinam suas ações e reações”<sup>206</sup>.

Noutras palavras, existe, portanto, uma natureza física, perceptível, concreta, que se traduz naquilo que o autor chama de ordem natural; e uma natureza humana que, ancorada nas sensações oriundas da ambiência natural, regularia nossas ações, reações, emoções e os movimentos de nossa alma<sup>207</sup> que, nessas circunstâncias, flui, sem amarras, constituindo a ideia de “vagabundagem interior”, expressão cunhada por Marcel Raymond, em sua obra

<sup>202</sup> STAROBINSKI, Jean. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 361

<sup>203</sup> Ibid., p. 203.

<sup>204</sup> CERIZARA, Beatriz. Os devaneios de um passante solitário (Jean-Jacques Rousseau). *Fragments*. Florianópolis: UFSC, (2), 145-147, jul./dez. 1983. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/view/4774/4055>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

<sup>205</sup> Damiano, op. cit., p. 39.

<sup>206</sup> Apud SOUZA FILHO, Homero Santos. A natureza nos devaneios de Rousseau: refúgio e felicidade. *Pergaminho*, Patos de Minas, v. 54, n. 1, p.16-24, nov. 2011.

<sup>207</sup> Souza Filho, 2011, p. 17.

*Vérité et poésie*, para se referir à concepção de placidez do pensamento, conceito que Rousseau apodera-se para nomear sua escrita de “devaneios”<sup>208</sup>.

Sendo assim, apreender a natureza se transforma numa “expressão autorreferente”, posto que a situação de reclusão social e imersão na dimensão matriarcal do natural promovem, em Rousseau, o desenvolvimento de um movimento de endogenia, “de ocupar-se unicamente consigo mesmo”.<sup>209</sup> Nessa perspectiva,

Quando Rousseau volta-se para si, ele acaba por voltar-se para a natureza, encontrando ele mesmo e tudo o que lhe apraz. Além de abarcar todo o sensível primitivo que entra em harmonia, que está de acordo com o natural de Rousseau, a natureza consiste, também, numa potência divina que gerou aquele, e que nele reside lhe conferindo sua sensibilidade. Assim, quando Rousseau sente a natureza física, por meio de sua própria natureza sensível (a sensibilidade), se expressa aí a natureza como uma totalidade em equilíbrio, que vem a ser, para aquele, uma fonte inesgotável de felicidade.<sup>210</sup>

Em tais circunstâncias, Rousseau tende a ressignificar a natureza, concebendo-a como fonte de vida, bem como de felicidade, e, assim, o faz não pela perspectiva de um mero observador, mas de alguém que mergulha no âmago da natureza, formando uma relação sinérgica em que ambos encontram-se amalgamados.

Na esteira dessa discussão, chegamos ao conceito rousseauiano de *autobiografia*, entendida não como um relato temporal linear, mas um gênero eivado de devaneios, resíduos da memória, numa dimensão onírica que mistura os eventos na escala do tempo. Nesse sentido, a escrita da vida de determinado indivíduo é, antes de tudo, a narração dos “movimentos da sua alma”.

A despeito de Jean-Jacques Rousseau ser o precursor da escrita do eu, a sistematização da teoria em torno do reconhecimento da autobiografia como gênero só se viabilizou a partir do lançamento, por Philippe Lejeune, de duas obras fundamentais: *L'autobiographie en France* (A autobiografia na França) (1971) e *Le pacte autobiographique* (O pacto autobiográfico) (1975). Ao se enveredar por esse caminho teórico, Lejeune buscava

---

<sup>208</sup> A palavra “devaneios” dentro da literatura rousseauiana pode assumir diferentes acepções. Além de “vagabundagem interior, o termo pode assumir uma perspectiva *onírica da interioridade das coisas* como propõe Gaston Bachelard com sua episteme. Segundo o autor, o anseio de olhar para o interior das coisas potencializa a visão, que violentamente adentra nas brechas mais ínfimas dos objetos, dissipando qualquer sombra de ocultismo. A partir desse desejo de capturar o que não se vê é que nascem os devaneios, exercício que ao buscar os diferentes planos de profundidade nas coisas, acaba por sinalizar diferentes dimensões de profundidade em quem se põe a observar. (BACHELARD, 1990, p. 7-8). “Devaneios” ainda pode ser compreendida no campo semântico do esmaecimento das fronteiras entre os fatos pretéritos e os sensações atuais. (ROSSI, 2008, p. 105). Nesse sentido, para a contemplação do eu no presente necessariamente é preciso remontar o passado. (ROUSSEAU, 1986, p.31).

<sup>209</sup> Souza Filho, op. cit., p. 23.

<sup>210</sup> Id. Ibid., p. 23-24.

reparar certa omissão da crítica literária da época em relação ao gênero, geralmente visto com despreço, uma espécie de apêndice da História, mesmo havendo consideráveis estudos sobre textos autobiográficos de autores como Rousseau, Sartre, dentre outros<sup>211</sup>.

Em sua primeira obra, *Lejeune*, a partir de um *corpus* levantado com base na obra de Rousseau, esboça suas primeiras incursões na tentativa de criar um “modelo teórico para a autobiografia” e, para tanto, partiria de uma conceituação para o gênero autobiográfico e de um pacto que rege a relação entre autor e leitor. Logo, o lastro teórico em torno do gênero autobiográfico não surgiu de chofre em sua segunda obra; pelo contrário, é fruto de um processo epistemológico que bebe nas fontes primárias de *L'autobiographie en France*, extraindo dela, inclusive, a consagrada definição de *autobiografia*<sup>212</sup>, entendida como “um relato retrospectivo em prosa que alguém faz de sua própria existência, quando coloca em destaque sua vida individual, em particular a história de sua personalidade”<sup>213</sup>.

Delineando melhor seu objeto de estudo, em *O pacto autobiográfico*, Lejeune define, portanto, de forma categórica, que a pactuação inerente à autobiografia é fruto de um discurso contratual tácito com o leitor, centrado na premissa onomástica (identidade entre autor, narrador personagem), isto é,

[...] no compromisso ou o esforço do autor para convencer o leitor de que quem diz “eu” em um texto autobiográfico é a mesma pessoa que assina a capa e, portanto, se responsabiliza pelo que esse “eu” diz. O chamado “princípio de identidade” consagra ou estabelece que o autor, narrador e protagonista são a mesma pessoa, já que compartilham e respondem pelo mesmo nome, que cobra o valor de signo textual e paratextual e chave de leitura.<sup>214</sup>

Assim,

[...] o lugar concebido a esse nome é capital: ele está ligado, por uma convenção social, ao compromisso de responsabilidade de uma *pessoa real*, ou seja, de uma pessoa cuja existência é atestada pelo registro em cartório e verificável. É certo que o leitor não irá verificar e é possível que não saiba quem é aquela pessoa. Mas sua existência não será posta em dúvida: exceções e abusos de confiança não fazem senão confirmar a credibilidade atribuída a esse tipo de contrato social<sup>215</sup>.

<sup>211</sup> COELHO PACE, Ana Amélia Barros. *Lendo e escrevendo O Pacto Autobiográfico de Philippe Lejeune*. 2012. 172 f. Dissertação (Dissertação em Língua e Literatura Francesa) – USP. São Paulo, 2012.

<sup>212</sup> Ainda que muitos acreditem que Philippe Lejeune seja o criador da definição de autobiografia, na verdade ele retirou, na íntegra, o verbete do dicionário Larousse. (COELHO PACE, 2012, p. 56)

<sup>213</sup> LEJEUNE, Philippe. *O pacto Autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p.16.

<sup>214</sup> ALBERCA, Manuel. *El pacto ambiguo*. Madri: Biblioteca Nueva, 2007, p. 03.

<sup>215</sup> *Ibid.*, p. 25-26, grifos do autor.

O substrato constitutivo da autobiografia, portanto, não se encontra na estrutura substancial da realidade que se apresenta, mas nas especificidades de uma convenção social, que, como tal, exige que as assertivas da autobiografia sejam compreendidas em termos de referencialidade.<sup>216</sup>

Para além dessa possibilidade de identificação onomástica entre narrador e personagem, sinalizando para a existência de uma pessoa real, passível de ser verificada por intermédio de um aporte burocrático legal, existem outras formas de firmar essa identidade. De acordo com Lejeune, muitas vezes, essa identidade não aparece de forma explícita na tessitura do texto, mas o autor, valendo-se de pistas ao longo da narrativa ou de recursos paratextuais, como títulos e prefácios, insinua essa identificação, de modo que o leitor não tem dúvidas que o narrador-personagem (o eu) reporta-se “ao nome escrito na capa do livro”<sup>217</sup>. Por outro lado, mesmo em histórias em que há identificação entre narrador e personagem, através de uma narrativa *autodiegética*<sup>218</sup>, se o autor estiver excluído dessa pactuação, teremos o que Lejeune chama de *pacto romanesco*, termo que denota uma ficcionalidade apontada na capa ou na folha de rosto do livro, bem como na presença de um narrador ficcional.<sup>219</sup>

Seja como for, todas essas considerações de Lejeune acerca dos pactos que regem as narrativas serviram para, entre outras coisas, diferenciar o texto ficcional e o autobiográfico, reservando para este um espaço de possibilidade e de reconhecimento como gênero literário. Ao afirmar que “romance, na terminologia atual, implica pacto romanesco, ao passo que *narrativa*, por ser indeterminada, é compatível com um pacto autobiográfico, poder-se-ia [...] argumentar que o romance tem a faculdade de *imitar* o pacto autobiográfico”<sup>220</sup> e que, portanto, texto ficcional e texto autobiográfico podem ser regidos pelos mesmos princípios.<sup>221</sup> Como bem esclarece o próprio Philippe Lejeune, em entrevista concedida à Noronha (s.d.), a distinção entre esses dois gêneros não estaria no cerne de suas escrituras, mas nas informações paratextuais e “no compromisso do autor com o leitor em dizer a verdade sobre si mesmo. É completamente diferente do compromisso que se tem na

<sup>216</sup> GALLE, H. Apresentação. In: IZARRA, L. (Org.). *Em primeira pessoa: abordagem de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Annablume, 2009, p. 9-18.

<sup>217</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>218</sup> Termo criado por Gerard Genette para se referir à narrativa em que “[...] o narrador é o herói da sua narrativa [...]” (GENETTE, 1995, p. 244.)

<sup>219</sup> Lejeune, op. cit., p. 34.

<sup>220</sup> *Ibid.*, p. 32.

<sup>221</sup> NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Entrevista com Philippe Lejeune. *Ipotesi, Revista de Estudos Literários*. Juiz de fora. v.6, n. 2, p. 21-30, [s.d]. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaipotesei/files/2009/12/Entrevista-com1.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2018.

ficção – que antes é um *descompromisso*, a instauração de um jogo, de um distanciamento”<sup>222</sup>. O pacto lejeuniano gira, portanto, em torno, concomitantemente, de um *pacto referencial*, ao centrar-se na perspectiva de um compromisso de verdade, e de um *pacto de leitura*, ao esperar que o leitor assuma uma postura de confidente. Noutras palavras, “é a partir do funcionamento desse pacto entre o autobiógrafo e seu leitor, entre o texto e o que o rodeia, que se pode considerar a autobiografia”<sup>223</sup>.

A grande crítica feita à teorização de Lejeune é que, de certa forma, ela é muito categórica em relação às especificidades de um gênero que é crivado de ambivalências. A despeito de seu caráter inaugural em relação ao pensamento sistemático do gênero autobiográfico, a simples condição onomástica, a ideia de pactuação e o enlevo ao nome próprio na capa do livro, por si sós, não testificam a enunciação da verdade, a intenção de sinceridade, tampouco garantem um terreno seguro para se estabelecer uma distinção entre a autobiografia e o romance.<sup>224</sup> Para além disso, como garantir que, nessa pactuação, o leitor comprará essa ideia de verdade e a utilizará como filtro para a sua leitura?

São essas constatações e lacunas que foram responsáveis por um movimento de refutação teórica que marcou o cenário científico no século XX, desencadeando, inclusive, uma reflexão epistemológica do próprio Lejeune, que, em obras subsequentes, como *O pacto Autobiográfico (Bis)* e *Pacto autobiográfico, 25 anos depois* procurou aparar as arestas de seu pensamento inicial, esclarecer algumas obscuridades, reconhecer algumas falhas, sem, contudo, esmaecer a paixão sobre seu objeto de estudo. Para Lejeune, a contribuição de seus estudos reside na sua disposição em

[...] observar ao mesmo tempo o centro do sistema, o pólo (o compromisso de escrever a verdade sobre si) e as margens, as situações fronteiriças de todos os tipos, nas quais a influência do outro polo [a ficção] se faz sentir, e onde se criam interferências “franjas” onde os dois sistemas manifestam, através do conflito, o que cada um deles tem de próprio. O pólo é o compromisso de dizer a verdade sobre si. É um ato *real*, que implica a possibilidade de verificação, e que compromete o fato, socialmente ou juridicamente, podendo, às vezes, chegar ao tribunal. A esse aspecto referencial que o opõe à ficção, acrescenta-se um aspecto relacional, que o distingue do discurso histórico: o autobiográfico coloca seu leitor em perigo. Ele lhe pede algo: reconhecimento, aprovação, amor. E, ao mesmo tempo, sugere ou propõe algo mais embaraçoso ainda: a reciprocidade. O leitor é forçado a pensar em sua própria vida em termos análogos, mesmo se não tiver vontade de fazê-lo. A autobiografia é contagiosa e muitas pessoas têm medo dela<sup>225</sup>.

<sup>222</sup> Id. *Ibid.*, grifos da autora.

<sup>223</sup> Coelho Pace, 2012, p. 59.

<sup>224</sup> SILVA, Ana Cláudia Oliveira da. As escritas de si e a emergência da autoficção: um campo de indefinições. *Revista literatura e autoritarismo*, Santa Maria. n. 20, p. 158-174, jul. 2017.

<sup>225</sup> Noronha, op. cit., p. 23, grifos da autora.

Lejeune, nessa fala, deixa cristalino o fato de que a autobiografia é perigosamente bela, pois, para além de seu aspecto referencial, insinua-se ao leitor, em busca de um olhar cúmplice e, ao mesmo tempo, força-lhe uma análise introspectiva. Não bastasse isso, as postulações lejeunianas possuem relevância epistemológica ao revelar que, quando se propõe a realizar uma empreitada autobiográfica, um indivíduo transcende a mera exposição de fatos vivenciados no passado, permitindo um espaço de desvelamento de suas motivações para escrever, ou seja, “o autobiógrafo passaria da esfera referencial, em direção a uma esfera própria da escrita, buscando um novo nascimento”<sup>226</sup>: o nascimento da autobiografia como uma instância discursiva, ato que permite criar uma atmosfera de reconhecimento do gênero.

Depois de todo o caminho traçado em busca de uma teorização do discurso autobiográfico e da legitimação de seu espaço, percebe-se que Lejeune, ao teorizar, refletir e retificar-se, foi criando condições de exercitar seu lado literário, posto que todo o seu caminho como cientista conta, por meio da teoria, a sua vida. Lejeune buscou, por meio de sua escritura acadêmica, uma maneira de “biografizar-se”, dando vazão ao gênero ao qual era adicto<sup>227</sup>.

Seja como for, apesar das incongruências presentes na teoria lejeuniana, há de se reconhecer a sua importância, posto que é a partir da refutação de seus pressupostos que o espaço da autobiografia vai se alargando, fazendo surgir outras nomenclaturas para designá-la, bem como outros gêneros híbridos, ante a impossibilidade, como bem reconhece o próprio Lejeune, de o gênero autobiográfico manter sua ossatura constitutiva “frente à multiplicidade de formas da construção da identidade pessoal, que extrapolam o domínio literário e o meio escrito”<sup>228</sup>. Alain Robbe-Grillet<sup>229</sup>, com sua *nova autobiografia*<sup>230</sup>, Serge Doubrovsky<sup>231</sup>,

<sup>226</sup> Coelho Pace, op. cit., 59.

<sup>227</sup> Ibid., p. 42.

<sup>228</sup> Ibid., p. 47.

<sup>229</sup> “Alain Robbe-Grillet nasceu em Brest, na Bretanha, em 1922. Engenheiro agrônomo, lançou seu primeiro romance, *Les Gommages*, em 1953. Participou do grupo de escritores reunido na Éditions de Minuit, criando as bases do Nouveau Roman em 1963. Entre seus roteiros de filmes, destaca-se *O ano passado em Marienbad*, dirigido por Alain Resnais. Publicou, entre outras obras, *Le Voyeur* (1955), *La Jalousie* (1957), *La Maison de rendez-vous* (1965), *Topologie d'une cité fantôme* (1976), *Os últimos dias de Corinto* (1994) e *A retomada* (2002). O autor faleceu em fevereiro de 2008, em decorrência de problemas cardíacos”. Disponível em: < [http://www.record.com.br/autor\\_sobre.asp?id\\_autor=268](http://www.record.com.br/autor_sobre.asp?id_autor=268)>. Acesso em: 16 set. 2018.

<sup>230</sup> Para Lucien Goldmann, o “novo romance” de Alain Robbe-Grillet caracteriza-se por entender que o mundo que nos cerca é constituído de objetos dotados de uma autonomia alijada da vontade humana. Por isso, para este autor, o desaparecimento da importância e da significação da ação individual torna os “romances novos” (como os de Robbe Grillet) os mais realistas da literatura contemporânea. Disponível em: < <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/nouveau-roman/>> Acesso em: 16 set. 2018.

<sup>231</sup> “Julien Serge Doubrovsky nasceu no dia 22 de Maio de 1928, em Paris. É escritor, crítico literário (especialista em *Corneille*) e professor de Literatura francesa. Foi professor honorário na New York University e, atualmente, está aposentado e de volta a Paris. Publicou obras críticas (*Corneille et la dialectique du héros*, 1963, *Pourquoi le nouvelle critique*, 1996, *La Place de la Madeleine: écriture et fantasme chez proust*, 1974, *Parcours critique*, 1980, *Autobiographiques: Corneille à Sartre*, 1988, *Parcours critique II*, 2006)

com a sua criação do conceito e do gênero da *autoficção*<sup>232</sup> e o *memorialismo* proustiano são exemplos de escritas que rompem com os paradigmas de uma autobiografia “tradicional” e jogam “com as instâncias ficcionais e referenciais, com contratos de leitura mistos ou variáveis”<sup>233</sup>. Entretanto, esse deslocamento do entendimento em relação às especificidades da ampliação dos limites da *escrita do eu* é fruto de um processo de desfragmentação do sujeito e de novas percepções teóricas acerca do tempo e da memória que, surgidas no início da pós-modernidade, incidem diretamente sobre o gênero autobiográfico. São precisamente essas novas percepções que serão discutidas no próximo item.

### 2.1.1 O sujeito plural e o teatro da memória

Com o fim da era moderna, em meados dos anos de 1980, uma nova ordem discursiva surgiu tanto no cenário literário quanto na fortuna crítica. A partir de um contexto de pós-modernidade, no qual impera a fragmentação do sujeito, das grandes narrativas, das teorias científicas, artísticas e políticas, percebe-se um enaltecimento dos “microrrelatos”, da multiplicidade de vozes discursivas e da flexibilização do cânone, realidade que desencadeou um soterramento da estrutura basilar da modernidade, outrora forjada nas “utopias do universalismo, da razão, do saber, da igualdade” e da evolução humana<sup>234</sup>. Nas palavras de Antônio (1998, p. 90), a racionalidade moderna, legitimadora da singularidade, cedeu espaço, pela dinâmica da contemporaneidade, a uma sociedade em que vigora “a aceitação da heterogeneidade e da relatividade cultural”, preceito que, simultaneamente, permite as pluralidades, imprecisões, localismos, coexistências e subjetividades, bem como a fluidez de um indivíduo ético, “capaz de fazer suas escolhas, de uma maneira em que a própria vida pode se tornar uma forma de expressão”, num espaço difuso da coletividade<sup>235</sup>.

---

e obras literárias ( *Le Jour S*, 1963, *La dispersion*, 1969, *Fils*, 1977, *Mon amour de soi*, 1982, *Le livre brisé*, *Prix médecins*, 1989, *L'après-vivre*, 1994, *Laissé pour conte*, *Prix de l'Écrit intime* 1999, *Un homme de passage*, 2011, *la vie l'instante*, 2011)” (MARTINS, 2013, p. 182, grifos do autor).

<sup>232</sup> Em *Fils* (1977), Serge Doubrovsky, pela primeira vez, refere-se ao gênero autoficção: “Autobiografia? Não, esse é um privilégio reservado aos importantes desse mundo, ao fim de suas vidas, e em belo estilo. Ficção, de acontecimentos e fatos estritamente reais; se se quiser, autoficção, por ter confiado a linguagem de uma aventura à aventura da linguagem, fora da sabedoria e fora da sintaxe do romance, tradicional ou novo. Encontro, fio de palavras, aliterações, assonâncias, escrita de antes ou depois da literatura, concreta como se diz em música. Ou ainda: autofricção, pacientemente onanista, que espera agora compartilhar seu prazer”. (DOUBROVSKY, 1977, capa). Nessas circunstâncias, “autoficção *não* é autobiografia, nem romance. Nem um, nem outro. Ela instaure-se no entre lugar, entre autobiografia e um romance”. (MARTINS, 2013, p. 186, grifos do autor)

<sup>233</sup> Coelho Pace, op. cit., p. 65.

<sup>234</sup> ARFUCH, Leonor. *O Espaço Biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 17.

<sup>235</sup> ANTÔNIO, Irati. A autoria e a cultura na pós-modernidade. *Revista Ciência da Informação*. Brasília, v. 27, n. 2, p. 189-192, maio/ago. 1998.



Desdobrando essas assertivas, entende-se que essa alteração de enfoque se deve a todo um contexto de transformações políticas, culturais e tecnológicas, especialmente no desenvolvimento de recursos midiáticos responsáveis por “um salto na flexibilização dos costumes, que comprometia os usos do corpo, o amor e sexualidade, as relações entre as pessoas, e parecia se insinuar, empurrando os limites de visibilidade do dizível e do mostrável”, suavizando as linhas divisórias entre o particular e o coletivo<sup>236</sup>.

No campo do político, num contexto marcado pelas injustiças da globalização e injustiças sociais, “havia prementes valores coletivos e fundamentos a restituir em termos de justiça e democracia”. Dessa forma, através do processo de luta e apropriação de direitos, os mais diversos grupos sociais passaram a reivindicar um lugar de fala, tornando o sujeito fluído, difuso e autorreferencial.<sup>237</sup>

Todas essas reverberações, por sua vez, incidiram diretamente no âmbito da cultura, influenciando não só os costumes como também a mídia, as artes e a literatura. Em tais circunstâncias,

[...] com a consolidação da democracia brotava o democratismo das narrativas, essa pluralidade de vozes, identidades, sujeitos e subjetividades que pareciam confirmar inquietudes de algumas coisas: a dissolução do coletivo da ideia mesma de comunidades, na miríade narcisista do individual<sup>238</sup>.

Dessa forma, esse contexto pulveriza a ideia de um sujeito tomado a partir da noção de centro ou de unidade. Um sujeito entendido, *a priori*, como uma instância plena e acabada promove um processo de dilaceramento de sua natureza constitutiva e de dissipação de seu substrato. Assim, essa nova perspectiva sujeitucional passa a estruturar as postulações de diversos teóricos ou para sinalizar a impossibilidade de um gênero autobiográfico ou para apontar-lhe uma nova configuração.

Paul de Man, por exemplo, nega a possibilidade de existência de um gênero autobiográfico. Para ele, uma autobiografia “parece pertencer a uma forma mais simples de referencialidade, de representação e de diegese”, configurando-se, portanto, num efeito de criação, manifestado na ambiência da ficcionalidade<sup>239</sup>. Noutras palavras,

[...] o que as chamadas “autobiografias” produzem é “a ilusão de uma vida como referência” e, por conseguinte, a ilusão de que existe algo como um sujeito unificado

<sup>236</sup> Arfuch, op. cit., p. 18.

<sup>237</sup> Id. Ibid.

<sup>238</sup> Id. Ibid., p.19.

<sup>239</sup> Originalmente publicado em *Modern Language Notes*, 94 (1979), 919-930; republicado em *The rhetoric of romanticism*. Nova York: Columbia University Press, 1984, pp. 67-81. Tradução de Joca Wolff. Revisão de Idelber Avelar. Disponível em: < <http://www.culturaebarbarie.org/sopro/outros/autobiografia.html#.W3dJp-hKhPY>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

do tempo. Não há sujeito exterior ao texto que consiga sustentar essa ficção de unidade experiencial e temporal<sup>240</sup>.

Essa escrita estaria, em razão desse efeito, numa zona mista, perímetro difuso em que referência e (re) invenção não são tecidos seccionados, mas contíguos, atendendo a determinadas intenções discursivas de um sujeito que não é dado, mas construído. Logo,

Se víssemos o sujeito como algo possível de ser conhecido, como uma entidade mais ou menos fixa, cujo cerne pudéssemos chegar a penetrar, a visão que teríamos da autobiografia seria possivelmente a de um retrato fiel daquele eu, pois ninguém, a não ser o próprio “dono”, poderia ser mais apto para fazê-lo, já que está mais próximo desse mesmo que qualquer outra pessoa. No entanto, ambas as colocações são falsas e simplificam realidades que são por demais complexas. Primeiro, não há uma entidade fixa traduzível mesmo pelo desejo mais sincero de autenticidade; segundo, mesmo se existisse, ela não seria captada pela consciência, mas faria parte daquele *segredo*, que Freud chamou de *inconsciente* e que só através da análise seria desvendado. A própria pessoa seria então a menos propícia para interpretar os dados desse inconsciente [...] assim como o texto literário, o texto autobiográfico é constituído de modo semelhante ao inconsciente, com seus mecanismos de censura, desejos e sintomas, através de cuja interpretação podemos penetrar na instância do não dito<sup>241</sup>.

Nesse sentido, o sujeito que se colocava como unificado e detentor de uma visão globalizante do passado é, na verdade, protagonista de um jogo de encenação em que promove “um alinhamento de sujeitos” implicados no processo de leitura, que, por intermédio de um efeito especular, se reclamam ou se substituem. O referido ato performático, entendido a partir de uma perspectiva cênica, desvela que, por mais que os leitores possam acreditar nesse jogo ou até mesmo o autor possa acreditar piamente que esteja retratando um vivido tal e qual, não se torna crível, nem verificável a relação “entre um eu textual e um eu da experiência vivida”. Na verdade, o máximo que se pode depreender é que,

Como ficção em primeira pessoa, tudo que uma “autobiografia” consegue mostrar é a estrutura especular em que alguém, que se diz chamar eu, toma-se como objeto. Isso quer dizer que esse eu textual põe em cena um eu ausente, e cobre seu rosto com essa máscara.

O primeiro enigma em jogo relaciona-se com a própria ideia de representação do passado como memória. Como se vê em Aristóteles, no seu pequeno tratado “Da memória e da reminiscência”, a memória é “do passado”. Que sentido dar a essa simples preposição “de”? Este: uma recordação surge ao espírito sob a forma de uma imagem que, espontaneamente, se dá como signo de qualquer coisa diferente, realmente ausente, mas que consideramos como tendo existido no passado. Encontram-se reunidos três traços de forma paradoxal: a presença, a ausência, a

<sup>240</sup> SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007, p.31, grifo da autora.

<sup>241</sup> CAMPOS, Marta. *O desejo e a morte nas memórias de Pedro Nava*. Fortaleza: Edições UFC, 1992, p. 23, grifos da autora.

anterioridade. Para o dizer de outra forma, a imagem-recordação está presente no espírito como alguma coisa que já não está lá, mas esteve.<sup>242</sup>

Paul Ricoeur, em *A memória, a história e o esquecimento*, evidencia que os filósofos da Antiguidade ilustraram, de forma profícua, essa ideia de representação, marca e rastro por intermédio da metaforização de objetos. Com a metáfora da cera, Platão, nas palavras de Ricoeur, já revelava como se configura a ideia de representação diante do funcionamento seletivo de nossa memória. No *Teeteto*, o filósofo grego coloca na boca de Sócrates a seguinte descrição do funcionamento da memória:

Sócrates – Pois então, digamos que se trata de um dom da mãe das Musas, Memória: exatamente como quando, à guisa de assinatura, imprimimos a marca de nossos anéis, quando pomos esse bloco de cera sob as sensações e os pensamentos, imprimimos nele aquilo que queremos recordar, quer se trate de coisas que vimos, ouvimos ou recebemos no espírito. E aquilo que foi impresso, nós recordamos e o sabemos, enquanto sua imagem [...] está ali, ao passo que aquilo que é apagado, ou aquilo que não foi capaz de ser impresso, nós esquecemos [...], isto é não o sabemos<sup>243</sup>.

Dessa forma, o presente (a marca) torna-se um palco onde o passado (o anel) se faz sincrónico por uma relação de substituição, em que as instâncias de tempo se reclamam e, em via de mão dupla, engendram um ato performático. É a partir dessa perspectiva que se pode compreender o conceito ambíguo e paradoxalmente esclarecedor posto por Roger Chartier, para quem a *representação* apresenta uma natureza dicotômica, revelando duas famílias de sentido:

Por um lado, a representação como dando a ver uma coisa ausente, o que supõe uma distinção radical entre aquilo que representa e aquilo que é representado; por outro, a representação como exibição de uma presença, como apresentação pública de algo ou de alguém. No primeiro sentido, a representação é instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objecto ausente através da sua substituição por uma "imagem" capaz de constituir em memória e de segurar tal como ele é.<sup>244</sup>

Assim sendo, a ideia de substituição presente no conceito de *representação* postula uma conexão cognoscível “entre o signo visível e o referente por ele significado”, liame que, ao estabelecer a ligação entre uma imagem manifesta e um objeto ausente, acaba por se tornar a base de sustentação da teoria do signo linguístico concernente ao pensamento clássico.<sup>245</sup>

<sup>242</sup> Sarlo, 2007, p. 03.

<sup>243</sup> apud RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 28.

<sup>244</sup> CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Alges: Difusão Editorial, 2002, p. 20.

<sup>245</sup> Id. *Ibid.*, p. 21.

Logo, a ideia de *representação* não pode ser entendida como uma simples duplicação do que é apresentado pela percepção, mas como um deslocamento “da realidade viva” em outro perímetro da realidade “dotada de características próprias e de modo algum insignificante, ao contrário”<sup>246</sup>. Esse deslocamento, no entanto, só é possível na medida em que fatores como o tempo exercem papel preponderante no processo de reconstrução da percepção e do vivido, criando uma rede de significados conceituais que envolvem o discurso da memória.

Esse discurso se alicerça no fato de que as múltiplas temporalidades permitem que a memória promova uma triagem dos fatos, retendo, no campo do lembrar, aqueles eventos que foram relevantes, mesmo quando apartados na linha do tempo. Em contrapartida, o caminho inverso também pode ser tomado, e os acontecimentos irrisórios podem ser alijados do domínio psíquico, mesmo que mais recentes. O que se percebe é que, no terreno intrincado da memória, os eventos passam pelo crivo da afeição significativa, ou seja, “o inconsciente registra tudo que é captado pelos sentidos, todas as suas experiências, mas retém na memória apenas as que fizeram sentido em um determinado contexto”<sup>247</sup>. São essas memórias revestidas de significação, contextualizadas, que brotarão, *a posteriori*, naturalmente, a partir de um estímulo sensorial que as gestou. É o que Marcel Proust, em *Du côté de chez Swann*, primeira parte de *À la recherche du temps perdu*, chama de *memória involuntária*, cujas especificidades são pontuadas pelo autor no subsequente excerto:

Acho muito razoável a crença céltica de que as almas daqueles a quem perdemos se acham cativas em algum ser inferior, em um animal, em um vegetal, uma coisa inanimada, efetivamente perdidas para nós até o dia, que para muitos nunca chega, em que nos sucede passar por perto da árvore, entrar na posse do objeto que lhe serve de prisão. Então elas palpitam, nos chamam, e, logo que as reconhecemos, está quebrado o encanto. Libertadas por nós, venceram a morte e voltam a viver conosco. É assim com nosso passado. Trabalho perdido procurar evocá-lo, todos os esforços de nossa inteligência permanecem inúteis. Está ele oculto, fora de seu domínio e de seu alcance, em algum objeto material (na sensação que nos daria esse objeto material) que nós nem suspeitamos. Esse objeto, só do acaso depende que o encontremos antes de morrer, ou que não o encontremos nunca.<sup>248</sup>

Obviamente, a partir da palavra *involuntária*, podemos pressupor que se trata de algo sem esforço, fruto do acaso, cuja presentificação torna-se impossível de se estabelecer. O acaso suscita outros lugares e horários apagados pelo esquecimento (a morte). Para o autor, a alma de quem perdemos e amamos está presa nos mais diferentes elementos – coisas, objetos

<sup>246</sup> GUSDORF, Georges. *Les écritures du moi; lignes de vie 1*. Paris: Odile Jacob, 1991, p. 14.

<sup>247</sup> Campos, op. cit., p.101

<sup>248</sup> PROUST, Marcel. *No caminho de Swann*. 6ª. ed. Tradução Mario Quintana. Porto Alegre: Globo, 1981, p. 44 - 45.

animais e vegetais – e insinua-se, pulsa, na tentativa de chamar nossa atenção. Quando a reconhecemos, está quebrado o encanto. Libertada por nós, a alma vence a morte e o esquecimento, passando a viver novamente conosco. O mesmo ocorreria com a memória, que está oculta e disseminada nas coisas. Ao lidarmos com esses objetos e suas sensações, reconhecemos essa memória, libertando-a da morte, do esquecimento e dos silenciamentos que a deixavam reclusa, logo o passado vem à tona para, outra vez, viver conosco.<sup>249</sup>

Essa memória esmaecida por um tempo que se quer revisitado é a força motriz de *À la recherche du temps perdu*, obra precursora da utilização da memória como força motriz de uma narrativa, responsável por, a partir de uma identidade onomástica, refletir uma realidade passada, com base numa releitura ficcional,<sup>250</sup> exercício que enseja a gênese de um novo gênero: *o romance memorialista*.

Esse entendimento acerca da possibilidade de um romance memorialista ganha ressonância na voz de muitos nomes que compunham a crítica da época. Em carta de 1912, Robert de Montesquiou menciona que a escrita proustiana é uma visão concêntrica de um sujeito que se envolve na busca das memórias da infância<sup>251</sup>. Em uma resenha publicada em *Le Temps* em 1926 (intitulada “Les livres: *Albertine disparue*”), Paul Souday define *Le Côté de Guermantes* como *memórias românticas*, o que, notadamente, reforça a alma ficcional que emerge da escrita proustiana<sup>252</sup>. Jacques-Emile Blanche, por sua vez, destaca o caráter complexo e inovador do romance memorialístico de Proust, posto que sua escritura é capaz de se situar entre a “filosofia, ciência, poema épico, sátira, memórias e todas as formas catalogadas até o momento”.<sup>253</sup> Henri de Régnier vincula Marcel Proust a um autor de personalidade complexa, por meio da qual se pode perceber o “psicólogo e o observador moralista que sempre se une com a curiosidade que tinha dos outros, o culto que tinha de si mesmo”<sup>254</sup>. Já para Albert Thibaudet o cerne da escrita de *Recherche* está nas memórias dos outros.<sup>255</sup>

Todas essas leituras acerca de *Recherche* refletem, de fato, a dimensão endógena e exógena da escrita proustiana, posto que esta consegue abordar “os mais diversos aspectos da vida humana: o consciente e o inconsciente, o tempo – passado, presente e futuro – e o

<sup>249</sup> Id. Ibid.

<sup>250</sup> SOUZA, Ricardo Luiz de. *Marcel Proust e os paraísos perdidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

<sup>251</sup> Apud VULTUR, Ioana. La réception de la Recherche: une question de genre?, *Poétique*, Paris, v.2, n. 142, p.239-254, 2005. Disponível em: < <https://www.cairn.info/revue-poetique-2005-2-page-239.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2018.

<sup>252</sup> Ibid., p. 248.

<sup>253</sup> Id. Ibid.

<sup>254</sup> Ibid., p. 250.

<sup>255</sup> Id. Ibid.

espaço, o indivíduo e a sociedade, o amor e a solidão”<sup>256</sup>. Ao seu único romance, Proust dedicou mais de quatorze anos, uma obra de mais de um milhão de palavras, onde um universo vasto e intrincado de personagens se cruzam, dando vazão a temas subjetivos, sociológicos e filosóficos ao longo de três mil páginas.

De origem burguesa, desde muito cedo Proust quis compartilhar o seletto mundo da aristocracia, mas, com o passar do tempo, percebeu que este universo era marcado por pessoas frívolas, adictas de um *mise en scène* e de um pensamento cíclico, reiteradamente maçante. Essa realidade, somada a uma série de problemas de saúde e tragédias pessoais, como a perda dos pais, fizeram com que Proust se enclausurasse e buscasse na literatura o prazer que os círculos sociais não lhe traziam mais.<sup>257</sup> A escrita se torna, entre outras coisas, uma maneira de depurar os males da existência, por meio de uma busca do tempo de uma infância perdida, exercício que se valerá da força propulsora da memória como elemento desencadeador da sua escritura, uma espécie de “força rejuvenescedora capaz de enfrentar o implacável envelhecimento”<sup>258</sup>.

Assim, Proust embarca numa viagem extraordinária, através de uma “recordação, inintelectual, fora de controle, causal”, condição que promove a repetição de uma sensação remota, epidérmica, que justamente por estar em contato com a pele, vem, recorrentemente, “intrometer-se bruscamente no tempo atual, carregando um momento forte do passado no perfume, num cheiro, numa sensação tátil, num objeto sensual qualquer, capaz de fazer o presente vacilar, no deslocamento cosmográfico”<sup>259</sup>. É por meio de um estímulo sensorial, o sabor de uma madeleine mergulhada numa xícara de chá, que Proust retoma a Combray de sua infância, percebida como um espaço “essencial”, um “ponto de vista” e uma instância “superior a tudo que foi vivido desse mesmo ponto de vista”<sup>260</sup>. Combray torna-se uma cidade “sem correspondente no real, que reaparece por si e em seu esplendor, tal como não poderia ser vivida, e assim acima da cadeia associativa”<sup>261</sup>.

Seguindo esta lógica, Proust não narra, por certo, o que aconteceu, mas as suas percepções, aquilo “que ele acredita ter ocorrido” e todas as vozes das pessoas que constituem o seu passado reverbera através da sua<sup>262</sup>. Em tais circunstâncias, seus personagens compõem

---

<sup>256</sup> Souza, 2014, p. 09.

<sup>257</sup> WATT, Adam. *The Cambridge Introduction to Marcel Proust*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

<sup>258</sup> BENJAMIM, Walter. A imagem de Proust. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985c, p. 45.

<sup>259</sup> MOTTA, Leda Tenório da. *Lições de literatura francesa*. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 111.

<sup>260</sup> Ibid., p. 114.

<sup>261</sup> Id. Ibid.

<sup>262</sup> Souza, 2014, p. 19.

um mosaico que deixa entrever falas ouvidas na ambiência familiar, nos salões que costumava frequentar e no espaço hermético de sua casa, onde construiu uma linda relação de amizade com sua governanta, Céleste Albaret, testemunha da luta sôfrega de Proust para finalizar a jornada literária de *À la recherche du temps perdu*, antes que este sucumbisse à doença que ceifaria a sua vida em 1922<sup>263</sup>.

Na esteira dessa discussão, os personagens proustianos são amálgamas de várias pessoas, um jogo interacional em que as individualidades se constituiriam de “impressões múltiplas, as quais, provocadas por muitas moças, muitas igrejas, muitas sonatas, serviriam para constituir uma única sonata, uma única igreja, uma única moça”<sup>264</sup>. Noutras palavras, Proust, como exímio artista, é capaz de acessar distintas notas musicais, transformando-as em uma vasta e complexa sinfonia literária. Proust não inventou nada, porém modificou tudo. Introduziu, em seu romance, toda a sua vida e sua época.

Nessa perspectiva, se considerássemos a narrativa proustiana uma estrutura meramente cronológica, que contasse apenas os percursos e meandros do herói em seus embates na dimensão insuportável da glória e miséria de existir, “suas divisões se ordenariam simplesmente como episódios da aventura global”<sup>265</sup>. Entretanto, isso não ocorre em *À la recherche du temps perdu*, posto que a narrativa de Proust não relata, única e exclusivamente, a estória do protagonista, “mas também a estória do seu duplo, o *narrador* em busca de assunto para o livro que deseja escrever”<sup>266</sup>. Isso ocorre porque, ao descrever o seu mundo a partir de uma perspectiva subjetiva, em detrimento de um tratamento objetivo, as marcas que, comumente, balizam o início, meio e fim da narração são suprimidas. Sendo assim, “o seu final corresponde a outro início, ou seja, a obra que o Narrador se propõe a escrever, que é a obra de Proust”<sup>267</sup>.

Paul Ricoeur, em *Tempo e Narrativa*, corrobora esse processo de desdobramento do narrador de *À la recherche du temps perdu*, ao afirmar que a tessitura literária de Proust nos faz identificar as vozes de um *narrador* e a de um *herói*. Enquanto este, em forma de reminiscências, relata “suas aventuras mundanas, amorosas, sensoriais, estéticas, à medida que ocorrem dentro de uma marcha enunciativa rumo ao futuro, aquele está à frente da progressão engendrada pelo herói, colocando-se num ponto de observação superior. Esta

<sup>263</sup> FERREIRA-NOLASCO, Sonia. Celeste Albaret: o tempo reencontrado. In: PROUST, Marcel. *Sobre a leitura*. Tradução Julia da Rosa Simões. São Paulo: L&pm Pocket, 2016.

<sup>264</sup> PROUST, Marcel. *O tempo redescoberto*. Tradução Lúcia Miguel Pereira. 15. ed. São Paulo: Globo, 2004, p. 281.

<sup>265</sup> SOUSA-AGUIAR, Maria Armanda de. *Introdução a Proust*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aliança Francesa, 1984, p. 11.

<sup>266</sup> Id. *Ibid.*, p. 11-12.

<sup>267</sup> Souza, loc. cit.

posição, em certa medida, faz com que o narrador dê significado “à experiência recontada pelo herói”. Essa disposição homonímica entre autor e narrador acaba por reinar em boa parte da trama, mas enseja o risco de “tornar o narrador porta-voz do autor em sua grande dissertação de arte”<sup>268</sup>.

Ricardo Luiz de Souza destaca, no entanto, que, apesar de haver uma sinergia entre as trajetórias do narrador e de Proust, “e diversos episódios da vida do autor [serem] transfigurados na vida do Narrador”, não podemos nos esquecer que se trata de uma obra de ficção, e “Marcel, o Narrador, não é, mas ao mesmo tempo também é Marcel, o autor”<sup>269</sup>.

Em consonância com essa postulação, Edmund Wilson reforça a necessidade de não se misturar, em Proust, os lugares de onde falam o herói e o narrador, posto que a voz que relata a história representa apenas recortes do homem que está, de fato, a escrever, mantendo-se “dentro de certos limites”. Por outro lado, Proust se vale de sua obra não apenas para desvelar a sua condição de escritor, mas para revelar as eivas de sua intimidade, com vistas a chegar ao autoconhecimento.<sup>270</sup> Entretanto, a percepção dos episódios romanceados presentes na obra como sendo vivenciados ou não por Proust não pode ser entendida como ponto central de apreensão da obra, posto que essa profusão de episódios delinea o estatuto ficcional daquilo que está escrito, mas não evidencia a plenitude de seu sentido. Este sentido, na verdade, reside precisamente na dimensão do tempo, numa busca interior por um tempo perdido que se torna a chave de compreensão de um passado redescoberto, engrenagens que giram em torno do intento de Proust de dar uma unidade para a sua obra. A redescoberta que ata o presente e o passado no espaço proustiano evidencia a força corrosiva de um tempo entendido como fuga, “única forma de vitória sobre a fragmentação e a destruição da existência”<sup>271</sup>.

Logo, no que se refere à memória, vista pelo prisma do veículo propulsor da matéria narrada, o tempo passado é tomado como uma instância descontínua e fragmentária, “não só porque apenas a parte dele se conserva, mas também porque a possibilidade de fazer reviver pela memória sensorial [...] as lembranças guardadas no inconsciente depende do acaso, que pode ou não pôr ao nosso alcance o estímulo capaz de despertá-las.”<sup>272</sup>

Seguindo na esteira dessa discussão, cabe notar a existência, na teoria de Henri Bergson, de um conceito que, comum e equivocadamente tomado como similar ao conceito

<sup>268</sup> RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa (Tombo II)*. Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1995, p. 231.

<sup>269</sup> Souza, op. cit., p. 24.

<sup>270</sup> Apud SOUZA, 2014, p. 24.

<sup>271</sup> Sousa-Aguiar, op. cit., p. 156.

<sup>272</sup> Id. Ibid.



proustiano de *memória involuntária*, é denominado pelo autor como *imagem-lembrança*. Em *Matéria e Memória*<sup>273</sup>, esse conceito é descrito como uma espécie de “ação nascente”, que abriria as comportas do lembrar com base nas noções de *percepção*, *memória* e *duração*, instâncias intrinsecamente ligadas por intermédio de uma sinergia em que “reconhecer uma percepção presente consistiria em inseri-la pelo pensamento num ambiente antigo”. Bergson desenvolve a relação dos elementos dessa tríade, com a seguinte explicação:

Encontro uma pessoa pela primeira vez: eu a percebo simplesmente. Se torno a encontrá-la, eu a reconheço, no sentido de que as circunstâncias concomitantes da percepção primitiva, voltando-me ao espírito, desenham ao redor da imagem atual um quadro que não é o quadro atualmente percebido. Reconhecer seria, portanto, associar a uma percepção presente as imagens dadas outrora em contiguidade com ela. Mas, como já se observou com razão, uma percepção renovada não pode sugerir as circunstâncias concomitantes da percepção primitiva a menos que esta seja inicialmente evocada pelo estado atual que se lhe assemelha.<sup>274</sup>

Nesse sentido, a *percepção* e a *memória* são instâncias vinculantes, posto que perceber é selecionar de um universo amplo de imagens apenas a parte que reconhecemos<sup>275</sup>, ou seja, a memória permite o constructo de uma imagem percebida numa temporalidade passada, mas que agora se encontra em virtualidade. Por outros termos, a lembrança pode ser entendida com base na metáfora da busca de foco de uma câmera fotográfica:

Pouco a pouco aparece como que uma nebulosidade que se condensasse; de virtual ela passa ao estado atual; e, à medida que seus contornos se desenham e sua superfície se colore, ela tende a imitar a percepção. Mas continua presa ao passado por suas raízes profundas, e se, uma vez realizada, não se ressentisse de sua virtualidade original, se não fosse, ao mesmo tempo que um estado presente, algo que se destaca do presente, não a reconheceríamos jamais como uma lembrança.<sup>276</sup>

A ideia de uma opacidade que turva os contornos das imagens-lembrança e as abriga nos recônditos do cérebro para uma evocação posterior sinaliza, portanto, para um papel preponderante da ação do inconsciente, responsável por fazer com que a lembrança se catalise a partir, não de uma reconstituição fiel dos eventos de outrora, mas de um processo de releitura, como ensina Ecléa Bosi (1994), a partir da leitura de Maurice Halbwachs, em *Les cadres sociaux de la mémoire* (1925). Segundo o autora, quando nos deparamos com um livro lido na infância, somos acometidos por um despertar de memórias e um rejuvenescimento

---

<sup>273</sup> BERGSON, Henri. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 99.

<sup>274</sup> Id. Ibid.

<sup>275</sup> SAHM, Estela. *Bergson e Proust: sobre a representação da passagem do tempo*. São Paulo: Iluminuras, 2011, p. 50.

<sup>276</sup> Bergson, op. cit., p. 156.

interno que nos despertam o desejo de lê-lo. Ao iniciar a leitura, acreditamos que preservamos o frescor e o sabor da primeira leitura. Ledo engano. Com uma lembrança vaga, difusa, generalista da história e perpassada pela esperança de conseguir remontar e reviver todas as emoções a que fomos submetidos, no passado, pela leitura inaugural, somos surpreendidos com o fato de que aquele livro não é mais o mesmo. O que se percebe é que diversas nuances em relação a trechos, palavras, tipos, circunstâncias e ambientações da narrativa somente agora são aclarados em razão de “nosso espírito, hoje, mais atento à verossimilhança da narrativa e à estrutura psicológica das personagens, mover-se em uma direção crítica e cultural que, evidentemente, não pode entrar nos quadros mentais da primeira leitura”<sup>277</sup>. Inversamente, trechos que haviam nos despertado interesse ou comoção destituíram-se, nessa nova leitura, do prestígio do passado<sup>278</sup>. Nas palavras do próprio Halbwachs:

Nossa memória, indubitavelmente, à medida que avançamos, recapturou muito do que parecia ter passado, mas de uma nova forma. Tudo acontece como quando um objeto é visto de um ângulo diferente, ou quando é iluminado de outra forma: a nova distribuição de sombras e luz muda neste ponto os valores das partes que, embora reconhecendo-as, não se pode dizer que eles permaneceram o que eram antes<sup>279</sup>.

Tal assertiva nos desvela o fato de que as lembranças de fatos significativos, importantes em determinados contextos do passado, não são capturadas em estado puro, mas atravessadas por uma série de fatores condicionantes, “como a experiência atual do memorialista, um desejo de congruência [...] e seus mecanismos de defesa ou censura”, que vão sendo transformados pelas “novas vivências”<sup>280</sup>. Toda essa conjuntura faz com que “o acontecimento primeiro ganhe novos contornos, não podendo mais ser resgatado em sua originalidade”<sup>281</sup>, em função das especificidades do tempo da memória. Noutras palavras, nota-se que *percepção* e *memória* trabalham de forma consubstanciada no processo de reconhecimento das situações que as perpassam. Entretanto, esse vislumbrar do passado por intermédio do reconhecimento carrega, também, em seu bojo, o princípio do estranhamento na instância do reencontro, que jamais coincidirá com a imagem-lembrança. Assim, “comporta a constatação da diferença que está contida no *mesmo*, a consciência da própria passagem do tempo que simultaneamente os distancia e aproxima”<sup>282</sup>.

---

<sup>277</sup> BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 57.

<sup>278</sup> Id. *Ibid.*

<sup>279</sup> HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, 1925, p. 76, tradução nossa.

<sup>280</sup> Campos, 1992, p. 120-121.

<sup>281</sup> Id. *Ibid.*

<sup>282</sup> Sahm, loc. cit., grifos da autora.

Essa deformação temporal se dá em razão da falsa sensação de que o tempo da memória é cronológico, mecânico, constituído como um fio, um rastro a ser reconstituído ou percorrido, o que, notadamente, reveste a temporalidade de uma espacialidade que lhe é estranha. Tal proposição significa dizer que o tempo mecânico é homogêneo, constituído a partir de uma “série de instantes, um ao lado do outro, como se vê nas sucessivas posições dos ponteiros do relógio”<sup>283</sup>, num movimento gestado, de acordo com as postulações de Bergson, por uma “multiplicidade de justaposição”<sup>284</sup>, na qual os eventos diferem quantitativamente. Todavia, essa ideia de um tempo homogeneamente disposto, como a constituir um espectro crivado de matizes que se reclamam, é inoperante, posto que, quando se pensa nas características da experiência, estamos falando de tempo como *duração* e, nessas condições, pressupõe falar sobre *consciência*<sup>285</sup>.

O tempo pensado, então, em termos de *duração*, possibilita ao indivíduo viver o presente com a memória do passado e, concomitantemente, antecipar o futuro<sup>286</sup>, evidenciando um tempo psicológico que marca uma “descoincidência com as medidas temporais objetivas”. Logo, a “duração interior” é subjetiva e relativa: “uma hora pode nos parecer tão curta quanto um minuto se a vivemos intensamente; um minuto pode parecer-nos tão longo quanto uma hora se nos entediamos.”<sup>287</sup> Em vista disso, eis que o tempo é dotado de uma fluidez, constituindo uma dimensão totalmente contínua. A nossa consciência, por se manifestar nesse contexto de contiguidade, também se reveste dos atributos da temporalidade, inviabilizando o entendimento de que os estados de consciência constituem momentos externos um ao outro, precisamente delimitados, separados entre si, totalmente seccionados<sup>288</sup>. Quando se diz que os eventos possuem uma duração, significa que eles atravessam o tempo sem segmentações ou limites, razão pela qual há de se estabelecer, apesar de alguns pontos em comum, uma diferenciação entre a memória bergsoniana e a proustiana, já que “enquanto o movimento dominante na obra de Bergson se faz no sentido do mergulho na duração que é o tempo dinâmico, não espacializado, unidade, vida e, simultaneamente

<sup>283</sup> ZILLES, Urbano. *Panorama das filosofias do século XX*. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/262277271/ZILLES-Urbano-Panorama-Das-Filosofias-Do-Seculo-XX>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

<sup>284</sup> BERGSON, Henri. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Tradução João da Silva Gama. Lisboa: Edições 70, 1988, p. 114.

<sup>285</sup> NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática, 1988, p. 18.

<sup>286</sup> BERGSON, Henri. A consciência e a vida. In: *A energia espiritual*. Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009, p. 05.

<sup>287</sup> Nunes, loc. cit.

<sup>288</sup> Bergson, 1999, p. 157.

intuição do eterno”<sup>289</sup>, em Proust, temos de forma cristalina um tempo fragmentado, “um abismo de onde só um pequeno número de lembranças é resgatado.”<sup>290</sup>

Seja como for, a impossibilidade de recuperarmos os eventos do passado em sua integralidade, seja pela via de entendimento de um tempo indivisível, seja pela compreensão de um tempo como uma instância fragmentada, permite a realização de um exercício de apreensão da natureza ontológica do tempo<sup>291</sup>, uma vez que reconhecer em nós uma natureza temporal, contínua ou fragmentada é inserir a memória nesse mesmo campo semântico e, como é natural, ainda que nem sempre perceptível, constatarmos o fato de que estamos em constante transformação<sup>292</sup>. Dessa forma, o retorno a lugares e situações ou o reencontro com pessoas do passado podem suscitar o lembrar de experiências anteriores, ao mesmo tempo em que assume, nessa busca, a impossibilidade desse “reviver”, já que esse tempo, quando evocado pela memória, já é introduzido numa nova temporalidade, o presente, “que o transforma e é simultaneamente transformado pela evocação” e pelo momento da escritura<sup>293</sup>. Noutras palavras, o valor autorreferencial do passado remete

[...] ao eu atual, no momento da escrita e se conecta com um conceito mais genérico de estilo, ligado ao ato de escrever resultante da margem de liberdade oferecida pela linguagem e pela convenção literária que empregará um escritor. Se o estilo autobiográfico se refere ao eu presente no momento da escrita, o eu presente que é enunciado pode aparecer como um obstáculo à sua apreensão fiel e à reprodução exata dos fatos revelados. Como o passado é sempre evocado a partir de um presente, a consciência atual não pode evitar impor sua forma, sob a forma de uma reinterpretação feita pelo eu que se lembra.<sup>294</sup>

Essa escritura funciona, portanto, como um instrumental de descobertas dos problemas atuais vividos pelo “eu”, revelando um sujeito em construção, inacabado, cuja imagem, via-palavra, é sempre retocada – “imagem essa que se liga às suas condições atuais e a seu projeto de vida”<sup>295</sup>. Recebe relevância, em tais circunstâncias, o papel da consciência na elaboração desse sujeito, pois “este não é resultado da ação de acontecimentos que estão longe de seu controle, mas do trabalho da consciência sobre as experiências a que está

<sup>289</sup> SOUSA-AGUIAR, Maria Arminda de. *Introdução a Proust*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aliança Francesa, 1984, p. 156.

<sup>290</sup> Id. *Ibid.*

<sup>291</sup> Sahm, op. cit., p. 32

<sup>292</sup> *Ibid.*, p. 34.

<sup>293</sup> *Ibid.*, p. 70.

<sup>294</sup> STAROBINSKI, Jean. El estilo de la autobiografía. En: *La relación crítica*. (Psicoanálisis y literatura). Madrid: Taurus, 1974, p. 85, tradução nossa.

<sup>295</sup> Campos, op. cit., 29

submetido”<sup>296</sup>, motivo pelo qual não há de se falar, no relato autobiográfico, na noção *verdade*, mas de *intenção de sinceridade*.

Nesse jogo cênico, o leitor exerce papel decisivo para a definição do efeito autobiográfico, participando “juntamente com o autor, da criação da ilusão do passado, da ilusão de uma verdade apresentada pelo autor, mesmo sabendo que essa verdade não é só feita de lembranças nem de fatos registrados, mas recriada pela imaginação”<sup>297</sup> e pelo ofício escritural. Assim, chegamos ao entendimento de que a *verdade* é um efeito discursivo, logo todos os textos que se valem dela para a construção de seu escopo vem sendo repensados na dimensão de sua abordagem, como é o caso da historiografia, o outro lado do vértice da escrita naviana.

### 2.1.2 As fronteiras da historiografia e as especificidades do gênero *memórias*

Na esteira do debate das zonas fronteiriças entre a história e a literatura, o que se tem percebido é que o discurso historiográfico, a partir dos anos setenta do século passado, teve suas bases abaladas por uma nova proposição epistêmica que passou a questionar o estatuto da verdade, comumente atrelado à história. Nesse sentido, conforme afirma Almeida (2016, p. 203), a historiografia abandona a concepção de uma existência centrada em si mesma e realça as escolhas empreendidas na narrativa dos historiadores, robustecendo o “seu papel ativo de autoridade para falar do passado”.<sup>298</sup> Esse entendimento surgiu a partir da obra de muitos nomes, dentre eles Paul Veyne, Michel Certeau e Hayden White, que promoveram uma guinada linguística dentro do escopo do discurso historiográfico.

Paul Veyne, em *Como se escreve a história* (1971), destaca o aspecto ficcional da história, estabelecendo pontos de confluência com o discurso literário. Segundo o autor, a história gira em torno de um romanceamento do factual, posto que tanto os agentes da narrativa ficcional quanto os da historiografia promovem um série de recortes, seleções, delimitações e reduções nos acontecimentos, efeito sintético que torna cristalino o fato de que “um acontecimento [não] é agarrado directa e inteiramente; é-o sempre incompleta e lateralmente, através dos documentos ou dos testemunhos, digamos através dos *tekmeria*”, ou seja, dos indícios.<sup>299</sup>

---

<sup>296</sup> Id. Ibid.

<sup>297</sup> Campos, op. cit., p. 45.

<sup>298</sup> ALMEIDA, Renata Geraissati Castro de. Os limites entre a história e a ficção. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 22, p. 202-2013, dez. 2016.

<sup>299</sup> VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Tradução Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1971, p. 14.

Assim, no relato histórico, revestido pela placidez da narrativa, o leitor se pauta na fala do historiador, no produto da (des) importância que este atribui aos mais diferentes eventos, revelando uma proficiência para inferir a natureza das fontes consultadas e suas irrefutáveis lacunas, o que, em certa medida, transforma essa reconstituição num verdadeiro reflexo: quem lê “adivinha a localização das lacunas mal remendadas, não ignora que o número de páginas que o autor concede aos diferentes momentos e aos diversos aspectos do passado é uma média entre a importância que têm esses aspectos aos seus olhos e a abundância da documentação”.<sup>300</sup> Apesar de enxergar o aspecto lacunar da história e sua impossibilidade de retomar fidedignamente o passado, princípio adicto da memória, Veyne adota certa parcimônia, posto que não rechaça a ideia de que a história é a produção de conhecimento mediado pela prova documental.<sup>301</sup>

Michel Certeau, por sua vez, em sua obra *A escrita da história*<sup>302</sup>, especificamente no segundo capítulo *A operação historiográfica*, desloca o eixo da essencialidade do discurso historiográfico, entendido a partir de uma dinâmica que desvela maneiras distintas de concebê-lo. Para o autor, a história é iluminada a partir de um prisma tridimensional, sendo, concomitantemente, uma disciplina, um exercício e uma escrita<sup>303</sup>. O destaque, no entanto, recai sobre a figura do historiador que, em sua prática, leva em consideração três condicionantes fundamentais: a ambiência social, as práticas científicas e o ofício escritural. Esse último domínio é a instância em que todo o esforço empreendido na investigação histórica se materializa num produto, por intermédio de um movimento que não parte dos restos do passado para compreender o presente, mas se vale de uma formalização presente como mecanismo de se abordar o passado, que, nessa perspectiva, é fruto ou produto de um trabalho sistematizado.<sup>304</sup>

Ao propor um lugar de destaque para escrita no bojo do estudo historiográfico, Certeau, além de sobrelevar a sua importância, destaca uma transcendência desse ato, que não se restringe ao conteúdo que emana, mas se ocupa de revelar todos os aspectos que envolvem a sua constituição, dentre os quais podemos destacar as condições e contextos de produção, bem como o lugar social ocupado pelo historiador.<sup>305</sup> Seja como for, a mera menção à construção de um produto, isto é, a inserção da ideia de um criador dentro dos domínios da

<sup>300</sup> Ibid., p. 26.

<sup>301</sup> VEYNE apud ALMEIDA, 2016, p. 203.

<sup>302</sup> CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

<sup>303</sup> Certeau, 2006, p. 66

<sup>304</sup> Ibid., p. 86.

<sup>305</sup> Certeau, 2006, p. 66 et. seq.

historiografia, já oportuniza uma visão artística dentro da ação do historiador, que ao calcar seus estudos em pesquisas de natureza documental, cria para a história um interstício, onde a ciência e arte criam uma relação sinérgica.

No entanto, a ideia de uma História com laivos de ficcionalidade ganha contornos decisivos e definitivos com o conceito de *meta-história* cunhado por Hayden White, para quem todo o arcabouço histórico possuía, inegavelmente, uma natureza poético-linguística. No entendimento de White, “a partir da análise da construção de textos era possível compreender as principais formas de consciência histórica”<sup>306</sup>, ou seja, “por meio da identificação nos textos de diferentes estilos estéticos e da recuperação dos elementos pré-figurativos era possível se obter um modo preciso de conhecimento histórico”<sup>307</sup>. Nesse sentido, a história é entendida como um artefato literário, como bem explica White:

[...] narrativa histórica [é] considerada exclusivamente como um artefato verbal que pretende ser um modelo de estruturas e processos há muito decorridos e, portanto, não-sujeitos a controles experimentais ou observacionais. Isso não quer dizer que historiadores e filósofos da história não observaram a natureza essencialmente provisória e contingente das representações históricas e sua suscetibilidade a uma revisão infinita dos problemas à luz de novos testemunhos ou de uma conceituação mais elaborada. Uma das marcas do bom historiador profissional é a firmeza com que ele lembra seus leitores a natureza puramente provisória das suas caracterizações dos acontecimentos, dos agentes e das atividades encontradas no registro histórico sempre incompleto. E tampouco quer dizer que os teóricos da literatura *nunca* estudaram a estrutura das narrativas históricas. Mas de um modo geral houve uma relutância em considerar as narrativas históricas como aquilo que elas manifestamente são: ficções verbais cujos conteúdos são tão *inventados* quanto *descobertos* e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com seus correspondentes nas ciências<sup>308</sup>.

Ao sinalizar para uma centralidade da narrativa na esfera do discurso literário, com base na ideia de artefato, White passa a ignorar o estatuto da factualidade, com vistas a fazer ruírem as fronteiras entre a literatura e a historiografia:

A distinção mais antiga entre ficção e história, na qual a ficção é concebida como a representação do imaginável e a história como a representação do verdadeiro, deve dar lugar ao reconhecimento de que só podemos conhecer o *real* comparando-o ou equiparando-o ao *imaginável*. Assim concebidas, as narrativas históricas são estruturas complexas em que se imagina que o mundo da experiência existe pelo menos de dois modos, dos quais um é codificado como “real” e outro se “revela” como ilusório no decorrer da narrativa. Trata-se, obviamente, de uma ficção do historiador a suposição de que os vários estados de coisas que ele constitui na forma de começo, meio e fim de um curso do desenvolvimento sejam todos “verdadeiros” ou “reais” e que ele simplesmente registrou “o que aconteceu” na transição da fase inaugural para fase final. Porém tanto o estado inicial de coisas quanto o final são

<sup>306</sup> Almeida, op. cit., p. 203.

<sup>307</sup> Id. Ibid.

<sup>308</sup> WHITE, HAYDEN. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014, p.98, grifos do autor.

inevitavelmente construções poéticas e, como tais, dependentes da modalidade da linguagem figurativa utilizada para lhes dar o aspecto de coerência. Isto implica que toda narrativa não é simplesmente um registro “do que aconteceu” na transição de um estado de coisas para o outro, mas uma *redescricao* progressiva de conjuntos de eventos de maneira a dismantelar uma estrutura codificada no modo verbal no começo, a fim de justificar uma retificação dele no outro modo no final. Nisso consiste o “ponto médio” de todas as narrativas.<sup>309</sup>

Esse tratamento da informação historiográfica a partir de uma perspectiva literária, em que o ilusório e o imaginável ganham especial destaque, obviamente despertou a fúria dos teóricos que se pautavam no estatuto epistemológico da história. Northrop Frye, com suas postulações, entende que o histórico e o mítico ocupam dimensões opostas, e propor que o tecido que reveste seu trabalho reside na ambiência do mitológico soa como profunda afronta.<sup>310</sup>

Ainda que, em determinados momentos, o autor chegue a modular o seu discurso, pontuando que “quando um projeto de um historiador alcança certo nível de abrangência, ele se torna mítico na forma e, assim, se aproxima do poético na estrutura”<sup>311</sup>, sua oposição ao conceito de artefato literário torna-se cristalina, uma vez que o historiador, diz Frye:

[...] trabalha indutivamente coletando os seus atos e tentando evitar quaisquer padrões de formação, exceto aqueles que ele vê, ou tem a nossa convicção de ver, nos próprios fatos. Ele não trabalha “a partir” de uma “forma unificadora”, como faz o poeta, mas “com vistas” a ela: segue-se, portanto, que o historiador, como qualquer um que escreva prosa discursiva, deve ser julgado “pela verdade do que diz, ou pela adequação de sua reprodução verbal de seu modelo exterior”, quer esse modelo se componha das ações dos homens no passado, quer do próprio pensamento do historiador acerca de tais ações.<sup>312</sup>

Esse processo de aporia no universo da historiografia também é recepcionado na episteme de Carlo Ginzburg, que, com suas ponderações, aduz sobre a necessidade de se ter um profundo desrespeito pela inverdade e, concomitantemente, observância às crenças e sentimentos.<sup>313</sup> Todavia, por mais que as superfícies discursivas da historiografia e da literatura possam se resvalar, não se pode deduzir que as fronteiras entre a ficção e a história foram demolidas, uma vez que a alteração que surgiu na história moderna foi em relação ao tratamento dado à documentação, não ao abandono do estatuto da prova.<sup>314</sup> Na seara dessa discussão, Ginzburg eleva o tom da crítica ao afirmar que os adictos da perspectiva narrativa

<sup>309</sup> Ibid., p. 115, grifos do autor.

<sup>310</sup> Apud WHITE, 2014, p. 98.

<sup>311</sup> Apud WHITE, 2014, p. 99.

<sup>312</sup> Apud WHITE, 2014, p. 99.

<sup>313</sup> GINZBURG, Carlo. [Entrevista]. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: Unesp, 2000, p. 281.

<sup>314</sup> Ibid., p. 333.



no âmbito da historiografia, de forma contumaz, se valem de recortes historiográficos individualizados, descontextualizados, desmerecendo o rigoroso procedimento técnico de pesquisa que os viabilizam.<sup>315</sup> Ao desconsiderar o trabalho de seleção documental, relativizando seus elementos mais elementares, a historiografia, nessa perspectiva, acaba por se tornar um documento meramente ideológico, cujo princípio de verdade se perde no devaneio do ficcional.<sup>316</sup> O que se pode concluir, após essa breve discussão, é que a historiografia moderna reconhece as zonas de contato entre a factualidade e a ficção; o grande senão que se aventa é o desdém que, muitas vezes, irrompe contra a circunscrição da produção histórica. Logo, é incontestável que um fato pode ser lido a partir de chaves diferentes, o que permite aos historiadores vislumbrarem a possibilidade de uma poética no universo da historiografia, ainda que estes continuem alicerçados em suas convicções acerca de que quem fala o faz de algum lugar e de alguma experiência objetiva, que deve, em face disso, receber um tratamento técnico rigoroso.

Essa discussão acerca dos pontos de contato entre a realidade e a ficção ganha interesse em particular, quando se pensam as *memórias* na condição de gênero literário. Nas memórias, por mais que o memorialista lide com eventos históricos, a subjetividade no tratamento da informação reveste a narrativa com uma aura de ficcionalidade que se transforma em característica preponderante e indelével.

De acordo com Maria Lúcia Dias Mendes, em seu trabalho de doutoramento intitulado *No limiar da história e da memória*, o gênero *memórias* remete à “recapitulação” de eventos que fizeram parte da vida do autor, quer na posição de agente, quer na posição de mero espectador. Nesse sentido, o memorialista não é um historiador, nem um mero cronista, ele assume o papel de “uma testemunha da história”<sup>317</sup>, que, por vezes ancorada no auxílio de testemunhos e documentos, assume um viés ficcionalizante, diante de todo o trabalho que o narrador em primeira pessoa empreende na organização dos fatos a partir de uma perspectiva absolutamente pessoal.<sup>318</sup>

Por outros termos, a narrativa de um memorialista não é concebida dentro de um liame científico, mas centrada em tudo que foi presenciado e ouvido por ele, desencadeando

<sup>315</sup> Ibid., p. 320.

<sup>316</sup> Ibid., p. 327.

<sup>317</sup> GUSDORF (1991) apud AGUIAR, Joaquim Alves de. *Espaços da memória: um estudo sobre Pedro Nava*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1988, p.22.

<sup>318</sup> MENDES, Maria Lúcia Dias. *No limiar da história e da memória: um estudo de Memórias*, de Alexandre Dumas. 2007. 320 f. Tese (Doutoramento em Letras Modernas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-01112007-143905/publico/TESE\\_MARIA\\_LUCIA\\_DIAS\\_MENDES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-01112007-143905/publico/TESE_MARIA_LUCIA_DIAS_MENDES.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2019, p. 37-38.

um exercício escritural desvelador de tudo que foi aprendido, apreendido e interpretado das experiências vividas no passado. É a mesma impressão que possui Massaud Moisés, para quem as memórias constituem um trabalho de refacção das experiências narrador, que conduz o itinerário de seus relatos selecionando os eventos com base na importância e na representatividade que cada um deles teve em determinado período de sua vida.<sup>319</sup> Nas palavras de Aragão (1992, s/p).

Quando lemos uma história de vida, devemos estar sempre conscientes de que o autor nos conta apenas uma parte de sua história, que escolhe os fatos de maneira a nos apresentar certa imagem elaborada de si. O confronto entre o passado de um indivíduo e sua verbalização, a busca da diferença entre o que o narrador diz que fez ou sentiu e o que ele realmente realizou está no centro da problemática deste tipo de escritura. Mas a tarefa do crítico literário não é verificar a veracidade do que foi narrado, mas sim de como se deu essa passagem para a narratividade, e de que modo se construiu um discurso que passa a ter vida própria, independentemente da comprovação da realidade ou da veracidade dos acontecimentos narrados. A narrativa de vida não se prende à descrição exata dos fatos. Ela obedece, isso sim, à exigência de fidelidade a si mesmo, segundo a ordem dos valores reveladores do sentido de uma vida, na plenitude de sua permanente atualidade.<sup>320</sup>

Nesse sentido, o processo de seleção, forçosamente, reveste o gênero *memórias* com um manto de subjetividade, cingindo-o dentro de uma vertente mais ficcional do que propriamente histórica, posto que o cerne de seu intento não está na narrativa fidedigna dos fatos experienciados, mas no manancial de impressões que, de alguma forma, marcaram o narrador.<sup>321</sup>

Sendo assim, a linearidade temporal é relegada a um segundo plano, dando vazão a eventos que, para o narrador, são dignos de serem lembrados e relatados, tanto na perspectiva dos eventos de sua vivência individual, quanto na das marcas de alteridade, responsáveis por fazer com que impressões de outrem ficassem incrustadas em sua memória.<sup>322</sup> É como se o narrador tivesse a oportunidade de reconstruir a escrita de sua vida, por intermédio da soberania e poder em relação ao seu lembrar, posto que

Um livro de memórias é sempre uma segunda chance de se viver o que já se viveu, de viver o que não se viveu e de se recuperar "o tempo perdido". Um livro de memórias é sempre uma experiência temporal vivida pelo seu autor, pela recuperação de fatos pertencentes à sua pré-história que passam agora a fazer sentido dentro de sua história. Escreve-se um livro de memórias para se impedir que o tempo apague uma vida. Um livro de memórias é sempre uma segunda leitura,

<sup>319</sup> MOISÉS, Massaud. Memórias. In: MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2013, p. 289.

<sup>320</sup> ARAGÃO, Maria Lúcia. Memórias literárias na modernidade. Letras, Santa Maria, n. 3, jan./jun. 1992. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/11423/6898> >. Acesso em: 14 jan. 2019.

<sup>321</sup> Moisés, loc. cit.

<sup>322</sup> Id. Ibid.

nem mais certa, nem mais precisa, nem mais verdadeira, mas, assim mesmo, tão certa, tão precisa e tão verdadeira quanto as leituras parciais que vão sendo feitas ao longo dos vários momentos presentes, dos fragmentos de tempo que nem sempre conseguimos juntar de forma coerente e que só se completam no ato da escritura.<sup>323</sup>

Quando se pensa na possibilidade de “reviver” o ocorrido e dar vazão ao que ficou no campo das possibilidades num jogo escritural marcado por uma infinidade de releituras, devemos pensar o narrador como um efeito de linguagem que, via de regra, insere em dimensões distintas as figuras do *autor* e do *narrador*, como se o ofício escritural possibilitasse o surgimento de uma nova identidade. Essa possibilidade ocorre porque as memórias constituem um gênero que tramita entre fatos e abstrações, entre realidade e o onírico, entre a imaginação e a memória, entre o passado e o anseio pelo futuro.<sup>324</sup>

Com base em todas essas postulações, podem-se entender as *memórias* como um gênero que, a despeito de usar como estrutura basilar as experiências, os acontecimentos e experiências reais da vida do autor, envolve o ocorrido numa aura ficcionalizante e desdobra-se para os eventos que constituem a estrutura social que envolve o narrador, com destaque para a família, os amigos, os colegas de profissão. Noutros termos, as memórias, como bem ensina Maria Lúcia Dias Mendes, assumem sempre uma importância social geralmente vinculada a funções, acontecimentos ou posições sociais importantes<sup>325</sup> vivenciadas pelo autor ao longo de sua trajetória de vida e abordados, na escrita, de forma absolutamente pessoal. Nesse processo, mesmo que o autor conte determinados aspectos de sua vida pessoal, estes servem unicamente para corroborar a sua ligação ou a certos eventos grandiosos, portanto, dignos de nota, ou a indivíduos notáveis que lhe são contemporâneos.<sup>326</sup> Em suma, o memorialista é uma testemunha ocular da história que trata a matéria vivenciada com o olhar da fantasia e da subjetividade.

### 2.1.3 A vida e a experiência como instâncias narrativas

As modalidades que compõem o universo intrincado da *escrita do eu* possuem, como ponto de intersecção, a intenção de relatar uma experiência de vida, exercício capaz de oferecer ao indivíduo um conhecimento aprofundado de sua natureza constitutiva e das

<sup>323</sup> ARAGÃO, Maria Lúcia. Memórias literárias na modernidade. *Letras*, Santa Maria, n. 3, jan./jun. 1992. Disponível em: < <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/11423/6898>>. Acesso em: 14 jan. 2019, s/p.

<sup>324</sup> PORTO, Patrícia de Cássia Pereira. Narrativas memorialísticas: memória e literatura. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 195 -211, 2011. Disponível em: < <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1648>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

<sup>325</sup> Mendes, op. cit., p. 40.

<sup>326</sup> Misch, 1950, apud Mendes, 2007, p. 37.

especificidades da ordem temporal. A experiência (*erfahrung*<sup>327</sup>), na visão de Walter Benjamin, é a capacidade que determinada cultura possui de compartilhar seus saberes para as gerações futuras, processo viabilizado por meio da narrativa, espécie de celeiro, por intermédio do qual a tradição é recepcionada, retomada e ressignificada.<sup>328</sup>

Nesse sentido, pode-se pensar a *experiência* como um aprendizado construído numa relação de alteridade e coletividade, posto que “as histórias do narrador tradicional não são simplesmente ouvidas ou lidas”, mas “escutadas e seguidas, acarretando um processo de *bildung* (formação), válido para todos indivíduos de uma comunidade, resultando, por fim, numa “prática comum”.<sup>329</sup> Entretanto, o contexto das grandes guerras, responsável por provocar um silenciamento dos indivíduos<sup>330</sup>, bem como as crises econômicas e a tecnologia reproducionista, próprias da ordem capitalista, fez com que as narrativas, pensadas na perspectiva de um saber confeccionado artesanalmente, fossem sucumbindo, dando espaço a uma experiência, cada vez mais, individual e apartada da dimensão dialogal. Surge um indivíduo movido por uma dinâmica de mundo em que prevalece a *informação*, rápida, dinâmica e fugaz, avessa ao conhecimento prático, que seria fundamental para construção de uma experiência compartilhável, coletiva e verdadeira.<sup>331</sup> O homem, num espaço em que figuram o *aço* e o *vidro*, metáforas reveladoras da incapacidade deste indivíduo se fixar e deixar marcas narráveis, que são facilmente apagadas, acaba por revelar um empobrecimento de sua capacidade de narrar a própria experiência<sup>332</sup>, o que abrirá espaço para o surgimento do que o autor chama de *Erlebnis* (vivência).

A *erlebnis* seria, de acordo com Benjamin, uma existência rasa, marcada pela segregação, por uma razão centrada em seus próprios domínios e forjada em influxos endógenos, características que impossibilitam ao indivíduo falar com propriedade sobre tudo

---

<sup>327</sup> A primeira vez que Benjamin faz referência ao termo *erfahrung* foi num pequeno texto de 1913 em que o autor associa o termo ao sentido de uma *vivência*, uma vantagem que o adulto possui em relação ao jovem. O termo sofreu, em “*Sobre o programa de uma filosofia futura*” (1917), um deslocamento semântico, passando a ser entendida como uma *movência* do conhecimento, acepção bem próxima à que é apresentada em *Experiência e Pobreza*.

<sup>328</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999, p.57.

<sup>329</sup> Id. Ibid.

<sup>330</sup> Benjamin, em *O Narrador*, destaca que, “com o fim da Primeira Guerra Mundial, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável”. (BENJAMIM, 1985b, p. 198). Essa impossibilidade de reverter os horrores da guerra em linguagem se dá pelo fato de a memória, detentora do poder de manter as imagens vivas com o propósito de impedir a reincidência da barbárie, acaba por recalcar a penúria e se dissipar, impossibilitando que aquela experiência nefasta ressoasse na dimensão da linguagem. (FREITAS, 2014, p. 79).

<sup>331</sup> Benjamin, 1985b, p. 203.

<sup>332</sup> Benjamin, 1985a, p. 117.

aquilo que, a seu ver, é fundamental para a constituição do sujeito no âmbito da cultura.<sup>333</sup> O fiel da balança para o enaltecimento da *erlebnis* e a morte da narrativa seria, na visão Benjamim, o surgimento dos romances burgueses, uma vez que, diretamente vinculados ao livro e aos domínios da reprodutividade técnica da imprensa, esse novo gênero literário representou a dissipação definitiva das narrativas orais tradicionais, centradas na figura de um narrador, que possui como mola propulsora para suas narrativas as experiências, quer sejam individuais ou relatadas por outrem. O romance, na contramão dessa proposição, cunhado na ambiência de um indivíduo egocêntrico, desintegra a possibilidade das experiências cambiadas, impossibilitando ao indivíduo receber conselhos e saber oferecê-los<sup>334</sup>.

Nesse sentido, todas as postulações de Benjamim vão no sentido de anunciar que “a arte de narrar está em vias de extinção, sendo “cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente”<sup>335</sup>, o que, notadamente, faz surgir uma nova barbárie em que se abandona o patrimônio humano, empenhando-o, invariavelmente, “a um centésimo do seu valor para recebermos em troca a moeda miúda do “atual”<sup>336</sup>, que, pautado na ordem da informação prolixa, explicativa, imediata e reclusa, abole todas as possibilidades de ressignificação e novas construções acerca do objeto narrado, exercício que transformaria o ouvinte em narrador daquilo que recebeu por meio da narrativa oral e, por conseguinte, da tradição.

Em *O narrador- considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*, Benjamim aduz sobre o arrefecimento da tradição da narrativa oral, fonte experiencial, transmitida de uma pessoa a outra e que se torna o manancial a que recorrem todos os narradores.<sup>337</sup> Segundo o autor, as melhores narrativas são aquelas que se assemelham às histórias orais contadas, de onde emerge a figura dos narradores experientes, divididos em dois grandes grupos: os que empreendem constantes viagens e, portanto, têm muito o que contar; e aqueles que estão enraizados em determinada comunidade, conhecedores, em tais circunstâncias, das minúcias de sua cultura<sup>338</sup>, que pode, nesse ínterim, ser transmitida a partir de uma ideia de eternidade.

A ideia de narrador experiente também está associada à ideia de eternidade, ao focar no indivíduo que encontra nos desígnios da morte as condições ideais para viabilizar sua narrativa, a partir da construção de uma autoridade advinda de uma sabedoria que se reveste de uma forma transmissível. Noutras palavras, é no interior do agonizante, às portas

---

<sup>333</sup> Gagnebin, op. cit., p. 59.

<sup>334</sup> Benjamim, 1985b, p. 201.

<sup>335</sup> Ibid., p. 197.

<sup>336</sup> Benjamim, 1985a, p. 119.

<sup>337</sup> Benjamim, 1985b, p. 198.

<sup>338</sup> Id. Ibid.

da eternidade e do encantamento, que despontam inúmeras imagens, “visões de si mesmo”, permitindo que o “inesquecível” emergja em seu olhar e seu dizer e confira “a tudo que lhe diz respeito aquela autoridade que mesmo um pobre-diabo possui ao morrer”.<sup>339</sup> Benjamin, com suas postulações, destaca como a sociedade burguesa aniquilou a ideia de uma sinergia entre a morte e o ofício de narrar, deixando claro que o restabelecimento de uma narrativa genuína passa forçosamente por uma reintrodução “da antítese tempo-eternidade na percepção cotidiana”.

O que se depreende de toda a episteme de Benjamin é que a narrativa oral está morrendo e, com ela, dissipa-se também o intercâmbio da experiência. Entretanto, diversos teóricos aventam a possibilidade de as narrativas tradicionais serem reconfiguradas e sobreviverem à dinâmica de uma “sociedade ultramedietizada” da pós-modernidade. Nogueira (2007, n.p), em *As literaturas marginalizadas*, entende que a narrativa tradicional sofreu um processo de reencantamento por intermédio de “novas formas e funcionalidades”, no universo da modernidade, que não conseguiu abstrair a força estético-comunicativa da literatura oral. Na visão do autor, beira à ingenuidade achar que a narrativa manteria, ao longo dos tempos, a mesma roupagem e mesmo veio de expansão.<sup>340</sup>

Ainda segundo o autor, os novos meios de comunicação social como a rede digital, a imprensa falada e escrita, o cinema e o rádio não extinguiram as formas tradicionais de narrativa, mas promoveram, por meio de uma “modernização participativa” e “pragmática”, um rearranjo do patrimônio oral partilhado, “mesmo que apenas local ou mais propriamente, na multiplicadas pormenorizações locais, sempre enformadas numa ascendência comum”.<sup>341</sup> Esse também é o pensamento de Antonio Candido que, em *A literatura e a formação do homem*, destaca a função elementar e orgânica da narrativa na vida do ser humano, que, em face da modernidade, promoveu a “redefinição da comunicação oral”, posto que o desejo “universal de ficção e fantasia” é algo que move o espírito humano, transformando o indivíduo no ser da narrativa.<sup>342</sup>

A narrativa tradicional é movida, nesse sentido, por uma voz que se torna indelével, a despeito dos inúmeros recursos gráficos e tecnológicos de transmissão que promovem a tentativa de esmaecer a figura física do narrador tradicional. Entretanto, Paul

---

<sup>339</sup> Ibid., p. 207.

<sup>340</sup> NOGUEIRA, Carlos. As literaturas orais e marginalizadas. *Organon*. Porto Alegre, v.21, n.42, jan/jun, 2007, p. 20. Disponível em: < <https://seer.ufg.br/organon/article/view/36158/23361>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

<sup>341</sup> Nogueira, op. cit.

<sup>342</sup> CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 1999, p. 82-83.

Zumthor<sup>343</sup> destaca que a literatura deve ser vista como uma voz circunscrita à dimensão dos mais variados suportes escritos, o que, em face dessa mediação, já desvela seu caráter representativo. No momento em que o texto escrito é lido, a voz, que está em virtualidade, é atualizada e irrompe-se um processo de simulação da presença corpórea de um narrador, que nunca é apreendido em sua integralidade, posto que se constitui a partir de um nomadismo, de uma movência, de um contato de presenças que se resvalam no ato da leitura e depois se deslocam para o âmbito da transfiguração.

Em tais circunstâncias, a essência da narrativa oral não está perdida como supunha Benjamin com sua episteme, mas se redimensiona e mantém a capacidade de ser porta-voz de uma tradição, de um conhecimento alicerçado na experiência, traduzido numa gama de conselhos que são transmitidos entre as gerações de uma determinada comunidade, cristalizando-lhe a identidade por meio de resgates memorialísticos. Logo, há de se falar mais em renovação dessas narrativas em detrimento do conceito de apagamento aludido na episteme benjaminiana. Em *A Saga de um urucuiano*, Naves se propõe a tecer uma narrativa que é reconstituída pelo fio da memória, entendida como uma instância não apenas individual, mas também coletiva. Assim, a voz de uma gente, de uma época e, portanto, de uma tradição pulsa na voz de sua existência, revelada, na obra, em sua fase incipiente, formativa e alicerçal. A saga naviana é, por assim dizer, o olhar de um narrador experiente para o eixo formativo de sua individualidade e de toda uma região.

## **2.2 A escrita de si em *A Saga de um Urucuiano***

### **2.2.1 O gênero literário, a memória e a linguagem da saga naviana**

Cada velho que morre é uma biblioteca que arde.

(Tierno Bokar )

Quando nos deparamos com as primeiras palavras de *A saga de um Urucuiano* e nos inteiramos da essência que constitui esta narrativa, centrada na reconstituição das experiências de vida de um indivíduo, por intermédio do fio da memória, questionamo-nos: A que gênero mesmo pertence essa obra no intrincado terreno da escrita de si? Estabelecer o gênero de uma obra que desponta desse universo sempre se torna uma tarefa árdua, posto que

---

<sup>343</sup> ZUNTHOR, Paul. *Performance, Recepção, Leitura*. Tradução Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

a escrita de si constitui uma gama de textos distintos que se resvalam quanto às suas características e elementos estruturantes.

Nas primeiras palavras do prefácio de *A Saga de um Urucuiano*, o folclorista Saul Martins chama a obra de “um livro de memórias”: “Esta publicação, do professor João Naves de Melo, é na verdade um livro de memórias que envolve a instalação e desenvolvimento do Núcleo Colonial do Vale do Urucuia, parte da tríade pedagógica das Escolas Caio Martins.”<sup>344</sup>. Em sua introdução à obra, o próprio João Naves de Melo parece corroborar essa visão:

O que escrevi, foi o que vi e senti e não pretendendo, necessariamente, um registro histórico, porque não coletei dados, não conversei com meus amigos e irmãos bandeirantes e não voltei ao Núcleo para conferir os lugares. Tudo brotou do mais profundo da alma, onde, por muitos anos, tenho guardado um pedaço de minha existência tão gostosamente vivida – foi, assim, o recolher de saudades. Todos os fatos são verdadeiros. Alguns nomes ou lugares podem estar equivocados, o que peço compreensão, especialmente dos companheiros bandeirantes que, como eu, aprofundaram no Urucuia.<sup>345</sup>

Valendo-se dessa observação, João Naves de Melo introduz o livro que escreveu sobre uma experiência fundadora vivida no Urucuia do século passado, quando, jovem, integrou um grupo de professores bandeirantes que fundaram um núcleo colonial com o propósito de levar educação para os cidadãos de uma comunidade esquecida no sertão nortecerradeiro, atendendo às políticas de expansão de ensino idealizadas pela Fundação Caio Martins. Em seu texto inaugural, Naves já deixa claro que sua escrita se pautará no enlevo de sua experiência, que assume aspecto notadamente autobiográfico, sob a pretensão de conseguir, por via da memória, reconstituir, fidedignamente, os momentos vividos no passado. Ainda que o autor module sua colocação, dizendo que, eventualmente, alguns lugares e nomes podem não ser precisos, ele deixa cristalina a sua intenção de verdade naquilo que se propõe a escrever. Uma verdade que sabemos, pela extensa fortuna crítica a respeito da ilusão biográfica, ser impossível de ocorrer, posto que toda escrita de si é inserida num eixo de representação, ficcionalização, seleção e omissão, responsável por cobrir o factual com o manto da literariedade. A verdade é sempre falseada atendendo uma série de intenções que se materializam na tessitura do discurso, em razão de toda enunciação assertiva corresponder a um ponto específico sobre o qual se debruça o olhar do memorialista, permitindo a corrosão de uma ideia de totalidade. Como poetiza Drummond, em *Verdade*,

---

<sup>344</sup> MARTINS, Saul. Prefácio. In: MELO, João Naves de. *A saga de um urucuiano*. São Francisco: [s.n.], 2003, p.05.

<sup>345</sup> NAVES, João Naves de. *A saga de um Urucuiano*. São Francisco: [s.n.], 2003, p. 3.



poema da obra *O Corpo*, lançada em 1984: “A porta da verdade estava aberta,/ mas só deixava passar/ meia pessoa de cada vez”<sup>346</sup>. Por isso, não há de se centrar na ideia de um vivido tal e qual, posto que por baixo da soleira da escrita memorialista só se passa meio corpo, como já esclareceu Bergson, Gusdorf, Sarlo e Campos com suas teorizações. O próprio Naves, referindo-se aos estágios preparatórios para a aventura do Urucuia, reconhece essa condição precária da memória:

(...) Contudo, a preocupação com os estágios, demonstrou que se pretendia dar melhores condições de trabalho ao grupo em setores essenciais: a comunidade (grupo que foi a Alagoas) e no campo da agropecuária. Ficou nisso ou, pelo menos, é o que registrou minha lembrança.<sup>347</sup>

A memória é, nesse sentido, um terreno de imprecisão, uma vez que devemos considerar o fato de não podermos recuperar o passado em estado de pureza, quer pela corrupção da lembrança pela ação do tempo, quer por omissão deliberada que atende a propósitos específicos da narrativa, como bem esclarece Naves:

Numa feita um dos companheiros, muito necessitado, não resistiu e a [Maria] esperou num galho de uma árvore à beira do caminho do córrego onde as mulheres iam tomar banho. De lá, à passagem dela, muito respeitoso e resabiado, morrendo de medo de ser visto, ele assobiava chamando-lhe a atenção. E ela indiferente até que ele se exaltou e gritou: “Maria, sou eu, vem cá, me dá um pouquinho”. Ela se fez de desentendida e seguiu caminho e ele, furioso, esbravejou aos ventos: “Puxa vida, não respeitam...” *Reservei-me de declinar os nomes do companheiro de Maria e do galante assobiador por questões óbvias: hoje eles são casados e não sei se suas esposas conhecem a história.*<sup>348</sup>

Essa ideia de uma escrita pautada em esquecimento, omissões e concebida no prisma de dupla filtragem – o tempo e a escrita – não coaduna, notadamente, com a ideia de totalidade, como, *a priori*, defende o autor. Seja como for, a ideia de uma pactuação autobiográfica, num primeiro momento, nos leva a pensar a saga naviana, inicialmente, como uma autobiografia, uma vez que sua tessitura literária atende aos pressupostos classificatórios propostos por Lejeune. O primeiro e segundo pressupostos – uma narrativa em prosa, centrada na vida individual de uma personalidade – podem ser observados, quando Naves, no afã de justificar sua escritura, esclarece:

Vi lugares, muitos e tantos lugares: caminhos pelos vãos, caminhos pelos gerais; cortando matas ou beirando veredas. Aprendi muito, muito além do que nos bancos da escola conseguira, com respeito às questões humanas, geográficas e sociais.

<sup>346</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. *O Corpo*. In: *Nova reunião de poesia*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p.865.

<sup>347</sup> Melo, op. cit., p. 12.

<sup>348</sup> Ibid., p. 37, grifos nossos.

Posso dizer que foi um período em que caldeei o meu caráter com muito realismo, adquirindo conhecimentos que me seriam de imensa valia no futuro. Por isso não lamento ter sido enganado, a princípio, com a viagem à Vereda do Chico Velho, pelo contrário, agradeço a contingência de ter sido um sorteado para a missão. Foi experiência ímpar que nenhum outro, dos meus companheiros, teve igual, embora por muitas outras tenham passado<sup>349</sup>.

Nota-se que a obra possui essa preocupação de desvelar o desenvolvimento da personalidade de um menino que se forma na escola da vida, buscando moldar seu caráter com as experiências que foram sendo vivenciadas, já que apartado da família, as referências foram sendo centradas nas pessoas que compartilharam com ele toda a glória e miséria de uma existência nômade que encontra no sertão norte-cerradeiro seu porto de chegada.

O terceiro pressuposto, a questão do caráter onomástico, pode ser atestado pela presença do nome do autor na capa do livro, por elementos paratextuais que, segundo Lejeune, servem como ponto chave para se estabelecer o pacto referencial que move as obras autobiográficas. No prefácio de *A saga de um Urucuiano*, o folclorista Saul Martins deixa evidente a identidade entre o autor, o narrador e o personagem:

Em *A Saga de um Urucuiano* [...] o autor descreve com espontaneidade a ocupação das terras de antigo matriarcado para onde doze jovens foram encaminhados com o propósito de estabelecer um núcleo colonial nos moldes do de Carinhanha, já em franco progresso. João Naves de Melo era um deles. Não teria mais do que dezessete anos”.<sup>350</sup>

Lejeune ensina ainda que esse caráter onomástico não é uma exclusividade dos elementos paratextuais da obra, pode vir marcado por referências explícitas ao longo da narrativa, fato que pode ser comprovado em *A Saga de um Urucuiano*:

Da entrada do pequeno curral gritei: “Ó seu Tião, é o João Naves, amigo”. Lá de dentro ele respondeu: “Jonávio? Após se achega meu amigo, o rancho é seu” e, saindo para o terreiro, recebeu-me com um abraço. Dona Maria, mulher de Tião me esperava à entrada do rancho com um largo sorriso de satisfação. Sem pressa sentei-me num banco de jatobá, já liso pelo uso de muitos anos.<sup>351</sup>

Após essa incursão, não resta dúvida de que o João Naves de Melo ocupa as posições de autor, narrador e personagem. Assim, o caráter onomástico da obra torna-se inegável e, juntamente com os demais pressupostos lejeunianos, enquadraria essa obra como uma autobiografia clássica.

Não bastassem tais evidências, *A saga de um urucuiano*, em tese, atende ao conceito rousseauiano de *autobiografia* para quem a “história de uma personalidade” de que

<sup>349</sup> Ibid., p. 84.

<sup>350</sup> Ibid., p. 05, grifos do autor.

<sup>351</sup> Ibid., p. 78.

trata os escritos autobiográficos é, antes de mais nada, a narração dos “movimentos da sua alma”. E esse movimento se dá a partir da ideia de *vagabundagem interior*, catalisada na relação sinérgica com a natureza que, observada e descrita liricamente, em detrimento de uma abordagem utilitarista, provoca, no observador, o descanso do pensamento e o sentimento de uma poética do olhar como passaporte para desvelar em si diferentes planos de profundidade e uma gama de devaneios. Assim, a descrição da natureza que Naves promove, fruto de suas andanças sertão adentro, assume uma seiva artística e poética, abrindo espaço para que as plantas e seres vivos sejam traduzidos para uma linguagem e uma narrativa extremamente metafóricas, atreladas a uma rede de significados intimistas:

Veredas que nascem como encanto nos gerais, com buritis roçando pindaíbas, balançando ao sopro da brisa dos campos altos com os altaneiros troncos presos por raízes fortes, fincadas *nos olhos* das fontes ou à beira de corredeiras cristalinas, límpidas e reluzentes como prata, cobertas de algas, como um lençol de veludo a bailar e a sussurrar suave canção no *lamber* de raízes soltas, no perpassar escarpas e ocos de palmeiras deitadas como pinguelas, nos redemoinhos das locas e no roçar de tenras folhagens tombadas sobre seu gracioso leito. É um cenário paradisíaco, refrigerio dos gerais tão secos, de vegetação áspera e repetida. [...] Das veredas descem, *serpenteando* o árido sertão, filetes de água que vão se engrossando, se engrossando e ganhando fundura, até alcançar os leitos de pedras em busca dos vãos. Correm sobre lajes quiabentas, contornando e furando pedras, lambendo as verduras que se deitam sobre a corrente, *gemendo* o chuá-chuá, como cantiga de mulher apaixonada. De pequenas em pequenas quedas, chegam, córrego formado, *nas gargantas* das serras e se despencam no espaço livre. Alturas imensas. Em cada uma se vê: o volume se esfacela em milhares de gotículas, que bailam no ar, como espuma, que impressão dá de querer subir para o céu, sem querer deixar os gerais e as plácidas veredas. Lá embaixo, bem no fundo, o borbulhar e o ronco do esbarrar da água no poço cavado nos anos sem conta. Em volta tudo é úmido, respingado: as pedras enegrecidas e esverdeadas pelo musgo; as locas escuras; os imbés sustentados pelas raízes que penetram em gretas invisíveis querendo terra; avencas de *singelas folhinhas que bailam* respingadas por saltitantes gotículas. [...] Precisa ver a vereda! São as veredas tropicais de beleza indizível, só os olhos de cada um podem levar a sua formosura ao coração.<sup>352</sup>

A descrição naviana revela o conceito bachelardiano de *devaneio*, compreendido como o *olhar para o interior das coisas*. Por mais que Naves busque, na linguagem, recursos para descrever a beleza da natureza urucuiana, somente o olhar de cada um seria capaz de levar a potência e formosura daquela imagem para dentro do coração. O devaneio provocado pela observação poética só se catalisa por meio do olhar, uma vez que os olhos são a janela da alma.

A perspectiva do olhar naviano, tal qual em *Devaneios de um caminhante solitário*, de Rousseau, dimensiona a natureza como uma conjuntura equilibrada, harmônica, vivaz e reveladora de formas e movimentos que provocam, no autor, um intenso prazer

---

<sup>352</sup> Ibid., p. 08, grifos nossos.

estético, tornando-o pleno e feliz em sua existência: “O sertão, por certo, é muito de bonito, de agradar os olhos e a alma [sic]. É de muita paz e de beleza para todos os lados; para cima e no chão. Há uma combinação de agrados nas presenças da natureza – foi o que por anos eu vi e senti, guardando nas lembranças”.<sup>353</sup> A natureza, nesse sentido, proporciona a Naves a integralidade da atmosfera do sensível como mecanismo de exaltação de sua própria sensibilidade, a florada a tal ponto que, inebriada pelo êxtase e torpor desse devaneio, desencadeia a fusão do homem à ordem natural, como se estes estivessem amalgamados. O homem para Naves não é um mero espectador da natureza, ele está integrado a ela, constituindo uma mesma matéria sensível, realidade que ele traduz por meio de uma linguagem em que tudo que é da ordem natural se comporta como se humano fosse. Desse modo, em *A Saga de um urucuiano*, os objetos vivos se tornam os arautos da enunciação lírica em que o encanto surge por meio de diversas metáforas vegetais e animais (nos olhos das fontes, no lambar de raízes soltas, serpenteando, nas gargantas das serras, singelas folhinhas que bailam).

Berger (2010, p.08) ensina que o ser humano sempre manteve numa relação muito estreita com o universo-bicho, razão pela qual as metáforas animais incorporam-se à linguagem humana de forma indelével. Essa relação intrínseca na construção da linguagem remete ao universo dos primeiros hominídeos que, ao se relacionarem com os animais, subjugando-os, idolatrando-os, criando-os e sacrificando-os, criaram uma vinculação que evidencia um paralelismo em suas vidas, marcado por um lastro de similaridades e dissonâncias.<sup>354</sup> Segundo o autor, é nesse contexto que se pode compreender essa relação que nos oferece uma série de questionamentos e respostas:

O primeiro tema da pintura foi o animal. Provavelmente a primeira tinta foi o sangue animal. Antes disso, não é irracional supor que a primeira metáfora foi animal. Rousseau, no seu *Ensaio sobre as Origens da Linguagem*, afirmou que a própria língua começou com metáforas: “Enquanto as emoções foram os primeiros motivos que levaram o homem a falar, suas primeiras palavras foram metáforas. A linguagem figurada foi a primeira a nascer, e significados foram os últimos a serem descobertos.” Se a primeira metáfora foi animal, é porque a relação básica entre o homem e o animal era metafórica. Dentro dessa relação, o que os dois termos – homem e animal – tinham em comum também revelou o que os tornava diferentes. E vice-versa.<sup>355</sup>

Assim, não há como apartar o animal da própria essência da linguagem, constatação que se percebe nas mais diferentes metáforas bestiais presentes em *A saga de um*

<sup>353</sup> Ibid., p. 165.

<sup>354</sup> BERGER, John. Animais como metáfora. Tradução Ricardo Maciel dos Anjos. *Suplemento literário de Minas Gerais*: animais escritos. Belo Horizonte, n. 1.332, p. 06 - 09, set./out. 2010.

<sup>355</sup> Berger, 2010, p.8.

*urucuiano* que servem, entre outras coisas, para despertar uma série de lembranças no narrador, ativando sua sensibilidade numa atmosfera de graça por meio da natureza:

A fauna urucuiana cavou poços de emoções em minha vida numa fase em que a solidão *andava a cavalo comigo*, trotando no vento - tudo que me cercava tinha o condão de remexer lembranças, despertar fantasias e de suscitar sonhos não realizados, em especial o amor que acalentava sem poder cantar de coração. As araras vermelhas, azuis e amarelas, pintando o céu nas manhãs frescas e nas tardes cálidas, gritando estridente à sua passagem, *num balé gracioso*; [...] os cervos delicados e ariscos; as guaribas e seus barbados, roncando na mata, sempre de passagem. Só não guardo lembranças das cobras e eram tantas [...] <sup>356</sup>.

A aquarela cerradeira e a sinfonia animal criam, nesse sentido, uma atmosfera sensorial capaz de fazer com que Naves adentre, por vezes, num revolver memorialístico e numa ambiência de fantasia que calava fundo no desejo do amor que ficara para trás. Em certa medida, esse excerto remete não só ao conceito bachaleardiano de devaneio entendido como uma dimensão onírica, mas dialoga com a acepção que Jean-Jacques Rousseau possui de devaneio, ao obnubilar os eventos narrados, cingindo o passado e o presente, “por contemplações locupletadas por acontecimentos pretéritos e sentimentos atuais”<sup>357</sup>, razão pela qual, no excerto supracitado, a presença de verbos no gerúndio faz as imagens do passado parecerem ser vividas no momento da enunciação, reverberando sobre os sentimentos que o autor nutre por aqueles momentos experienciados no coração do Urucuia.

Essa sinergia entre Naves e o universo da fauna urucuiana se projeta diretamente no cerne de sua narrativa, aparecendo, muitas vezes, quando o narrador se coloca a adjetivar determinados personagens, momento em que comumente se vale de uma série de comparações:

Zé Lopes também jogava no Flamengo, mas bom mesmo era vê-lo nas peladas, com suas pernas cumpridas, *parecendo um jaburu*. A cada jogada bem sucedida ou gol marcado – raridades – vinha o seu grito de guerra: “esmoeu, égua!”. O significado nunca fiquei sabendo. Ele fez muitas viagens comigo, como ajudante de caminhão. Zé Mariinha foi outro colaborador que comigo fez algumas viagens como ajudante. Franzino, pequeno, mas muito esperto, disposto e satisfeito com a vida. Parece-me que ele era urucuiano, fato que não me lembro bem. Nas peladas ele era um terror, não por ser bom de bola, mas porque *corria como um veado* e tinha as canelas duras como ferro – um encontrão com ele era um hematoma certo ou o baíta de um ovo na perna. <sup>358</sup>

<sup>356</sup> Melo, op. cit., 163, grifos nossos.

<sup>357</sup> ROSSI, Vera Helena Saad. As múltiplas personas de Jean-Jacques Rousseau em Os Devaneios do Caminhante Solitário. *Kaliópe*, São Paulo, ano 4, n. 7, jan/jun., 2008, p.105.

<sup>358</sup> Melo, op. cit., p. 38, grifos nossos.

Homem e animal aparecem, nesse sentido, amalgamados e constituindo um mesmo campo semântico, visto que, no sertão urucuiano, a relação entre os dois não se funde numa visão meramente utilitarista, mas gira em torno de um estado de poesia.

Para além dessa adjetivação animal, cabe destacar que a linguagem figurativa de Naves é marcada também por diversas prosopopeias, que servem como enaltecimento da natureza e enlevo sobre o caráter movente e aprendiz da existência, em que a sabedoria, construída ao longo de anos pelos mais velhos, serve como mecanismo de contenção dos ímpetos das idades primeiras, o que, em certa medida, desvela um embate entre o frescor do desejo desmedido pela ousadia e a frugalidade de quem já viveu o bastante para poder aconselhar:

A água era bem corrente, muito clara e fresca. No fundo e agasalhada nos troncos dos buritis, pindaibas e samambaias, via-se moitas de lodo esgarçados, fiapos *dançando* meio às plantinhas aquáticas. [...] Esbarrei a travessia para apreciar o bonito balé das plantinhas aquáticas e do lodo na correnteza. Uma parte, esticando-se até ficar fininha querendo seguir viagem e aventurar no Urucuia e, quem sabe, no São Francisco. Pontinhas delgadas, serelepes – *parecia gente*, quando nova que só quer se atirar pelo mundo afora sem medir consequências. Aventura, só aventura. A outra parte, mais densa, firme, enroscada nas raízes dos buritis e samambaias, apenas dançando e retendo as pontinhas salientes, lembrando a sensatez dos mais velhos que sabem a vida.<sup>359</sup>

Nesse dizer poético da existência, as plantas e os lodos mais delgados e frágeis servem como metáfora para a juventude ansiosa por navegar as profundezas das águas de outras paragens, enquanto as plantas e os lodos mais densos circunscrevem os domínios da experiência professoral dos mais velhos, evidenciada pela exploração de imagens vegetais e aquáticas, que promovem um processo de enobrecimento de qualquer substrato natural, mesmo que este pertença ao campo semântico mais nefasto. Ao se valer da imagem do lodo – comumente associado à degradação e desonra – para sinalizar a possibilidade de um universo de deslocamentos e de descobertas, Naves corrompe-lhe a acepção primária, habilidade que somente alguém com aguçada sensibilidade seria capaz de oferecer-nos por meio da prosa poética, recurso desencadeador das mais belas metáforas. É o que se pode notar no excerto seguinte, em que mais uma vez a presença da metáfora aquática e suas líricas imagens tornam-se evidentes:

A relva guardava ainda o frescor da noite, úmida e brilhante como prata; das palmas dos filhotes de buriti escorria o sereno em filetes preguiçosos de cair e rorejando, enfim, como gotas de prata no mato rasteiro sedento de um beijo. O riacho, ali de águas grossas e profundas, cantava a música dos gerais para chegar aos vãos e, se despedindo dos brancos areais para tomar carona no Urucuia e no Velho Chico em

---

<sup>359</sup> Ibid., p. 56, grifos nossos.

busca do mar que é o fim de todas as águas. Do Chico Velho para o Velho Chico para pactuar com o mar – lembranças do sertão urucuiano.<sup>360</sup>

A metáfora aquática de Naves está presente no orvalho que escorre pela imagem vegeto-animal dos “filhotes” de buritis que, num gotejar de sensualidade, beija a vegetação rasteira, saciando-lhe o desejo, num jogo antitético entre o gélido do sereno e o ardor da paixão. Para além disso, reside também nas águas do riacho, que se avolumam no contato com outras águas, cantando sua marcha movente, até chegar na foz de sua existência, onde, na imensidão do mar sem fim, pode versar sobre as experiências do trajeto e suas lembranças telúricas. Aqui reside, com toda pujança, a trajetória de uma vivência e de uma experiência centrada na alteridade, por meio da qual o outro auxilia na construção da personalidade e da caminhada rumo a nossa transcendência, momento em que é possível vislumbrar o acervo de toda uma vida e querer pactuá-la e partilhá-la por meio do ofício da narrativa.

Por outro lado, a metaforização, em *A saga de um urucuiano*, representa, também, a chave de uma visão denunciante acerca das mazelas daquela sociedade desertada e marcada pela incúria do poder público. Homem e natureza são, em sua narrativa, erigidos da ambiência de uma vida árida e degradante:

O que víamos, então, nos chocava muito. O que estava diante dos nossos olhos era grave e muito triste: uma pobre choupana encravada, à esquerda, na entrada do carrasco; a cobertura e os tapumes de palmas de buriti se confundiam com o mato. Uma *coisinha de nada*. Na frente um cercado de pau roliço sem expressão protegendo uma *rocinha* miserável de mandioca e milho. De doer o coração, os *pezinhos* raquíticos de mandioca, mal saindo do chão, *os galhos tinham aspecto de bracinhos magros estendidos ao céu implorando piedade*; os pés de milho, intercalados com os pés de mandioca, pareciam caniços ressequidos, espigas choças e pendões retorcidos. Tão rala a *rocinha* que nem cobria a terra branca, muito fraca, que nem capim conservava.<sup>361</sup>

Ao se referir à precariedade de uma casa, cuja estrutura se esmaece na camuflagem vegetal, Naves, em certa medida, aborda a invisibilidade do homem nortecerradeiro, cuja presença é percebida na sua tentativa de sanar a fome, por meio de agricultura de subsistência, frágil, atrofiada e personificada, em defesa da qual se busca a intercessão divina para aplacar o sofrimento causado pelas condições subumanas de sobrevivência, realçadas, em sua narrativa, pela recorrente utilização de diminutivos. Ainda que aponte as mazelas de um lugar esquecido, a natureza revela a vida que pulsa e a crença no transcendental. Ao metaforizar o pedido de chuva, Naves compreende a natureza como expressão da divindade, envolvendo-a no manto da religiosidade.

---

<sup>360</sup> Ibid., p. 52-53.

<sup>361</sup> Ibid., p. 55, grifos nossos

Assim, o processo descritivo do sertão norte-cerradeiro empreendido por Naves transita de um romantismo rousseauiano em que impera a sinergia do homem com a natureza para um olhar sensível aos quadros de penúria provocados pela seca e a escassez de vida. Essa dupla possibilidade descritiva se deve, em grande medida, às características do relevo e clima presentes no bioma do sertão norte-cerradeiro que conjugam dentro de seus espaços físicos completamente diferentes, como bem explicita Naves:

Rumo ao rio, a *mata*; para cima, vestígios dos *gerais* – a vereda serpenteando, no meio do *carrasco*. Uma faixa marcada, de muitos metros, cem ou menos, de capim rasteiro, cobrindo a areia branca, entre a *vereda* e o *carrasco*, com suas árvores retorcidas. Ali, nenhum arbusto, planura só, lisa-lisa. Lugar bom de se ver; lugar bom de se ficar com os olhos em Deus. Um espetáculo de muita graça: o sol vinha, ainda esfregando os olhos, manso, doce e suave lá pelas bandas do Urucuia, subindo as matas.<sup>362</sup>

Essa composição do bioma do sertão norte-cerradeiro faz dos *gerais*, região mais alta, um espaço mais seco, com vegetação áspera e esparsa, quando comparado aos boqueirões (gargantas das serras), onde encontramos uma mata mais pujante e um solo mais propício à agricultura. Assim, temos dois mundos diferentes, não só na composição do bioma, mas em relação aos indivíduos que moram nessas duas extremidades. A vida do sertanejo que mora nos *gerais* é de total isolamento e suas condições de vida se precarizam com a chegada da estação seca, muito mais penosa para quem não é circundado pelas condições naturais das regiões mais baixas.<sup>363</sup> Dessa forma, refrigério e privação são instâncias que, na dimensão do sertão, tornam-se situações que se reclamam e refletem na maneira como Naves promove seu discurso descritivo.

Seja como for, por mais que, num primeiro momento, esse caráter autobiográfico, se robusteça diante de nossos olhos, quer pela narrativa onomástica de uma personalidade, quer pelas descrições da natureza e pelos movimentos da alma do autor, uma análise mais criteriosa obriga-nos a apontar outros aspectos constitutivos da obra e, por conseguinte, sinalizar, com mais precisão, um espaço para *A Saga de um Urucuiano*, dentro do universo da escrita de si, tarefa nem sempre tão fácil, posto que o próprio autor hesita um pouco, quando inquirido sobre a natureza classificatória de sua saga:

Eu não tenho essa preocupação. Eu entendo que [A Saga de um urucuiano] seja mais um memorial, porque se fosse mais assim autobiográfico eu teria que aprofundar mais no meu relacionamento, enfim. Foi justamente o contrário, eu fui trazendo

<sup>362</sup> Ibid., p. 52, grifos nossos.

<sup>363</sup> Entrevista concedida por MELO, João Naves de. *Entrevista I*. [jan. 2010]. op. cit.



aquele universo para dentro de mim, aquilo que eu vivi, aquilo que eu senti. Eu guardei aquela memória. Para mim é um memorial.<sup>364</sup>

Nessa fala, Naves confirma sua declaração inicial, chancelando a ideia que Saul Martins possui de sua obra. No entanto, essa proposição, inicialmente, destoa daquilo que propõe Lejeune, para quem as *memórias* não estão voltadas para o intimismo, pois possuem outro foco, estando voltadas não para uma análise introspectiva, mas para “os acontecimentos que ocorreram durante a vida do autor, nos quais ele representou um papel, e os quais o influenciaram”<sup>365</sup>. Esse entendimento é corroborado por Afrânio Coutinho, para quem “as memórias põem mais relevo sobre as pessoas e coisas contemporâneas do autor e os acontecimentos que testemunhou”, diferentemente da autobiografia que, “em vez dos acontecimentos exteriores, o que releva é a análise interior, a introspecção, a significação da própria vida do narrador acima de tudo o mais”.<sup>366</sup> Noutras palavras, “nas memórias, a narrativa da vida do autor é contaminada pelos acontecimentos testemunhados que passam a ser privilegiados”<sup>367</sup>.

Essa visão rígida, no entanto, sucumbe diante daquilo que Marcel Proust propõe acerca do memorialismo, entendido como uma interface entre subjetividade e o retrato social, num exercício escritural em que dados e personagens da vida real são amalgamados, transformados e intermediados pelo filtro da ficção, quer no âmbito da palavra tomada como objeto sensível, quer na perspectiva de uma memória incapaz de recuperar com fidelidade o passado.<sup>368</sup>

É nesse sentido dicotômico que o enredo de *A Saga de um urucuiano* parece se pautar, pois encontramos, em Naves, um narrador que possui a proficiência de transformar sua prosa memorialista na crônica de uma época e de um povo esquecido, autêntico, com o qual passa a se identificar. Noutras palavras, *A saga de um urucuiano*, tal qual em Pedro Nava, estabelece um contato entre as memórias pessoais e coletivas, ou seja, trata da história de um indivíduo envolto por todo um contexto social, permitindo que a trajetória individual do autor seja vista a partir do prisma de sua inserção na ambiência natural, nos costumes do período, bem como no universo de transformações históricas<sup>369</sup> que, no caso de Naves, marcaram um plano de interiorização do saber por meio das políticas educacionais das

---

<sup>364</sup> Idem.

<sup>365</sup> BENAC, Henri. *Guide des Idées littéraires*. Paris: Ed. Hachette, 1988, p. 145.

<sup>366</sup> COUTINHO, Afrânio. *Notas de Teoria Literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 89.

<sup>367</sup> MIRANDA, Wander Neto. *Corpos escritos*: Graciliano Ramos e Silviano Santiago. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992, p. 36.

<sup>368</sup> SOUZA, Ricardo Luiz de. *Marcel Proust e os paraísos perdidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

<sup>369</sup> AGUIAR, Joaquim Alves de. *Espaços da memória*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1998, p. 16

Escolas Caio Martins. O desejo de dar visibilidade a esse momento da história do Norte de Minas, juntamente com o sabor de, segundo o autor, “redizer” os fatos experienciados que marcaram a sua construção subjetiva, servem como aporte para justificar sua escrita, promovendo um processo de reflexão acerca de sua natureza constitutiva:

*O resgatar a minha passagem pelo Urucuia veio para saciar a grande saudade de um curto tempo vivido que, por encanto, ficou parte de mim. Quis rebuscar, passando pela tangente, um pouco da saga dos Bandeirantes do Urucuia, por sentir que eles foram esquecidos na história de Caio Martins, e reviver, na lembrança deles, de como aprendi a gostar tanto do sertão. Quis registrar os nomes de homens-meninos que, com muito idealismo e alegria, foram artífices da transformação de um pedaço esquecido do Brasil, onde plantaram uma civilização. Quis buscar na lembrança a imagem da primeira escola, um reboliço de meninos debaixo de um enorme tinguizeiro e, porque eles estavam ali, atrás vieram os homens, seus pais, processando-se o que pretendia a Bandeira: transformar o homem do campo através da criança.<sup>370</sup>*

Para além de desvelar uma intenção de resgate fiel do passado, evidenciada pelos termos *resgatar*, *reviver*, pretensão já problematizada nesse item, o verbo querer (“quis”) deixa transparecer uma ação deliberada na busca por esse tempo perdido. Todavia há também a presença de uma memória sensorial, demonstrada na construção de imagens que remetem à visão e aos sons que marcaram a fundação da escola por aqueles homens-meninos: homens diante do desafio que aquela jornada representava e meninos em função de serem inexperientes, mas, apesar disso, extremamente indômitos. Assim, a metáfora da sementeira de uma civilização viria na figura dos meninos, tanto os que compunham a Bandeira quanto aqueles que, a partir do conhecimento produzido, transformariam a realidade daquele lugar preterido e incrustado no coração do país, fincando estacas numa história paralela, tangenciada, que clama por uma materialização mais densa do que aquela que propriamente o autor se dispõe a fazer em sua saga:

*Um dia há de ser escrita a história do Urucuia, por inteiro, aprofundando-se nos propósitos da instituição, como se deu a implantação de uma filosofia e os resultados alcançados. Isto será muito importante para Caio Martins e para os estudiosos das áreas da educação, sociologia e antropologia, entre outras ciências – o material é farto e inesgotável. E assim se provaria que muito pode ser feito pelo País sem a necessidade de projetos mirabolantes, onde se despejam fortunas e poucos resultados são obtidos. Até lá, no entanto, a transformação terá que ser bem maior, onde se sabe que jamais será tentada por satisfazer, como está e melhormente, muitas ambições.<sup>371</sup>*

---

<sup>370</sup> Melo, op. cit., p. 03, grifos nossos.

<sup>371</sup> Id. Ibid.

Seja como for, por mais que o veio historiográfico seja notório, já se desvela o desejo pela fantasia, pela magia, visto que são essas dimensões as responsáveis por repousar as memórias nos recônditos de seu ser, para que, depois, fossem brotando do fundo da alma.<sup>372</sup>

Essa percepção se justifica levando-se em consideração o *modus operandi* que um memorialista empreende no tratamento do acontecimento evocado. A despeito de depender de dados factuais a serem reconstruídos e ressignificados, um memorialista não adentra na seara da enunciação de uma verdade do ocorrido, mas no espaço da emoção evocada a partir do contato com as lembranças, realidade que embasa a postulação de Nava, quando afirma que a emoção negligenciada pelo historiador é *conditio sine qua non* no trabalho de um memorialista.<sup>373</sup> Esses lugares de enunciação definem uma diferenciação crucial entre História e memórias, estabelecendo um perímetro de interstício para o narrador memorialista. Nas palavras de Georges Gusdorf, historiador e memorialista comungam de um mesmo lugar de fala, o factual, mas divergem quanto ao tratamento dado à informação. Nesse sentido, o testemunho de um memorialista

(...) se limita àquela parte dos acontecimentos em que ele foi espectador ou ator. As coisas vistas passam pela consulta de fontes e arquivos e por testemunhos indiretos. A primeira pessoa do discurso toma a direção e organiza as coisas segundo a perspectiva própria de um indivíduo particular. Já o historiador está determinado pela abstração do seu ponto de vista próprio. Ele reivindica uma objetividade da qual o memorialismo está dispensado. Memórias propõem-se a ser crônica pessoal do acontecimento histórico.<sup>374</sup>

Levando tal assertiva em consideração, percebemos em Naves um olhar em que as instâncias subjetivas e sociais se reclamam. Ainda que o autor, em exercício escritural, projete-se para a dimensão social e histórica da aventura do Urucuia, tudo é filtrado por sua visão e por sua sensibilidade, fazendo com que dados que são, *a priori*, objetivos, se revistam de uma individualidade, deslocando-se da perspectiva de um olhar meramente documental para uma dimensão onde figura a possibilidade do encantamento, da figuração e de uma ambiência onírica que perpassa a condição humana, como bem esclarece Naves:

[...] fiz da minha passagem pelo Urucuia um momento de rara beleza e encantamento - sonhei! Por esses sonhos e por ter servido com tanto orgulho a um ideal e a uma grande instituição, presto minhas homenagens a duas grandes personalidades da educação deste nosso Brasil: professora Maria Célia Santos e coronel Manoel José de Almeida (*in memoriam*) – eles foram os grandes artífices da

<sup>372</sup> Id. Ibid.

<sup>373</sup> NAVA, Pedro. *Chão de ferro*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976, p. 166.

<sup>374</sup> GUSDFORD, Georges. *Les écritures du moi*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1991, p. 251. Tradução Joaquim Alves Aguiar.

Bandeira do Urucuia, moldando e plasmando o caráter e o ideal de uma plêiade de jovens sonhadores que, depois, responderam sim ao Brasil. Por isso temos essa história para contar: a saga de um urucuiano.<sup>375</sup>

Sendo assim, Naves, entendido nessa obra como um autêntico memorialista, testemunha de um evento grandioso (a expansão das Escolas Caio Martins e o surgimento de um núcleo colonial no sertão norte-mineiro) consegue embaralhar as dimensões da lembrança e da ficção, fazendo verter uma literatura híbrida em que o autor é capaz de ficcionalizar com maestria e sensibilidade os acontecimentos recordados, permitindo que o factual seja entendido como objeto sensível, dado que não há como amordaçar a história, a biografia e a memória na ambiência da arte, por uma razão muito simples: “A literatura é tudo aquilo feito com bom estilo, tudo que é bem escrito e que é tocado, ainda que de leve, pela mão da poesia”.<sup>376</sup>

Essa hibridez tão comum nos gêneros da escrita de si torna-se possível diante da autonomia que cada autor possui no trato com sua escritura, de modo que todo o arcabouço conceitual, bem como suas diferenciações tornam-se um perímetro estreito, posto que muitas teorizações foram questionadas e a singularidade das trajetórias vividas promoveram uma série de deslocamentos semânticos nos conceitos consagrados pela fortuna crítica. É com base nesse contexto de flexibilização conceitual dos gêneros autobiográficos, que podemos afirmar que *A saga de um Urucuiano* é um gênero situado entre as memórias e a autobiografia, mas no qual predomina a dimensão profundamente memorialista.

### 2.2.2 O narrador João Naves de Melo

A escrita naviana é fruto de um narrador experiente, cujo exercício escritural é produto de um longo processo de maturação de sua condição de artista, que revela a pujança de sua capacidade de entreter o leitor com sua narrativa simples, sem ser simplória. Isso ocorre porque Naves, antes de qualquer papel social que possa exercer, tais como advogado e ambientalista, é um exímio contador de histórias, o que acaba refletindo em sua ação dentro do jornalismo, bem como no folclore e na própria literatura. A arte de narrar exerce força tamanha na vida do autor/narrador/personagem, que é partir da narrativa contumaz sobre as belezas do Urucuia e as morenas de olhos verdes, que Naves foi seduzido e mobilizado a participar da aventura norte-cerradeira, jornada que mudaria completamente seu destino:

---

<sup>375</sup> Melo, op. cit., p. 04.

<sup>376</sup> NAVA, Pedro. *O Círio Perfeito*. 4. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983, p. 413.

Precisa ver a vereda! São as veredas tropicais de beleza indizível, só os olhos de cada um podem levar a sua formosura ao coração. E lá, naquele mundo encantado, saindo de recônditas choupanas, encravadas entre veredas e luxuriantes capões, ou espalhadas pelos vãos, pingados aqui e acolá, nos meandros dos ribeirões Conceição e Conceiçãozinho, ou nos pés da Serra da Conceição, escondidas nos férteis grotões, as mulheres, “*morenas de olhos verdes*”, mulheres de beleza pura, selvagem, sem igual! Assim o Urucuia me chegou e se aninhou em meu coração. Foi a primeira imagem dele e a que, no mundo da fantasia que alimenta o espírito, a que me ficou. Ela povoou e tomou conta dos meus sentidos a centenas de quilômetros e muito anos anteriormente à minha pousada de corpo naquele sertão.<sup>377</sup>

Assim, a narrativa acerca do Urucuia serve como mola propulsora para as bandeiras, por meio de um discurso de sedução, e toda a experiência decorrente dessa jornada serve como substrato da saga urucuiana. Noutras palavras, a narrativa de Naves, em certa medida, possui, em seu nascedouro, as narrativas empreendidas na infância, que acabaram por povoar-lhe os sonhos e os desejos.

No universo de sua escritura, a narrativa naviana assume contornos muito próximos daquilo que propõe Benjamim, para quem a figura dos narradores contém um saber consuetudinário, ligado à tradição e que deve ser transmitido para as futuras gerações. Assim, é comum a presença de narrativas dentro da própria narrativa, que assumem, na trama, diversas funções. No meio da imensidão de um sertão desertado, era comum, por exemplo, aos bandeirantes, buscarem nas histórias lidas ou contadas à luz de velas ou fogueiras uma maneira de dissiparem a solidão e tornarem as noites mais aprazíveis:

[...] a vida seguia rotina de se levantar com o sol, trabalhar e trabalhar até ao escurecer e, depois, acender a lamparina para *ler algum livro velho, contar umas histórias* ou ir para beira da fogueira, no terreiro à frente do rancho, conversar com Audálio, saboreando ubre de vaca.<sup>378</sup>

Esse costume não se restringe ao domínio particular, se estende para uma dimensão social, evidenciando uma inclinação do homem norte cerradeiro para a narrativa, prática comum nas mais diferentes reuniões sociais:

O burburinho também cresceu, subindo um vozerio que se esbarrava nas fraldas da serra, misturando-se às aroeiras e angicos centenários. Os homens iam lambiscando a cachaça com jurubeba, licor de pequi e raizadas para curar de tudo. *Uns contavam causos da roça, de caçada, do trabalho* e outros aproveitavam o tempo para catirar.<sup>379</sup>

---

<sup>377</sup> Melo, op. cit., p. 09.

<sup>378</sup> Ibid., p. 42, grifos nossos.

<sup>379</sup> Ibid., p. 66, grifos nossos.

Dentro do universo dos causos de caçada, aparecem, com muita frequência, as histórias que envolvem o ataque de onças e sucuris, momento em que o narrador sertanejo revela toda a sua habilidade como contador de histórias:

Seu Paco fez uma pequena pausa, puxou uma baforada no paieiro deixando no ar uma fumaça perfumada, doce e gostosa, da queima da raiz do carapiá misturada no fumo do quintal. Calmamente voltou à fala: “*O jegue é diferente. É um animal mais sossegado e sem correrias. Se a sucuruuiu pegá o jegue e dá a laçada pra quebrá os ossos dele e adispois enguli, ele num se avexa. Aquieta ali, vai murchano a barriga, vai murchano enquanto a sucuruuiu vai apertano o laço. Adispois ele vai inchano e inchano a barriga e o sucuruuiu vai afrouxano as amarra. Fica assim um tempão até que o jegue dá um turro danado e estufa a barriga de um arrancão virano uma bola e partino a sucuruuiu em pedaço*”. Seu Paco fazia a narração do caso passando a impressão que a luta estava acontecendo ali, naquela hora, tendo o semblante sério e profundo, com os olhos agitados e fincados em cada um dos ouvintes medrosos. Chico quis saber se sucuri saía da vereda. Seu Paco, com toda naturalidade do mundo, contou: “*o bicho vem pegá galinha, cachorro e porco no quitá*”. A informação foi a pior parte da história, pois, na falta de espaço nos ranchos, era comum armar redes nos esteios da varanda ou debaixo de árvores para os pernoites. Naquela noite o rancho de seu Paco ficou grande – espalhados pelo chão, espremidos debaixo da mesa e bancos, os viajantes dormiram.<sup>380</sup>

Lançando mão de pausas, repetições e um trabalho de expressão absolutamente teatralizado, o contador de causos urucuiano prende completamente a atenção dos ouvintes, fazendo-os crer completamente nos relatos, por mais incríveis que esses possam parecer. Essas histórias também giravam em torno de figuras lendárias que povoaram o imaginário popular do homem norte-cerradeiro, como a figura do cangaceiro Antônio Dó, o bandoleiro das barrancas e a velha Joaquina, a ermida do Planalto:

Ninguém nos falou de Antônio Dó, famigerado jagunço do município vizinho, São Francisco; dos bandoleiros que infestavam a região, todos vestidos de pele de cordeiro. Romanticamente repetíamos as histórias da velha Joaquina<sup>381</sup>, ambiciosa fazendeira que tinha sua sede onde plantamos o Núcleo. Mais tarde viríamos conhecer melhor sua história através da pena de Manoel Ambrósio no livro “*A Ermida do Planalto*”. [...] Conta a história que Joaquina, famigerada e perversa matriarca dona da fazenda Conceição, comprava todo gado que lhe era oferecido. Não regateava no preço e até fazia muitos agrados ao boateiro, oferecendo-lhe luto jantar e dormida de rei. No outro dia, no seu regresso com o alforje cheio de dinheiro, ele era esperado por dois jagunços dela na pedra, de emboscada armada pela Joaquina. O dinheiro voltava para o seu baú e o gado ia para o pasto ganhar carnes.<sup>382</sup>

Assim, esses relatos funcionam como arautos de defesa de uma tradição e mantêm o homem norte-cerradeiro umbigado com sua própria história. Essa habilidade de revelar a

<sup>380</sup> Ibid., p. 150-151, grifos nossos.

<sup>381</sup> Em sua última obra, *Joaquina: uma lenda urucuiana*, Naves romanceia a história dessa matriarca cruel, que povoa o imaginário do homem do sertão norte-cerradeiro.

<sup>382</sup> Melo, op. cit., p. 77 et. seq.

alma do homem por meio das narrativas que ele conta, se deve, em grande parte, por Naves reunir as habilidades dos principais e melhores tipos de narrador, como postula Benjamim com sua episteme: ““Quem viaja tem muito que contar”, diz o povo, e com isso imagina o narrador como alguém que vem de longe”. Entretanto, “também escutamos com prazer o homem que ganhou nesta mente sua vida sem sair do seu país e que conhece suas histórias e tradições”<sup>383</sup>.

A escrita naviana torna-se absolutamente sedutora, do ponto de vista de sua narrativa, porque consegue aliar esses dois tipos de narradores: é a história de um indivíduo movente, que chega a uma nova região, onde, para cumprir a missão de cadastrar eleitores, é obrigado a empreender uma série de viagens que lhe deu a noção exata do modo de ser do homem norte-cerradeiro, com seus costumes, hábitos e credices. Esse contato fez com que ele sofresse um processo de desistorização e passasse, na interação com aquela gente, a construir sua identidade, decidindo, em face disso, fixar residência naquele novo espaço. Por outro lado, *A saga de um urucuiano* é fruto de um narrador experiente, que, no arrefecer da vida, decide escrever suas memórias, filtrando a ambiência social de uma época por meio de sua subjetividade, capacidade advinda de uma autoridade que somente quem morou por muito tempo em determinado local possui. São a experiência e o conhecimento aprofundado dos costumes e da alma do homem urucuiano que oportunizam a Naves uma ressignificação do vivido, envolvendo-o numa aura de sabor, paixão e prazer. Naves conjuga, portanto, em sua obra, as habilidades oriundas de dois grupos essenciais de narradores, o migrante e o sedentário<sup>384</sup>, fusão que, para Benjamim, é crucial para fomentar um contador de histórias proficiente. Ao falar sobre o universo narrativo da Idade Média, Benjamim ensina que “a extensão real do reino narrativo, em todo o seu alcance histórico, só pode ser compreendido se levarmos em conta a interpenetração desses dois tipos arcaicos, pois “o mestre sedentário e os aprendizes migrantes trabalham juntos na mesma oficina”<sup>385</sup>.

As viagens empreendidas pelo narrador transformaram-se numa universidade acerca dos modos de vida do homem urucuiano, em sua relação intimista com o cerrado. Alguns eventos das investidas do sertão foram, segundo Naves, anotados em um pequeno caderno, que recepcionavam rascunhos de cartas e alguns poemas em estado embrionário<sup>386</sup>, indício de uma vocação para as letras, numa escrita de si, que se tornaria marca indelével de sua obra, iniciada anos mais tarde.

<sup>383</sup> Benjamim, 1985, op. cit., p.198.

<sup>384</sup> *Sedentário* aqui possui a acepção de alguém que vive em determinado lugar por um longo período.

<sup>385</sup> Benjamim, 1985 a, p. cit., p. 199.

<sup>386</sup> Melo, op. cit., p. 173

Foucault, em seu célebre texto *A escrita de si*, fez referência à utilização de cadernos de anotação como suporte importantíssimo dentro da estética da existência e da experiência. Esses cadernos, chamados por ele de *hupomnêmatas*, “podiam ser livros de contabilidade, registros públicos, cadernetas individuais que serviam de lembrete”<sup>387</sup>. Neles, anotava-se de tudo, desde “citações, fragmentos de obras, exemplos e ações que foram testemunhadas ou cuja narrativa havia sido lida, reflexões ou pensamentos ouvidos ou que vieram à mente”<sup>388</sup>.

Nesse sentido, os *hupomnêmatas* eram concebidos na perspectiva de “uma memória material das coisas lidas ouvidas ou pensadas”, permitindo que estas não caíssem no esquecimento. Ainda que ao falar sobre os *hupomnêmatas*, Foucault esteja fazendo uma arqueologia sobre a escrita de si e se referindo a textos dos primeiros séculos de nossa era, portanto, muito distante historicamente de *A saga de um Urucuiano*, não há como negar a referência aos cadernos de anotação. Muitos dos eventos narrados em *A saga de um urucuiano* foram colhidos, segundo o autor em entrevista, de seu caderninho, entretanto os acontecimentos registrados eram poucos em comparação a outras anotações, razão pela qual o autor diz que a construção de sua saga é fruto, em grande parte, de sua mente prodigiosa<sup>389</sup>. Naves lamenta não ter tido mais esmero nesse trabalho de registro dos acontecimentos testemunhados, pois, no seu entendimento, teria facilitado a escrita de sua saga. Com essa fala, o autor, novamente, declara a possibilidade de se resgatar fidedignamente o passado em sua totalidade, problemática já discutida neste trabalho.

Seja como for, a declaração de Naves faz-nos entender que ele concebe os cadernos de anotação como um suporte de sua rememoração, perspectiva que, em certa medida, destoa do entendimento de Foucault para quem os cadernos de anotação “não se destinam a substituir as eventuais falhas de memória”<sup>390</sup>; constituindo, na verdade, “um material e um enquadre para exercícios a serem frequentemente executados: ler, reler, meditar, conversar consigo mesmo e com os outros”<sup>391</sup>. Dessa maneira, acrescenta Foucault, é preciso que os cadernos de anotação “não estejam, simplesmente, colocados em uma espécie de armário das lembranças, mas profundamente implantados na alma”, constituindo-se como

---

<sup>387</sup> FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos. In: *Ética, sexualidade, política*. vol. V. Tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017, p. 144.

<sup>388</sup> Melo, op. cit., p.173.

<sup>389</sup> Entrevista concedida por MELO, João Naves de. *Entrevista I*. [jan. 2010]. op. cit.

<sup>390</sup> Foucault, op. cit., p. 145.

<sup>391</sup> Id. Ibid.



“parte de nós mesmos”, ou seja, os *hupomnêmatas* são um profícuo recurso de “subjetivação do discurso”.<sup>392</sup>

Essa visão de subjetividade discursiva, diferentemente das declarações de Naves em entrevista, é recepcionada em *A saga de um urucuiano*, especialmente no capítulo *Página de um caderno*, em que o autor presta homenagem a seu velho *hupomnêmata* que, a despeito da simplicidade, reveste-se de uma importância singular:

Dos velhos guardados, velhos mesmos, e que ainda me sobraram, encontrei um caderninho amarelo, soltando os cantos. Nele, os contornos de algumas anotações, poesias e rascunhos de cartas do meu tempo de Urucuia – o bolero que escrevi em parceria com o Chico: Sublime Amor; tópicos para um livro (já tinha essa pretensão, meu Deus?: “*Homem das Choupanas*”, em que mostrava minha indignação em vista do estado de miséria e abandono em que vivia o rurícola – era a nossa palavra chave, àquela época – vivíamos e respirávamos pensando no rurícola, no “*soerguimento do homem do campo*”) e, curioso, fazia uma análise das queimadas, questões de higiene, sistema de vida, crendices, as festas, a música, a educação e coisas mais que, ainda hoje, ou mais precisamente hoje, precisam ganhar corpo por encerrar tanta beleza e preocupação social. Olhei com carinho aquelas letras tortas, as idéias fartas e às vezes ambíguas, os tropeços ortográficos ao mesmo tempo em que via a vontade de escrever difícil. Uma coisa senti, com toda certeza: eu tinha uma grande paixão pelo Urucuia e por aquilo que fazia. Daí ter tantas saudades daquele sertão sem fronteiras. Presto uma homenagem ao meu caderno para que não reste inútil ter sido guardado por tantos anos, trazendo sonhos de quarenta anos passados. É quase um despropósito e sem valia, eu sei, mas tem muito amor guardado: “*Uma página a um paraíso*” [...] Não me emocionam as palavras do caderninho no seu valor de escrita, mas no que encerram, no profundo que entalado quer gritar e dizer alguma coisa, sentindo-se impotente, mas guardando um sentimento bom: o do amor e da saudade imorredoura – Urucuia!<sup>393</sup>

As palavras de Naves deixam entrever que, para além de um aporte material da memória, por meio do qual se rememora a beleza das gerações e o *modus vivendi* do homem urucuiano, o caderninho amarelado pelo tempo reveste-se de uma personalidade, representando, a partir de um efeito dialógico, uma forma de se promover uma profunda reflexão sobre o processo de amadurecimento de sua escrita, sua personalidade e sua sensibilidade.

Na verdade, para Naves, o que importa naqueles escritos não é propriamente o registro, mas o que aquela escrita suscita em sua essência, na sua sensibilidade artística marcada pelo sentimento de uma pertença urucuiana, que grita a partir do contato com aquelas páginas. Assim, o velho caderno está incrustado na alma de Naves e transcende a busca de um dito, reunido naquilo que se pôde ver, ouvir e presenciar. Sua função é bem maior; está alicerçada num complexo processo de construção de si, envolto num sentimento de ser

<sup>392</sup> Id. Ibid.

<sup>393</sup> Melo, op. cit., p. 173-174.

urucuiano que o tempo não foi capaz de apagar, desejo que enseja uma urdidura memorialística que tem algo a dizer e, portanto, clama por uma narrativa.

A definição de *memória escrita* pressupõe necessariamente *narrativa*, palavra de origem latina (*narrare*) que significa relatar, exercício que, segundo Joaquim Alves de Aguiar, coaduna com aquilo que os gregos antigos nomeavam como *épikos*, “espécie de poema longo que conta uma história e serve para ser recitado”<sup>394</sup>. O memorialismo, por possuir um inegável veio narrativo, estabelece um ponto de contato com o gênero clássico, ambos exigindo “um narrador apresentando os acontecimentos e os personagens neles envolvidos”, pressupondo a presença de dois tempos: o presente da narrativa e o passado dos eventos.<sup>395</sup>

Dessa maneira, as formas épicas são inevitavelmente ulteriores aos acontecimentos a que se reportam, o que, notadamente, pressupõem um distanciamento entre o presente e o passado, entretanto é este último que emerge, em todo resplendor, como tecido da narrativa épica. A busca por esse passado, tanto na épica quanto nos textos de rememoração, não é recuperado em sua integralidade, como já foi exhaustivamente discutido, ele se constitui como um manancial de imagens inscritas na memória e avivadas por ela no presente.<sup>396</sup>

No terreno dessa discussão, Joaquim Alves de Aguiar acrescenta que todo memorialista possui um “sentimento épico” no que diz respeito ao seu passado, de modo que as motivações para a sua escritura residem na inegável valoração da própria trajetória, que se encontra em virtualidade nos recônditos da memória. Entretanto, esse enlevo sobre o percurso de um passado notável considera também a relação de alteridade em que o outro é matéria que compõe o processo de construção sujeitudinal.<sup>397</sup> Sob a pena de Naves, o factual e os dados do passado, a partir de uma poderosa transfiguração literária, esgueiram-se para a seara do romanesco, chave de leitura e análise em que a subjetividade, os acontecimentos, a natureza, os hábitos e os retratos sociais ganham *status* de uma saga, através da qual poder-se-á enxergar todo o processo formativo do personagem João Naves de Melo, que com seus deslocamentos externos e internos, passa a nos revelar uma identidade e uma alma definitivamente urucuianas. É sobre as sagas empreendidas por Naves em seu processo de amadurecimento que discutiremos no terceiro e último capítulo.

---

<sup>394</sup> Aguiar, op. cit., p. 25.

<sup>395</sup> Id. Ibid.

<sup>396</sup> Idem.

<sup>397</sup> Ibid., p. 26.



## CAPÍTULO 3

### A SAGA NAVIANA E OS PERCURSOS DO HERÓI

Neste capítulo, buscaremos compreender quais os preceitos do gênero saga impactam diretamente sobre *A Saga de um Urucuiano*. Para tanto, faremos uma prospecção conceitual e histórica desse gênero nórdico, buscando desvelar como essa literatura influencia o romance histórico com o qual a saga memorialista de João Naves de Melo dialoga. Superada esta etapa, mostraremos os percursos do herói naviano no sertão norte-cerradeiro e como essas travessias externas catalisam, na figura do aventureiro, uma travessia interna responsável por promover um deslocamento em sua formação identitária.

#### 3.1 Saga: definição e história de um gênero nórdico

*Saga*, na língua nórdica antiga, assume o significado de um simples relato. A palavra, conforme esclarece Lars Lönnroth (2008)<sup>398</sup>, é proveniente do verbo islandês *segja*, que significa “ato verbal”, razão pela qual “pode ser usada para qualquer coisa contada ou relatada, independentemente de forma, origem ou assunto”.<sup>399</sup> No inglês moderno, no entanto, a palavra *saga* remete especificamente às narrativas da literatura medieval escandinava que, centradas nos conceitos de *família* e *linhagem*, lidam, frequentemente, com eventos relacionados aos colonizadores islandeses, à realeza norueguesa, ou aos vikings, guerreiros vorazes das batalhas e expedições expansionistas durante os séculos X e XI.

Dentro do intrincado terreno das sagas, as mais tradicionais são as que formam a tríade principal das narrativas nórdicas: as chamadas sagas *mítico-heroicas* (*fornaldarsögur*) comumente relatam histórias de monstros e situações fantásticas; *as sagas reais* (*konungasögur*) geralmente giram em torno das tramas sobre a realeza norueguesa; e, por fim, *as sagas de família* ou *sagas de islandeses* (*Íslendingasögur*), abordam as histórias das proeminentes famílias e indivíduos que viveram na Islândia medieval entre os anos de 850 e

---

<sup>398</sup> LÖNNROTH, Lars. The Icelandic Sagas. In: BRINK, Stefan. *The Viking World*. Nova Iorque: Routledge, 2008, p. 304 – 310.

<sup>399</sup> Lönnroth, 2008, p. 304, tradução nossa.

1050.<sup>400</sup> Apesar de existirem, nos países nórdicos, outros gêneros de saga, como as *santiðarsögur* (sagas contemporâneas, espécie de crônicas da Islândia dos séculos XII e XIII), as *heilagra manna sögur* (saga sobre a vida dos santos), as *biskupa sögur* (hagiografia de clérigos), as *riddarasögur* (novelas de cavalaria) e traduções de obras da cultura clássica, o enlevo sobre a tríade apresentada decorre de seu papel de guardião da tradição nórdica.<sup>401</sup> Para além disso, a natureza constitutiva e temática dessa tríade permite-nos tecer um itinerário argumentativo em torno dos diversos aspectos das sagas estudados por proeminentes teóricos a partir do século XIX.

Um aspecto que merece menção é a oralidade como gênese das sagas. Para Lönnroth (2008), apesar de todas as narrativas da tríade nórdica funcionarem, no contexto da Idade Média, como *sagnaskemtan* (sagas de entretenimento), geralmente lidas em voz alta em reuniões públicas, torna-se precipitado vincular as sagas unicamente a uma tradição oral. Diferentemente da teoria do *Freeprose*, defensora do estatuto da oralidade, a teoria do *Bookprose* entende que as sagas foram criadas por escritores medievais, ainda que ancoradas em fontes orais.<sup>402</sup> Em tais circunstâncias, uma análise mais criteriosa sobre a tríade posta em destaque nesse item desvela que a rigidez no entendimento acerca da natureza oral das sagas pode desencadear uma visão contaminada, induzindo o leitor ao erro. Como exemplo, podemos tomar as *sagas mítico-heroicas* da Era Viking que, mesmo de inspiração oral, centradas em uma tradição claramente *édica*<sup>403</sup>, portanto mítica e folclórica, passaram a ser influenciadas pela literatura em prosa escrita, especialmente pelos romances cortesões traduzidos do francês para o nórdico antigo<sup>404</sup>, em um processo dialógico que também acometeu as *sagas reais*. As *sagas de família*, em um primeiro momento, parecem quebrar essa regra, dando-nos a impressão de serem extremamente fiéis às tradições orais, ao narrarem casos memoráveis, envolvendo clãs ou chefes locais no período de colonização da Islândia.

---

<sup>400</sup> Lönnroth, loc. cit.

<sup>401</sup> Lönnroth, 2008, p. 304.

<sup>402</sup> Ibid., p. 306.

<sup>403</sup> O termo se refere à edda poética, “uma coleção de poemas escritos em nórdico antigo, considerada pelos especialistas como a maior fonte para o estudo da mitologia escandinava, também chamada de *Edda Antiga*, *Edda Maior* ou *Edda de Saemund* (termo em desuso). [...] A Edda poética foi preservada principalmente em um manuscrito conhecido como *Codex Regius* [...], descoberto em 1643 numa fazenda islandesa por Brynjólfur Sveinsson” e abriga “poemas de caráter mitológico, gnômicos, éticos, mágicos, centrados especialmente nas figuras de Odin e Thor, enquanto na segunda parte os poemas são muito mais heroicos ou épicos, relacionados especialmente ao ciclo nibelungiano”. (LANGER, 2015, p. 146, grifos do autor).

<sup>404</sup> Lönnroth, loc. cit.

No entanto, deparamo-nos com *Njáls Saga*<sup>405</sup> que, mesmo na condição de *islendingasögur*, é influenciada pelo estilo, pela técnica narrativa e pelo vocabulário da literatura estrangeira.<sup>406</sup>

Não bastassem tais evidências, todas as sagas mais longas eram registradas pela escrita, haja vista que enredos mais densos inviabilizavam o trabalho de entoação dos narradores orais, que preferiam dar um tratamento episódico para as narrativas proferidas, fazendo delas histórias mais curtas e pouco estruturadas. Nesse sentido, dada a complexidade dessas narrativas mais longas, pode-se aventar que somente um autor letrado teria a proficiência de organizar diversos episódios de uma saga, tecendo suas tramas para a constituição de um tecido narrativo denso e fluído, como ocorre com *Snorri Sturluson*<sup>407</sup> ou com o autor anônimo de *Njáls Saga*, que conseguiram puxar fios de muitas fontes diferentes, integrando-os em densas e complexas estruturas literárias.<sup>408</sup> Assim, não se pode chancelar a ideia de que as sagas possuem um veio unicamente oral, mas, sim, destacar o fato de que se deslocaram da oralidade para a escrita, seguindo o fluxo do momento histórico e das condições de produção a que estavam relegadas.

Nessa perspectiva, a tradição oral das sagas promove, nas narrativas, uma série de características que, mesmo com o processo posterior de transposição para a modalidade escrita, tornaram-se marcas indelévels do gênero.

Dentre essas características, podemos destacar a linguagem empregada nas sagas que, por ser coloquial, direta, crivada de diálogos e fórmulas épicas, evidencia cenas e padrões narrativos estereotipados, responsáveis por promover substanciais mudanças de direção nas tramas.<sup>409</sup> A história toda é comumente relatada de uma forma pretensamente “objetiva”, deixando entrever que ela é procedente de testemunhas idôneas, porta-vozes respeitáveis da comunidade ao longo das gerações. Por sua vez, o narrador, reiteradamente, menciona personagens ou acontecimentos, na certeza de que eles já povoam o imaginário popular, logo

---

<sup>405</sup> “*Njáls Saga* é uma obra anônima [...] composta em princípios da segunda metade do século XIII”. Ela “nos oferece uma das imagens mais completas da Islândia da época heróica, visto que os fatos descritos provavelmente foram sucedidos entre os anos 960-1020”. O enredo é centrado numa série de violentas e revanchistas disputas entre famílias proeminentes da Islândia dos séculos X e XI, embates que deflagram “o incêndio da granja de Njál, sua morte ao não querer abandoná-la”, e todo o processo judicial que envolve o caso. O entendimento desta saga oscila entre uma evidente “crítica à incapacidade das leis para a manutenção da paz” e uma visão mais positiva acerca de homens honestos que buscam evitar a desintegração social. (LANGER, 2017, p. 528-529, grifo do autor).

<sup>406</sup> Lönnroth, 2008, p. 306.

<sup>407</sup> *Snorri Sturluson* foi um “famoso góði islandês que viveu entre 1179–1241 e a quem creditam a compilação de obras de caráter mitológico e a compilação de diversas sagas, inclusive o conjunto de narrativas sobre a vida dos reis noruegueses, o *Heimskringla*”. (LANGER, 2015, p.476, grifos do autor).

<sup>408</sup> Lönnroth, op. cit., p. 308.

<sup>409</sup> Id. Ibid.

tudo pode ser dito, ainda que não tenha sido mencionado anteriormente.<sup>410</sup> Na tessitura narrativa das sagas, o enredo possui um mote previsível, sendo contumazes os embates, as vinganças, as batalhas, os assassinatos, os casamentos, as viagens ao exterior, os sonhos premonitórios e os encontros com gigantes e mulheres *trölls*<sup>411</sup>, temas que, invariavelmente, seguem um padrão ritualístico. Percebe-se, portanto, nesse universo difuso de temas, a conjugação de elementos verídicos com fenômenos e agentes ficcionais, em um movimento híbrido que se torna característica peremptória da grande maioria das sagas, especialmente aquelas que compõem a tríade principal das narrativas nórdicas medievais.

O entendimento dessa hibridez, no entanto, é fruto de uma maturação epistêmica ao longo dos tempos. As sagas eram subdivididas de acordo com o tema e o período histórico a que se referiam. Durante o período clássico (do começo até, aproximadamente, o final do século XIII), as *sagas mítico-heroicas* se constituíam como narrativas sobre os grandes feitos de heróis míticos que, supostamente, viveram na antiguidade, antes da Era Viking. Nesses relatos, o fantástico e a fantasia tornam-se traços marcantes, sendo fácil e conscientemente implantados pelos escritores das sagas. Por outro lado, no período pós-clássico (de 1300 até o final do século XIV), tanto as *sagas reais* quanto as *sagas de família* passaram a retratar, por meio de uma linguagem objetiva, eventos factuais, que deixam transparecer um teor de confiabilidade. Em razão disso, convencionalizou-se a classificar as primeiras como *ficção* ou *entretenimento*; e as segundas como *historiografia*<sup>412</sup>, divisão que ganha notável ressonância nas postulações teóricas de *Vesteinn Olason*<sup>413</sup>. Todavia, essa rigidez conceitual, com os avanços dos estudos literários, passou a se fragmentar. Margaret Clunies Ross (2002), em *The realism and the Fantastic in the Old Icelandic Sagas*<sup>414</sup>, afirma que, na fortuna crítica atual, essa abordagem mais estanque sucumbiu diante de uma abordagem flexível em que esses dois vetores criativos – história e ficção – passam a coexistir em qualquer texto, quer seja dentro de uma mesma materialidade textual ou em textos interdependentes.<sup>415</sup> Nessa perspectiva,

---

<sup>410</sup> Id. Ibid.

<sup>411</sup> Entre os séculos X e XIII, “com a crescente influência cristã na conservação das fontes literárias, os gigantes passaram a ter no imaginário, de uma inicial sabedoria e temeridade, para uma transformação em seres grotescos e perigosos do folclore. Na Idade Média Central, o termo *tröll* passa a designar um tipo de mal, de gigante monstruoso, sendo a forma etimológica normalmente adotada pelo folclore”. (LANGER, 2015, p. 209 – 2010).

<sup>412</sup> Lönnroth, op. cit., p. 305.

<sup>413</sup> Professor emérito da Universidade da Islândia e membro do Instituto Árni Magnússon de Estudos Islandeses. Atuou na área de literatura folclórica medieval e moderna. É autor da consagrada obra *Dialogues with the Viking Age*.

<sup>414</sup> ROSS, Margaret Clunies. The realism and the Fantastic in the Old Icelandic Sagas. *Scandinavian Studies*, v. 74, n. 4, p.443-454, 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40920399>>. Acesso em 21 fev. 2019.

<sup>415</sup> Ross, 2002, p. 444.

não [...] é necessário negar a existência de detalhes realistas de configuração ou ação narrativa nas sagas islandesas, a fim de reconhecer sua natureza fictícia e apreciar as características modais que identificam essa qualidade. Da mesma forma, é perfeitamente possível aceitar que a maioria das sagas [...] se basearam de alguma forma em eventos e pessoas que tinham uma existência histórica.<sup>416</sup>

Levando esse fato em consideração, se escolhermos uma chave única – histórica ou ficcional – para a leitura das sagas, incorreríamos em uma inadvertência analítica, visto que olhar o texto a partir de determinada perspectiva, esquecendo-se de outros prismas pelos quais ele pode ser visto, é limitar o alcance de nossa compreensão. Assim, as sagas devem ser lidas em observância à sua modalidade mista, o que levará o leitor a quantificar as características mais fortes da estrutura textual para que possa proceder, de forma segura, ao tratamento e ao entendimento de todo seu percurso gerativo de sentido.

Essa amálgama entre o *fantástico* e o *realismo*<sup>417</sup> só se torna possível nas sagas devido a dois fatores fundamentais. O primeiro é o trânsito existente entre as dimensões fantásticas e reais, que somente a literatura é capaz de proporcionar. Assim como o realismo está centrado em um discurso de convencimento, ainda que, necessariamente, não retrate a verdade como um vivido tal e qual, também é “perfeitamente possível usar alguns dos versos literários que envolvem exagero ou distorção da realidade, que é uma das características do modo fantástico, para transmitir a verdade de uma situação existente ou passada”.<sup>418</sup> É o que faz Jonathan Swift (1729), em seu ensaio *A Modest Proposal*, ao se valer de uma proposta excentricamente exagerada em que descreve um mercado de carne de crianças irlandesas para tecer um gama de críticas sociais, sublinhando as condições de fome na Irlanda do século XVIII. Com esse recurso metafórico, *A Modest Proposal* torna-se fantástica e profundamente irônica, todavia “ilumina as realidades da história irlandesa moderna”.<sup>419</sup> O segundo refere-se ao universo de crenças da Islândia medieval, responsável por tornar os indivíduos mais propensos a crer na existência de fenômenos transcendentais e no poder que seres e forças de outros mundos não empíricos exerciam sobre o mundo material.<sup>420</sup>

Dessa forma, nas sagas, as temáticas literárias circunscritas ao mundo não empírico recebiam um tratamento circunspecto pelos islandeses antigos, sendo imperceptível, na grande maioria das vezes, a diferença na forma como a literatura lidava com os fenômenos materiais ou intangíveis. Como resultado, percebemos um gênero literário em que as

<sup>416</sup> Ibid., p. 446, tradução nossa.

<sup>417</sup> *Fantástico* é aqui entendido como um modo e não um gênero literário e *realismo* assume a acepção de um tropo retórico, em detrimento de uma garantia de factualidade. (ROSS, 2002, p. 448).

<sup>418</sup> Ross, op. cit., p. 448, tradução nossa.

<sup>419</sup> Id. Ibid.

<sup>420</sup> Ibid., p. 449.



dimensões empíricas e não materiais estabelecem um trânsito que desestabiliza o preceito da factualidade, a partir de uma autoridade tácita conferida pelo povo islandês, com vistas a reconhecer uma hierarquia entre os mundos, na qual o universo metafísico emana de um “poder dominante” e acaba por influenciar a natureza e a sociedade humanas”.<sup>421</sup>

Para compreender a maneira como a saga lida com o evento fantástico é imprescindível abstrair-lhe o cerne e perceber como ele orbita entre as noções de incerteza e hesitação. Tzvetan Todorov (2012), em *Introdução à literatura fantástica*, apresenta a natureza dúbia da hesitação como a característica basilar do modo fantástico. Para o autor, o fantástico se irrompe, quando

No mundo que é exatamente o nosso, aquele que conhecemos, sem diabos sílfides nem vampiros, produz um acontecimento que não pode ser explicado pelas leis deste mesmo mundo familiar. Aquele que o percebe deve optar por uma das duas soluções possíveis; ou se trata de uma ilusão dos sentidos, de um produto da imaginação e nesse caso as leis do mundo continuam a ser o que são; ou então o acontecimento realmente ocorreu, é parte integrante da realidade, mas nesse caso esta realidade é regida por leis desconhecidas por nós.<sup>422</sup>

Noutras palavras, o modo *fantástico* é um efeito proveniente de um evento incomum que se encontra na região limítrofe entre o plano material e transcendente, e para o qual há certa dúvida quanto ao tratamento a ser dado à explicação de sua manifestação: se natural ou transcendente. Esse campo dúbio para essa interpretação é o que oportuniza, segundo a episteme de Todorov, a nossa inserção no “âmago do fantástico”.<sup>423</sup>

Em tais circunstâncias, um escritor de saga que se envereda por uma narrativa de modo fantástico pode, em certa medida, estar lidando com dada “realidade”, mas pela perspectiva de como ela é percebida, exercício similar ao que ele empreende, quando escreve objetivamente e cria um simulacro da realidade.<sup>424</sup> Para além disso, o viés fantástico da saga se catalisa, constantemente, ou nas situações em que há alguma incerteza em relação à natureza da realidade, ou nas circunstâncias em que as regras sociais da cultura são corrompidas, “ou onde o presente confronta o passado e o autor precisa produzir uma explicação de como e porque as coisas aconteceram ou as pessoas agiram de determinada maneira”.<sup>425</sup>

---

<sup>421</sup> Id. Ibid.

<sup>422</sup> TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. Tradução Maria Clara Correia Castello. São Paulo: Perspectiva, 2012, p. 30.

<sup>423</sup> Ross, loc. cit.

<sup>424</sup> Ross, 2002, p. 449.

<sup>425</sup> Ross, 2002, p. 449- 450, tradução nossa.

Seja como for, ao se analisar o percurso das sagas ao longo dos tempos, notamos que, a despeito de o gênero ser uma interface na qual o milagroso e o insólito coadunam-se com eventos históricos conhecidos ou testemunhados, houve, no universo da fortuna crítica, uma tendência a ressaltar o aspecto ficcional das sagas, em detrimento de suas nuances históricas. Ainda que atualmente haja uma possibilidade de contribuição das sagas para os estudos etnográficos, folclóricos e antropológicos, a validade da análise histórico-social dessas narrativas foi, tacitamente, minimizada.<sup>426</sup>

Segundo Byock (1992), essa retração das sagas como fontes históricas se deve, em grande medida, ao impacto do nacionalismo islandês no processo de interpretação dessas narrativas que, originalmente medievais, foram reinterpretadas para servir às aspirações da Islândia em um contexto de emancipação política.<sup>427</sup>

Durante mais de meio século, a Islândia se manteve sob a tutela política de nações escandinavas. Vinculada ao governo da Noruega durante o século XIII e ao governo da Dinamarca a partir do início do século XIV, a Islândia entra em efervescência política em busca de sua independência no final do século XIX e início do século XX. No entanto, isso foi fruto de um lento processo histórico, marcado por uma série de *concessões*<sup>428</sup> da cúpula governamental de Copenhague, que nunca enxergou os Islandeses como inimigos a serem subjugados, mas como uma nação amiga que precisava de acompanhamento.<sup>429</sup>

Com o surgimento de uma conjuntura política que possibilitava sua autonomia, a Islândia tornou-se uma nação soberana em 1944 e, como é comum em nações recém-emancipadas, passou a construir percepções de seu passado contrapostas àquelas que eram impingidas pela letrada sociedade dinamarquesa. A liderança acadêmica e intelectual

---

<sup>426</sup> BYOCK, Jesse L. History and the sagas: the effect of nationalism. In: *From Sagas to Society: Comparative Approaches to Early Iceland*. London: Hisarlik Press, 1992, pp. 43-59.

<sup>427</sup> Byock, 1992, p. 44.

<sup>428</sup> Apesar do desejo pela liberdade, a independência na Islândia foi fruto de um processo gradativo, marcado por uma forte dependência econômica que os islandeses possuíam em relação à Dinamarca. Esse liame gerava para a Islândia uma falta de competitividade no cenário comercial externo, prejudicando o fomento das condições necessárias à independência. A despeito desse contexto, a Islândia criou um ambiente propício aos seus intentos emancipatórios por meio de um movimento de manutenção da língua, da cultura e da alfabetização; e, sobretudo, restabeleceu as condições políticas internas que gerissem sua separação, como, por exemplo, a reabertura do Parlamento nacional. Com a pressão do Parlamento, em 1871, foi promulgada a *Lei do Rei*, que conferia certa autonomia à ilha. Em 1874, foi a vez de a Islândia receber uma Carta Magna da Dinamarca, concessão que não satisfiz os islandeses. Entretanto, com o fim da primeira Guerra Mundial e a derrota da Alemanha, a Dinamarca recuperou alguns territórios perdidos para a rival se valendo da alegação de autodeterminação do povo dinamarquês. Uma vez que, naquele contexto, usavam tal argumento, a Dinamarca passou a considerar a legitimidade das ideias separatistas da Islândia. Assim, em 1928, a Islândia se tornou internamente autônoma, apesar da existência de algumas tutelas legais em relação ao governo dinamarquês. A emancipação total só viria em 1944, quando Sveinn Björnsson foi eleito primeiro presidente, após um plebiscito sacramentar a emancipação total da ilha. (BEYOCK, 1992, p. 47 et seq.)

<sup>429</sup> Byock, op. cit., p. 50.

islandesa passou a entender a necessidade dessa mudança, como condição necessária para a criação de um novo paradigma de civilização que entendesse a sua cultura sem intermediação do olhar estrangeiro e, com isso, conseguisse fincar estacas na paisagem cultural da Europa. Noutras palavras, a Islândia começou a buscar caminhos para que se apropriasse de seu passado cultural, em um exercício de construção da identidade nacional<sup>430</sup>.

Assumir o próprio passado, no entanto, não é a uma missão centrada apenas no desejo, mas em subsídios e substratos culturais que permitem uma nova visão que a nação quer criar sobre si mesma. Assim, boa parte dos intelectuais islandeses, dentre os quais podemos destacar o professor Finnur Jónsson<sup>431</sup>, passou a enxergar na literatura, especialmente nas *sagas de família*, um mecanismo de redefinição da própria cultura e de redescoberta de sua formação identitária.<sup>432</sup> Noutras palavras, para se criar um sentimento de pertencimento nacional era fundamental que o povo se visse representado em sua literatura. Nesse sentido, as sagas, diferentemente de outras literaturas medievais, foram eleitas como porta-voz desse momento islandês por oferecerem uma visão mais clara acerca das pessoas “comuns” da história, criando um processo de formação da identidade nacional.

Por meio das *sagas de família*, adentrava-se no cerne da cultura islandesa, mediante diversos retratos da vida cotidiana nas fazendas. Percebia-se, portanto, como eram as relações construídas pelos colonizadores com seu clã e seu entorno social, facilitando a compreensão acerca do que pensavam, como agiam ou tomavam decisões políticas em uma sociedade marcada pela desigualdade. Valendo-se das *sagas de família*, os islandeses reafirmaram suas raízes e passaram a criar uma imagem genuinamente nacional sobre si mesmos.<sup>433</sup>

Da perspectiva de *Finnur Jónsson* (1923), as sagas podiam ser tomadas como fontes históricas, tendo em vista que essas narrativas consideravam processos sociais e econômicos fundamentais, revelados por uma observação das práxis daquela comunidade em especial, em determinado contexto histórico. Com base nessa visão tradicionalista, a nova Islândia devia se

---

<sup>430</sup> Byock, 1992, p. 44.

<sup>431</sup> “Finnur Jónsson (29 de maio de 1858 - 30 de março de 1934) foi um filólogo islandês e professor de Filologia Nórdica na Universidade de Copenhague. [...] Ele fez extensas contribuições para o estudo da literatura nórdica antiga”. Suas principais obras: *Dennorsk-islandske skjaldedigtning*, “uma edição [contendo] todo o corpo da poesia escáldica em duas partes - uma que dá o texto dos manuscritos com variantes e um que dá um texto normalizado e uma tradução dinamarquesa”; *Lexicon Poeticum*, “um dicionário da poesia nórdica antiga”; e *Den oldnorske og oldislandske litteraturs historie*, “uma história detalhada da literatura nórdica antiga”. Além disso, Finnur editou e lançou diversas sagas islandesas e reais, bem como publicou uma coleção consagrada do Edda. Disponível em: <<https://www.revolvy.com/page/Finnur-J%C3%B3nsson>>. Acesso em: 26 fev. 2019, tradução nossa.

<sup>432</sup> Byock, loc. cit.

<sup>433</sup> Byock, 1992, p. 44-45.

assemelhar ao passado medieval, uma visão romântica que idealizava a liberdade e uma cultura rural centrada em suas tradições, sobretudo as orais.<sup>434</sup>

Por outro lado, ganhou destaque uma corrente filosófica futurista que defendia o argumento de que as sagas, com seus relatos populares e particularizados, não podiam ser consideradas fontes históricas seguras, uma vez que a trajetória de um país deve ser pautada nas ações de indivíduos notáveis, no progresso das instituições governamentais e no *status* das estruturas políticas.<sup>435</sup> Essa concepção teórica visava retirar as sagas do domínio de uma tradição literária ligada a contadores de histórias incultos e grosseiros, reinterpretando-a para que reunisse condições estéticas para figurar no panteão da literatura mundial.<sup>436</sup>

Esse novo veio teórico compunha o pensamento do que se convencionou chamar de Escola Islandesa, da qual emergem vozes importantes tanto da crítica literária quanto da historiografia. O primeiro expoente dessa nova visão sobre as sagas foi o acadêmico literário Sigurdur Jóhannesson Nordal<sup>437</sup>, que se pautou na desconstrução do ideário tradicionalista, dando uma nova versão sobre a gênese de consagradas narrativas islandesas. Segundo o teórico, a *Hrafnkatla*, tradicional saga islandesa, ao contrário do imaginário convencional, era uma obra atribuída a um único autor e não podia ser entendida como um celeiro de fontes históricas, devido a sua essência profundamente ficcional, provavelmente a produção de “um homem que, dotado de uma poderosa imaginação, virtuosismo literário e conhecimento dos homens, foi sustentado por um dos mais poderosos movimentos literários da história registrada”.<sup>438</sup>

Essa tese é corroborada pelo historiador especializado em Islândia medieval, Jón Jóhannesson que, além de ratificar o estatuto da autoria em *Hrafnkatla*, consegue precisar a obra dentro dos gêneros literários, a partir de um esmerado trabalho de análise textual. Para o autor, essa narrativa, em especial, era uma *skáldsaga* (novela), razão pela qual qualquer enfoque factual soava como infundada falácia. Adicto e discípulo de Nordal, Jóhannesson era um historiador institucional que buscava, com esse entendimento, rechaçar de sua

---

<sup>434</sup> Ibid., p. 50.

<sup>435</sup> Ibid., p.46.

<sup>436</sup> Ibid., p. 52.

<sup>437</sup> Sigurdur Jóhannesson Nordal (14 de setembro de 1886 – 21 de setembro de 1974) foi um “filólogo islandês, crítico e escritor de muitos gêneros, que desempenhou um papel central na vida cultural da Islândia do século XX [...]”. Professor de língua e literatura islandesa na Universidade da Islândia, também lecionou língua islandesa, literatura e filologia em várias universidades europeias e americanas. Dentre suas obras mais notáveis estão *Hrafnkel's Saga Freysgoda: a study* (1940), a biografia do escritor medieval Snorri Sturluson (1920), e *Íslensk menning* (1942), obra sobre a cultura islandesa. Para além dessas obras, “sua coleção de contos *Fornar ástir* (1919) [...] desempenhou um papel significativo no desenvolvimento do conto islandês moderno e da forma lírica da prosa”. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Sigurdur-Johannesson-Nordal>>. Acesso em: 26 fev. 2019, tradução nossa.

<sup>438</sup> Byock, loc. cit., tradução nossa.

investigação científica o enlevo sobre vidas privadas, em favor de uma visão oficial dos acontecimentos.<sup>439</sup>

As postulações teóricas de Nordal e Jóhannesson, ao desconstruírem os conceitos de historicidade e oralidade associados às sagas, atacam o cerne da concepção tradicionalista para a nova Islândia e robustecem uma nova visão para essas narrativas, pautada no estatuto da autoria e da escrita, procedimento que desloca o gênero do bojo da cultura popular, conduzindo-o, com base em uma reinterpretação de sua natureza e origem, para um ambiente urbano, mais alinhado à crítica literária contemporânea.<sup>440</sup> Nessa perspectiva, o entendimento não é de que a saga desloca-se da oralidade para a escrita, como defende Lönnroth (2008), mas, sim, de que ela não possui nenhum vínculo com a tradição oral. Todo esse esforço de transformar a saga em um artefato de um meio letrado transcendia a simples validação do gênero como símbolo da grandeza nacional e revestia essa narrativa com um verniz de singularidade cultural, decorrente de um dos movimentos mais poderosos da história, que, decididamente, alçou a acanhada cultura islandesa a uma posição emergente e de destaque, não só no contexto das nações escandinavas, mas no panorama mais amplo da literatura universal.<sup>441</sup>

Reivindicar para si a base literária das *sagas de família*, apesar de outras nações escandinavas questionarem tal pertencimento,<sup>442</sup> enobreceu a Islândia com uma herança cultural compatível com as mais desenvolvidas nações do planeta, que sinalizavam uma volta às tradições narrativas como um patrimônio a ser apreciado e recepcionado pela cultura letrada, como ocorreu na Alemanha, com os contos populares e contos de fadas dos irmãos Grimm e, na Finlândia, com as narrativas da Kalevala.<sup>443</sup>

Com efeito, ao conseguir tomar a dianteira do processo de construção de uma herança cultural para o país, a Escola Islandesa projetou sobre as sagas as luzes da ribalta, filtrando o interesse de outras nações escandinavas sobre o gênero em questão e reservando para si a propriedade intelectual e identitária sobre as *islendingasögur*. Esse gênero deixou de ser a memória cultural de todas as nações nórdicas, saiu do domínio limitado de um grupo

---

<sup>439</sup> Byock, 1992, p. 52-53

<sup>440</sup> Byock, 1992, p. 55-56.

<sup>441</sup> Id. Ibid.

<sup>442</sup> “Para os escandinavos do continente, os textos islandeses eram remanescentes das tradições viking, que não foram criadas na Islândia, mas apenas registradas e preservadas por imigrantes nórdicos”. Entretanto, no entendimento de Nordal, as *konungasögur* podem ser compartilhadas com a Noruega e a Dinamarca “como contribuição para o passado pan-escandinavo”. O mesmo poderia ser aplicado às poesias *édnicas* e *escáldicas*, com seus temas míticos e históricos. Já quanto às *sagas de família*, estas são exclusivamente fiadas ao povo islandês. (BYOCK, 1992, p. 57-58, tradução nossa).

<sup>443</sup> Byock, loc. cit.

autóctone e passou a pertencer apenas à inventividade islandesa, cenário que conferiu ao país um passado histórico e a condição para consolidar seu posto de nação independente.

### 3.1.1 *Eyrbyggja Saga*: a alma de todas as sagas de família

Dentre todas as *sagas de família*, também chamadas de *sagas de distrito*, a mais famosa e que se tornou símbolo cultural da Islândia é, sem dúvida, a *Eyrbyggja Saga*. De autoria anônima, essa narrativa possui como base três redações inaugurais. A primeira, registrada em um códice denominado *Vatnshyrna*, datado do século XIV, acabou incinerada em um incêndio ocorrido em Copenhague em 1728. A segunda redação consta de um manuscrito mantido na Alemanha, na cidade de Wolfenbüttel. A última encontra-se em um manuscrito incompleto do século XIV, chamado *Melabók*.<sup>444</sup>

A partir da morfologia do título de *Eyrbyggja saga*, nota-se que a narrativa é perpassada por sentidos e olhares coletivos, tendo em vista que não se ocupa das peripécias de um único personagem, mas do contingente populacional das penínsulas de *Þórsness*, *Álpafjörð* e, principalmente, de *Eyr*, realçando seu processo de colonização e as lutas de poder empreendidas no processo de ocupação dessas terras do oeste da Islândia a partir do século X. Com o passar do tempo, quando chega à terceira geração, a saga promove uma delimitação de sua narrativa, concentrando-se nas figuras do góði Snorri e Arnkell de Bólstað, postas como personalidades poderosas, em torno das quais orbitam os habitantes dessa região.<sup>445</sup>

Os personagens são apresentados de forma extremamente realista, destoando de outras sagas de distrito, mais preocupadas em idealizar determinadas personalidades como representantes de uma época. Em *Eyrbyggja saga*, especificamente, há um interesse pelo lado negativo do ser humano, da sociedade que o engloba ou de eventos nefastos do ponto de vista moral e ético. A bondade é sempre uma característica desencadeadora de um destino inglório para aqueles que a detém, como é o caso do próprio Arnkell, que é executado, ou Þórarinn e Björn, personagens condenados ao exílio. Em contrapartida, os nefandos de caráter são agraciados com um destino auspicioso, como góði Snorri, cujo fim é marcado pela riqueza e pelo prestígio social.<sup>446</sup>

---

<sup>444</sup> Langer, 2017, p. 249.

<sup>445</sup> Id. Ibid.

<sup>446</sup> Ibid., p. 250.

Levando em consideração o intento de retratar o período pré-cristão da Islândia de forma fidedigna, *Eyrbyggja saga* tornou-se um celeiro de referências para os estudiosos das religiões pagãs dos primeiros colonizadores do país, bem como um instrumental para compreender as tradições islandesas no processo de escolha dos assentamentos do país, como nos relatos sobre Þórólfr, que se vale do mastro com a imagem do deus Thor, removida de um templo norueguês, como aparato para guiá-lo pelo litoral em busca do local de fundação da nova nação. O fato de os colonizadores não serem constituídos apenas de famílias norueguesas, permitiu que, nessa narrativa em particular, houvesse uma maior profusão de credences relacionadas à religião popular, bem como de eventos peculiarmente risíveis, a exemplo do conflito entre personagens que reclamam para si o direito de evacuarem no local que melhor lhes aprouvesse.<sup>447</sup>

Todas essas conjecturas perpassadas por uma herança multifacetária desencadearam, *a posteriori*, uma sociedade na qual os espaços e as posições assumidos pelos indivíduos baseiam-se, única e exclusivamente, em fundamentos meritocráticos, não obstante o autor dessa narrativa, possivelmente um homem letrado e não um religioso, deixar entrever uma visão excludente e preconceituosa a respeito de escravos e dos primeiros membros clericais do país.<sup>448</sup> Quando se observa a estrutura de *Eyrbyggja saga*, percebe-se que a mão que conduz essa narrativa entremeia a história com um número significativo de estrofes escáldicas com o claro propósito de não só revestir seu relato de credibilidade, mas também esmaecer as fronteiras entre a ficção e realidade, delineando “o caráter de alguns personagens ou marcações estruturais entre os diferentes episódios da saga”.<sup>449</sup>

Primeiramente redigida em manuscritos e códices, *Eyrbyggja saga* teve a primeira edição impressa em 1787, na cidade de Copenhague. Atribuída a Grímur Jonssón Thorkelín<sup>450</sup>, e viabilizada pela patronagem do renomado historiador islandês Peter Friderich<sup>451</sup> Suhm, a primeira edição possuía um breve prefácio, uma quantidade significativa de informações acerca dos manuscritos e um conjunto de notas de rodapé que, distribuídas ao longo da obra, forneciam uma bateria de leituras variantes, iluminando o texto e orientando a

---

<sup>447</sup> Id. Ibid.

<sup>448</sup> Id. Ibid.

<sup>449</sup> Id. Ibid., p. 250 -251.

<sup>450</sup> “Estudioso e professor islandês (1752-1829), que copiou o manuscrito de *Beowulf* e o publicou em 1815”. Disponível em: <<https://www.borges.pitt.edu/i/thorkelin-grimur-jonsson>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

<sup>451</sup> Peter Friderich Suhm (18 de outubro de 1728 - 07 de setembro de 1798) foi um renomado historiador e colecionador de livros dinamarqueses. Dono de uma fortuna oriunda de herança, construiu uma biblioteca de mais de 100.000 volumes, que foi aberta ao público numa época em que não existiam bibliotecas para o público comum na Dinamarca. É autor da clássica obra historiográfica: *a História da Noruega, da Dinamarca e de Holstein* (1776). Disponível em: <<http://www.dknvs.no/historie/peter-friederich-suhm/>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

leitura. Nesse mesmo período, outras sagas renomadas foram editadas na Dinamarca, dentre elas *Njáls Saga* (1809) e *Laxdaela Saga* (1826), que juntamente com *Eyrbyggja saga*, foram responsáveis por popularizar a literatura nórdica ao redor do mundo, mudando a visão estereotipada que os leitores possuíam acerca dessas narrativas.<sup>452</sup>

A segunda edição impressa da saga do povo de Eyr foi lançada na cidade de Leipzig, na Alemanha, e idealizada pelo emigrado islandês, Guðbrandur Vigfússon<sup>453</sup>. Em função da notoriedade alcançada com a edição da saga, o autor foi convidado por Sir George Dasent<sup>454</sup> a ir para Londres trabalhar na edição do *Icelandic – English Dictionary*, lançado 1874, em Oxford. Esse círculo de amigos ilustres era amplo e chama a atenção, na dedicatória dessa obra, uma referência que o autor faz a seu amigo de infância, Jón Sigurðsson, figura central do movimento de independência islandês do século XIX, que, entre outras coisas, ensinou à Vigfússon as técnicas mais modernas de evidenciar, nos manuscritos, as letras esmaecidas pelo tempo, sem o uso de reagentes químicos que pudessem danificar as peças.<sup>455</sup>

Segundo Simpson (1973), Vigfússon apresenta uma edição crítica reconhecidamente moderna. Para tanto, segue uma transcrição do texto de *Vatnshyrna*, cujo original foi perdido no incêndio de 1728 e o sutura com trechos de outros manuscritos, provocando certas fragilidades em sua tradução. Por outro lado, sua valiosa introdução contém discussões completas sobre a data, o estilo e composição da saga; além de evidenciar o processo de transmissão dos manuscritos, também analisados quanto às suas características ortográficas e fonológicas. A introdução de Vigfússon reflete suas preocupações com a natureza aparentemente multifária da saga e a falta de clareza em sua linha narrativa.<sup>456</sup>

A *Eyrbyggja saga* só foi editada na Islândia em 1882 e, em um primeiro momento, teve mais importância para a leitura pública, do que para a circulação nos meios acadêmicos. Atribuída a Þorleifur Jónsson, essa edição, segundo Simpson (1973), contém alguns erros,

---

<sup>452</sup> SIMPSON, John M. *Eyrbyggja Saga and nineteenth-century scholarship*. In: FOOTE, Peter; PÁLSSON, Hermann; SLAY, Desmond (Orgs). *Proceedings of the First International Saga Conference, University of Edinburgh*. London: Viking Society for Northern Research, 1973, p. 361 – 363.

<sup>453</sup> Guðbrandur Vigfússon (13 de março de 1827 - 31 de janeiro de 1889, Oxford) foi um dos maiores estudiosos do século XIX, sendo responsável pela edição do Dicionário Islandês-Inglês de Richard Cleasby (1874; 1957). “Publicou edições de várias sagas islandesas, bem como a coleção *Corpus Poeticum Boreale*, em 1883”. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Gudbrandur-Vigfusson>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

<sup>454</sup> George Webbe Dasent (20 de maio de 1817 – 10 de junho de 1896) foi “um tradutor de contos populares e colaborador do *The Times*”. Foi educado na Westminster School, no King’s College London e na Universidade de Oxford. “Ao deixar a universidade em 1840, foi nomeado para um posto diplomático em Estocolmo, na Suécia. Lá ele conheceu Jakob Grimm, que o fez se interessar pela literatura e mitologia escandinavas”. Principais obras: *A História de Burnt Njal* (1861), tradução de *Gisli the Outlaw* (1866), *Icelandic – English Dictionary* (1874). Disponível em: <[https://www.goodreads.com/author/show/1597.George\\_Webbe\\_Dasent](https://www.goodreads.com/author/show/1597.George_Webbe_Dasent)>. Acesso em: 03 mar. 2019, tradução nossa.

<sup>455</sup> Simpson, op. cit., p. 363-364.

<sup>456</sup> Id. *Ibid.*, p. 364-365.



pois o autor foi impedido de verificar os originais, tendo que recorrer à edição de Vigfússon, método que, notadamente, contribuiu para o surgimento de algumas fragilidades, desencadeadas por um duplo filtro de interpretação.<sup>457</sup>

Ao ganhar popularidade, a *Eyrbyggja saga* passou a ser traduzida para outros idiomas, provocando uma celeuma, no meio acadêmico, quanto à qualidade dessas traduções. O dinamarquês foi a primeira língua moderna em que esta saga apareceu em tradução completa. N.M. Petersen traduziu dez das sagas mais importantes dos islandeses, divididas em quatro volumes no *Historiske Fortaellinger*, publicado pela *Det Nordiske Old-Skrift – Selskab* entre os anos de 1839 e 1844. *Eyrbyggja saga* encontra-se no quarto volume, tendo sido a primeira representante de um movimento de popularização dessas narrativas na Dinamarca. O sucesso que alcançou obrigou os editores a lançarem duas novas edições: uma de Guðbrandur Vigfússon, em 1860, e outra em 1901, na qual Finnur Jónsson tinha uma participação. É interessante que, mesmo na época em que as primeiras versões de Petersen foram publicadas, em suas anotações na parte de trás de *Eyrbyggja saga*, ele aproveitou a oportunidade para se defender dos críticos de suas edições anteriores, que se dividiam entre aqueles que entendiam que as sagas deviam ter um tom estilístico mais polido, e outros que lhe pediam um estilo mais popular. Na década de 1920, mais uma vez, as deficiências das traduções de Petersen se intensificaram e foram sinalizadas ostensivamente pelo romancista Gunnar Gunnarsson<sup>458</sup>, resultando na formação, em 1927, da Sociedade de Publicação de Sagas Islandesas em Dinamarquês, organização que passou a deter o direito exclusivo de tradução das sagas islandesas.<sup>459</sup>

Na Suécia, a *Eyrbyggja saga* ganhou certo relevo editorial, sendo traduzida por CJL Lönnberg, em Estocolmo, em 1873, como o segundo volume de uma série planejada de sagas reais. Entretanto, há consenso de que pertencem à Inglaterra as traduções mais famosas da saga islandesa. Uns dos mais famosos tradutores das sagas para o inglês, no século XIX, foram William Morris e Eiríkur Magnússon. A *Saga Library*, primeiro empreendimento dos autores no trabalho com esse gênero literário, foi publicada em seis volumes em Londres entre

---

<sup>457</sup> Ibid., p. 366.

<sup>458</sup> Gunnar Gunnarsson, (18 de maio de 1889 - em 21 de novembro de 1975) foi “um romancista islandês e escritor de contos que, como muitos islandeses do século XX, escolheu escrever em dinamarquês para alcançar um público maior. [...] Embora ele escrevesse principalmente em dinamarquês, ele utilizou exclusivamente seus antecedentes islandeses e a história islandesa para seus romances. Os trabalhos épicos e monumentais de Gunnarsson foram amplamente traduzidos e, fora da Escandinávia, foram particularmente populares na Alemanha”. Principais obras: *Borgslægtens historie* (1912) e *The Church on the Mountain* (1923-1928). Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Gunnar-Gunnarsson>>. Acesso em: 03 mar. 2019, tradução nossa.

<sup>459</sup> Simpson, op. cit., p. 368.

os anos 1891 e 1906. Os dois primeiros volumes continham cinco sagas de família e o resto da série era destinado à tradução delas. A *Heims-Kringla*, a *Eyrbyggja Saga* e a saga *Heiðarvíga* estão juntas no volume 2, sendo intituladas *The story of the Ere-Dwellers, with the story of the Heath-Slayings* (1839-44). Na introdução de *Eyrbyggja*, Morris e Magnússon, por meio de um minucioso trabalho de análise linguística e estilística, adentram na teoria das interpolações nesta saga. Eles percebem que os últimos dezoito anos da vida de Snorri Goði não constam na saga, omissão que, a *posteriori*, foi aparentemente compensada com a inserção desse período da vida do clérigo islandês em capítulos dedicados a outros personagens. Seja como for, trata-se de um trabalho extremamente difícil de ser realizado, haja vista que a linguagem desses capítulos parece não diferir muito do resto do livro, portanto essas interpolações devem pertencer a uma mão contemporânea.<sup>460</sup>

Na esteira dessa discussão, cabe reconhecer que a tradução de *Eyrbyggja* que mais recebeu enlevo no universo da fortuna crítica e que, claramente, exerceu influência direta sobre a formação do romance moderno foi o *Abstract*, de Sir Walter Scott, trabalho dialógico que se tornou as bases alicerçais dos estudos literários comparativistas.

### 3.1.2 Walter Scott e a *Eyrbyggja Saga*: leitura, tradução e influência

No universo da fortuna crítica, é muito conhecido o interesse que Walter Scott teve pela literatura nórdica, uma paixão que, segundo Julian D'Arcy e Kirsten Wolf (1987), começou em 1790, quando ele leu, em um encontro da Sociedade Literária, em Edimburgo, um artigo sobre a cultura anglo-saxônica e islandesa. O interesse foi tal que, no ano seguinte, o escritor apresentou um trabalho sobre a mitologia nórdica na Sociedade Especulativa<sup>461</sup>, iniciativa que aguçou ainda mais seu interesse por essa cultura, instigando-o ao estudo ostensivo da obra de Bartholin<sup>462</sup> e à criação de um amplo acervo de livros sobre a cultura e literatura escandinavas.<sup>463</sup>

---

<sup>460</sup> Ibid., p.369.

<sup>461</sup> A Sociedade Especulativa é uma sociedade iluminista escocesa dedicada ao falar em público e à melhoria composição literária, fundada em 1764. Além de Walter Scott, fizeram parte dessa organização Francis Jeffrey, Robert Louis Stevenson, dentre outros. Disponível em: <<http://www.cityofliterature.com/the-speculative-society/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

<sup>462</sup> Thomas Bartholin foi historiador dinamarquês do século XVII, que, juntamente com Ole Worm, e o sueco Olof Rudbeck, foram os percussores na criação de um padrão para o estudo das runas e sagas islandesas como fontes históricas. Disponível em: <<http://www.montejunto.net/vikings>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

<sup>463</sup> D'ARCY, Julian; WOLF, Kirsten. Sir Walter Scott and Eyrbyggja Saga. In: *Studies in Scottish Literature*: Vol. 22. p. 30-43, jan. 1987. Disponível em: <<http://scholarcommons.sc.edu/ssl/vol22/iss1/5>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

Citando Paul Robert Lieder, D'Arcy e Wolf (1987) acrescentam que o conhecimento que Sir Walter Scott possuía acerca da literatura e cultura nórdicas não estava ancorado apenas na leitura das obras de Bartholin, mas no conhecimento aprofundado dos textos de Olaus Magnus e Torfeaus, autores que, funcionando como um manancial de influências para a literatura scottiana, fizeram inúmeras referências, em seus textos, a elementos fantásticos como espadas mágicas, lobisomens, dragões, feitiços e inscrições rúnicas.<sup>464</sup>

Pensar na literatura scottiana a partir de uma relação dialógica com as narrativas nórdicas recebe respaldo em *The Goths in England*, obra na qual seu autor, Samuel Klinger, defende a ideia de que a tradição gótica fundaria as bases da sociedade e da política inglesas.<sup>465</sup> Posta esse vinculação, esse dialogismo se estenderia a todo arcabouço cultural inglês, inclusive à literatura, entendimento que confere sustentação teórica para Thomas Percy<sup>466</sup> afirmar que os romances europeus possuíam ascendência linear das antigas canções históricas dos bardos góticos. Ampliando seu pensamento, Percy detalha que os bardos e menestréis dos antigos britânicos, estruturados a partir de modelos nórdicos, foram utilizados, nas cortes, como historiadores orais de sua nação. Com o passar do tempo, essas formas literárias despiram-se dessa função histórica e passaram a se revestir de uma finalidade voltada para o entretenimento, transformando-se em maravilhosas ficções – “histórias de aventuras com gigantes, dragões, bruxas, encantadores e todas as extravagâncias monstruosas de imaginação selvagem, não guiada pelo julgamento e não corrigida pela arte”.<sup>467</sup>

O ponto central da teoria de Percy é que essas histórias aparentemente inocentes, como as canções infantis e baladas presentes em sua obra, eram claramente uma notável herança histórica, prova cabal de que a literatura inglesa tinha origem saxônica ou gótica.<sup>468</sup> Corroborando este ponto de vista, Paul-Henri Mallet, em *Histoire du Danemarch* (1755-63), afirma que as ideias de cavalaria, presentes no romance inglês, podem ser descobertas, ainda que de forma embrionária, nos costumes, maneiras e opiniões de todas as ramificações desse povo – os godos. Diz o autor:

Essa propensão para ir à busca de aventuras, aquele espírito de desafio para um único combate e aquela respeitosa complacência mostrada ao belo sexo (tão

<sup>464</sup> D'Arcy; Wolf, 1987, p. 30-31.

<sup>465</sup> Apud MIN, Eun Kyung. Thomas Percy's Chinese Miscellanies and the Reliques of Ancient English Poetry (1765). *Eighteenth-Century Studies*, vol. 43 n. 3, 2010, p. 307-324.

<sup>466</sup> Thomas Percy (1729-1811) foi um poeta, tradutor e autor inglês. É o autor de *Reliques of Ancient English Poetry*, publicada em 1765. A este trabalho é creditado o renascimento da poesia inglesa de menestréis nos séculos XVIII e XIX, gênero que ele vincula com a escrita dos países do norte. Disponível em: <[http://www.ricorso.net/rx/az-data/authors/p/Percy\\_T/life.htm](http://www.ricorso.net/rx/az-data/authors/p/Percy_T/life.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2019.

<sup>467</sup> Ibid., p. 190, tradução nossa.

<sup>468</sup> MALLET apud MIN, 2010, p. 174-175.

diferente das maneiras dos gregos e romanos), todos são de origem gótica, e podem ser rastreados desde os primeiros tempos entre todas as nações do norte<sup>469</sup>.

Com esta teoria, o autor confronta outras teses concorrentes sobre o surgimento do romance em solo inglês, especialmente “a ideia comum de que o romance foi importado da França e que ele havia se desenvolvido a partir do contato europeu com o mundo árabe durante as cruzadas medievais”.<sup>470</sup> Nesse sentido, o romance não era um produto da constituição feudal, mas, sim, um gênero que antecedia o feudalismo, e possuía, nos elementos estruturais da cultura e literatura nórdicas, a força motriz da escrita de diversos romancistas ingleses.

Seja como for, é consenso que essa relação dialógica na literatura scottiana possui sua gênese quando, em 1814, o autor publicou, em *Illustrations Of Norther Antiquities*, o seu resumo da Saga, incorporando à edição uma análise crítica da história.<sup>471</sup> Ancorando-se em uma edição de *Eyrbyggja saga* publicada no *Old Norsel Latin*, de Thorkelin, Scott apresentou um trabalho que dividiu a opinião dos críticos, que oscilaram entre aqueles que enxergavam no resumo scottiano uma contribuição para inserção da cultura nórdica no perímetro da literatura inglesa, e aqueles que viam nessa versão uma gama de deficiências.

Edith Bartho, em *Scott as Mediaevalist* (1932), aduz que o resumo de Scott é a primeira manifestação em inglês de toda a riqueza e grandiosidade oriundas das narrativas nórdicas.<sup>472</sup> Simpson (1973), endossando tal assertiva, destaca o aspecto inaugural da versão de Scott, entendida como uma espécie de realista social, responsável por descrever um momento histórico em que imperava o desenvolvimento pleno de uma nação, bem como por realçar as implicações sociais e políticas de um personagem psicologicamente complexo como Snorri Goði. Torna-se fascinante aos olhos de Scott como um povo forjado no calor do primitivo e em um contexto de bravura desvela uma sociedade em que imperam altas honrarias para as personagens femininas, uma jurisprudência centrada na garantia do devido processo legal e um povo capaz de, sem maiores imbróglis, abandonar o paganismo e converter-se ao cristianismo.<sup>473</sup>

Por outro lado, as análises críticas de Simpson e Bartho, como bem destacam D’Arcy e Wolf (1987), concentram-se basicamente nas informações paratextuais, nos comentários de Scott sobre a saga, deixando à margem do crivo analítico a qualidade da tradução promovida

---

<sup>469</sup> Apud Min, 2010, p. 174-175.

<sup>470</sup> Apud Min, 2010, p.190.

<sup>471</sup> Simpson, op. cit., p. 377.

<sup>472</sup> Apud D’ARCY; WOLF, 1987, p. 32.

<sup>473</sup> Ibid., p. 33.

pelo autor escocês. Nesse sentido, muitos erros de tradução acabam sendo ignorados, equívocos que geralmente se pautam em descuidos por parte de Scott, dono de uma técnica mal apurada, crivada de distorções, omissões e seleções em sua narrativa, sempre apresentada em uma linguagem extremamente rebuscada, dissonante em relação ao tom mais informal das sagas. Além disso, as incompreensões do texto fonte provocam, na tradução de Scott, erros significativos quanto a datas de eventos históricos e à precisão de locais geográficos. Essas incongruências ocorrem com certa regularidade pelo fato de Scott não ter se baseado no texto original de *Eyrbyggja saga*, mas em uma tradução dessa narrativa para o latim, procedimento que gerou a intercorrência de erros crassos e primários de tradução, uma vez que o autor não validava suas fontes. Ademais, Scott tinha interesse pelas sequências mais fantásticas, traduzidas com o máximo de apuro técnico, em detrimento de outras partes das narrativas, que recebiam um tratamento relapso e sem revisão.<sup>474</sup> Assim, Scott perde a oportunidade de fazer um retrato mais fidedigno do contexto histórico da saga, ao optar por condensar ou desprezar algumas das personalidades e alianças sociais mais relevantes do povo de Eyr.<sup>475</sup>

A despeito das muitas deficiências constantes desse resumo, parte majoritária do universo da crítica literária entende que esses erros fazem pouca diferença para o significado geral da saga e, além disso, veem, nessa devoção de Sir Walter Scott, um terreno dialógico por meio do qual o universo da cultura e literatura nórdicas exerceu influência vital sobre seus escritos e a decisão de tornar-se um romancista. Segundo Batho (1932), não há como deixar de observar a mistura de heroísmo, comicidade e realismo, presentes em *Eyrbyggja saga*, na estrutura narrativa de *Waverley* (1814), primeiro romance de Scott. Cabe destacar que o dialogismo com a literatura nórdica não se resume apenas à *Waverley*, mas é especialmente evidente em poemas como *The Lay of the Last Minstrel* (1805), *The Lady of the Lake* (1810), e também em seus romances *The Antiquary* (1816), *Ivanhoe* (1820) e *The Pirate* (1822). Esta última obra é a mais obviamente influenciada pelo conhecimento de Scott sobre a literatura escandinava, com vários elementos da narrativa claramente inspirados em *Eyrbyggja saga*.<sup>476</sup>

Para Lukács (2011), a literatura scottiana é o ponto de partida do romance histórico. Segundo o teórico húngaro, o romance histórico é um gênero que busca “evidenciar, por meios ficcionais, a existência, o ser-precisamente-assim das circunstâncias e das personagens

---

<sup>474</sup> Ibid., p. 34-36.

<sup>475</sup> Ibid., p. 38.

<sup>476</sup> D’Arcy; Wolf, op. cit., p. 31.

históricas”<sup>477</sup>. Nesse sentido, “a ação do romance ocorre num passado anterior ao presente do escritor, tendo como pano de fundo um ambiente histórico rigorosamente reconstruído, em que figuras históricas ajudam a fixar a época, agindo conforme a mentalidade de seu tempo”, entretanto a trama é absolutamente fictícia, “com personagens e fatos criados pelo escritor”<sup>478</sup>. Com a publicação, em 1814, de *Waverley*, de Scott, convencionou-se a aproximar o romance histórico ao universo das sagas islandesas, vinculação que nem sempre foi uníssona na ambiência da academia.

Joseph Harris (1986), em *Saga as historical novel*<sup>479</sup>, aborda esse embate teórico em torno da aproximação desses dois gêneros literários. Segundo o autor, vários estudiosos influentes rejeitam a aplicação de sistemas analíticos modernos às sagas, o que se pode traduzir em uma imprudência, quando se decide fazê-lo.<sup>480</sup> Um dos principais argumentos que embasam tal posicionamento reside na episteme do linguista e folclorista russo Mikhail Ivanovich Steblin-Kamenskij, para quem a saga e o romance histórico leem o princípio da verdade por meio de chaves completamente distintas. Para o autor, as narrativas nórdicas são perpassadas por três noções distintas de verdade. A primeira, denominada *verdade histórica*, é centrada na objetividade e se aproxima muito da acepção que a modernidade confere a esse conceito; a segunda, chamada de *verdade artística*, corresponde àquela que permite uma análise textual quanto a sua composição linguística, estilística e estrutural; e, por fim, a terceira, denominada *verdade sincrética*, é uma espécie de modalidade intersticial que reúne princípios das duas primeiras verdades. Steblin-Kamenskij defende que as sagas, com base no princípio da *ficção latente*, são capazes de fazer com que dada realidade, marcada por genealogias e fatos reconhecidamente históricos, seja perpassada por eventos fantásticos, permitindo que a presença de elementos mitológicos seja tomada como perfeitamente verossímil.<sup>481</sup> Essa verdade sincrética das sagas que consegue agregar a inventividade às narrativas, embaralhando as dimensões da ficção e do factual, não é possível de ser captada pelo homem moderno, uma vez que este concebe a objetividade como o polo oposto da noção

<sup>477</sup> LUKÁCS, György. O romance histórico. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011, p. 62. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/390070871/LUKACS-Gyorgy-O-romance-historico-pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

<sup>478</sup> ESTEVES, Antônio Roberto; MILTON, Heloísa Costa. O novo romance histórico hispano-americano. In: MILTON, Heloísa Costa; SPERA, Jeane Mari Sant’Ana (Orgs.). *Estudos de literatura e linguística*. Assis: UNESP, Assis Publicações, 2001, p. 88.

<sup>479</sup> HARRIS, Joseph. Saga as historical. In: LINDOW, John; LÖNNROTH, LARS; WEBER, Gerd Wolfgang. (Ed.). *Structure and Meaning in Old Norse Literature*. Odense: Odense University Press, 1986. p. 187-219. Disponível em: <[https://www.academia.edu/11512047/Saga\\_as\\_Historical\\_Novel](https://www.academia.edu/11512047/Saga_as_Historical_Novel)>. Acesso em: 09 mar. 2019.

<sup>480</sup> Harris, 1986, p. 188.

<sup>481</sup> STEBLIN-KAMENSKIJ, Mikhail Ivanovich. *The Saga Mind*. Odense: Odense University Press, 1973.

ficcional. Sendo assim, uma saga, tomada a partir da perspectiva positivista do homem moderno, exala um princípio contraditório, que a insere na dimensão do estranhamento.<sup>482</sup>

Por outro lado, Harris (1986) esclarece que, a despeito de a vinculação entre o romance histórico e as sagas islandesas residir em um terreno analítico e argumentativo que requer certa dose de cuidados e modulações, não se pode vedar a tentativa de estabelecer tais comparações. Em sua episteme, o autor consegue, a partir de uma análise cuidadosa, aproximar os dois gêneros literários, sem incorrer em proposições traiçoeiras e superficiais.

O primeiro ponto destacado por Harris (1986) é que tanto as sagas quanto os romances históricos contêm acontecimentos reais e fictícios, além de pessoas “que são separadas e conectadas com o autor e o leitor pela distância *histórica* [...], transmitindo um sentido de diferenciação entre o tempo da ação e o tempo da leitura”, o que notadamente desencadeia uma implicação histórico-causal.<sup>483</sup> Nesse sentido, essa qualidade parece deslocar-se de uma perspectiva simples e dicotômica do processo histórico, de modo que o passado é substituído pelo passado futuro, em um jogo dialético vinculado causalmente com o presente do escritor. Ademais, os personagens fictícios privados tramitam entre personagens, situações e acontecimentos históricos marcantes e transicionais, como se a presença deles, nesse contexto, lhes desse o *status* de testemunha das transformações sociais.<sup>484</sup>

Quando se observa o contexto de surgimento do *romance histórico*, no século XIX, percebe-se um espaço marcado por severas turbulências políticas, econômicas, sociais e filosóficas, bem como por uma profunda crise de identidade do homem moderno no âmago das práxis sociais. Tal instabilidade engendra o movimento da Revolução Francesa que, dentre outros feitos, suscitou um exercício de compreensão de como a ambiência social deflagra uma profusão de conflitos exteriores e interiores aos cidadãos, instigando-os a prospecções analíticas e ao desenvolvimento de uma consciência histórica.<sup>485</sup> Essa compreensão, no entanto, só se torna possível porque a rapidez dessas transformações delinea os acontecimentos, apagando nas massas a sensação de “acontecimento natural”, ou seja, “torna o caráter histórico das revoluções muito mais visível do que costuma ocorrer em casos isolados”.<sup>486</sup> Nessa perspectiva, entende-se que o contexto da Revolução Francesa, com seus movimentos populares, exércitos nacionais e líderes heroicos, fez da história uma experiência

---

<sup>482</sup> STEBLIN-KAMENSKIJ Apud HARRIS, 1986, p. 189.

<sup>483</sup> Harris, 1986, p. 190, tradução nossa, grifo do autor.

<sup>484</sup> Id. Ibid.

<sup>485</sup> Ibid., p. 194.

<sup>486</sup> Lukács, op. cit., p. 38.

das massas, deflagrando o surgimento de uma nova forma artística que reconhece e interioriza esse período de mudanças e transições, pondo-as em perspectiva histórica e literária<sup>487</sup>.

Salvaguardadas algumas distinções, o modelo básico do processo histórico centrado nos períodos transicionais torna-se sugestivo para parte expressiva das sagas. Sendo assim, encontramos, nas narrativas nórdicas, um período de transformações históricas, entre as quais salientamos a chegada do cristianismo, o imperialismo norueguês, o paganismo individualista e a independência da Islândia como epicentros do estabelecimento de um novo paradigma civilizacional. É esse período de deslocamentos históricos e sociais, entre os anos de 930 e 1030, que marcam uma profunda mudança de costumes na sociedade islandesa e atraem o interesse dos escritores de ficção histórica.<sup>488</sup>

Na esteira dessa discussão, esse período de trânsito em que costumes de uma era confrontam-se com a visão de um novo mundo encontra na conversão do paganismo para a fé cristã o seu primeiro capítulo. O cristianismo, com sua pujante base histórica, sua teleologia e seu intrincado sistema de relações históricas foram responsáveis por introduzir, na sociedade islandesa, uma nova concepção de passado e futuro, oportunizando não só a tecnologia necessária para o cultivo de narrativas, mas uma maquinaria capaz de criar a própria noção de história, posto que, centrados no paganismo primitivo, esses povos possuíam apenas uma breve aproximação daquilo que se convencionou chamar, nas sociedades cristãs, de conceito de linearidade histórica.<sup>489</sup>

A chegada do cristianismo e todos os deslocamentos suscitados por sua implementação tornaram-se tão significativos para os islandeses quanto o processo de colonização, justificando a maneira como as sagas se valeram do embate entre a cultura pagã e o aculturamento cristão como o indicativo de uma nova ordem histórica que estava surgindo. As problemáticas teológicas e historiográficas envolvidas, nesse tema, são evidenciadas em muitas sagas sobre o destino de ancestrais pagãos, entendidos como figuras benevolentes, mesmo antes da chegada da fé cristã.<sup>490</sup>

Um exemplo dessa narrativa que coloca em confronto o paganismo e o cristianismo é *Njáls saga*. Produção anônima do início do século XIII, quando a Islândia acabara de perder sua autonomia para a Noruega, desarticulando o chamado estado livre islandês, esta saga sinaliza para a chegada de uma nova ordem religiosa, embora, de forma escamoteada, ainda presente laivos de enaltecimento da cultura pagã. Esse aceno à tradição pagã despertou no

---

<sup>487</sup> Ibid., p. 19.

<sup>488</sup> Harris, op. cit., p. 194.

<sup>489</sup> Ibid., p. 194-195.

<sup>490</sup> Ibid., p. 199.



autor anônimo desta saga uma preocupação em relação à sua demonização e à condenação de seus ancestrais, de maneira que ele passa a modalizar o uso de elementos pré-cristãos, entremeando-os em sequências narrativas referentes a eventos nitidamente bíblicos.<sup>491</sup>

O jogo antitético entre uma cultura heróica pré-cristã e a primeira fase de uma incipiente ética cristã também é tema em *Færeyinga saga*, narrativa que possui dois eixos centrais: o primeiro descreve os esforços dos reis noruegueses para conquistar o arquipélago de Faroé, valendo-se de esforços diplomáticos e não do uso da força bélica; o segundo gira em torno do conflito geracional entre famílias, que evidencia, simultaneamente, o enfrentamento religioso e ideológico envolvido no processo de sobrepujamento das crenças pagãs ancestrais pelos adventos do cristianismo.<sup>492</sup>

Esse conflito desvela-nos como, naquele contexto, a religião e o estado formavam uma estrutura amalgamada, posto que, ao colocar o paganismo e o cristianismo em lugares opostos, o autor traz à baila as posições políticas antagônicas entre aqueles que defendiam a soberania das ilhas Faroé, como é o caso do pagão Práendr; e aqueles que se sujeitaram ao acultramento pela monarquia norueguesa, representados pelo cristão convertido Sigmundur. Seja como for, essas duas sagas, a exemplo de outras narrativas islandesas, versam, recorrentemente, sobre reis evangelizadores e colonizadores em sua relação dissidente com pagãos que, reconhecendo os pecados e seu itinerário, são introduzidos em uma nova fé por meio do batismo. Nesse sentido, a velha ordem resume-se a uma dimensão primitiva, sarcástica, por vezes, ridícula, que sucumbe diante de uma nova ordem, compreendida em termos religiosos, como uma estrutura avessa à pluralidade e que possui, na figura do rei, o ente detentor das forças propulsoras do futuro.<sup>493</sup>

Outra temática que simboliza o período histórico transicional que serve como enleio entre a saga e o romance histórico advém, nas palavras de Harris (1986), da dinâmica da colonização, momento diretamente associado com o processo de conversão ao cristianismo, como uma política de Estado. Segundo o autor, o período de colonização, entre os anos 870 e 930, é retratado como um momento histórico em que há insurgência heróica contra o despotismo do rei Haraldr Hárfagri, que jurou ser o primeiro rei absoluto sobre uma Noruega unificada, anseio que, abertamente, o colocou em dissonância com a antiga aristocracia, os fazendeiros livres, os pequenos reis e seus clãs. Esse confronto entre uma ideia relativamente nova de Estado e as liberdades arraigadas no cerne da população oportunizou a muitas

---

<sup>491</sup> Langer, 2017, p. 528-530

<sup>492</sup> Ibid., p. 259-260.

<sup>493</sup> Ibid., p. 202-203.

famílias, que buscavam fugir de imbróglios e manter a dignidade, optar pela imigração para a Islândia, transferindo para lá um sistema social tradicional que, embora combatido em égide do poder autocrático norueguês, permaneceu vivo até o século XIII.<sup>494</sup>

Essa ideia de colonização, como um período que funciona como um divisor de águas na ambiência da política escandinava, aparece com expressivo destaque em *Egills saga*. Essa narrativa crítica de forma direta as cortes reais visitadas por *Egills*, dentre elas a do rei Haraldsson, cuja legitimidade de seu poder é questionada pelo personagem título. O fio condutor da trama gira em torno da luta pela independência dos colonos islandeses contra o despotismo de injustos monarcas. O clima sócio-político agitado dessa época desencadeia um olhar diferente e idealizado sobre o passado, retratando, nesse caso, o velho *Egills* como o último de uma época, o último de sua espécie, um poeta genial profundamente preocupado com os rumos políticos de sua terra. Nessa perspectiva, esse personagem “é considerado uma figura de transição entre dois mundos, entre a Noruega e a Islândia, entre reis e camponeses, entre poetas e pessoas comuns”.<sup>495</sup>

A ideia de transição, denotada pelas sagas, incide diretamente sobre as personagens por meio de um canal ascendente que vai dos espaços abastados para a comunidade, das figuras heroicas para as leigas. Essa relação entre a ficção histórica privada e a história pública verdadeira é muito próxima a que os romances históricos oferecem, na medida em que, nessas narrativas, os personagens interagem com figuras históricas e momentos memoráveis, mas o enfoque recai sobre as figuras comuns, que não recebem *status* de “grandes homens”, mas apresentam o seu olhar sobre a história oficial, ou como diz Lukács (2011):

[...] sobre a estrutura formal do gênero [o romance histórico], o herói jamais é clássico ou romântico, uma vez que as narrativas costumam-se em torno de personagens ficcionais médias que emergem de situações de crise, caracterizadas em múltipla complexidade. Ou seja, o herói médio ou medíocre é o homem comum que se torna líder não de modo voluntarioso, mas ao acaso, no emaranhado das complexas relações sociais, o que permite resumir em si os lados mais marcantes, tanto positivos quanto negativos, de determinado movimento [...]<sup>496</sup>

Nesse sentido, os romances históricos colocam em evidência o herói pragmático, que, por força de uma série de circunstâncias, é testemunha de determinado fato histórico, de maneira que suas ações representam a relação de um personagem da ficção privada e a factualidade dos movimentos de caráter histórico-mundial. É o que ocorre com *Waverley*, de

<sup>494</sup> Ibid., p. 213.

<sup>495</sup> Langer, 2017, p. 197.

<sup>496</sup> Lukács, op. cit., p. 20.

Scott, um romance que mostra os embates de um homem comum, representante de uma classe em ascensão, a burguesia, na busca de reconhecimento de seu valor social. Em outras palavras, a narrativa de Scott, em consonância com o caráter marxista da teorização de Lukács, classifica as características constitutivas de *Waverley*, primeiro romance histórico, como oriundas das manifestações populares erigidas do contexto da Revolução Francesa.<sup>497</sup> Dessa forma, ao observarmos que as sagas abordam, frequentemente, as lutas sociais de clãs, tribos e núcleos rurais contra os ditames da realeza e oportunizam, por meio das narrativas, uma interpretação dos períodos transitórios de crises, há de se reconhecer sua relação dialógica com a moderna luta de classes preconizada por Karl Marx, reconhecidamente leitor dos romances escritos por Walter Scott.<sup>498</sup>

Depois de arroladas tais aproximações entre esses dois gêneros, pode-se chegar à conclusão de que as sagas não são exatamente romances históricos, mas é perceptível que, séculos antes da publicação das obras de Walter Scott, existiu uma espécie de ficção histórica em terras islandesas, “que antecipa o romance histórico em sua ambígua visão retrospectiva da passagem das eras heróicas”.<sup>499</sup> Nessa relação dialógica, o romance histórico pôde aprender com as narrativas nórdicas a “correlacionar um enredo privado com a história, a investir indivíduos privados com significado histórico, a efetuar *mimeses* da história em genealogia e eventos de uma conspiração e, por fim, a cultivar objetividade e uma reivindicação para algum tipo de verdade em face de história”.<sup>500</sup> Em tais circunstâncias, torna-se absolutamente possível aventar as evidências de que a leitura de *Eyrbyggja saga* tenha exercido influência sobre as ideias de *Waverley* e de que seu autor, Sir Walter Scott, também promotor das novelas de cavalaria em terras inglesas, seja o padrinho do romance histórico moderno, um gênero que se espalhou por toda a Europa, desaguou nas colônias americanas, transformando-se no fulcro da consolidação da identidade nacional, em países que acabavam de conquistar sua emancipação política, como bem explicaremos nas disposições que seguem no próximo item.

---

<sup>497</sup> PAOLINELLI, Luísa Marinho Antunes. *O romance histórico e José de Alencar*. 2004. 486 f. Tese (Doutorado em Literatura). Departamento de Estudos Romanísticos. Universidade da Madeira. 2004, p.16. Disponível em: <[https://www.academia.edu/674489/Romance\\_Hist%C3%B3rico\\_e\\_Jos%C3%A9\\_de\\_Alencar](https://www.academia.edu/674489/Romance_Hist%C3%B3rico_e_Jos%C3%A9_de_Alencar)>. Acesso em: 15 mar. 2019.

<sup>498</sup> Ibid., p. 18.

<sup>499</sup> Harris, op. cit., p. 218, tradução nossa.

<sup>500</sup> Id. Ibid., p. 218-219.

### 3.2 O romantismo e a identidade nacional

Ao conseguir a emancipação política, no final do século XIX, o Brasil passou a nutrir um anseio por uma autonomia literária e cultural, que, esboçada anteriormente<sup>501</sup>, ganhou contornos mais definidos a partir desse momento histórico. Nesse sentido, o romantismo foi paulatinamente tornando-se porta-voz dos princípios da nação recém-emancipada, estimulado por um desvelar de traços e padrões que endossavam uma particularidade e, portanto, uma identidade completamente distinta da que vigorava em Portugal, notadamente clássica do ponto de vista estético e temático. Em tais circunstâncias, a ideia de uma literatura autônoma e com ideário próprio passou a se robustecer e, a partir desse momento, tornou-se a “justificativa da reivindicação de autonomia espiritual”.<sup>502</sup>

Ganhou força, portanto, o ideário de que um país cuja identidade territorial, étnica, social e histórica estabelecida necessita de uma literatura que o retrate de forma singular, dada a relação indissociável das letras de determinada comunidade linguística com a natureza e a sociedade de onde emergem. Sendo assim, a literatura deveria se pautar em um nacionalismo ufanista, centrado na ideia patriótica proveniente de uma abordagem da natureza e dos costumes, com vistas a realçar a figura do índio, habitante mais primitivo e, portanto, mais autêntico, dentro de um universo telúrico que se materializaria com linhas mais definidas a partir da publicação, em 1836, de *Suspiros Poéticos e Saudades*, por Domingos José Gonçalves de Magalhães.<sup>503</sup>

Como o Brasil não havia vivido a Idade Média, período tomado como o berço da nobreza e da virtude primitiva, o romantismo brasileiro ancorou-se no indianismo como forma

---

<sup>501</sup> Antes mesmo da independência do Brasil já havia se criado uma ambiência social, política e econômica que preconizava um país com ideais nacionalistas, centrados na independência política e cultural. Esse contexto foi viabilizado com a chegada da família real ao Brasil, fugindo das tropas napoleônicas. Com a instalação da corte no Rio de Janeiro, intensificou-se o intercâmbio comercial com Europa, a partir da abertura dos portos brasileiros; criou-se a missão francesa, com o propósito de produzir uma imagem do país, por meio de artistas estrangeiros, dentre os quais destacamos Auguste de Saint-Hilaire e Jean-Baptiste Debret; instalou-se a Imprensa Régia, que alavancou a atividade jornalística e literária, estimulando a atividade leitora em nosso território, e criaram-se escolas e faculdades, ampliando a base intelectual e dinamizando os processos educacionais. Ademais, as inúmeras revoltas que surgiram em diversas províncias deixava entrever o ideal nacionalista e emancipatório que se avizinhava, finalmente concretizado com a proclamação da Independência em 1822. (CANDIDO, 2002, p. 09, et seq.)

<sup>502</sup> CANDIDO, Antonio. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2002, p.20. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12840295/o-romantismo-no-brasil-antonio-candido-pdf-a-foice-eo-martelo>>. Acesso em: 16 mar. 2019.

<sup>503</sup> Essa ideia de amor à pátria fica evidente no ensaio *Sobre a História da Literatura do Brasil*, publicado na *Revista Niteroy*, em 1836, por Domingos José Gonçalves de Magalhães: “No século XIX com as mudanças, e reformas políticas, que tem o Brasil experimentado, nova face Litteraria apresenta. Uma só ideia absorve todos os pensamentos, uma nova ideia até alli desconhecida, é a ideia da Pátria; ella domina tudo, tudo se faz por ella, ou em seu nome. Independência, Liberdade, instituições sociaes, reformas, política em fim, taes são os objectos, que attrahem a atenção de todos, e os únicos, que ao povo interessam”. (MAGALHÃES, 1836, p. 132)

de construir um passado mítico, afastando-se do jugo da literatura clássica universal. Dessa maneira, equiparou-se o índio à figura do cavaleiro medieval, como o ente capaz de simbolizar os princípios da aventura, da bravura e do amor à pátria.<sup>504</sup> Noutras palavras, “a falta de uma ilustre tradição local, que permitisse evocar paladinos e varões sábios desde a Antiguidade (como ocorria na Europa)”, fez os românticos nacionais buscarem na natureza brasileira e na figura do índio elementos que lhes fossem motivo de orgulho, “passando a substituir a grandeza e a beleza que se desejava ter tido no passado histórico”<sup>505</sup>, ou como diria Bosi (1994):

O índio, fonte da nobreza nacional, seria, em princípio, o análogo ao *bárbaro*, que se impusera no medievo e construía o mundo feudal: eis a tese que vincula o passadismo da América ao da Europa. O romantismo refez á sua semelhança a imagem da Idade Média, conferindo-lhe caracteres *romanescos* de que se nutriu largamente a fantasia de poetas, narradores e eruditos durante quase meio século.<sup>506</sup>

Sendo assim, o procedimento análogo desenvolvido pelos românticos intenciona levantar um passado histórico, por meio do qual o universo nativista e autóctone poderia receber um *status* similar ao da atmosfera cavaleiresca oriunda da Idade Média, tornando-se um caminho possível para o constructo de uma literatura emancipada. O indianismo se tornaria marca indelével nessa fase do movimento romântico, aparecendo na obra de Basílio da Gama (*O Uruguai*, 1769) e Santa Rita Durão (*Caramuru*, 1781), Gonçalves Dias (*Primeiros Cantos*, 1846) e José de Alencar (*O guarani*, 1857; *Iracema*, 1865 e *Ubirajara*, 1874). Com essas tramas, o gênero romanesco no Brasil assume uma dimensão histórica com o intuito melhor de explicitar uma experiência fundadora que viabiliza o surgimento da história de um povo, de uma nação e de uma identidade.<sup>507</sup>

Tal intenção torna-se cristalina, quando se analisam as intenções de José de Alencar em *O guarani*. Nessa obra, o autor promove o retrato da colonização do Brasil, interpretando esse passado histórico a partir do encontro étnico da colonizadora branca (Ceci) com o índio nativo (Peri), uma união que, estruturada em eficientes recursos do gênero romanesco, como lealdade, revanche e fraude, desvela uma profusão de conflitos desse período, mas que é moldada para produzir o percurso heroico de nossa história com vistas à criação de uma

---

<sup>504</sup> Cândido, op. cit., p. 89.

<sup>505</sup> Ibid., p. 90.

<sup>506</sup> BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994, p. 100. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/es8180>> Acesso em: 17 mar. 2019.

<sup>507</sup> DE MARCO, Valeria. O Romance Histórico de José de Alencar. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 1, n.29, p. 106-113, jan./jul. 2009. Disponível em: <[www.periodicos.ufc.br/revletras/article/download/2372/1834](http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/download/2372/1834)>. Acesso em: 25 mar. 2019.

“escala de valores” para lapidar a imagem nacional e firmar as bases que deveriam amparar o presente do autor e de público.<sup>508</sup>

Nessa perspectiva, ao escolher uma representação do passado com base no embate entre “vícios e virtudes” e na miscigenação racial, José de Alencar opta por um tratamento historiográfico impoluto, valendo-se do apagamento das marcas truculentas e sanguinárias da colonização do Brasil, promovida com base em genocídio, degradação ambiental e na escravização dos índios.<sup>509</sup> Nesse sentido, em um primeiro momento, o autor reveste a sua escrita com o manto do mito e, com o desfecho de *O Guarani*, revela que a perspectiva de seu olhar narrativo está voltada para o alto.<sup>510</sup>

Superado esse momento, a perspectiva do olhar de Alencar desloca-se do horizonte e das montanhas para o nível das janelas das casas e edifícios coloniais, em uma narrativa que parte das paragens indígenas do interior do país e aporta nas terras da Bahia, capital e centro administrativo do país, para denunciar as mazelas e a incúria do Estado português, representados por mandatários incompetentes que não detêm o conhecimento técnico e intelectual exigido para o exercício de suas funções.<sup>511</sup> Trata-se d'*As Minas de Prata*, romance alencariano que explora o tema da busca pelo tesouro, concebido, na trama, em três perspectivas diferentes, de acordo com a raça ou grupo social que pretende encontrar o mapa da fortuna.

O primeiro mapa é o que indica o local das minas de prata descobertas por Robério Dias, objeto que coloca em conflito seu filho Estácio – mestiço educado, virtuoso, ávido pela honra à memória do pai – e o padre Molina, um sacerdote inescrupuloso, habituado a falcatruas de toda natureza. Essa primeira trama sinaliza uma discussão temática em torno da insurreição de um indivíduo de caráter contra o poder das instituições estatais e religiosas. O segundo mapa é o que leva aos fortes de defesa do país, tão almejados pelos judeus, que ambicionavam tomar o poder e suplantar o pensamento antissemita vigente à época. O terceiro mapa é o disputado por desfavorecidos ligados ao comércio e ao contrabando, que, a partir de informações privilegiadas, ficam cientes de um tesouro enterrado na casa de uma

---

<sup>508</sup> De marco, 2009, p. 109.

<sup>509</sup> Id. Ibid.

<sup>510</sup> Após o confronto entre o bem e o mal, marcado por um incêndio, em que Ceci é salva por Peri, há, na escrita alencariana, a exegese da miscigenação como elemento balizador da identidade nacional. O casal enfrenta uma enchente, fato que desperta no índio o desejo de narrar o mito diluviano indígena, conhecimento que faz com os dois se agarrem a uma palmeira para seguir o curso das águas, tendo à frente apenas o horizonte celeste, razão pela qual se afirma que, nessa obra, a perspectiva narrativa está voltada para o alto. (DE MARCO, 2009, p. 109).

<sup>511</sup> Id. Ibid.

senhora, e passam a arquitetar, por meio de conluios à sombra da noite, uma forma de se apoderar da fortuna.<sup>512</sup>

Essas últimas tramas mostram, de forma clara, a crítica de Alencar à prática comercial como mecanismo de degenerescência das relações humanas. O comerciante é sempre o indivíduo conspirador e que revela o sombrio dos sentimentos nefastos do ser humano. Na visão do autor dessa obra, algumas ideias já discutidas em *O Guarani* ganham relevo, dentre as quais devemos destacar as consequências devastadoras da ação do capital financeiro, os benefícios oriundos da mestiçagem e a terra como expressão máxima da produção de riquezas. No afã de defender esse ideário, Alencar frustra todas as ações dos caçadores de fortunas e poder, reservando ao mestiço Estácio a certeza de que o tesouro pelo qual lutava era real. Seja como for, com *As Minas de Prata*, o autor descreve o período colonial a partir do olhar sobre a administração pública, instituição que não conseguia gerenciar conflitos e governar.<sup>513</sup>

Em instância última, o olhar de Alencar se projeta para além das cercas das casas coloniais, representando um processo de interiorização que se projeta sobre uma escrita estimulada por um contexto de instabilidade econômica, como a crise no mercado internacional e por um cenário de conflitos armados, como as Guerras do Paraguai e da Cisplatina. Essa conjuntura, aliada ao descontentamento por receber críticas literárias desfavoráveis e por ter sido preterido em uma indicação ao Senado, transformou a escrita alencariana em um instrumento de crítica institucional, materializada na obra *Guerra dos Mascates*, que retrata a disputa pelo poder político entre comerciantes e latifundiários no Pernambuco do início do século XVIII.<sup>514</sup> Nessa obra, o autor assume a posição de um cronista e, em um tom satírico, reconstitui a conjuntura que originou o conflito, abdicando de um viés heroico para apontar a deficiência de caráter e de propósitos dos envolvidos no conflito.<sup>515</sup>

Ao fazer esse exercício escritural, Alencar promove um mapeamento da história e dos espaços brasileiros, bem como cria um percurso temático responsável por formalizar e avaliar um veio literário que se avolumaria a partir de então, haja vista que, para versar sobre as mais diferentes localidades do país, o autor leva às últimas instâncias os atributos romanescos, passando a retratar a história de homens fortes e forjados no bojo da mestiçagem. Esse movimento ampliou os limites e possibilidades do escopo romanesco do Brasil,

---

<sup>512</sup> Id. Ibid.

<sup>513</sup> Ibid., p. 110.

<sup>514</sup> Ibid., p. 111.

<sup>515</sup> Id. Ibid.

reconhecendo a história e as especificidades regionais como material a ser explorado, abrindo espaço para o deslocamento do entendimento acerca da figura-símbolo no processo de construção identitária do povo brasileiro.<sup>516</sup>

O indianismo tão laureado, em um primeiro momento, cede lugar ao sertanismo como preceito estético, desencadeando, nas narrativas, uma substituição dos quadros litorais e urbanos, considerados a expressão máxima de um Brasil artificial e a zona de maior influência externa. O Brasil autêntico e puro, para essa corrente de autores, estaria no sertão que, devido ao isolamento, conservaria os traços nacionais em sua integralidade. Em razão de esses dois movimentos estéticos coexistirem por algum tempo, nota-se que, em alguns casos, o índio pode até aparecer em tramas sertanistas, mas é o olhar sobre os cenários e as personagens interioranas que prevalecerá como um recurso responsável pela difusão de um sentido nacional.<sup>517</sup>

Tal deslocamento, no entanto, não isentou essas narrativas de objeções por parte dos críticos, dentre os quais encontramos Alfredo Bosi, para quem boa parte dos escritores dessa corrente deixa-se dominar pela paisagem, tomando toda a ambiência narrativa por aquilo que existe de pitoresco no espaço físico interiorano. Entretanto, ao acentuar essa visão de brasilidade, esses autores sucumbem diante da tentação de promover a mera descrição de um quadro de costumes. Por outros termos, a grande maioria dos sertanistas se envereda pelo caminho do realismo do detalhe, em um processo descritivo que revela uma ingenuidade e uma ineficácia manifestas.<sup>518</sup>

É justamente essa crítica que Bosi (1994) faz à literatura de Bernardo Guimarães e de outros sertanistas, classificados como portadores de uma linguagem idealizada, “adjetivosa” e crivada de “clichês paisagísticos”, uma deficiência causada, acima de tudo, pela natureza constitutiva do sertanismo que, oriundo “do contato de uma cultura citadina e letrada com a matéria bruta de um Brasil rural, provinciano e arcaico”, sempre desencadeia uma escrita híbrida.<sup>519</sup> Tal efeito ocorre porque, nas palavras do autor, a impossibilidade de os sertanistas realizarem uma narrativa meramente descritivista força-os a projetar nela seus modelos ideológicos e estilísticos, desencadeando um descompasso entre a ambiência agreste e o crivo do prosador<sup>520</sup>.

---

<sup>516</sup> Ibid., p. 112

<sup>517</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo, editora Difel, 1982, p. 323. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/331146473/Nelson-Werneck-Sodre-Historia-da-literatura-brasileira-9ed-1995-pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

<sup>518</sup> Bosi, op. cit., p. 142.

<sup>519</sup> Ibid., p. 141.

<sup>520</sup> Id. Ibid.



A despeito dessa deficiência imperiosa na obra de muitos autores, Bosi (1994) enxerga a possibilidade de uma literatura sertanista que consiga “pesar com inteligência as [...] relações com a paisagem e o meio”. Como exemplo, cita a escrita de Visconde de Taunay, autor capaz de fazer de *Inocência* (1872) um idílio<sup>521</sup>, por meio do qual os cenários e costumes sertanejos assumem completa verossimilhança<sup>522</sup>.

Taunay consegue conferir consistência a seu trabalho através da natureza simples do tom e do vocabulário utilizados em seus diálogos, recurso que reveste sua prosa narrativa de um irrefutável dinamismo. Ao dosar, com sagacidade e proficiência, o cômico, o grotesco e o patético emanados dos tipos encontrados em sua observação narrativa, o autor abdica das facilidades caricaturais e adensa seu exercício escritural com um “realismo mitigado”, já que sua idealização, típica do gênero em que escreve, sempre aparece esmaecida perante o seu real interesse: “[...] a cor da paisagem, os costumes, os modismos que ele observa e frui como *típico*”.<sup>523</sup> Esses atributos, tomados em conjunto, transformam *Inocência* em um dos poucos casos de um sertanismo simples, de bom gosto e alinhado com a proposta de legitimação do romance como arauto dos conceitos de pátria ou nação.<sup>524</sup>

Wilson Martins (1997) ensina que, com o uso as palavras “sertão” e “sertanejo” para intitular o primeiro capítulo de *Inocência*, Taunay não só inaugura duas terminologias que se tornariam recorrentes em outras obras de autores, como Coelho Neto e Afonso Arinos, mas também define o tema principal das reflexões acerca de um sentimento nacional, envolvendo o leitor com a atmosfera sertaneja que permeará a obra.<sup>525</sup>

---

<sup>521</sup> Antônio Candido foi o primeiro autor a vislumbrar a aproximação entre *Inocência* e o idílio, gênero oriundo do Arcadismo. Diferentemente de Bosi, para quem, em *Inocência*, já se deixa entrever certos traços de uma narrativa realista, ainda que contida, Cândido entende que Taunay mantém um veio profundamente sentimentalista, formado a partir de um influxo ligado a uma visão de mundo típica do Romantismo e da sociedade que o gestou. Nesse sentido, “o entrecho e o quadro sertanejo serviram para delimitar e enformar a sua experiência pessoal, que, ao projetar-se desta maneira na forma artística, pôde satisfazer anseios menos conscientes de expressão afetiva”. (CANDIDO, 1981, p. 313)

<sup>522</sup> Ibid., p. 145.

<sup>523</sup> Id. Ibid.

<sup>524</sup> Com o passar do tempo, nota-se que Alfredo d’Escragolle Taunay vai abandonando o símbolo do nacionalismo: o sertanejo. Em *A Retirada da Laguna* e no conto *Juca, o Tropeiro*, presente em *Histórias Brasileiras*, o autor já “dilui a densidade dramática da questão da identidade nacional” centrada no sertanejo. Esse deslocamento ideológico é justificado pelo fato de Taunay, em dado momento, abandonar o interesse pela nação, dando espaço à sua ambição pessoal. Ele, por exemplo, lamenta não ter sido colocado em posto de destaque na luta contra os invasores paraguaios ao estado do Mato Grosso, o que lhe causa um desapontamento com a instituição à qual pertence. Aderindo às teorias eugênicas do século XIX, passa a apontar “para a superioridade da raça branca e para a inferioridade física e de caráter do mestiço”, pensamento que justifica a sua crença de que a imigração europeia contribuiria para “melhorar” nossa linhagem. Seja como for, a valorização inicial do mestiço em sua obra, para o projeto romântico, torna-se marca indelével. (NASCIMENTO, 2008, p. 182 et seq.)

<sup>525</sup> MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1977, p. 405.

Ao se valer de uma descrição minuciosa do meio e do homem interioranos, Taunay, embora de forma mais contida, empreende uma descrição crua, causticante e modorrenta similar à que Euclides da Cunha utiliza em *Os Sertões*, obra referência no tratamento das questões sertanistas, encarregada de, entre outras coisas, refletir um Brasil genuíno, profundo e voltado para a construção de uma imagem de si mesmo.<sup>526</sup>

A imagem do sertão, visto como o celeiro de uma nacionalidade materializada na figura do homem sertanejo, foi, na literatura euclidiana, fruto de um processo de maturação epistêmica possibilitado por um deslocamento do entendimento científico, político e ideológico que vigorava no regime republicano recém-instaurado.<sup>527</sup> O sertão, do ponto de vista institucional, era considerado o espaço da barbárie, um arraial maldito, onde sertanejos monarquistas, liderados pelo “infame” Antônio Conselheiro, conspiravam contra a ordem republicana estabelecida. Assim, o conceito de sertão residia em um campo semântico negativo em que a terra e as pessoas vinculadas a ela eram depreciadas por uma propaganda alardeada pelos órgãos de imprensa, com o intuito de controlar o imaginário popular e construir uma narrativa oficial para os eventos que envolveriam o confronto.<sup>528</sup>

Essa versão oficial, no entanto, sucumbe a partir do momento em que Euclides da Cunha adentra no sertão. O contato com o homem interiorano e todo contexto que o envolve desperta, no autor, a consciência de que o sertanejo, à revelia da propaganda governamental, era um indivíduo forte, cujo caráter foi moldado pela reação à austeridade do meio e pela formação da personalidade como reflexo do “martírio secular da terra” e do isolamento histórico-social.<sup>529</sup> Esses fatores conjugados aproximariam o homem sertanejo da concepção romântica do bom selvagem, entendimento que viabiliza a criação do sonho arcádico e traz à tona os verdadeiros brasileiros que, mesmo de forma incipiente, sintetizariam a construção de uma imagem nacional.<sup>530</sup>

Nessa perspectiva, Cunha, tomando o sertanejo como símbolo da brasilidade, desconstrói uma visão estigmatizada sobre o homem e as terras do Brasil, bem como estabelece uma leitura antropológica que desautoriza, em certa medida, as teorias raciais e

---

<sup>526</sup> NASCIMENTO, Naira de Almeida. Do Sertanejo à Campanha imigratória: imagens do Brasil pelo Visconde Taunay. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, p. 170-190, Inverno, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2274>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

<sup>527</sup> OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a Invenção de um Brasil Profundo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 511-537, jan. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200012)>. Acesso em: 27 mar. 2019.

<sup>528</sup> Oliveira, 2002, p. 512 et seq.

<sup>529</sup> Ibid., p. 526.

<sup>530</sup> Ibid., p. 525-526.

cientificistas difundidas no século XIX. Nomes como Raimundo Nunes Rodrigues, Oliveira Viana e Sílvio Romero entendiam que o país não alcançava o estado pleno civilizatório devido a fatores como a raça e o meio que, conjuntamente, criavam um contexto em que “a natureza indolente do brasileiro, as manifestações túbias e inseguras da elite intelectual, o lirismo quente dos poetas da terra, o nervosismo e a sexualidade desenfreada do mulato” eram dados plausíveis para explicar a inferioridade do povo brasileiro.<sup>531</sup>

Euclides da Cunha, na contramão desse pensamento, busca mecanismos retóricos de subversão dessas teorias, alegando que o mestiço do litoral, mistura entre brancos e negros, é um tipo espúrio, fraco e fadado ao desaparecimento, mas o mestiço sertanejo, um ser especial forjado sob o sol abrasador no coração do país, adquiriu, ao longo dos tempos, um biótipo singular e positivo, que se fez forte pelos enfrentamentos diários com o meio.<sup>532</sup> É a força desse povo que Cunha buscar retratar em seu relato literário e historiográfico sobre a Guerra de Canudos.

Para tanto, o autor propõe uma leitura histórica fundamentada na visão dos excluídos, desencadeando, concomitantemente, um exame de consciência individual e coletivo sobre as bases de fundação de nossa civilização<sup>533</sup>. Tal deslocamento ocorre quando, ao presenciar o conflito entre os moradores de Canudos e as tropas do governo, Cunha se depara com a bravura e os reais propósitos do movimento de Antônio Conselheiro, transformando seu relato em um manifesto e tributo à memória dos humildes combatentes nordestinos, agora tomados como componentes imprescindíveis à formação histórica do Brasil.<sup>534</sup> Assim, nota-se, com base naquele contexto de beligerância, que a República, estrutura política até então fomentadora do ideal de nacionalidade, tornou-se o carrasco daqueles que eram os primeiros e essenciais filhos da terra, o que reforça a tese de que o símbolo nacional e a ideia de fundação são fruto de um contexto de violência e extermínio.<sup>535</sup>

A ideia do uso da violência como um elemento fundador em torno do qual se engendram os fatos históricos pode ser visto em *O Continente*, parte da trilogia *O Tempo e O Vento*, de Érico Veríssimo, obra na qual o autor reconstitui por meio da ficção a história de fundação do Rio Grande do Sul interiorano e rural, com base no percurso geracional da família Terra-Cambará. Veríssimo alicerçou sua narrativa ancorando-se na compleição moral de clãs colonizadores que, com seus dramas familiares, tornam-se testemunhas oculares de

<sup>531</sup> ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. *Cadernos CERU*, nº 17, set.1982.

<sup>532</sup> Oliveira, op. cit., p. 523-524.

<sup>533</sup> Ibid., p. 526.

<sup>534</sup> Ibid., 526-527

<sup>535</sup> Ibid., p. 520

diversos acontecimentos históricos que fundam as bases da sociedade rio-grandense, fomentada por uma cultura de violência tanto institucionalizada<sup>536</sup> quanto naturalizada nas relações interpessoais.<sup>537</sup> A maneira como constrói sua narrativa representa uma resistência de Veríssimo à versão oficial da história gaúcha que, claramente, silencia uma característica intrinsicamente ligada ao processo de formação do estado, como a violência que acabamos de mencionar.<sup>538</sup>

Nesse sentido, a atuação dos romancistas apresentados nesse item, que promovem um mapeamento geográfico e histórico do processo de fundação do povo brasileiro, desvela um trabalho voltado para a exaltação e o reconhecimento de um sentimento de brasilidade, materializado por uma escrita que, centrada em um olhar tangenciado sobre a história, pauta-se na sensibilidade do narrador, e não em um trabalho de reconstrução fidedigna da realidade.<sup>539</sup> Nessa perspectiva, considerada a noção de verdade subjacente, o gênero romanescos promove um deslocamento da factualidade, transformando o momento da colonização no marco fundador do Brasil, como se, com isso, esses relatos retratassem a gênese de um espaço ou o mito de nascimento de uma nação. O gênero romanescos possui, nessa acepção, um aspecto revisional e, mesmo que, nessa releitura da história, o postulado da autenticidade seja comprometido, não há, por parte do narrador, nenhum sentimento de preocupação, tendo em vista que, como afirmado anteriormente, nesse contexto de escrita, predomina a emoção de quem escreve.<sup>540</sup>

Partindo dessa constatação, fica sinalizado que somente um gênero seria capaz de retratar o contato preambular dos colonizadores com a terra recém-conquistada, em uma narrativa que, partindo do litoral, viaja ao coração do país, observando a natureza, o espírito do lugar, os aspectos, os costumes e os hábitos dos indivíduos, tomados como agentes sensíveis de uma dada atmosfera cultural. Somente um gênero conseguiria realizar um processo de mapeamento não só do espaço geográfico, mas dos diversos momentos históricos que constituem a formação do povo brasileiro. Trata-se do *romance histórico* que, nesse

---

<sup>536</sup> O romance *O Continente* reconstitui uma série de conflitos que perpassam a história do Rio Grande do Sul, como a *Guerra dos Sete Povos das Missões*, *Guerra do Paraguai*, a *Revolução Farrroupilha* e a *Revolução Federalista*, último grande conflito civil do século XIX. (BISOL; PORTO, 2015, p. 149).

<sup>537</sup> BISOL, Laísa Veronese; PORTO, Luana Teixeira. Violência e memória: uma leitura do romance *O Continente*, de Érico Veríssimo. *Navegações*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 146-155, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/20532>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

<sup>538</sup> Bisol; Porto, 2015, p. 148.

<sup>539</sup> Paolinelli, op. cit., p. 96.

<sup>540</sup> Ibid., p. 97-98.

contexto, é considerado um gênero forte o suficiente para suportar o encargo de tornar-se um dos esteios do projeto de autonomia literária pretendida pelo movimento romântico.<sup>541</sup>

Seja como for, a despeito das diferenças qualitativas entre as obras desse período, torna-se cristalino o fato de que o gênero romanesco de caráter histórico-regionalista, comumente, parte do anseio de produzir uma literatura genuinamente brasileira, centrada na cor local, nos tipos humanos e em uma conjuntura cultural reconhecida pelos leitores. Nessa perspectiva, o romance funciona como um artefato e baluarte da civilização, do patriotismo e do sentimento nacionalista, em um jogo em que o passado histórico funciona como uma dimensão capaz de revelar um conjunto de memórias individuais e coletivas. É nesse universo do sertanismo, descentrado do mero descritivismo, no qual nos deparamos com o João Naves-personagem, um bandeirante, espécie de cavaleiro andante moderno que se depara com o universo do desconhecido, em um momento histórico específico do Norte de Minas, de onde surge uma gente brasileira autêntica com atributos, falares, saberes e sabores que o envolvem em uma jornada de deslocamentos emocionais e identitários materializados em uma escrita da memória a que o autor chama de *A Saga de um Urucuiano*.

### 3.3 A saga naviana: o clã, a colonização e o herói

O senhor tolere, isto é o sertão. Uns querem que não seja: que situado sertão é por os campos-gerais a fora a dentro, eles dizem, fim de rumo, terras altas, demais do Urucuia.

(João Guimarães Rosa)

João Naves de Melo, dentro de um universo amplo dos gêneros literários, reservou para seu livro de memórias, que se ancora na reconstituição de um momento específico de interiorização e integração política, social e geográfica do Norte de Minas, o título de saga, um gênero que, sabidamente, encontra-se temporalmente distante de sua escritura e do movimento literário ao qual ela pertence. Diante dessa premissa, torna-se importante compreender a escritura naviana dentro do universo da literatura brasileira, bem como perscrutar quais bases estruturais e temáticas são utilizadas pelo autor para que ele revista sua história com o manto de uma estrutura narrativa própria da literatura nórdica. Em linhas

---

<sup>541</sup> Paolinelli, op. cit., p. 96.

gerais, esse item gira em torno da investigação de como é essa saga, escrita por um autor do Norte Minas, sobre um momento decisivo para a história de um lugar e para a sua constituição como sujeito.

O primeiro esteio que estrutura a literatura naviana, lincando-a ao universo das sagas, é a ideia de colonização que, no caso do Brasil, centra-se no mito bandeirante, entendido como o ente fundador da nacionalidade. Ao transpor as linhas do oeste, ocupando as terras interioranas, o bandeirante representa a conquista da natureza e uma expansão dos espaços para o “saber” e a “civilização”. Por meio desse mito, acreditamos que seja possível explicar o contexto de surgimento do Vale do Urucuia, espaço onde se desenvolve a trama analisada e o momento histórico que gesta a jornada empreendida pelo personagem João Naves em sua narrativa que, além de ser uma *saga externa*, marcada por uma *movência sertão adentro*, sinalizando uma série de desafios e aventuras, também se torna uma *saga interna*, dados os deslocamentos sujeitudinais a que o herói é submetido ao longo desse transcurso (cf. *infra*, 3.6).

Quando se analisa a formação do Vale do Urucuia, já se percebe a ideia das bandeiras como um evento essencial para a constituição daquela zona fronteira, onde culturas de Minas Gerais, Goiás e Bahia engendram-se em torno de uma identidade norte-cerradeira em um espaço que seria palco para tramas de diversos autores sertanistas ao longo da história da literatura brasileira. De acordo com Mendes (2002), o marco histórico de surgimento do Urucuia, um vale que se situa à margem esquerda do Rio São Francisco, ocorreu com a descoberta de jazidas de ouro em terras mineiras no ano de 1694, evento que trouxe, para a região, um fluxo migratório de aventureiros, garimpeiros, pecuaristas e tropeiros, intensificado com a descoberta de veios auríferos em estados como Goiás e Mato Grosso na primeira metade do século XVIII. O Vale do Urucuia tornou-se, nessas circunstâncias, uma zona intersticial de pujante movimentação comercial, política e cultural por ligar dois polos mineradores da região central do país e Os Currais de São Francisco, auspiciosa região pecuarista, que se estendia do Norte de Minas Gerais até os estados do Nordeste brasileiro.<sup>542</sup> Essa força econômica da região intensificou-se com a criação da *Estrada Geral do Sertão*, também chamada *Estrada Real Picada da Bahia* ou *Estrada dos Currais*, que ligava o Leste ao Oeste do país, em um longo percurso que se iniciava no Recôncavo Baiano e passava por

---

<sup>542</sup> MENDES, Xiko. *Formoso de Minas no final do século XX- 130 anos!*. Formoso: Edição da Prefeitura Municipal de Formoso, 2002, p. 139-144.

Minas Gerais, Goiás até encontrar seu destino no Mato Grosso, na fronteira com a Bolívia.<sup>543</sup> Nesse longo transcurso, o Vale do Urucuia ganhava destacada relevância, já que, por ser o ponto de intersecção de diversas picadas que cortavam o planalto central, tornou-se o local estratégico para a instalação de entrepostos do fisco real, na divisa da Serra da Maria do Paranã, entre Formoso (MG) e Flores de Goiás (GO), bem como nas proximidades da Lagoa Feia, fronteira entre os atuais municípios de Buritis (MG) e Formosa (GO), que é a região tão recorrentemente retratada em *Grande Sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa.<sup>544</sup>

Além da descoberta do ouro, a colonização do Norte de Minas Gerais pode ser explicada com a expansão da pecuária extensiva no final do século XVII, atividade que fez surgir famílias de latifundiários extremamente poderosos, cujas ações políticas e econômicas servem como elemento balizador da fundação dessa região.

Dentre essas famílias, cabe destacar a do bandeirante Matias Cardoso de Almeida que, junto com seu grupo, ao regressar da missão de combate aos índios Cariris do Ceará e aos quilombolas de Palmares, aportou na região do Norte de Minas, até então pertencente às províncias da Bahia e do Pernambuco, fundando fazendas de criação de gado e cidades como São Romão<sup>545</sup>, Januária<sup>546</sup> e Montes Claros<sup>547</sup>, locais onde exerceu incontestemente poder,

---

<sup>543</sup>ELEUTÉRIO, Robson. *Caminhos e Descaminhos do Brasil Central: a história da região do DF*. Brasília: Editora Brasília, 2018, p. 63-64.

<sup>544</sup>MENDES, Xiko. *Diálogo com Walter Benjamin no Sertão de Guimarães Rosa: ainda existe o narrador e o que narrar no Gerais após Brasília*. 02 abr. 2019. Disponível em: <<http://cerratense.com.br/patrimoniouxiko.html>>. Acesso em: 02 abr. 2019. Blog Cerratense.

<sup>545</sup>Diogo de Vasconcelos, em *História Média de Minas Gerais*, afirma que o Bandeirante Januário Cardoso, filho de Matias Cardoso, juntamente com Manuel Pires Maciel atacaram, em 1691, uma ilha no norte de Minas, fundando a cidade de São Romão: “as canôas atacaram ao mesmo tempo as extremidades da ilha, desembarcando combatentes, ao passo que outras columnas vieram atacar por ambos os lados a populosa aldeia. Pelejou-se de sol a sol a lucta mais encarniçada que nunca se tinha visto no paiz do S. Francisco. A matança foi medonha ; mas a victoria, completa. Celebrava-se então nesse dia a festa de S. Romão, 23 de outubro, e dahi veiu o nome da ilha”. (VASCONCELLOS, 1918, p. 31).

<sup>546</sup>Posteriormente à fundação de São Romão, o bandeirante Manuel Pires Maciel deslocou-se rio abaixo e subjugou a aldeia do Itabiraçaba, onde fundou um povoado. Estabelecida a paz após os confrontos, Maciel empenhou-se na consolidação de um lugarejo a que deu nome de Brejo do Salgado, hoje a cidade norte- mineira de Januária. (VASCONCELLOS, 1918, p. 35 et seq.).

<sup>547</sup>A cidade de Montes claros surgiu das ações de “Antônio Gonçalves Figueira, que pertencia à Bandeira de Fernão Dias, acompanhou-a até às margens do Rio Paraopeba, onde com Matias Cardoso, abandonou o chefe, regressando para São Paulo, chegando lá dois anos depois. Seduzidos pela fertilidade do Sertão Mineiro e talvez, na esperança de conquistarem riquezas, Antônio Gonçalves Figueira e Matias Cardoso retornaram, tornando-se colonizadores caçando índios, construindo fazendas, cujas sedes se transformaram em cidades. [...] Pelo alvará de abril de 1707, Antônio Gonçalves Figueira obteve a sesmaria de uma légua de largura por três comprimentos, que constituiu a Fazenda de Montes Claros”, que se transformou, posteriormente, no “próspero Arraial de Formigas, depois Arraial de Nossa Senhora da Conceição e São José de Formigas, Vila de Montes Claros de Formigas e por fim cidade de Montes Claros”. Montes Claros (MG). Prefeitura. 2019. Disponível em: <<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/>>. Acesso em: abr. 2019.

tornando-se o expoente de uma linhagem de pecuaristas que enriqueceram com o comércio de carne bovina para abastecer as regiões que fervilhavam em razão das atividades auríferas.<sup>548</sup>

Entretanto, esse intercâmbio comercial passou a declinar em 1735, ocasião em que os impostos cobrados sobre as atividades auríferas passaram a ser extensivos às atividades agropecuárias, razão pela qual, capitaneados por Januário Cardoso, os fazendeiros da cidade de São Romão arquitetaram a Conjuração do São Francisco, que foi um levante armado contra o poder do Estado que, por uma série de motivos operacionais, acabou não se concretizando.<sup>549</sup> Após essa tentativa de insurgência, os laços entre o Norte de Minas e as regiões auríferas foram se enfraquecendo, o que, notadamente, desencadeou, aos poucos, uma segregação e um atraso civilizatório do norte em relação às outras regiões do estado.<sup>550</sup>

Seja como for, a ação dos bandeirantes foi responsável, quer pelas atividades auríferas, quer pelas atividades pecuaristas, pela fixação de moradores nos territórios pertencentes ao Vale do Urucuia, local onde vigorava pujante trânsito rodoviário e econômico, que só enfraqueceria com a desativação da Estrada Real da Picada da Bahia e a construção da rodovia BR-020 para atender à necessidade de ligação do nordeste à cidade de Brasília<sup>551</sup>, inaugurada em 1960.<sup>552</sup> Nesse sentido, o evento das bandeiras torna-se elemento central de um imaginário regional, funcionando como arauto da nacionalidade materializada na figura do bandeirante que, no bojo desse ideário, é alçado à condição de “lídimio representante das mais puras raízes sociais brasileiras, conquistador de todo o vasto sertão interior do país, pai fundador da raça e da civilização brasileira”.<sup>553</sup>

Tal entendimento acerca do bandeirante como o instrumento desbravador dos sertões, muitas vezes, é revestido por uma metáfora sexual em que a figura do desbravador é vista a partir de um discurso que, reforçando seus atributos viris, autoriza-o a penetrar a terra e fecundá-la, “num movimento incessante pela ação”, sem o qual a terra se tornaria infecunda e

---

<sup>548</sup> CARRARA, Angelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos solos mineiros. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p.574-596, jul/dez. 2007.

<sup>549</sup> BOTELHO, Angela Viana; ANASTASIA, Carla. *D. Maria da Cruz e a Sedição de 1736*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 19.

<sup>550</sup> MATA-MACHADO, Bernardo Novais. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

<sup>551</sup> MENDES, Xiko. Diálogo com Walter Benjamin no Sertão de Guimarães Rosa: ainda existe o narrador e o que narrar no Gerais após Brasília. 02 abr. 2019. Disponível em: <<http://cerratense.com.br/patrimonioxiko.html>>. Acesso em: 02 abr. 2019. Blog Cerratense.

<sup>552</sup> Brasília foi inaugurada em 1960 como parte de um projeto de interiorização da capital, que se ancorando no mito bandeirante, buscava a “integração do espaço nacional; a ocupação do interior do País, a uma divisão administrativa “racional”; a construção de uma rede de transportes que facilitasse interiorização da economia e população à preocupação com as fronteiras e, claro, a segurança nacional”. (DINIZ, 2006, p. 71-72).

<sup>553</sup> SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras- 1992, p. 138.



desabitada.<sup>554</sup> Esse ideário fez muitos escritores se declararem defensores das bandeiras como um movimento que contribuiria para a consolidação do Brasil como território soberano e civilizado e democrático. Licínio Cardoso, por exemplo, destaca, em *À margem da história do Brasil*, a importância do mito bandeirante para a construção de uma ideia de democracia racial, na medida em que a alma bandeirante foi se aclimatando e abasileirando em nossas terras de modo que se tornou fértil e vivaz ao se cruzar com o sangue autóctone.<sup>555</sup> Euclides da Cunha, em *Os Sertões*, defende que o bandeirante era um “tipo autônomo, rebelde, libérrimo, coma feição perfeita de um dominador da terra” que avança sobre recônditas paragens, “delineando a epopeia inédita” de seus feitos.<sup>556</sup>

Por outro lado, muitos teóricos não possuíam uma visão positiva em relação à ação dos bandeirantes sobre a terra e os autóctones brasileiros. Oliveira Viana, em *Instituições Políticas Brasileiras*, afasta os bandeirantes dos princípios norteadores da democracia e os classifica como seres sedentos por poder, que se valiam de seus feitos desbravadores para conquistar sesmarias e cargos públicos. Nesse sentido, os preceitos de bravura que poderiam dignificar o indivíduo são utilizados para a conquista de títulos nobres e aristocráticos.<sup>557</sup>

Aspectos como a truculência, escravização e derramamento de sangue nas ações empreendidas pelas bandeiras são destacadas por Aires de Casal, em *Corografia brasileira ou Relação Histórico-Geográfica do Reino do Brasil*, obra na qual o autor destaca que, a despeito de uma imagem mítica, cívica e dócil, os bandeirantes possuem a imagem e um histórico indelevelmente associados ao martírio de indígenas que foram dizimados ou aculturados<sup>558</sup>, mesmo entendimento de Capistrano de Abreu e Heinrich Handelmann que, com suas obras, desestruturaram a imagem positiva cultivada pelos bandeirantes ao longo dos tempos.

Por mais que seja inegável a ação sanguinária dos bandeirantes no processo de colonização do Brasil, sua imagem sempre esteve associada a uma movência epopeica responsável por talhar o primado da civilização e da democracia no Brasil. Esse entendimento aparece claramente na epopeia bandeirante *A marcha para o Oeste*, de Cassiano Ricardo, obra na qual o autor enaltece a figura dos desbravadores do sertão, como fomentadores da democracia e da possibilidade de formação de um estado forte, preceito que foi recepcionado

<sup>554</sup> SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidades regionais: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul*. Londrina: Edel, 2013, p. 54-55.

<sup>555</sup> Apud Souza, 2013, p. 61.

<sup>556</sup> CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Brasília: Francisco Alves, 1984, p. 60.

<sup>557</sup> VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999, p. 158.

<sup>558</sup> CASAL, Manuel de Aires de. *Corografia Brasileira ou Relação Histórico-Geográfica do reino do Brasil*. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976, p. 105-106. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Aires%20de%20Casal-1.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

no Estado Novo, de Getúlio Vargas, como aporte ideológico para sustentar a formação de um governo que, sintonizado com o totalitarismo emergente na Europa no século XX e avesso ao federalismo responsável pela ruína da República Velha, ambicionava um projeto de poder centralizador, anticomunista, antiliberal e populista, mas apenso a práticas totalitaristas, com bem destaca Pereira (1997).<sup>559</sup>

Naquele contexto, os pilares de sustentação do governo residiam tanto nas origens do Brasil quanto na sua necessidade de modernização. Esse modelo de gestão em que o novo e o nacional ganham destaque passou a associar as raízes brasileiras ao contexto social da época, de modo que a brasilidade passou a estar atrelada às tradições do país.<sup>560</sup> Nesse sentido, o novo significava a ampliação das fronteiras econômicas por meio de uma política de interiorização centrada na ocupação das terras do sertão central e na integração dessa região à nação brasileira, desenvolvendo, com isso, “um sentimento de unidade étnico cultural, econômica e política”.<sup>561</sup> O nacional, por sua vez, estaria no primitivo que se manteve preservado nas paragens sertanejas, cuja pureza e autenticidade deveriam ser acessadas pelo Brasil civilizado a partir do movimento das bandeiras.<sup>562</sup>

Sendo assim, o bandeirante, laureado por Cassiano Ricardo, simboliza esses dois eixos políticos do governo getulista, na medida em que, no coração das bandeiras, habita a movência e o contato com o novo, instâncias que reconstituem seletivamente um passado histórico, retomado para justificar uma política de Estado, ou escamotear determinados aspectos dela.<sup>563</sup> Noutras palavras, a figura do desbravador como herói da história nacional serviu como dispositivo legitimador de novas bandeiras e de uma *tradição inventada*<sup>564</sup>, artifício político deliberadamente usado não só para unificar a população em égide do bem supremo da nação, como também dissimular os problemas enfrentados pelo governo, afastando, dessa forma, as ameaças forasteiras.<sup>565</sup> Sendo assim, ao promover essa interiorização rumo ao Oeste do país, com a criação de cidades e núcleos coloniais rurais, o Estado Novo pretendia, por um lado, promover a integração e diminuir os conflitos urbanos

---

<sup>559</sup> PEREIRA, Eliane M. C. Manso. O Estado Novo e a Marcha para o Oeste. *História Revista*, Goiânia, v.2, n. 1, p. 113-129, jan./jun., 1997.

<sup>560</sup> Ibid., p. 114.

<sup>561</sup> Ibid., p. 115-117.

<sup>562</sup> Ibid., p. 117.

<sup>563</sup> Id. Ibid.

<sup>564</sup> “Por ‘tradição inventada’ entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado”. (HOBSBAWN; RANGER, 2008, p. 09)

<sup>565</sup> Ibid., p. 118.

causados pela migração interna e, por outro, blindar-se contra a ambição estrangeira.<sup>566</sup> Esse mesmo aporte ideológico foi utilizado no projeto de interiorização da capital do Brasil, durante o governo de Juscelino Kubistchek, no qual, novamente, o ideário das bandeiras, da modernização e do desenvolvimento do país esteve aliado a um projeto de segurança nacional.<sup>567</sup>

Seja como for, esse ideário da integração e da interiorização provocou o aumento gradativo do número de centros urbanos no interior do Brasil e a deflagração de uma modernização e industrialização da economia que passaria, nas palavras de Prado (1995),<sup>568</sup> a absorver contingentes de trabalhadores da zona rural, desencadeando, nas cidades, uma gama de problemas sociais e econômicos provocados pelo inchaço populacional oriundo do processo da migração.<sup>569</sup>

Nesse sentido, considerando a migração em massa para os centros urbanos e o esvaziamento das zonas rurais, marcadas por uma precarização das condições de trabalho, as políticas públicas de educação passaram a ser concebidas no afã de evitar o fluxo migratório. Para tanto, a educação deveria se pautar na cultura do homem rural, enfocando suas crenças, costumes, valores e símbolos, com vistas a prendê-lo ao campo por meio de programas e currículos escolares que constituiriam um sistema de ensino nomeado, naquele contexto, de ruralismo pedagógico.<sup>570</sup> Essa perspectiva pedagógica visava, por meio das “colônias-escolas”, o retorno à zona rural para educar o indivíduo, considerando as suas origens e a necessidade de acesso a condições básicas para que pudesse exercer, de forma plena, a sua cidadania. Assim sendo, o trabalho das escolas rurais foi forjado no calor de um civismo e de um patriotismo, que eram as plataformas ideológicas do governo estadonovista.<sup>571</sup>

Sendo uma política nacional, esse modelo de ensino foi penetrando no contexto da educação oferecida pelos estados e municípios, vigorando, de forma mais robusta, entre as décadas de 1940 e 1950. Em Minas Gerais, por exemplo, o modelo de ensino estadonovista exerceu forte influência nas políticas públicas de educação vigentes no final da década de 1940. Centrada em uma proposta que atendia diretamente o Plano de Recuperação Econômica

---

<sup>566</sup> Id. Ibid.

<sup>567</sup> NORONHA, Ibsen. Brasília: panorama jurídico-histórico. Em torno da legislação fundadora de Brasília, *Brasília*, a. 47, n. 188, p. 153-166, out./dez. 2010. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198718/000901844.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

<sup>568</sup> PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo Pedagógico do Estado Novo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 4, p. 05-27, jul. 1995. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/55>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

<sup>569</sup> Prado, 1995, p. 09-10

<sup>570</sup> Id. Ibid.

<sup>571</sup> Ibid., p. 18-19.

e Fomento da Produção empreendidos do governo de Milton Campos, entre os anos de 1947 e 1951, o ensino público do estado deveria melhorar a vida e as condições de trabalho dos trabalhadores rurais com base em uma agenda política que aproximasse as pessoas desvalidas do campo ao universo civilizado dos centros urbanos.<sup>572</sup>

Em tais circunstâncias, a política do governo de Minas pautou sua gestão em um projeto de modernização que, em via de mão dupla, contemplava a industrialização e a agricultura que, ainda que fossem projetos distintos, não se excluía completamente, já que o desenvolvimento de um estava intrinsecamente ligado à melhoria do outro. Dito de outra forma, por mais que existisse a crença na modernização estatal por meio do desenvolvimento dos parques industriais, a melhoria das condições econômicas e sociais da zona rural seria o primeiro estágio desse processo de recuperação da economia do estado. Na esteira dessa proposta, a reestruturação do campo passava, necessariamente, pela instrução escolar do agricultor, projeto possibilitado com a construção de escolas primárias, fazendas-modelo, escolas agrícolas, dentre outros formatos.<sup>573</sup>

Para viabilizar tal projeto, era necessário aumentar o escasso quadro de educadores da época. Por meio de uma política educacional de formação de docentes, possibilitada pela Lei Orgânica do Ensino Normal do Estado de 1946, algumas escolas normais foram criadas e forneceram um contingente de professores que, restabelecendo o mito do bandeirante, partiram para o interior do estado com a missão de formar cidadãos, desenvolver as técnicas agrícolas de produção e promover a saúde e o saneamento das populações interioranas, ou seja, a intenção do governo era levar aos rincões do país a escola civilizadora.<sup>574</sup>

É nesse contexto que, em 1948, surgiu, idealizada pela polícia Militar, na pessoa do Coronel Manoel José de Almeida, a Escola Caio Martins de Esmeraldas (MG) que, entre outras finalidades, tinha a missão de dar assistência às crianças em condição de vulnerabilidade social. As atividades desenvolvidas, além da área propedêutica, buscavam a formação técnica do alunado em diversos campos, incluindo atividades agropastoris, ofícios ligados à construção civil, artesanato e ocupações altamente requisitadas pela sociedade civil, como padeiro, mecânico, eletricitista, etc.<sup>575</sup> João Naves de Melo<sup>576</sup> foi instruído neste

---

<sup>572</sup> NEVES, Leonardo dos Santos. A educação rural em Minas Gerais e o contexto da implantação da escola normal regional d. Joaquim Silvério de Souza (1947-1951). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IX., 15-18 ago. 2017, João Pessoa, *Anais Eletrônicos*.... João Pessoa: UFPB, 2017, p. 122.

<sup>573</sup> Ibid., p.123.

<sup>574</sup> Id. Ibid.

<sup>575</sup> MARTINS, Saul. Prefácio. In: ALMEIDA, Márcia de Sousa. *Semeando e Colhendo*. Belo Horizonte: Armazém das Ideias, 2005, p. 15.

<sup>576</sup> Neste item, será analisado o personagem de João Naves em sua saga. Como todo personagem de um livro de memórias, ele é uma figura histórica relevante (ver, no capítulo 2, a discussão sobre o gênero memorialístico).

educandário, formando-se professor, em 1956, ano que foi a culminância de um itinerário formativo que atendia plenamente aos propósitos da educação rural preconizada pela era estadonovista e pelo Plano de Recuperação Econômica do estado de Minas Gerais, como bem destaca o autor no início de sua saga memorialística:

O Curso Normal Regional da Escola Caio Martins de Esmeraldas era, ao seu tempo, uma das mais avançadas experiências educacionais do Estado. Transcendia, em alguns aspectos, às escolas congêneres quanto à proposta educacional – “a preocupação de preparar o aluno para a vida”. Com simplicidade, como a própria vida no seu ambiente social de origem, o alunado se preparava para o exercício pleno da cidadania, consciente de seus deveres para com a sociedade e para com a Pátria. Em quatro anos, ao tempo do conhecimento teórico, o aluno era forjado nas atividades práticas o que permitia a sua imediata integração ao campo de trabalho – naquele caso, no meio rural, como professor, pois a proposta era o “soerguimento do homem do campo”.<sup>577</sup>

O tom patriótico desse sistema de ensino ganhou tintas mais fortes, quando, às vésperas da formatura, Naves e mais onze colegas de turma foram convocados a compor a Bandeira do Urucuia, movimento que representou uma diversificação dos eixos formativos das Escolas Caio Martins, que passaram a contar com núcleos desbravadores do sertão. Nesse momento importantíssimo para a história da educação de Minas Gerais, a mitologia bandeirante foi reavivada para enaltecer a grandiosidade da missão e delinear os atributos de bravura, patriotismo e abnegação dos doze garotos que se embrenhariam sertão adentro em sua jornada civilizatória, como bem destaca Florence Bernard, em sua Crônica *Os Doze Bandeirantes*, publicada pela revista *O Cruzeiro* em 1956:

Bravos, heróicos rapazes! Não farão fortuna, não galgarão posições, mas não é isso que buscam: para isso ficariam nas cidades, venderiam o seu saber, dariam preço aos seus saberes técnicos. Naqueles moços risonhos, porém, há mais do que ambição medíocre, há mais do que vil anseio de riquezas; quando lhes deram pão, escola e um lar, deram-lhes algo mais, aquela chama que faz os heróis, os santos e os poetas: a chama do Amor. Pelas coisas belas, pelos atos nobres, pela justiça, pela verdade, por seus semelhantes, por aqueles que os animam e também pelos que não os compreendem. E é esse Amor a força que os leva, meninos que são, a essa tarefa de Homens.<sup>578</sup>

Ao grafar as palavras *Amor* e *Homens* com letra maiúscula, Bernard busca reforçar os atos de renúncia dos doze bandeirantes, que rejeitaram oportunidades mais vantajosas e cômodas para iniciarem suas carreiras em nome de um ideal e um projeto humanitário com o qual se identificavam, posto que, em um passado muito próximo, eles pertenceram ao universo de milhões de esquecidos nas paragens mais recônditas do país.

<sup>577</sup> MELO, João Naves de. *A Saga de um Urucuiano*. São Francisco: [s.n.], 2003, p.11, grifos do autor.

<sup>578</sup> BERNARD, Florence. *Os Doze bandeirantes*. In: *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 24/11/1956, p. 03.

Assim, amadurecidos pelas intempéries da vida, pela luta para se tornarem relevantes e por um longo período de capacitação, esses meninos fizeram-se Homens (com “h maiúsculo”), diante da responsabilidade de fundar um núcleo colonial, missão audaciosa que é destacada por Naves no início de *A saga de um Urucuiano*:

A vida dos bandeirantes era muito divertida, sem descuidos da imensa responsabilidade assumida. Imagino hoje: não passava por nossa cabeça como era importante e temerária a nossa missão. Era um projeto novo no Brasil – pelo menos nunca ouvimos falar num trabalho igual: doze jovens professores, saídos dos bancos da escola para fundar e implantar um núcleo de colonização, civilizar um imenso pedaço de sertão até então abandonado e esquecido de tudo.<sup>579</sup>

Essa ideia de uma educação civilizatória e colonizadora também é destacada por Bernard que, além desse aspecto, salienta o ineditismo da ação dos jovens bandeirantes:

Doze meninos – vindos de onde? quem sabe! – naquela escola destinada aos que não têm lar; doze bandeirantes às vésperas de receber seu diploma da Escola Normal Regional Caio Martins, preparando-se para fundar uma cidade. Isso mesmo que leram, senhores! Estes doze meninos vão fundar uma cidade! Lá na distante, nessas terras grandes e perdidas do meu Brasil, à margem de um rio, que poucos de nós terão ouvido sequer o nome: Urucuia. Lá, as gentes são pobres, não há escolas, não há progresso, não há quase civilização e o homem vive por instinto, porque, se a natureza é madrasta, ele não conhece outra mãe.<sup>580</sup>

Bernard, ao reforçar os instintos do homem urucuiano e aproximá-lo à natureza, cria, entre ambos, uma relação de parentesco e, concomitantemente, passa a considerar a ambiência do sertão como um espaço despovoado, intento que, no excerto destacado, é perceptível em razão da repetição de modalizadores negativos. Nessa perspectiva, o sertão assume o sentido de deserto, entendido como uma fronteira que desconhece, por completo, os ares da civilização.<sup>581</sup> Assim, o deserto sertanejo não possui o sentido de um lugar completamente devoluto, mas, sim, de um lugar pouco povoado, pouco ocupado, pouco civilizado, o que legitima a ideia de fundação e colonização tão caras às narrativas das sagas ao longo dos tempos. *A Saga de um Urucuiano* é, por essa ótica, uma viagem de descoberta que mantém uma relação dialógica com os momentos primeiros da colonização do país, ao preservar a ideia de domínio da incivilidade, de desbravamento das fronteiras e de conquista dos espaços em nome da civilização, com o diferencial de que, agora, os colonizadores possuem o auxílio das máquinas e equipamentos para garantir-lhes pleno êxito na missão:

<sup>579</sup> Melo, op. cit., p. 18

<sup>580</sup> Id. Ibid.

<sup>581</sup> NAXARA, Marcia Regina Capelari. Desertos da Civilização: significando o Brasil (história e literatura), *Letras&Letras*, Uberlândia, v. 26, n. 1, p. 171-183, jan./jun. 2010. Disponível em: <[www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25583/14158](http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25583/14158)>. Acesso em: 08 abr. 2019.

Uma perua Opel levava os bandeirantes; duas caminhonetes levam passageiros e suprimentos; um caminhão francês levava um trator de esteira e, outro, suprimentos e passageiros, entre eles a banda de música formada por alunos de Esmeraldas. O comboio se arrastava numa lentidão entediante cortando uma paisagem, a princípio desprovida de qualquer atrativo: bancos-de-areia intermináveis transpostos a custa de sacrifício, empurrando e calçando com ramos e tocos os veículos; passagens esburacadas cortando grotas vincadas em morrotes vermelhos salpicados de pequenas árvores retorcidas – era o cerrado que se anunciava. Um dia de viagem, o acampamento à beira da primeira vereda – a! a primeira vereda tropical.<sup>582</sup>

Tal qual na fundação do país, em que as naus venciam ondas, tempestades, rasgando oceanos até o desembarque no eldorado a ser colonizado, em Naves, o comboio ataca os gerais, rasgando-lhes as entranhas, penetrando em suas veias, transpondo suas areias, rumo à vereda tropical encrustada no coração do país.

Não bastassem tais evidências, a ideia de colonização fica mais aparente em *A Saga de um Urucuiano*, quando se observa todo ritual de fundação do Núcleo do Vale do Urucuia, evento que remonta a um dos momentos mais simbólicos no processo de territorialização, os quais podem ser observados em diversos momentos da história ocidental. Desde a Roma antiga, o processo de fundação e demarcação territorial possuía um vínculo indissociável com os ritos religiosos. Segundo Rosa (2013, p. 189), no território de Roma, a ação dos “magistrados fundadores de colônias criava espaços definidos, sacralizando-os não somente pelos rituais realizados, mas pelo próprio sistema de marcação e orientação das linhas no solo”. Ainda segundo a autora, para os romanos, esse evento político-religioso era meticulosamente calculado para publicizar e legitimar “ações e criações político-institucionais”, conferindo-lhes ares “de autoridade e realidade”.<sup>583</sup> Tal rito tornou-se protocolar e também foi seguido quatro dias após o achamento de nosso país, quando o padre Henrique de Coimbra celebrou uma missa como um ato de fundação:

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o Capitão ir ouvir missa e sermão naquele ilhéu. E mandou a todos os capitães que se arranjassem nos batéis e fossem com ele. E assim foi feito. [...] E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual disse o padre frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes que todos assistiram, a qual missa, segundo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção.<sup>584</sup>

<sup>582</sup> Melo op. cit., p. 13.

<sup>583</sup> ROSA, Claudia Beltrão da. Terminatio e Limitatio: inauguração, fundação e cena ritual na república romana, *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 59, p. 173-191, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/37038>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

<sup>584</sup> CAMINHA, Pero Vaz. *Carta ao El-Rei de Portugal sobre o Achamento do Brasil*. Lisboa: Parque Expo 98, 1997, p. 23.

O tom solene e a palavra *oficiada* deixam cristalino que a cerimônia serve como um ato de ofício, um evento que chancela e oficializa a posse da terra encontrada. A utilização de uma cerimônia religiosa como marco de fundação de um espaço foi retomado 437 anos depois, em meados da década de 50 do século passado, por ocasião da interiorização da capital do Brasil, Brasília, que começou a ser construída em 1957. De acordo com Jacques e Almeida Junior (2018), Juscelino Kubitschek encarnou a figura do bandeirante colonizador e, em meio ao Planalto central, reviveu a primeira missa ocorrida em terras brasileiras após o achamento em 1500.<sup>585</sup> Essa remissão histórica pode ser comprovada em matérias jornalísticas veiculadas na época:

Mais de 15 mil brasileiros, atendendo aos apelos da fé cristã e do entusiasmo patriótico, reuniram-se no coração do território nacional no dia 3 de maio, para assistir às cerimônias da Primeira Missa em Brasília. Autoridades e o povo, chegados de todos os quadrantes do país, compuseram a grande cena religiosa e cívica que, sob muitos aspectos, alcançou a mesma significação histórica da primeira missa do Brasil, rezada, há quatrocentos e quarenta e sete anos, por Frei Henrique de Coimbra.<sup>586</sup>

Ao aproximar a fundação de Brasília com os primórdios coloniais do Brasil, a nova capital se transforma no (re) nascimento da nação cujas “colônias”, agora, diferentemente da era de Cabral, são internas, integradas por meio de uma integração territorial do interior, que é identificada à refundação do país. O Brasil, nesse sentido, ressurgiu no coração do Planalto sob a égide do progresso, do crescimento econômico e do Plano de Metas do governo Kubitschek. Nesse sentido, ainda que, no caso da fundação de Brasília, não tenhamos exatamente os mesmos condicionantes da colonização do Brasil no século XV, metaforicamente a interiorização promovida naquele contexto histórico ressignifica o mito da origem por meio de um movimento de autocolonização. Esse diálogo metafórico com os ritos de fundação, tal qual experienciado na Roma Antiga, no Brasil colonial e em Brasília, nova capital do país, é similar ao que Naves empreende nos relatos sobre a sua chegada no Urucuia para cumprir a missão delegada ao seu grupo:

No outro dia a festa de instalação do Núcleo. Levantou-se o altar para a celebração da primeira missa, e nele, colocada a imagem de Nossa Senhora da Conceição que fora levada no comboio, cercada de todos os cuidados. Depois, o lançamento da

---

<sup>585</sup> JACQUES, Paola Berenstein; ALMEIDA JÚNIOR, Dilton Lopes de. In: A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE: OS SILÊNCIOS NA HISTÓRIA DA ARTE, XII., 04-07 dez. 2017, Campinas. Atas... Campinas: UNICAMP/IFCH/CHAA, 2018, p. 475.

<sup>586</sup> Brasília. Brasília: NOVACAP, ano 1, n. 5, maio 1957. Disponível em: <[www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/NOV-D-4-2-Z-0001-5d.pdf](http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/NOV-D-4-2-Z-0001-5d.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2019.



pedra fundamental – tive o privilégio, assim como em nossa formatura, de falar em nome dos Bandeirantes. Caravanas de moradores da região – vindo a pé, de cavalo e carro-de-boi; aviões e mais aviões, com as autoridades do Governo de Minas e deputados. A banda de música fazia a alegria dos locais, com seus dobrados. À noite o baile. Na manhã seguinte os aviões ganharam os céus urucuianos. Lá no fim do campo assentava a poeira do comboio que regressava, tão arrastada como vira até ali. Então, os doze bandeirantes se descobriram sós naquela imensidão, um olhando para cara do outro como se a perguntar: e agora?<sup>587</sup>

A missa e a presença de autoridades ao evento chancelam a solenidade de fundação. A Escolha de Nossa Senhora da Conceição não remete somente à Serra em cujos pés fincou-se o Núcleo Colonial do Urucuia; refere-se, em um segundo plano de leitura, à ideia de terra intocada, imaculada, atributos associados à virgem santa, que pelas diretrizes divinas dá a luz ao salvador da humanidade. A ideia de terra imaculada está na natureza intocada do Urucuia, na missão de fazer nascer uma civilização e, por fim, na inocência de doze jovens que acreditavam piamente que aquele local era o paraíso na terra, um idílio povoado por lindas morenas de olhos verdes. Fincada a pedra fundamental, símbolo máximo do ideário de fundação, e baixada a poeira, restaram apenas dúvidas: Por onde começar? E agora? Agora, que a realidade era outra, crua, causticante, estafante, uma jornada constituída de suor e lágrimas. Uma jornada que separaria os homens – dos meninos.

Para enfrentar as intempéries da missão de “plantar a civilização” em terras urucuianas, segundo as palavras do autor, seria necessário um trabalho de união, de sinergia, caso contrário, esmoreceriam diante da vultosa missão a eles delegada. Assim, os doze bandeirantes foram criando uma relação familiar, uma espécie de clã, juntamente com os primeiros indivíduos urucuianos que lá se encontravam para levantar do chão as instalações da nova cidade. Como afirma Amoroso Lima (1983), o mineiro de uma forma geral possui uma tendência ao “grupalismo”, é adicto da “formação de grupos sociais pequenos – na família, na escola, na profissão [...]. O mineiro se sente bem num agrupamento limitado [...] Está acompanhado, sem estar anulado”.<sup>588</sup> Há, portanto, em sua natureza, uma primazia familiar, por meio da qual surge

[...] uma sociedade humana, de seres livres e autônomos, que conhece um por um e que não se anulam reciprocamente na coletividade anônima. O Mineiro não é homem nem do indivíduo isolado, nem das grandes massas anônimas. É o homem da pequena coletividade da cooperativa [...] da associação. Tudo que tende a enfraquecer a família [...] é contrário aos dados naturais de sua convivência.<sup>589</sup>

<sup>587</sup> Melo, op. cit., p. 14-15.

<sup>588</sup> LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*. São Paulo: Abril S/A Cultural, 1983, p. 57-59.

<sup>589</sup> Id. *Ibid.*

Embora, em *A Saga de um Urucuiano*, não se possa falar de um clã formado por indivíduos unidos por laços sanguíneos, a ideia de uma família unida por laços de um propósito comum linca a narrativa de Naves ao veio da saga nórdica, ainda que entre ambas exista um lapso contextual, histórico e temporal. O conceito de família da obra de Naves é alargado, correspondendo não só aos membros da abençoada dúzia, mas também aos colonos que já existiam no núcleo e aos moradores dos arredores da escola. Esses personagens são ficcionalizados, evidenciando uma psicologia e uma sociologia que moldam um jeito urucuiano de ser. Estes passam a compor uma série de retratos pelos quais se podem enxergar os hábitos, os costumes e as características do homem urucuiano, o que, notadamente, converge para o propósito dessa obra, que é entrar na alma do sertanejo da região, visão que acaba por ser potencializada por uma série de viagens feitas por Naves entre as veias, estradas e caminhos que nos conduzem ao coração do país. São muitos os retratos retirados da memória de Naves e expostos na esteira da escrita, mas alguns merecem destaque.

O primeiro nome deles é Zé Branco, um vaqueiro experiente, prestativo, forjado no calor do trabalho árduo. Era “um homem simples, sem letras, briguento e, às vezes irascível, mas, no fundo, bom amigo”.<sup>590</sup> O que chama atenção nesse personagem é o vocabulário pouco cortês, crivado de palavrões que ele proferia a plenos pulmões:

Zé Branco era vaqueiro do Núcleo. O rancho dele ficava próximo ao nosso, no fundo do curral, de onde ele saía toda manhãzinha para brigar com as vacas – isso mesmo, quando Zé Branco tirava leite era só briga, ele xingava o tempo todo [...] era branquicela e de cabelos muito claros, daí o apelido. Estatura mediana, muito magro, mas não de doença, de natureza mesmo, pois era rígido, de carnes duras. Duas coisas eram-lhe comuns: o chapéu de couro surrado e os impropérios na boca – como xingava! [...] Os seu gritos são parte da história da Conceição, como o são suas mãos e o seu coração que tanto laboravam para ali plantar a civilização.<sup>591</sup>

Esse vocabulário crivado de palavrões de Zé Branco é algo típico do homem do Norte de Minas daquele contexto. Domingos Diniz reforça essa assertiva com seu artigo *Xingamento dos Remeiros do São Francisco*,<sup>592</sup> em que destaca que os navegantes do Velho Chico se valiam dos palavrões como uma espécie de “lavagem cerebral, catarse para o cansaço do corpo e as agonias do coração”. Assim, era comum a “missa de insultos” entre “as tripulações quando as barcas se cruzavam no sobe e desce das águas”.<sup>593</sup> Trata-se de traços de uma psicologia social. Esses xingamentos, ainda que pareçam irascíveis, não possuem um teor

---

<sup>590</sup> Melo, op. cit., p. 27.

<sup>591</sup> Ibid., p. 26-27

<sup>592</sup> DINIZ, Domingos. Xingamento dos Remeiros do São Francisco. *Revista Comissão Mineira de Folclore*, n.21, ago. 2000.

<sup>593</sup> Ibid., p. 40.

colérico, nem pornográfico, “são um desabafo”, uma válvula de escape “de quem trabalha sob tensão, em serviço perigoso ou estafante”.<sup>594</sup> O mesmo se pode afirmar sobre os vaqueiros no trato com os animais do curral – proferem palavrões de toda natureza, mas tudo da boca para fora: “O coração está puro”.<sup>595</sup> É por esses motivos que Zé Branco, homem bruto, de coração puro, dotado de uma força e uma prontidão para o serviço, por mais pesado que fosse, tornou-se o guia de Naves nas diversas viagens pelo sertão adentro, já que conhecia cada palmo daquele lugar desertado.

Vicente, por sua vez, era o oposto de Zé Branco. Tratava-se de um homem singular, “um urucuiano autêntico do Capão da Cinza”, que com seus versos e forma singular de dizer sua poesia, era um ser de modos e gestos pequenos, de uma sabedoria que flui na cadência do conselho sussurrado, uma espécie de filósofo forjado na experiência que os anos lhe trouxeram:

O que eu mais gostava mesmo era como ele via, interpretava e vivia a vida: fora do tempo, estando, contudo, no meio do tempo, a par de tudo, tirando e dando lições que, de tão simples, não eram percebidas como deviam ser. Os filósofos são assim, muitas vezes só são levados a sério ou compreendidos, quando paramos, um pouco, como eles, para sentir a vida. O Vicente, aos nossos olhos, tão simplório, era um filósofo de alma, perdido no fundo do Urucuia. Estava em desencontro com a nossa pressa de fazer as coisas, ocupar espaços e correr para frente.<sup>596</sup>

As lições de Vicente e a maneira plácida como professava a vida tornaram-se o substrato de uma relação sinérgica com Naves, de maneira que o urucuiano passa a representar, para o jovem, a figura do pai, que ensina pela ação, pela maneira como se porta e pela maneira como desvela sua visão de mundo:

Ali, com Vicente, por tantas noites, aprendemos muito da alma do sertão, de sua gente, dos bichos e da exuberante natureza. A nossa amizade, curtida naqueles saraus e no trabalho no campo – ele trabalhava sob minha responsabilidade – estreitou-se muito, havia entre nós muita cumplicidade – eu querendo ser gente e ele, sem pensar em ser gente, querendo ser tão somente ele um urucuiano desprezado, mas satisfeito com a vida, moldando-me no entendimento de muitas coisas, sem querer ensinar nada. Simbiose de que só eu aproveitei, pois o que tinha para dar nada lhe interessava senão o seu sustento e o de Mariana, assim mesmo sem muitas pretensões.<sup>597</sup>

Vicente, nesse sentido, ensina algo que se tornou fundamental para Naves: não levar a vida tão a sério, com muitas pretensões, pois esta ganha sentido, quando a sentimos em sua mais absoluta simplicidade. O segredo de existir está em não carregar o mundo, mas andar

---

<sup>594</sup> Ibid., p. 41.

<sup>595</sup> Ibid., p. 41.

<sup>596</sup> Melo, op. cit., p. 29.

<sup>597</sup> Id. Ibid.

com ele.<sup>598</sup> Além de Vicente, Naves enxergava, em Audálio Lisboa, essa referência masculina tão salutar a quem está em processo de formação. Sua paixão pelo Núcleo e por aquele projeto de ensino despertou no jovem a certeza de que a docência, naquele contexto, era um verdadeiro sacerdócio, que traz alegrias, mas também muitos dissabores:

Ele [Audálio] ia se tornando um caiomartiniano cheio de ideal e sofrendo, com o grupo, quando angustiado por qualquer questão relacionada à escola. De uma feita o encontrei macambúzio diante de problemas surgidos com alguns colonos que por questões despropositadas deixaram o Núcleo. Audálio ficou apaixonado, pois via nos assentamentos uma das realizações da Escola. Vivi com ele aquele momento de decepção e amargor, dedicando-lhe um poema de desagravo e cheio de esperança em nosso trabalho – “*Eles Voltarão*” (Eles voltarão e nós os queremos. Nós os esperamos de braços abertos para apertar no peito aquelas criancinhas inocentes).<sup>599</sup>

Cabe destacar em Audálio a chama viva daquele projeto. Sua dedicação irrestrita a esse modelo de educação voltado para o amparo das crianças desvalidas exigia um comprometimento absoluto do velho diretor e as dissidências, quando ocorriam, feriam-lhe a alma, pois, no seu entender, os que partiam ainda não haviam entendido o propósito daquele trabalho; mas caso quisessem voltar, seriam acolhidos e reinseridos naquele trabalho educacional e humanitário. Audálio, nesse sentido, também é a figura paterna, que recebe de volta o filho pródigo.

Outro personagem que ganha destaque no universo dos retratos apresentados por Naves é o Bezerra que, com sua maneira de ser, representa o patriarcalismo vigente nas famílias urucuianas, por meio do qual se percebe um sexismo, uma objetificação do corpo da mulher e um desprezo completo pela instrução escolar:

O casal tinha alguns filhos. Deles me lembro muito bem da Chiquinha, uma menina muito aplicada nos estudos e inteligente. Ao concluir o 4º ano do curso primário, o primeiro ministrado naquele sertão, ela sonhou ir para Esmeraldas fazer o curso normal, como tornara costume na região. Nem pensar, estrilou o velho bezerra. Alguns bandeirantes foram argumentar com ele dizendo que seria muito bom para o futuro da menina, ao que ele retrucou com convicção sem alongar a conversa: “muié num foi feita pra istudá, ela foi feita pra pari e para isso ela já tá no ponto”. Levou tempo para convencer o velho bezerra que, estudando, ela poderia fazer muito mais pela família. Ao fim de muitas e muitas conversações ele se dobrou, mas não antes de ditar a sua condição: “não dô uma pataca”.<sup>600</sup>

O comportamento de Bezerra deixa entrever como a figura masculina do pai exerce força preponderante sobre os demais membros da família, sobretudo as mulheres, cuja vida deve se resumir às tarefas da casa e à procriação, tornando-se, nesse sentido, um ser

---

<sup>598</sup> Ibid., p. 30.

<sup>599</sup> Ibid., p. 22-23.

<sup>600</sup> Ibid., p. 31.

coadjuvante na sociedade e no núcleo familiar, que não precisa das benesses oriundas da formação acadêmica. O próprio Naves, em *O Homem e o Rio*, destaca esse universo familiar urucuiano marcado pelo protagonismo da figura do homem e pela subordinação da figura feminina:

O regime familiar é o patriarcal. Mulheres e crianças são submissos [sic], não têm voz ativa e pouco se manifestam, dando tudo como muito bem sob a proteção do “senhor meu marido”, ou do “senhor meu pai”. [...] A cada ano aumenta a prole [...] e assim vai até a mulher se exaurir de vez, quando não falece, antes, de parto, muito comum, pois são sempre feitos por parteiras – mulheres veneradas, também chamadas de “mãe de apanhação”. Não há preocupação com a educação escolar dos filhos.<sup>601</sup>

Ao projetar seu olhar sobre o personagem Bezerra, Naves sinaliza o mesmo movimento que Taunay promoveu em sua obra ao criticar o direito patriarcal em *Inocência*. O ponto de partida para a construção da trama é justamente a decisão irrevogável do pai da jovem em tentar manter a palavra firmada e obrigá-la a honrar o compromisso de um casamento arranjado, ignorando sua vontade e seus sentimentos. Tanto em Naves quanto em Taunay a visão patriarcal sobre as mulheres as coloca em um posição de submissão, com o diferencial de que na trama naviana, com muito custo, conseguiram derrogar a decisão do pai, o que não ocorre em *Inocência*, em que a posição firme e estremada do pai acaba conduzindo *Inocência* à morte.

Por mais que Amoroso Lima (1983) estabeleça que os pais mineiros não são “nem autoritários, nem meticulosos”, confiando “muito mais na natureza das coisas do que nas técnicas pedagógicas”<sup>602</sup>, percebe-se que, no sertão, devido à compleição histórica e aspectos psico-sociológicos inerentes ao modo de ser urucuiano, há um rigor patriarcal que se traduz em uma família marcada pela anulação da figura feminina e no desprezo pela instrução formal. A tal liberdade familiar que Amoroso Lima (1983) identifica nas famílias mineiras, entendidas como baluartes da liberdade, em que “a autoridade paterna ou materna não se faz sentir muito”<sup>603</sup>, não pode ser extensiva à família urucuiana, dada a maneira austera como esta é conduzida pelo homem da casa. Portanto, aquela infância mineira plácida retratada por Helena Morley, em *Minha Vida de Menina*, pouco tem a dizer sobre a infância nos rincões urucuianos, onde os filhos, até mesmo as meninas, desde muito cedo, auxiliam os pais nas atividades laborais estafantes, sendo apartados dos progressos intelectuais que a educação pode proporcionar, como bem sinaliza João Naves de Melo. As meninas urucuianas daquele

<sup>601</sup> MELO, João Naves de. *O Homem e o Rio*. *Revista Comissão Mineira de Folclore*, n.22, ago. 2001.

<sup>602</sup> Lima, op. cit., p. 69.

<sup>603</sup> Id. Ibid.

contexto eram “destinadas” para o trabalho, para a família e para a procriação. “A vida de menina” das garotas urucuianas não é tão plácida e bucólica como o de Helena Morley. Chiquinha, a filha do Bezerra, naquele contexto, foi um ponto fora da curva.

Além do sexismo, recorrendo ao personagem Bezerra, é possível perceber a cor local por meio do universo de crenças e dos registros linguísticos utilizados no sertão urucuiano:

Aos argumentos de que aquela matança era cruel e maldosa, ele respondia: “*desde menino aprendi que se mata bode é assim e num posso mudá, pois de outro jeito a carne fica ruim e cum chero*” [...] Bezerra, já foi dito, era devagar no serviço, mas era esperto ao prover sua despensa, pois bocas ele tinha de sobra em casa para comer. Assim, quando a coisa apertava, ele baldeava para o lado do almoxarifado, onde as brigas eram homéricas com o Pedrinho: “seu Pedim, vim aqui pro sinhô me arrumá um mercadim pra atendê os minino lá em casa”.<sup>604</sup>

A fala de Bezerra exposta acima desvela como o homem norte-cerradeiro é preso às crendices, de maneira que elas podem ser vistas nas atividades mais corriqueiras e servirem como justificativa para as ações mais cruéis, como é caso de determinados tipos de sangrias, que trazem muito sofrimento aos animais. Para além disso, quando se analisam as falas de Bezerra do ponto de vista linguístico, notamos uma série de processos fonológicos que, apesar de terem sido recorrentes no processo de evolução das línguas naturais, acabam por serem estigmatizados em decorrência da percepção de pertencimento a uma classe socialmente desprestigiada.<sup>605</sup> Seja como for, Bezerra e tantos outros personagens que aparecem na trama agregam certo valor a essa obra “por seu valor dialetológico, pois registra elevado número de localismos, regionalismos, brasilanismos e expressões verbais”<sup>606</sup> típicas dessa região, o que, em certa medida, serve para realçar e dar esteio linguístico à caracterização que se pretende fazer em uma obra com traços sertanistas.

Apesar de Saul Martins enaltecer a dialetologia empregada, neste aspecto o autor merece uma crítica, pois, diferentemente de Simões Lopes, que abdicou do recurso de marcar os abismos linguísticos entre a figura do narrador e dos personagens, Naves, tal qual fazia Coelho Neto, escreve como homem culto nas sequências em que predomina o discurso indireto e reserva para o discurso direto uma prospecção do vocabulário, a sintaxe e a fonética do homem rústico, com vistas a marcar em sua escrita os localismos, regionalismos, brasileirismos e expressões que fluem no espaço do sertão norte-cerradeiro. Ao escolher essa segmentação do discurso, irrompe-se, à revelia do autor, um espaço de hierarquização e a

<sup>604</sup> Melo, 2000, p. 32

<sup>605</sup> BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

<sup>606</sup> MARTINS, Saul. Prefácio. In: *A Saga de um Urucuiano*. São Francisco: [s.n.], 2003, p. 06.

tipificação do indivíduo: o abastado e culto detém a “integridade do discurso”, marcado por um rigor linguístico próprio da gramática normativa, enquanto o homem rural é tangido para “um nível infra-humano”, sob a pecha de um intento pseudo-realista, como pontua Candido com sua episteme.<sup>607</sup>

Compõe, ainda, esse retrato de personagens João Pitanguy, o engenheiro agrônomo do Núcleo, “um homem simples, muito vivido, experiente, com muito conhecimento de mecânica e eletricidade”<sup>608</sup>. Foi com Pitanguy que Naves passou a entender os meandros da política interiorana, cheia de conchavos e manobras meticulosamente arquitetadas para manter os coronéis no poder. Essa política clientelista e mandonista foi presenciada por Naves dentro dos domínios do vale do Urucuia, quando teve contato com Zé da Palma, um latifundiário, pai de Fernando, um dos alunos que frequentava a escola do Núcleo. As referências ao coronel, como era conhecido, evidenciam como essa política podia ser abusiva e truculenta:

Naquela época a política municipal era comandada pelos coronéis, geralmente os fazendeiros mais importantes e ricos – Zé da Palma era um deles, um homem de muita influência na cidade e em todo o município. Por muito tempo vivemos em harmonia com Zé da Palma e, em especial, com os outros Palmas, com seus filhos estudando na Conceição. O tempo passou e com a influência que o Núcleo foi adquirindo, transformando-se no pólo natural da região, a posição do Zé da Palma foi mudando e, nem sei porque razão, depois que ele tomou posse como prefeito, chegamos a um estágio de beligerância.<sup>609</sup>

Tínhamos, portanto, um sistema em que o poder financeiro se amalgama com o poder instituído, de maneira que se formava uma casta de mandatários e um ciclo de influência política ininterruptos, geralmente marcados pela violência. Segundo Moura (2005), a figura do coronel “exigia de seus parentes e demais estratos sociais[,] uma disciplina férrea e de modo indubitável uma confissão de absoluta fidelidade”.<sup>610</sup> Nesse sentido, o que se considerava na hora de contratar um agregado

Não era a capacidade de trabalho ou eficiência técnica [...], mas a demonstração de fidelidade ao patrão, a valentia e a bajulação. Era a resignação e a conformação à péssima remuneração do trabalho; conformação com a miséria das famílias. Portanto, a completa degradação da população pobre. Homens bem intencionados à procura de ocupação transformavam-se em jagunços.<sup>611</sup>

<sup>607</sup> CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 1999, p. 82-83.

<sup>608</sup> Melo, op. cit., p. 24.

<sup>609</sup> Ibid., p. 34.

<sup>610</sup> MOURA, Antônio de Paiva. *Os Coronéis do Noroeste Mineiro*. Revista Comissão Mineira de Folclore, n. 24, p.138.

<sup>611</sup> Id. Ibid.

Assim, o poder do coronel era irrestrito e, ao menor sinal de insurgência ou desobediência “que viesse a contrariar essa ordem estabelecida; qualquer sinal de ruptura com essa ideologia era respondida com o crime”<sup>612</sup>, praticado por jagunços ou cangaceiros que se transformavam em grupos de extermínio contratados pelos coronéis. Em *Serrano de Pilão Arcado – A saga de Antônio Dó*, do escritor são franciscano Petrônio Braz, fica evidente essa relação promíscua entre coronéis e jagunços.. Na obra de Braz, saga remete a ideia de reconstituição das origens da família de Antônio Dó que, partindo da Fazenda Salitre no distrito de Pilão Arcado na Bahia, aporta nas Pedras dos Angicos (São Francisco), local marcado por “arrelias políticas [...] com seus os líderes locais tramando conspirações para ser agarrar ao poder, com assassinatos, deportações “ e toda sorte de práticas coronelistas.<sup>613</sup> É em função de disputas pela posse da terra que Dó deixa de ser Antônio Antunes de França, transformando-se no bandoleiro das barrancas, partindo para o revide contra os políticos e coronéis que usurparam seu pedaço de chão e o humilharam publicamente. Ainda que alcunhado de bandoleiro, “ao iniversalizar a problemática dos seres vitimados pela opressão de sesus semelhantes”<sup>614</sup>, Dó deixa o perímetro do banditismo passando a povoar o imaginário popular como a figura do herói, que passa por percalços e sai transformado dessa experiência. É esse mesmo itinerário de transformação por meio de uma movência espacial e endógena que move a saga naviana, ainda que os motivos dos deslocamentos de Dó e Naves sejam completamente diferentes.<sup>615</sup>

Esse universo jagunço foi retratado, com mais profundidade, por Guimarães Rosa, em *Grande Sertão: Veredas*, obra que desvela que os desfavorecidos, impossibilitados de participarem da luta de classe e da disputa pelo poder, serviam apenas como massa de manobra a ser explorada, quer pela prestação de serviços de toda ordem, quer como voto de cabresto para a manutenção da ordem vigente.<sup>616</sup> Assim, os rivais dos jagunços sempre eram seus pares, seus iguais; os confrontos entre jagunços e fazendeiros geralmente envolviam um serviço encomendado por razões políticas<sup>617</sup>, mantendo, em face disso, o ciclo vicioso do

---

<sup>612</sup> Ibid., p.136.

<sup>613</sup> VALADARES, Napoleão. Prefácio. In: BRAZ, Petrônio. *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2006, p. 12.

<sup>614</sup> BRAZ, Petrônio. *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2006, p. 18.

<sup>615</sup> A ideia de saga é presente na literatura que verseja o Urucuia. Na obra consagrada de Rosa, podemos perceber a referência ao gênero nórdico tanto em *Grande Sertão Veredas*, com sua narrativa da saga de Riobaldo, quanto no título do primeiro livro de contos do autor: “Sagarana”, neologismo que significa “como uma saga” (saga – da língua dos nórdicos; rana – do tupi). (LIMA, 2010, p. 91)

<sup>616</sup> Moura, op. cit., p. 139.

<sup>617</sup> Cf. o artigo “O Homem do Aveso, de Antônio Cândido na obra “Tese e Antítese”, organizada pelo mesmo autor. No artigo em questão, o crítico faz uma análise profunda e sensível acerca das especificidades da jagunçagem e do coronelismo, analisando *Grande Sertão: veredas*, de João Guimarães Rosa.



poder, como bem aparece tanto na obra-prima de Guimarães Rosa, quanto nos contos de Afonso Arinos. Naves deixa bem claro que as dissidências entre Zé da Palma e o Coronel Almeida, idealizador das Escolas Caio Martins, eram de ordem política:

Comumente passávamos à frente de sua fazenda no escuro da madrugada e, estranho, muito estranho para nosso espírito jovial, civilizado e despojado, levando uma carabina receando qualquer ataque. Até hoje não consigo atinar porque aquela preocupação. Acredito que a desavença, na verdade, fora de ordem política, entre o Cel e Zé da Palma, o que assumimos de corpo e alma, tomando as dores.<sup>618</sup>

Esse excerto mostra um contraste entre a ideia de civilização trazida com os professores bandeirantes e a necessidade de eles andarem armados para revidarem à alguma injusta agressão. Nesse imbróglio, a disputa por poder era o que movia essa contenda, desfeita tempos depois.

Apesar de tantos outros retratos apresentados por Naves no início de sua saga, optamos por lançar um olhar analítico sobre estes que foram apresentados no presente item. De certa forma, eles servem para nos mostrar aspectos da psicologia social do indivíduo urucuiano que, a nosso ver, mereciam destaque especial.

O terceiro ponto que vincula a narrativa de Naves ao universo das sagas islandesas é o mito do herói, que aparece, no universo literário nórdico, tanto em narrativas mais fantasiosas, como *Völunga Saga*, em que o herói enfrenta o temido dragão *Fáfnir*, quanto em enredos mais reais, como aqueles que envolvem os feitos vikings em suas missões expansionistas, momento em que “homens fortes e mulheres inteligentes se envolvem numa luta heroica contra uma natureza dura e inflexível e enfrentam os eternos problemas humanos: amor e ódio, crime e castigo, viagens e aventura”.<sup>619</sup> Seja como for, independentemente do tipo de saga, o arquétipo do herói “é sempre um modelo”, por encarnar uma gama de valores e antigos ideais profundamente caros à personalidade viking como “nobreza, retidão e fidelidade”. Esses sentimentos acabam, *a posteriori*, reverberando na psicologia mito-heróica das novelas de cavalaria medieval, narrativas repletas de “conotações honoríficas, idealistas e éticas”, sempre marcadas pelo enaltecimento da compleição física e cognitiva da figura do herói<sup>620</sup>, interpretado, comumente, a partir de dois campos de sentido:

[...] a primeira é a dos ideais nacionais de um povo, onde o herói incorpora os valores da comunidade à qual pertence. Pelo que seus feitos tornam-se dignos de serem contados e recitados, uma vez que a divulgação desses feitos fomenta o sentimento de união e pertença e aviva a coragem e o espírito guerreiro; a segunda,

<sup>618</sup> Melo, 2003, p. 34.

<sup>619</sup> Langer, 2017, p. 734.

<sup>620</sup> Langer, 2015, p. 465.

mais ampla e universal, que de certa forma compreende uma biografia humana, abrange não somente um determinado povo, mas toda a humanidade com suas angústias, temores e realizações na guerra e na paz.<sup>621</sup>

Nesse sentido, o heroísmo, nas sagas, comunga de preceitos que estão tanto na ambiência dos valores coletivos quanto daqueles que, ancorados na biografia de um indivíduo, revelam características inerentes a toda condição humana, numa construção arquetípica costumazmente presente nas narrativas mundo afora com pequenas variações. Naves bebe nessa fonte do heroísmo, com o diferencial de que se apresenta como um herói concebido a partir do filtro da humanização, com um ser comum, próximo e cotidiano, capaz de congregiar em seus feitos componentes de bravura e hesitações, como ficará bem claro no próximo item.

Todos esses apontamentos servem para sinalizar que a ideia de saga, com a qual Naves envolve a sua obra, não é aquela clássica, oriunda da Islândia, mas uma que se ancora em três pilares do gênero nórdico – a colonização, a noção de família e a figura do herói – para dar corpo a uma literatura bandeirante, movente, ambulante, que adentra no coração do país para revelar-nos a face mais autêntica de seu povo e de determinado momento histórico. Assim, a saga naviana é metafórica e conversa com gêneros que detêm uma dimensão factual, haja vista que, com sua escritura, Naves retrata um momento decisivo da interiorização do saber, como política de estado do governo de Minas, mas com o diferencial de que, ao contrário do procedimento realizado pelos romancistas históricos, não se baseou em fontes secundárias, mas em um revolver memorialístico em que a história é apresentada a partir de sua própria perspectiva. Seja como for, esse cenário de personagens, que funcionam como janelas de observação da cultura e da cor local, ficará mais bem definido no item em que abordaremos as viagens externas empreendidas por Naves pelos caminhos, becos e trilhas das gerais, momento que se torna uma das etapas mais duras em sua jornada civilizadora, na qual ele passa a viver mais intensamente as aventuras, desventuras, percalços e deslocamentos internos inerentes a uma missão que se torna o pilar central da saga de um (herói) urucuiano.

---

<sup>621</sup> Ibid., p. 147.

### 3.4 A saga naviana: travessias externas e internas nos percursos do herói

Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade.

(João Guimarães Rosa)

Colocando-se como um personagem que resgata o mito do bandeirante, nessa missão civilizadora, João Naves de Melo assume, em sua obra, o arquétipo do herói. No entanto, a ideia de um herói mítico, para revestir a figura de Naves, deve ser problematizada, considerando que, ao longo dos tempos, os princípios da narrativa mítica foram se movendo e adentrando num campo semântico diferente daquele que impera nas sociedades primevas. De acordo com Martinez (2008)<sup>622</sup>, os mitos eram narrativas<sup>623</sup> transmitidas de geração em geração com o intuito de explicar as origens do homem, seus estágios de desenvolvimento e seus rituais de passagem, ou seja, por meio dessas histórias, o jovem absorvia “diretamente da fonte mítica as forças necessárias para sua transformação”. Nesse sentido, “o mito era parte integrante e formadora da realidade”<sup>624</sup>. Com o passar do tempo e o avanço das civilizações, os mitos vão se deslocando da ambiência dos “deuses inatingíveis” e vão alcançando a dimensão humana.

Essas duas chaves de leitura promoveram, ao longo dos tempos, certa confusão no tratamento das narrativas que se dispunham a lidar com a questão do mito. Numa posição conciliadora, o mitólogo Mircea Eliade entende que atualmente o mito se refere tanto a narrativas ficcionais, quanto à histórias factuais, com um “sentido familiar” especialmente para os etnólogos, sociólogos e historiadores de uma forma geral.<sup>625</sup> Nesse sentido, torna-se totalmente possível o uso do mito para abordar gêneros que transitam entre a ficção e o factual na abordagem de histórias humanas sagradas, na acepção de “serem profundas, exemplares e significativas”, como propõe Joseph Campbell.<sup>626</sup> Para o mitólogo americano, tais atributos conferem à narrativa mítica uma função didática, de modo que “onde

<sup>622</sup> MARTINEZ, Monica. *Jornada do Herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2008, p. 34.

<sup>623</sup> De acordo com Martinez, na cultura ocidental os primeiros registros que criavam um liame entre mito e narrativa pertencem à Aristóteles com sua *Poética*, obra na qual o *mythos* parece como elemento destacado na constituição da tragédia.

<sup>624</sup> Martinez, loc. cit.

<sup>625</sup> ELIADE, Mircea. *Aspectos do Mito*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989, p. 09.

<sup>626</sup> CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. Tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento, 2007.

pensávamos viajar para o exterior, atingiremos o centro da nossa própria existência”, ou seja, ao imergir nesse tipo de história, o leitor consegue “relacioná-la à própria trajetória”, tirando lições, conselhos e sugestões a serem utilizadas em sua própria vivência. Dito de outra forma,

[...] propostas como a Jornada do Herói facilitam a compreensão dos estágios da vida, como a passagem da infância para a maturidade, da vida de solteiro para a de casado, enfim, da mudança dos diversos papéis que levam o indivíduo a assumir novas funções sociais, fornecendo exemplos práticos para que o leitor tire conclusões que o ajudem a refletir sobre sua própria vida.<sup>627</sup>

Nessa perspectiva, por meio da jornada do herói, o leitor pode, simbioticamente, compreender de maneira mais profunda os ritos de passagem da vida humana, posto que estes, na modernidade, não são comumente ritualizados, tornando-se, em razão disso, menos visível. Em *A saga de um Urucuiano*, percebemos, com clarividência, os ritos de passagem de um personagem comum que, saindo do perímetro da infância, bate às portas da vida adulta. Sendo assim, a figura do herói da jornada não precisa ser um semideus incognoscível, mas alguém que, em razão de seus feitos, valores e benevolências, mereça ter sua história de vida narrada. Por meio desse exercício escritural, potencializa-se a visão de mundo de quem lê, numa ação semelhante aos círculos concêntricos que se expandem a partir de uma pedra jogada na água, movimento que, tomado metaforicamente, amplia-nos a “consciência num nível histórico, familiar, comunitário e até planetário”.<sup>628</sup>

Cabe destacar que, embora a jornada do herói seja entendida como uma narrativa segmentada em etapas, o que poderia induzir-nos a uma análise meramente formalista no tratamento de nosso *corpus*, propomos, aqui, um percurso analítico que, mesmo com marcadores estabelecidos, nos permitirá promover deslocamentos e modulações para não só revelar preceitos normativos, mas evidenciar o novo que se insinua a partir das particularidades dessa saga. Nesse sentido, pautamo-nos na ideia de Joseph Campbell, para quem não há a obrigatoriedade de que, numa narrativa da jornada do herói, haja todas as etapas ou todos os passos canonizados pela teoria, posto que

[a]s mudanças que permeiam a escala simples do monomito desafiam uma descrição. Muitos contos isolam e ampliam grandemente um ou dois elementos típicos do ciclo completo (o motivo do teste, o motivo da fuga, a abdução da noiva), outros encadeiam um certo número de círculos independentes e os transformam numa série simples (tal como aconteceu na *Odisseia*). Diferentes personagens ou episódios podem ser fundidos (as), assim como um elemento simples pode replicar-se e reaparecer sob muitas formas diferentes.<sup>629</sup>

---

<sup>627</sup> Campbell, 2007, p. 39.

<sup>628</sup> Martinez, op. cit., p. 43.

<sup>629</sup> Campbell, op. cit., p. 242.

Partindo dessa premissa, seguiremos, em nossa análise, um padrão, mas com um olhar aberto para possíveis desvios impostos pelas especificidades da obra tomada como objeto de estudo, buscando, a partir desse exercício, desvelar o percurso de nosso herói em sua saga civilizadora. Para tanto, partiremos do pressuposto teórico de que sua trajetória atende às diretrizes constitutivas do monomito da *Jornada do Herói* sistematizado por Joseph Campbell, em *O herói de mil faces*, obra na qual o autor dissecou as narrativas tradicionais, observando uma estrutura-padrão:

Um herói vindo do mundo cotidiano se aventura numa região de prodígios sobrenaturais; ali encontra fabulosas forças e obtém uma vitória decisiva; o herói retorna de sua misteriosa aventura com o poder de trazer benefícios aos seus semelhantes.<sup>630</sup>

Essa estrutura padrão, que se repete nas mais diversas narrativas ao redor do mundo ao longo dos tempos só se torna possível, quando se considera que esses paradigmas emergem por ação das instâncias de nosso inconsciente que, para Jung (2000) possui uma dimensão mais rasa e particular, chamada *inconsciente pessoal*, que resguardaria questões subjetivas de um indivíduo, e uma dimensão mais profunda, denominada *inconsciente coletivo*, responsável por resguardar as experiências partilhadas pelo corpo social e que se materializam por meio de arquétipos, uma espécie de “substrato psíquico comum de natureza psíquica suprapessoal que existe em cada indivíduo”.<sup>631</sup> Por outros termos, os arquétipos seriam “tipos arcaicos- ou melhor - primordiais, isto é, [...] imagens universais existentes desde as épocas mais priscas e que se materializariam por meio de um universo simbólico materializado nos mitos<sup>632</sup>, comumente usados para explicar a natureza cosmológica do mundo, ou seja, uma das maneiras de manifestação de todo arcabouço arquetípico é a narrativa.<sup>633</sup>

Dentre todos os arquétipos apresentados por Jung, encontramos a figura do herói, cuja trajetória para Campbell (2007) é marcada por uma estrutura cíclica de vivências que provocam, no aventureiro, uma série de deslocamentos em seus padrões de comportamento, sejam eles conscientes ou não<sup>634</sup>, de maneira que este desloca a perspectiva de seu olhar e, conseqüentemente, a forma como concebe e interpreta a realidade que o cerca no momento

---

<sup>630</sup> Ibid., p. 36.

<sup>631</sup> JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Tradução Maria Luíza Appy; Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 15.

<sup>632</sup> Ibid., p. 16.

<sup>633</sup> Ibid., p. 17.

<sup>634</sup> Martinez, op. cit., p. 53.

transicional em que se encontra. Por essa ótica, o trajeto do herói enfoca os ritos envolvidos na mudança de status subjetivo e social de um indivíduo em sua luta por um engrandecimento moral, movimento que se tornou presença indelével na literatura mundial e sempre se pautou na estrutura “separação-iniciação-retorno”.<sup>635</sup> Noutras palavras:

O iniciado é isolado da vida cotidiana e passa por atividades ritualizadas antes de retornar ao seu universo conhecido. Neste período o herói está simbolicamente morto para seu mundo. É, portanto, o intervalo pleno de potencial criador que permite a gestação de novas qualidades e a liberação de padrões obsoletos, o que faz com que ele regresse ao seu dia-a-dia renascido.<sup>636</sup>

Essa constituição trifásica – partida, iniciação e retorno – foi sintetizada pela primeira vez por Campbell (2007), que propôs dezessete etapas que comporiam essas traves mestras da jornada do herói, uma estrutura identificada nas narrativas mitológicas e populares em todas as partes do mundo, tornando-se o ponto de partida obrigatório para diversas teorizações posteriores sobre essa mesma temática. Martinez (2008) condensa, de forma didática, as postulações de Campbell sobre a constituição do monomito da jornada do herói, apontando as especificidades de cada uma das etapas que compõem as fases norteadoras das narrativas. Segundo o mitólogo, o percurso do herói possui a seguinte estrutura:

#### A partida

- a) O Chamado da Aventura: evento que mudará a vida do herói da narrativa.
- b) Recusa do Chamado: o protagonista pode hesitar em aceitar ou até declinar ao chamado.
- c) O auxílio Sobrenatural: é comum nesta fase a presença de figuras mestras, que dão ao herói segurança e conselhos para atingir a sua meta.
- d) A passagem pelo primeiro limiar: a figura do Guardiã do limiar é comum nas narrativas míticas, tem a função de guardar o portal que separa o herói da experiência.
- e) O ventre da baleia: exilado de seu cotidiano, o herói passa por um processo de internalização.

#### A iniciação

- a) Caminho das provas: no processo de metamorfose, o herói vivência inúmeros proações.
- b) o encontro com a deusa: assimilação dos atributos do sexo oposto é a última prova do herói.
- c) A mulher como tentação: o herói deve buscar o equilíbrio, sem cair no extremo de ver o sexo oposto ou como mero elemento carnal ou sublimá-lo.
- d) A sintonia com o pai: momento em que ocorre uma ruptura decisiva com os valores passados.
- e) A apoteose: após as ideias parentais terem sido atualizadas, o herói se torna finalmente livre para sedimentar a mudança de seu nível de consciência.

<sup>635</sup> Campbell, loc. cit.

<sup>636</sup> Martinez, loc. cit.

f) A benção última<sup>637</sup>: ultrapassado os limites das imagens terrenas, o herói se confronta com o desafio final de transcender a simbologia dos ícones.

#### O retorno

- a) A recusa do retorno: o herói deve voltar e transmitir o conhecimento a seus pares.
- b) A Fuga mágica: alguns heróis precisam de auxílio para retornar ao cotidiano.
- c) O resgate com auxílio externo: o que pode envolver a presença ativa de outra personagem da narrativa.
- d) A passagem pelo limiar do retorno: ocorre a passagem do reino Místico à terra cotidiana.
- e) Senhor de dois Mundos: a mentalidade ampliada do herói leva-o a ter papel benéfico entre seus contemporâneos.
- f) Liberdade para viver: renascido, o herói pode agora desfrutar de uma nova biografia pessoal e abrir-se para novas experiências.<sup>638</sup>

A presença de elementos sobrenaturais na trajetória exposta neste excerto pode, a contra gosto, deixar transparecer que, nessa análise, prevalecerá uma abordagem de Naves como um herói mítico, na acepção clássica do termo; entretanto, projetaremos sobre nossa investigação uma luz analítica que ressalta a caminhada de um herói moderno, na medida em que

[e]m nossos dias, [os] mistérios perderam sua força; seus símbolos já não interessam à nossa psique. A noção de uma lei cósmica, a que toda a existência serve e à qual o próprio homem deve curvar-se, passou desde então pelos estágios místicos preliminares representados na antiga astrologia, e hoje é simplesmente aceita, em termos mecânicos, como fato consumado. A descida das ciências ocidentais do céu para a terra (da astronomia do século XVII à biologia do XIX), bem como sua concentração, nos dias de hoje, por fim, no homem (na antropologia e na psicologia do século XX), marcam o caminho de uma prodigiosa transferência do ponto focal do milagre humano. Não o mundo animal, o mundo vegetal, nem o milagre das esferas; o mistério crucial é, em nossos dias, o próprio homem.<sup>639</sup>

Nesse sentido, o herói se humaniza, abdicando-se das influências sobrenaturais em favor de uma abordagem que o coloca como ponto central, um ser capaz de, a partir de suas idiossincrasias e atributos, como a bravura, o idealismo, a competição, o desejo e o patriotismo, realizar jornadas auspiciosas e inspiradoras.<sup>640</sup>

<sup>637</sup> Esta etapa também é chamada de “A grande Conquista”. Na proposição de Vogler (2006), esse momento é denominado de “Recompensa”.

<sup>638</sup> CAMPBELL apud MARTINEZ (2008), p. 55-56.

<sup>639</sup> Campbell, op. cit., p. 376.

<sup>640</sup> Cabe destacar que, apesar dos elementos basilares – partida, iniciação e retorno – estarem claramente estruturados e demarcados, em *A Saga de um Urucuiano*, nem todas as etapas que constituem essa tríade foram identificadas, o que, de forma alguma, apequena a análise, já que muitas delas podem não terem sido vividas ou perdidas nas brumas da memória. Sendo assim, na fase da partida foram identificadas à fase do *chamado à aventura*, o *auxílio sobrenatural*, a *passagem pelo primeiro limiar* e o *ventre da baleia*; na segunda fase, foram identificadas as etapas do *caminho de provas* e a *benção última* e, por fim, no retorno, foram identificadas as etapas da *recusa do retorno*, o *resgate com auxílio externo*, o *senhor de dois mundos* e a *liberdade para viver*. Vale destacar que a etapa do *encontro com a deusa* que, estaria, tradicionalmente, na segunda fase; em Naves se encontra na última.

### 3.4.1 A partida: em busca do paraíso e das morenas de olhos verdes

Como ia poder me distanciar dali, daquele ermo jaibão, em enormes voltas e caminhadas, aventurando, aventurando? Acho que eu não tinha conciso medo dos perigos: o que eu descosturava era medo de errar – de ir cair na boca dos perigos por minha culpa. Hoje, sei: medo meditado – foi isto. Medo de errar. Sempre tive. Medo de errar é que é a minha paciência.

(João Guimarães Rosa)

Quando observamos o enredo de *A Saga de um Urucuiano*, percebemos que os elementos constitutivos da primeira fase aparecem com majorado destaque, embora não integralizados, o que não representa nenhum transtorno para a análise, haja vista as postulações de Campbell (2007) acerca da constituição arquetípica do monomito. A primeira fase da partida, *o chamado à aventura*, faz-se presente nas primeiras páginas da obra analisada, sendo, nas palavras de Martinez (2008), a mola propulsora da narrativa, acionada a partir de um gatilho que

[...] pode ser um convite de trabalho numa área ou cidade diferentes, algum elemento fora do normal que interfere na vida, como uma conclamação a participar de um movimento ou lutar por algo, a conquista de uma bolsa de estudos, o ingresso numa escola universidade.<sup>641</sup>

Dito de outra forma, o chamado à aventura corresponde à força motriz que catalisa mudanças profundas e determinantes para o transcurso de transformação pelo qual o herói terá que passar. No caso de *A Saga de um Urucuiano*, esse chamado foi fruto de um processo de maturação gradativo impulsionado por um discurso lírico e sedutor disseminado entre os jovens formandos da primeira turma de professores da Escola Caio Martins em Esmeraldas, nos idos de 1956. O chamado veio em forma de poesia, utilizada para criar um cenário idílico formado por uma natureza exuberante que abrigava lindas morenas de olhos verdes:

Por muitos anos, doze jovens, entre 13 e 17 anos, ouviram essa história, todos os domingos após a missa matinal. Sentavam-se em torno de Manoel Almeida – idealizador e fundador das Escolas Caio Martins – homem idealista, pragmático e sonhador que fez da educação seu projeto de vida. A história da “vereda tropical” e

<sup>641</sup> Martinez, op. cit., p. 70.



das “*morenas de olhos verdes*” se repetia, como preâmbulo de cada palestra sobre o Urucuia. Com o tempo, o grupo percebeu: desenhava-se o seu futuro – a fundação do Núcleo Colonial do Vale do Urucuia. De história em história; de exaltação em exaltação, caldeou-se um ideal de força misteriosa e impressionante no espírito daqueles jovens: seriam eles os *doze*<sup>642</sup> Bandeirantes do Urucuia.<sup>643</sup>

Em vez de um chamado taxativo, na saga naviana a convocação reside no mundo dos sonhos e dos desejos que se irrompem na pele, nas artérias, na alma e no imaginário do amor incipiente, singelo e carnal catalisado pela puberdade. Junto ao ideal da interiorização do saber estava o desejo pela aventura de entrar num paraíso virginal, onde se pode sugar a seiva da existência, saciando o desejo de saborear a liberdade e a vida. O Coronel Almeida opta por uma homeopatia lírica cujas gotas da fantasia, uma a uma, domingo a domingo, nutriam o desejo da aventura e da paixão, de modo que os jovens

Ao fim de cada palestra, sentiam-se bem mais próximos da Fazenda Conceição, nas fraldas da serra e das barrancas do ribeirão do mesmo nome, nas ruínas da fazenda da Joaquina, legendária personagem daquele mundo esquecido e abandonado, onde se levantaria o Núcleo. Em dezembro de 1956 os doze jovens concluíram o Curso Normal Regional – eram professores e estavam prontos para a missão. O difícil foi segurar a ansiedade de cada um até o dia da partida. [...] cada dia era contado como um ano para quem precisava, com urgência, mergulhar os olhos nas “veredas tropicais” e ir bem fundo nos “olhos verdes das morenas” urucuianas, donzelas meigas e angelicais que de braços abertos já os esperavam, também ansiosas – no pensamento e desejo de cada um, pelo menos.<sup>644</sup>

Esse discurso cativante fez com que de um universo de vinte e dois formandos, doze se rendessem ao chamado, entre eles nosso herói, que teria ao longo de sua jornada no Vale do Urucuia outras convocações tão ou mais importantes do que essa primeira. Cabe destacar que, em muitas dessas palestras, houve a presença de grandes estudiosos e entusiastas da educação no campo, como Helena Antipoff e Amaral Fontoura<sup>645</sup>, cujos ensinamentos fizeram com que Naves, em sua jornada heróica (ou saga), adentrasse na etapa do *auxílio sobrenatural*, na qual o aventureiro tem contato com figuras protetoras (geralmente anciãos) que lhe oferecem “amuletos que o protejam de forças titânicas com que ele está prestes a

---

<sup>642</sup> A referência ao número doze sinaliza, na obra de Naves, o universo simbólico da *missão*, remetendo tanto a um universo religioso quanto a universo mitológico. A religiosidade pulsa nesse número, na medida em que o grupo já era nomeado na época como a *Abençoada Dúzia*, o que, notadamente, nos faz lembrar os dozes discípulos de Cristo, imbuídos da missão de levar a fé cristã às paragens mais distantes do mundo, fundando a igreja. Os doze do Urucuia possuem uma missão, aportando num lugar “santificado”, a Serra da Conceição (Virgem Maria) para fundar uma comunidade. A ideia de missão incrustada no número 12 também aparece no mito de Hércules e seus doze trabalhos. Para além disso, a ideia de tratar Naves como um cavaleiro moderno, novamente, retoma a simbologia do número doze, visto que o ciclo arturiano possuía 12 cavaleiros.

<sup>643</sup> Melo, op. cit., p. 09.

<sup>644</sup> Id. Ibid.

<sup>645</sup> Cf. primeiro capítulo, p. 11.

deparar-se”.<sup>646</sup> No caso da jornada de Naves, compreendido como um herói moderno, o amuleto assume uma abstração representada pelo conhecimento partilhado por grandes nomes da educação em Minas Gerais, que instruíam o jovem acerca da natureza do ofício de educar e todas as armadilhas que poderiam encontrar para implantar um modelo de educação ainda incipiente nas paragens mais recônditas do país. Helena Antipoff e Amaral Fontoura são os anciãos que, em vez de oferecer um amuleto concreto, oferecem-lhe a dádiva do saber.

A figura do Coronel Almeida, responsável por trazer essas ilustres figuras para aconselharem e instruírem os jovens bandeirantes, possui, em *A Saga de um Urucuiano*, uma função dupla, haja vista que, além de exercer o papel de agente do *chamado à aventura*, também representa a figura do guardião do limiar, um indivíduo que investiga se o herói está totalmente comprometido com a aventura<sup>647</sup>, submetendo-o a uma série de testes físicos e cognitivos. Assim, esse guardião é quem propulsiona a entrada do herói na fase da *passagem do primeiro limiar*, um período de preparação que se encontra “no limite entre o mundo conhecido e o desconhecido” e oportuniza ao aventureiro “a convicção de que a medida que está tomando no momento é a melhor possível para o seu desenvolvimento”.<sup>648</sup> Essa fase transicional entre o mundo do cotidiano e o mundo da aventura torna-se cristalina, quando Naves menciona a figura do mentor e os cinco meses de estágios de preparação para a aventura do Urucuia:

Manoel Almeida era o grande *mentor*, o homem das idéias, o visionário que via além dos horizontes e que abria janelas num mundo então alheio aos problemas emergentes – da criança e do homem do campo. Maria Célia Santos, a diretora do Curso, a executora que moldava o caráter de cada aluno empregando uma filosofia que a deixou indelevelmente marcada no coração de cada um: a do amor. Desvelo maior não poderia haver. Em 1956 formou-se a primeira turma: 22 professores. Doze deles tinham uma missão pela frente – o Urucuia. Antes da partida para o sertão, muitos foram levados a fazer estágios<sup>649</sup> de especialização em determinadas áreas, antes definidos de acordo com a função que cada um iria exercer: encarregado de escritório, da cooperativa, agricultura, pecuária, sapataria, alfaiataria, motorista, da farmácia... Interessante é que, à época, estando tão empolgados com a aventura, não perceberam eles que tudo fora engendrado como motivação para o empreendimento e que, de fato, nada daquilo fazia sentido – pelo menos para a maior parte. Enchia o ego saber que lhe era destinado um papel de importância na chamada Bandeira [...] Eu, primeiramente fui para São Paulo, onde fiz um estágio

<sup>646</sup> Campbell, op. cit., p. 74.

<sup>647</sup> VOGLER, Christopher. *A jornada do escritor: estruturas míticas para escritores*. Tradução Ana Maria Machado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006, p. 132.

<sup>648</sup> VOGLER (2006) apud MARTINEZ (2007), p.82.

<sup>649</sup> Neste excerto, não há uma precisão em relação ao tempo gasto nos estágios. No entanto, em outro trecho há uma temporalização mais precisa. Diz Naves: “A largada dependia apenas de estágios de especializações, pois, naquele sertão inóspito estariam sós e entregues à própria sorte ou às respostas de sua capacidade. Foram cinco meses de angústia - cada dia era contado como um ano para quem precisava, com urgência, mergulhar os olhos nas “veredas tropicais” e ir bem fundo nos “olhos verdes das morenas” urucuianas [...]”. (NAVES, 2003, p. 09-10).

de um mês na Ford, em mecânica de trator. Depois, com o Ivo, fiz estágios em rizicultura e pomicultura na Escola Agrícola Florestal – o Ivo estagiou na área da pecuária. Fiz outro estágio, no Instituto Agrônomo de Belo Horizonte, nas mesmas áreas. Acredito que foram os únicos estágios direcionados para um fim determinado e que, de fato, teriam utilidade imediata no Urucuia – agricultura e pecuária.<sup>650</sup>

Ainda que Naves nomeie o Coronel Almeida como *mentor*, o idealizador das Escolas Caio Martins, funciona, como afirmado anteriormente, como a figura do guardião, na medida em que é o ente responsável por oportunizar um período de estágios que, na trama, são apresentados como um exame de admissão para a aventura do herói. Essa analogia é feita por Vogler (2006), para quem este ciclo de preparo “equivaleria aos exames vestibulares”, servindo para preparar o herói para o período de formação representado pelos caminhos de provações na fase de iniciação.<sup>651</sup> A transição do primeiro limiar representa um período de muita aprendizagem, mas também de muitas privações, na medida em que, nesta etapa, o herói abdica “de algo que lhe é caro para iniciar uma nova fase da vida, que certamente o colocará no futuro no nível de aprendizado emocional, intelectual ou de vida muito mais amplo do que o que possui”.<sup>652</sup> Naves, ao se preparar nos estágios para a aventura do Urucuia, teve que sacrificar o início de um relacionamento amoroso com Vilma, que diante da distância impingida pelos estágios e a iminência da Bandeira ao Urucuia, aceitou a corte de outro rapaz.<sup>653</sup>

Superada esta etapa, o herói passa por um processo de internalização, “uma esfera de renascimento [...] simbolizada na imagem mundial do útero, ou o *ventre da baleia*”, uma etapa em que “o herói, em lugar de conquistar o aplacar a força do limiar, é jogado no desconhecido, dando a impressão de que morreu”. O momento da partida para o Urucuia, numa gelada manhã de maio de 1957 simboliza essa etapa:

A Bandeira do Urucuia deixou Esmeraldas no dia 30 de maio de 1957. Foi uma cena emocionante. Depois de dias de reuniões festivas os bandeirantes se viram, numa fria manhã, encarapitados na carroçaria de uma caminhonete que desfilava vagarosamente entre duas colunas formadas por alunos, professores, funcionários e gente da região. Acenos se misturavam com as lágrimas copiosas dos que partiam e dos que ficavam. Ainda que vivessem um momento de alegria por estarem a caminho do Urucuia, os bandeirantes não podiam segurar a emoção à medida que se afastavam daquele vale, deixando para trás muitos amigos e, uns, as namoradas.<sup>654</sup>

---

<sup>650</sup> Melo, op. cit., p. 11-12, grifo meu.

<sup>651</sup> Vogler, op. cit., p. 139.

<sup>652</sup> Martinez, op. cit., p. 81.

<sup>653</sup> Ver, primeiro capítulo, p. 13.

<sup>654</sup> Melo, op. cit., p. 13.

A caminhonete que passa por entre os alunos simboliza, metaforicamente, um vagaroso cortejo fúnebre, marcado por lágrimas que marcam a despedida e criam a liquidez gestacional de uma nova vida, ou seja, morre-se para o cotidiano e gesta-se uma nova existência.

Assim, nosso herói, juntamente com seus companheiros de jornada, chegam ao Vale do Urucuia para cumprir a missão para a qual foram preparados. Apesar da preservação da imagem paradisíaca disseminada na retórica do Coronel Almeida, a realidade de sofrimento e o idealismo da missão, aos poucos, vai se modalizando, dando lugar à percepção de que existem meandros e realidades paralelas por traz de discursos socialmente engajados. Gradativamente, a ideia de um paraíso pictórico e calmo vai se dissipando, abrindo espaço para a ideia de uma natureza que se torna a mentora de obstáculos e percalços, criando um caminho de provas que marcariam o corpo e a alma do herói. Como diz o próprio Naves: “a realidade era outra e não aquela pintada nas manhãs de domingo, em Esmeraldas”.<sup>655</sup>

Ao chegarem, o grupo se acomodou num rancho de palha, que servia como centro administrativo da escola, que seria erguida pelos próprios bandeirantes.<sup>656</sup> Antes disso, cada um foi sendo direcionado, *a priori*, para as funções para as quais foram instruídos, mas, diante das diversas demandas inerentes a um lugar inóspito e sem recursos, os bandeirantes foram sendo absorvidos por atividades diversas, “pois o Núcleo precisava de vida”.<sup>657</sup> Quando o sol despontava por detrás da Serra do Conceição, os jovens professores sabiam que o dia seria marcado por um trabalho absolutamente estafante e, logo ao acordar, antes de calçarem suas botas, cumpriam o ritual de examiná-las, já que eram o ninho favorito de temidas jararacas, que poderiam matar alguém em caso de acidente, tendo em vista que, naquele lugar ermo, não havia como prover nenhum tipo de assistência médica especializada.<sup>658</sup> Depois de feitos os tijolos e as telhas, o núcleo foi saindo do chão num trabalho estafante debaixo do sol imponente e abrasador do sertão das gerais; os bandeirantes, por sua vez, ao verem o surgimento de uma cidade, foram criando uma relação de pertencimento com aquele espaço. O Urucuia começava a entranhar-se em suas veias, ‘ainda que sem as ‘morenas dos olhos verdes’. A bem da verdade não existia era morena de olhos verdes de jeito nenhum, mas sonhar com elas fazia um bem danado de gostoso,”<sup>659</sup> diz o herói. O trabalho docente paralelamente desenvolvido com atividades agropastoris não representa, no entanto, o

---

<sup>655</sup> Melo, op. cit., p. 16.

<sup>656</sup> Id. Ibid.

<sup>657</sup> Id. Ibid.

<sup>658</sup> Ibid., p. 17.

<sup>659</sup> Id. Ibid.

caminho de provações pelo qual nosso herói terá de passar. Essa só viria, quando Naves se lançou numa série de travessias externas sertão a dentro.

### 3.4.2 A iniciação: a natureza e o meio social como percalços na trajetória do herói

Nesta margem do mundo o que não é represa é baldio  
Acredito ter visto uma luz no outro lado do rio

(Jorge Drexler)

A fase da iniciação que abarca o cerne da trajetória do herói se inicia, em *A saga de um Urucuiano*, quando, em 1958, o Núcleo do Urucuia já estabelecido tornara-se um pólo regional, conseguindo, em face disso, um “olhar mais atento” do estado, representado pela figura do coronel Almeida que, diante de tal contexto, convoca Naves para uma missão especial:

Aconteceu que, de uma feita, chegando ao Núcleo o Cel. Almeida, nos trouxe uma nova missão: cadastrar os moradores das terras da Escola. Na hora ninguém se deu conta do tamanho da empreitada, mesmo sabendo que as fazendas da Escola formavam um complexo de mais de doze mil alqueires – quase sessenta mil hectares, o que só mais tarde tomamos consciência.<sup>660</sup>

O cadastramento de eleitores por mais de doze mil alqueires sertão adentro é o que sacramenta a inserção de nosso herói num caminho que perpassa “uma paisagem onírica povoada de formas curiosamente fluídas e ambíguas, na qual [deveria] sobreviver a uma sucessão de provas”, constituindo a fase principal do mito-aventura.<sup>661</sup> Esse seria o primeiro de três momentos em que o herói mergulha no coração do país, por meio de deslocamentos externos em que passa a perscrutar o modo urucuiano de ser, ao mesmo tempo em que vive um processo de provação física e espiritual suprema. O plano da jornada desse primeiro momento foi precisamente elaborado:

O plano foi bem elaborado. A equipe seria formada pelos bandeirantes Chico, Raimundinho e eu. O Chico para fazer consultas dos moradores, distribuir-lhes vermífugos e vitaminas; eu e Raimundinho cuidaríamos do cadastramento dos colonos. Puerilmente recebemos as instruções complementares – fotografar os colonos. É normal que num cadastramento se preencha formulários, mas para que fotografá-los?<sup>662</sup>

---

<sup>660</sup> Melo, op. cit., p. 42.

<sup>661</sup> Campbell, op. cit., p. 102.

<sup>662</sup> Melo, loc. cit.

Nota-se a inocência dos garotos que, iniciantes no papel de adultos, acreditavam piamente que a natureza das ações desenvolvidas naquele programa de interiorização do saber se resumiam ao patriotismo e à benemerência de oferecer assistência humanitária às crianças desvalidas do sertão norte-cerradeiro. No período de preparação para viagem, Naves percebeu o que existia de soturno por trás daquela empreitada: o recenseamento de moradores, na verdade, era um meticuloso processo de cadastramento de eleitores<sup>663</sup>, o que, naquele momento, não foi suficiente para rasurar o invólucro romântico com o qual o herói envolvia aquela missão:

Numa bela manhã lá fomos nós, guiados por Vicente Barbosa e Cesário, levando nas mochilas o propósito da empresa: o Chico os remédios; eu uma máquina caixote Kapsa e o Raimundinho formulários para inscrição de eleitores. E mais: a nobre e romântica missão de desbravamento do sertão inóspito, à procura de gente escondida e nunca vista, transformados em agentes eleitorais, os primeiros a pisar naquele mundaréu abandonado.<sup>664</sup>

Essa visão romântica de um indivíduo em harmonia com a natureza vai saindo do lugar da mera contemplação e se deslocando para uma zona de confronto com as forças naturais para que o herói pudesse cumprir a sua missão. A natureza era paradisíaca, mas, por diversas vezes, revelou sua bravura indômita, colocando, no caminho de Naves, uma série de percalços, alguns dolorosos e outros que, seguramente, atentaram contra a sua integridade física.

Entretanto, antes de enfrentar as forças da natureza, Naves passou por um primeiro percalço que, embora pareça tolo aos nossos olhos, representava um grande desafio para quem não estava acostumado a montar em animais ariscos, tampouco viajar em selas por enormes distâncias:

Eu tentei montar a Moeda. Tentei, pois ao segurar a rédea fui recebido com mordidas e coices. Pouco habituado à montaria, senti que a empresa era mais complicada do que o esperado e, àquela altura, se mostrava uma temeridade – como domar aquele bicho? Não havia como substituí-la e mais por necessidade do que para querer mostrar-me corajoso, arrisquei passar para cima do arreio – o que só foi possível com a artimanha do Zé Branco, quebrando o pescoço da mula e tampando-lhe os olhos. Lá de cima, depois de suportar alguns pulos acanhados e três debundas, ouvia a instrução do Zé Branco: “pra montá nesta besta, ocê puxa a rédea, bem curto, pro outro lado. Ela num vai te vê e vai perdê o jogo. Dispois pode ir sossegado que o viageiro é bom” [...] Os cavaleiros iniciantes, atentos às lições do Vicente, procuravam manobrar as rédeas para obrigar os animais ao viageiro – uma caminhada suave em que o animal parecia deslizar sem pisar no chão. Era difícil pegar a manha e, com isso, qualquer descuido os animais passavam para o trote que lhes era menos penoso, pois podiam andar a vontade – o resultado para o cavaleiro

---

<sup>663</sup> Ibid., p. 65.

<sup>664</sup> Melo, loc. cit.

era doloroso, cada pisada refletia no corpo todo, desde a bunda até aos ombros que no sacolejo seco pareciam sair do lugar provocando uma dor lancinante.<sup>665</sup>

Esse percalço é preambular ao momento de embate efetivo de Naves com as forças da natureza. Nota-se, nesse fragmento, os saberes do homem do sertão nortecerradeiro, um conhecimento consuetudinário, passado de geração a geração por indivíduos acostumados com a lide e o adestramento, o que os torna professores das artemanhas da doma e da montaria. Sem esse auxílio, é bem provável que a partida seria praticamente impossível. Para além disso, o início da jornada foi marcado por muita dor, já que, por falta de domínio técnico, os rapazes deixavam os cavalos trotarem, movimento que transformava o viajero em algo truculento, provocando dores que reverberavam em todo o corpo, que só conseguiu descanso na fazenda Poleiro de Pato, local onde fizeram o primeiro repouso.<sup>666</sup> Na manhã seguinte, Naves foi acordado com a balbúrdia do amanhecer sertanejo:

Na madrugada seguinte, ainda escuro, a movimentação no curral deu sinal de vida. Uma zoeira imensa: bezerro berrando para se anunciar e a vaca-mãe desesperada berrando de outro lado, já com as pernas amarradas, chamando a cria. O vaqueiro chegava à cancela da casa de bezeros gritando o nome de uma vaca e, mal a abria, um bezerrinho surgia galopando, indo diretamente às tetas de sua mãe. Vaqueiros praguejando ou gritando o nome das vacas e o chuá-chuá do leite enchendo as latas. O som retumbava ampliado dentro dos quartos onde dormíamos. Passado o inusitado despertar, dava para se acostumar com o barulho que, na hora matinal, tornava-se até mesmo agradável, bucólico.<sup>667</sup>

O despertar de Naves, marcado por uma sinfonia de sons temporalizantes, faz lembrar a dinâmica funcional do campo poetizada, em *Boitempo*, por Carlos Drummond de Andrade, para quem o tempo da roça não é regido pela mecânica, pelos relógios, mas, sim, pela natureza, com seus sons e com seus bichos:

[...] No gado é que dormimos  
e nele que acordamos.  
Amanhece na roça  
de modo diferente.  
A luz chega no leite  
como esguicho das tetas  
e o dia é um pasto azul  
que o gado reconquista.<sup>668</sup>

<sup>665</sup> Ibid., p. 43 - 44.

<sup>666</sup> Ibid., p. 45.

<sup>667</sup> Id. Ibid.

<sup>668</sup> ANDRADE, Carlos Drummond de. Boi tempo I. In: \_\_\_\_\_. *Nova Reunião: 23 livros de poesia/ Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 520.

A exemplo das especificidades temporais versejadas por Drummond, Naves se deparou com uma dinâmica temporal que, no sertão norte-cerradeiro, é movida por ponteiros metafóricos, sonoros e naturais. É o movimento da natureza, representada pela canção bovina no lusco-fusco da manhã, que estabelece a hora de partir.

Saindo da fazenda, não muito tempo à frente, Naves enfrentou o primeiro grande desafio, a travessia do rio Conceição:

O rio devia ter, no mínimo uns cem metros de largura. Vicente, o primeiro a chegar, desceu silencioso da mula Sucupira. Nenhuma palavra, mas percebia-se que ele ostentava um risinho zombeteiro, malicioso, se divertindo antecipadamente com alguma coisa. Desceu e começou a desarrear a mula. Virou-se para nós e perguntou, como já soubéssemos o que fazer: *“Cumé, num vão apiá e disarriá os animá? Ocês num vão querê atravessá o rio com os animá arriado, né?”* Foi aí que demos conta do que vinha pela frente: a travessia do rio. Mas como? A maneira era a trivial na região: os cavaleiros se embarcavam numa canoa – melhor dizendo, num cocho – segurando firme o cabresto preso na focinheira de um animal que tinha preso em seu rabo o cabresto de outro que, por sua vez era preso a outro – formava-se uma fila. Tudo pronto eram eles tangidos para dentro do rio, se preciso com o uso da pirata. O homem do remo tinha que ser firme para manter a direção da proa para não ser arrastado ao gosto dos animais, quando começavam nadar. Era uma arte mantê-los na mesma direção, sem o que, certamente, tornaria a empresa impossível, levando a canoa rio abaixo.<sup>669</sup>

Ao embarcar na canoa nas águas do Conceição, nosso herói experimentou a força pujante das águas do gerais e, novamente, teve contato com os saberes do homem sertanejo sem os quais a transposição fluvial implicaria riscos a sua vida. O primeiro contato com aquelas águas representou um batismo de coragem para domar a força da correnteza e imprevisibilidade instintiva dos animais. Superado o desafio das águas fluviais, o herói se defrontou com a força das águas pluviais do sertão norte-cerradeiro. Antes de chegar às primeiras casas, o tempo começou a fechar; nuvens densas e escuras tomaram os céus do sertão, “vomitando” relâmpagos, levantando folhas, balançando as copas das árvores.<sup>670</sup> Após determinado tempo, Vicente, o guia, anuncia a calmaria, por meio de um saber consuetudinário:

Ficamos ali horas até o Vicente anunciar que o perigo passara. Por que um matuto é que teria decidir se o perigo passara e com que base, quis saber um dos viajantes? *“Pois oiá a orelha dos burro... tá tudo calmo. Os burro sabe mais qui ocês”* – falou e riu de leve.<sup>671</sup>

---

<sup>669</sup> Melo, op. cit., p. 46.

<sup>670</sup> Ibid., p.47.

<sup>671</sup> Ibid., p. 47-48



Naves ainda não havia entendido que o conhecimento do homem urucuiano é ligado a uma tradição que possui, em seu nascedouro, o princípio empírico do olhar, pois, no coração do país, o sertanejo não apenas enxerga, ele repara. O pensamento de Naves ainda estava viciado pelo conceito excludente de que o único conhecimento a ser considerado é aquele oriundo das letras. Seja como for, passada a turbulência, nosso herói pode seguir o seu transcurso pelas entranhas das gerais.<sup>672</sup>

Após cinco léguas de veredas e muita solidão, nosso herói chega aos primeiros moradores a serem recenseados. Entretanto, os ranchos estavam vazios, mas com sinal de que eram habitados.<sup>673</sup> O motivo para essa dificuldade de encontrar moradores só se tornou clara, ao chegarem à casa de D. Joana, personagem que revela a natureza segregada do homem do sertão norte-cerradeiro. Ressabiada com a presença dos bandeirantes e do guia, a idosa demora a apontar na janela. Conversando timidamente, ela questiona a presença dos rapazes, mas o que chama a atenção é o motivo causador dessa postura tão refratária:

Vicente, conhecedor daquela gente, foi indagado sobre o que poderia estar acontecendo e ele, filósofo e monossilábico, como sempre, foi curto na resposta: *“disconfiança!”* *“Desconfiança de quê, Vicente?”*, perguntou o Chico. Novamente curto ele respondeu: *“Ducêis”*. Aumentou a perplexidade do grupo. Por que estaria a velhinha desconfiada da gente? Antes que a resposta chegasse, Cesário apontou na porta da casa. Ele vinha sério. *“Que foi Cesário?”*, a pergunta foi em coro. *“Dona Jona tá com medo. Oiá, num tem ninguém em casa. Da outra casa do gaio da vereda, onde passamo, sumiu todo mundo tomém”*. *“Por que, Cesário?”* perguntei-lhe. E a resposta foi surpreendente: *“chegou aqui a notícia que tinha uns home do governo arrebanhando os home pra guerra...”*. Raimundinho não esperou completar a sentença, *“que guerra, Cesário?”*. *“A! A guerra, oxente! A guerra! O governo pega os home e os rapaze pra i lutá na guerra pra mode acabá com os alemão!”* *“Mas Cesário, a guerra já acabou tem tempo, não tem mais guerra não, só”*, expliquei-lhe. Ele não se deu por satisfeito: *“É, mais aqui o povo num sabe disso não.”*<sup>674</sup>

Esse episódio evidencia o quão isolados e alheios aos acontecimentos sociais e históricos se encontravam os moradores das gerais naquele período. Aliados de qualquer meio de comunicação, ainda alimentavam o imaginário da Segunda Guerra Mundial debelada anos antes. Tratava-se de um povo esquecido em todos os aspectos. Pessoas que não existiam oficialmente e estavam mortas para a história da qual faziam parte. Seja como for, o trabalho foi sendo realizado, mesmo com as dificuldades de quebrar a resistência dos moradores da região.

---

<sup>672</sup> Melo, loc. cit.

<sup>673</sup> Ibid., p. 55.

<sup>674</sup> Ibid., p. 60

Nesse trabalho de cadastramento de eleitores, outras viagens ocorreram até o momento em que o herói é incumbido de realizar o “recenseamento” sem o apoio de guias, com exceção das viagens mais curtas em que recebia o apoio e a companhia de seu velho escudeiro Zé Branco.<sup>675</sup> Sozinho pelo sertão, esse é o segundo momento em que Naves se investe contra a força bruta da natureza sertaneja, encontrando, pelo caminho, a força do homem urucuiano, igualmente indômito numa terra sem leis, ou melhor, marcada por poderes officiosos e paralelos. Segundo Naves, em 1958, durante a delegação dessa nova missão, foi possível compreender melhor os meandros da política coronelista:

Corria o ano de 1958 era véspera de eleição para prefeito e deputado e, no caso, havia uma composição entre o candidato José da Palma, para prefeito de São Romão, e a primeira eleição do Cel. Almeida à Assembléia Legislativa do Estado. Era pois aceitável aquele trabalho a imaginar que nossa instituição precisava de um deputado para cuidar melhormente de seus interesses e, mais do que isto, pensar na política do menor em todo o Estado – Manoel Almeida, pelo trabalho até então realizado era dos mais indicados. Só não entendi porque fui eu o designado e por que não me deram a menor satisfação da escolha e da necessidade do trabalho. Fui designado e pronto. Uma máquina fotográfica Kapsa caixote, própria para fotografias 3x4, alguns filmes, uma pasta com formulários para inscrição de eleitores e um pedaço de flanela vermelha para fazer fundo das fotografias. Mais nada, nem um tostão para me manter nas viagens.<sup>676</sup>

A política regionalista parece reproduzir as especificidades de um ranço cultural em que a linha que divide o aliado do adversário é tênue e movente ao sabor do momento, pois Zé da Palma, de figura não grata no núcleo, transformara-se em aliado. Seja como for, Naves inicia esse segundo momento de provações.

Nessa segunda jornada, cabe destacar a viagem da festa de Santa Cruz, celebração que, pelo elevado número de participantes, facilitaria o trabalho de cadastramento de leitores. Essa era uma estratégia de nosso herói: onde havia aglomeração, ele aportava com sua Kapsa a tiracolo.<sup>677</sup> Como a festa de Santa Cruz era uma romaria tradicional, oportunidade melhor não surgiria. Ao avistar a comunidade onde se realizaria a celebração, uma cena chama a atenção do herói:

Nos outros lados, fechando a praça, dezenas de barraquinhas cobertas de palhas de buriti. Passando próximo do cruzeiro percebia-se a existência de dezenas de pequenas cruces – umas pintadas de branco, outras azuis, verdes e algumas uns toscos pedaços de madeira carcomida pelos anos. Fiquei curioso, pensando tratar-se de extremada devoção e, para tirar a dúvida, perguntei ao Zé Branco a razão de

---

<sup>675</sup> Ibid., p. 62.

<sup>676</sup> Id. Ibid.

<sup>677</sup> Ibid., p. 60.

tantos cruzeirinhos. Seria devoção demais? Ele, com seu jeito de deboche, respondeu rindo: “Cada cruz é um defunto!”. “O quê?” Assustado estanquei o animal que me conduzia. Zé Branco foi mais explicativo: “Ora, depois de toda festa fica um bocado de cabra enterrado na praça; eles bebem muito e começam a arreliar. Cê sabe, vem a pexera e acaba com a conversa comprida”.<sup>678</sup>

O herói, por meio da fala de Zé Branco, já pôde ratificar que o sertão-norte cerradeiro é tal qual Guimarães Rosa o descreve em *Grande Sertão: veredas*: “é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!”<sup>679</sup> Em meio àquele cenário híbrido, em que profano e sagrado se amalgamavam<sup>680</sup>, a violência parecia ser a linguagem comum e o recurso mais fácil para dirimir qualquer desavença:

De quando em quando subia uma onda de maior excitação. Num átimo abria-se uma roda. Silêncio mortal, até a ladainha parecia rezada de boca fechada. A seguir um alvoroço com todo o vigor das goelas molhadas de pinga. Chapéus eram brandidos no ar, batidos nas pernas ou no chão, levantando poeira. Explodia um coro incitador: “Pega ele, cumpade. Risca logo a pexera, cabra!”<sup>681</sup>

Esta naturalização da violência, motivada por uma cultura do uso da força e potencializada pelos excessos do álcool fez o medo perpassar o corpo inteiro de Naves. Receoso de que tal algazarra fosse acabar em violência, não quis compactuar com aquela situação de iminente truculência, preferindo procurar um lugar para descansar na casa do anfitrião da festa. Foi quando a naturalização da violência ganhou forma bem a sua frente:

Um violento safanão na rede me tirou do pretense isolamento. Fiquei quieto, de olhos fechados, fingindo dormir. Aí percebi que puxaram a capa que me cobria a cabeça e uma voz fez o convite: “Ô companheiro, a festa tá boa. Vamo tomá uns gole e entrá na dança”. Continuei quieto, procurando não dar atenção ao convite tão “lisonjeiro [...] Tratava-se de um homem com mais ou menos 1,75 m, roxo, de bigode espesso, com chapéu de coró dobrado na testa. E pude ver mais: um enorme facão que ele trazia na cinta. Um calafrio percorreu-me a espinha. Fiquei gelado. Outro safanão na rede, esse demonstrando impaciência e raiva. “Ô Cabra, tô te chamano, num faz de surdo não. Vamo pra festa logo. Ninguém dorme aqui não”. Buscando forças e tentando aparentar tranquilidade, ergui levemente a cabeça e respondi: “Deixa pra amanhã, hoje estou cansado e com sono. Muito obrigado, amigo”. Mal acabei de falar e senti a mão forte e calosa do caboclo agarrando-me pelo colarinho e, na outra mão, o enorme facão, no ar, balançando na direção do meu pescoço e ele gritando: “Tô pedino não, cabra safado, tô mandano. Se levanta logo senão te pico no facão”. Se fosse para levantar seria impossível, pois sequer eu sentia as pernas, tudo bambo e frouxo. A divina Providência chegou na hora com o seu Zé Pereira que, vindo de trás segurou a mão do cabra, com firmeza e foi logo gritando para ele: “Home de Deus. Sabe lá cum quem cê tá bulino? Esse aí é dos

<sup>678</sup> Ibid., p. 65.

<sup>679</sup> ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, p. 19.

<sup>680</sup> Sobre a mistura entre o profano e o sagrado, ver, no 1º capítulo, p. 34-42, a discussão sobre as festas e folguedos na obra de João Naves de Melo.

<sup>681</sup> Melo, op. cit., p. 67.

minino do Coroné Almeda. Põe a mão nele que o Coroné manda cumê seu figo”. O caboclo largou-me o colarinho e se debandou sem deixar rastro.<sup>682</sup>

Carregado, a revelia, para dentro de um contexto de confronto, Naves percebeu que não há a necessidade de fundamentação sólida para ver a violência brotar nos olhos da jagunçada, basta a desfeita e o desdém aos códigos de ética da mineiridade cerradeira. A chave de entendimento dessa banalização da violência se encontra, segundo Candido (1964),<sup>683</sup> no espaço entendido como meio social, uma instância em que as privações e a ausência do poder do Estado “fazem da vida uma cartada permanente [...] e obrigam as pessoas a criar uma lei que colide com a da cidade e exprime essa existência em fios-de navalha”.<sup>684</sup> Ao salvar Naves das mãos do jagunço, se valendo do argumento de uma possível retaliação por parte do Coronel Almeida, protetor de nosso herói, o anfitrião revela o quão complexas são as relações de poder no sertão, já que existe o poder do Estado e um poder paralelo que se reclamam a todo momento, constituindo uma relação promíscua em que as práticas de violência podem tanto advir de jagunços criminosos quanto dos representantes da ordem legal instituída. Por isso, o indivíduo do sertão norte-cerradeiro “avulta e determina; manda ou é mandado, mata ou é morto”.<sup>685</sup> É uma terra onde a lei não possui venda nos olhos, mas, sim, faca entre os dentes. Seja como for, naquela ocasião Naves esteve cara a cara com a morte e não cadastrou um eleitor sequer, dada a recorrência de brigas que, de vez em vez, estouravam no terreiro, ao som das contumazes ladainhas que soavam ao fundo, numa mistura de sacro e profano.<sup>686</sup>

Apesar dos contratempos na festa da Santa Cruz, Naves não abandonou a tática de cadastrar eleitores em eventos sociais. Essa prática se deu até mesmo em velórios que ocorriam nos recônditos do sertão:

[...] A certa altura, no Poço Verde, deparei-me com um mangote de pessoas nas beiradas de um rancho à entrada de um capão. Tangi o burro Avião para lá. “Apeia, sô moço. Quale é a honra da visita?” – receberam-me com a atenção cordial comum ao urucuiano. Expliquei, sem rodeios, que estava tirando títulos de eleitor. “Oia, seu moço, tamo aqui na vigia da minha vó Bastiana. Tudo aqui é parente dela. Se vosmicê qué tirá retrate da gente tem de tira dela premero”. Não me fiz de rogado, o número de pessoas não era pequeno, fazendo inscrição deles, ali reunidos, iria me poupar tempo e outras viagens. Entrei na pequena choupana de palha encontrando o corpo hirto da velha, estendido num banco, coberto com uma mortalha roxa e com a

<sup>682</sup> Id. Ibid.

<sup>683</sup> CANDIDO, Antonio. O homem dos avessos. In: \_\_\_\_\_. *Tese e antítese*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964. p. 119-140

<sup>684</sup> Cândido, 1964, p. 127.

<sup>685</sup> Ibid., p. 128.

<sup>686</sup> Melo, op. cit., p. 70.

cintura cingida pelo cordão de São Francisco, trançado de algodão, uma tradição local – o salvo-conduto para uma boa e garantida passagem. Respeitosamente bati umas três fotografias. Depois, fotografei mais de vinte novos eleitores. Ganhei muitos dias de trabalho.<sup>687</sup>

Esse fragmento desvela alguns dos costumes do homem cerradeiro: a cordialidade, a hospitalidade e a simplicidade. Diante de tais atributos, Naves compadeceu-se e, em vez de simular que estava fotografando a defunta, primeiro ímpeto que lhe veio à mente, executou de fato a ação<sup>688</sup>, procedimento que lhe rendera uma advertência por parte do Coronel Almeida:

Passado algum tempo, depois daquela viagem, colhi o fruto daquela bondade: o juiz eleitoral de Pirapora daquela jurisdição, ao ver as fotografias da defunta que, certamente, mostrara-lhe um zeloso e indignado escrivão, fez veemente reclamação ao Cel. Almeida que, por sua vez, soltou os cachorros para cima de mim, todos achando que eu estava de brincadeiras com a justiça.<sup>689</sup>

A ação de Naves, ao fotografar a defunta, soou como uma crítica ao sistema eleitoral da época, marcado por uma série de fraudes como, por exemplo, a “participação” de defuntos em processos eleitorais, uma prática que, segundo Leal (2012), é resquício das práticas de escrutínio herdadas da República Velha, período em que se legitimavam práticas trapaceiras de mesários “comprados” que inventavam nomes, ressuscitavam mortos e recepcionavam ausentes, desafiando as leis da física por meio de “milagres portentosos”, todos registrados em ata.<sup>690</sup>

Numa dessas viagens, sozinho no coração do sertão, Naves se viu em apuros, quando conversando com um desconhecido, tomou conhecimento de que um viajante havia sido devorado por uma onça. Corroído pela insegurança, não poderia voltar para o Núcleo, pois seria desabonador para nosso herói, se a notícia de que ele fugira com medo de onça se propagasse pelo sertão – ele perderia todo respeito junto aos urucuianos.<sup>691</sup> A saída foi se deslocar até a casa de Seu Tião Ema e entrar na conversa manhosa:

Conversamos um bom bocado até sair a história da onça. Mostrei-me surpreendido: “ora, onça aqui nesses altos, seu Tião? Num tá fora de lugar?” Ele retrucou manso: “Pois haveria de sê, seu minino. Num é de comum, mais tem quadra que aparece umas pra pegá bezerrinho desgarrado”. Assenti com a cabeça, no que ele emendou: só num é do feitio dela atacá os home, pois é vermeia a cuma falou o Tonho, vermeia do lombo preto”. Aí mostrei-me surpreso: “Atacou mesmo, seu Tião?”. Ele confirmou sereno e muito sério: “Atacou, seu minino. Atacou o fortunado do Tonho

<sup>687</sup> Ibid., p. 71

<sup>688</sup> Ver, no capítulo 1, página 15, trecho da entrevista em que Naves fala sobre esse episódio.

<sup>689</sup> Melo, loc. cit.

<sup>690</sup> LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 214.

<sup>691</sup> Melo, op. cit., p. 78.

e por um naquinho de nada ele tinha ido pru o beleléu. [...] Foi a entrada para eu jogar a minha coragem: “Sô Tião, estou com um problema, sô. Não tenho nenhuma arma para espantar a bicha se ela também engrajar para o meu lado. O senhor tem aí uma cartucheira para me emprestar?”. Desolado ele respondeu: “Tenho não, seu minino; a minha porverinha tá imperrada, mas se o sinhô quisé te faço companhia inté na descida da serra”. Mostrei-me forte e corajoso: “Carece não, seu Tião, vai ser trabalho para o senhor”. Ele quase se mostrou ofendido ao responder: “Qui trabaio é esse prum amigo? Vamo lá, levo o sinhô com todo prazere, pois pode tê pirigo”.

A estratégia de Naves foi proceder a um conversa despropositada e, de forma enviesada, trazer o assunto do ataque da onça em busca de uma maneira de conseguir alguma proteção para atravessar o vale sem ser atacado pelo animal. Esse episódio remete à tradição dos “causos de onça”, uma forma de transmissão cultural do povo do sertão norte-cerradeiro, responsável por oportunizar a construção do inconsciente coletivo, do imaginário popular e das reservas da tradição que se traduzem em valores, crenças, tabus e superstições.<sup>692</sup> Seja como for, o medo de Naves revela o processo de construção de um herói humanizado, capaz de feitos admiráveis, mas que sucumbe diante dos medos que habitam a alma humana, buscando, por vezes, não a força, mas a retórica e a inteligência para solucionar os impasses encontrados no meio do caminho.

O terceiro e último percurso de provas vivido por Naves ocorreu, quando houve uma evasão de motoristas, que voltaram para as suas cidades de origem por motivo de força maior, deixando o Núcleo sem condutores para fazer as viagens demandadas por questões administrativas e, por vezes, alheias à instituição. Assim, Naves assumiu o posto, o que, em certa medida foi proporcionando a ele um conhecimento apurado de mecânica, já que, em razão da necessidade, aprendia-se na prática, inclusive, a adaptar peças para o velho Ford.<sup>693</sup> De todas as viagens feitas pelo herói, uma das mais emblemáticas ocorreu quando, muito adoecido, o amigo Flávio precisou ser conduzido até Belo Horizonte.<sup>694</sup> Impossibilitado de sair, inicialmente, por conta do tempo revolto, Naves não teve escolha: ou levava o amigo ou esse morreria naquele sertão inóspito.<sup>695</sup> Saindo do Núcleo e andando por alguns quilômetros novamente o herói se depara com uma luta iminente com o curso das águas. Com o ribeirão ostentando um volume de água muito acima do normal, Naves adentra na água, puxado por carros de boi, já que o motor do velho Ford não funcionaria molhado, mas, apesar da força dos animais, o improvável acontece:

---

<sup>692</sup> Ver no capítulo 1, página 30-31, discussão de Antônio Henrique Weitzel sobre a literatura oral.

<sup>693</sup> Melo, op. cit., p. 89.

<sup>694</sup> Ibid., p. 92

<sup>695</sup> Id. Ibid.

[Zé Branco] deu o péssimo resultado: “Vai sair não, a roda tá presa numa pedra que num dá pra tirá de mão, tá fincada”. Correu-me um frio pelo corpo: “E agora? E se estiver chovendo na cabeceira e chegar uma cabeça d’água, daquelas tão comuns no ribeirão? Vai levar o caminhão rio abaixo”. Ai pensei em tudo que podia acontecer, com um monte de diretores querendo minha pele. “Tá perdido? Vamos completar”. Falei para o Zé Branco ajeitar os bois pois iria dar umas beliscadas no arranque para tentar vencer a pedra, com a ajuda dos bois podia dar certo. Apertei o botão e para minha surpresa o motor pegou e antes que ele apagassem, pisei fundo. Foi ligeiro, pois ao avançar, com toda força, o caminhão espantou os bois que se esticaram nos cambões e saímos como uma lancha, quase por cima do ribeirão. Mais do que sorte foi a providência que sempre tomávamos em nossas viagens pelo sertão, onde muitos cursos d’água tinham que ser vencidos: o distribuidor e a bobina eram sempre cobertos com plástico e lambuzados de graxa e, em cursos mais fundo, desligada a correia da hélice do radiador.<sup>696</sup>

Nota-se que, nesse novo desafio com as águas, as intempéries iam forjando a inteligência e força de Naves. Para além do conhecimento técnico, havia o conhecimento forjado pela necessidade, visto que, não fosse a técnica de cobrir partes do motor com plástico e graxa, o caminhão permaneceria preso às rochas, correndo o risco de ser tragado pela correnteza, levando consigo Flávio e outros doentes que Naves socorrera pelo caminho. A cada novo embate com as águas, nosso herói não se comportava mais como um forasteiro cidadão, mas alguém moldado pelas intempéries do sertão sem fim. Fora esse primeiro incidente na boleia do velho Ford, outros ocorreram, motivados por avarias no motor e por Naves ter dormido ao volante, situações em que a ameaça à sua integridade física tornara-se real. Seja como for, a presença dos caminhões simbolizam muito mais do que uma mera instrumentalização mecânica para percorrer os caminhos das gerais. O velho Ford, por exemplo, é personificado, funcionando como um personagem, verdadeiro escudeiro que, na missão delegada ao herói, foi perdendo a saúde e o vigor físico:

Para sair gemia, suava, retorcia, gastando-se anos de vida em poucos dias. O Ford mostrava-se como um combatente ferido, pedindo a reforma, o descanso e uma medalha. Estava perto de ser encostado, o que se deu depois de seu espetacular mergulho no rio Paracatu. As dificuldades e a pressa no Núcleo eram tantas que o valente Ford foi encostado sem honras, sem festas, como as que, muitos anos depois, deram ao trator de esteiras Nordest, aquele que abriu as estradas vicinais no Uruçuia que virou museu em Esmeraldas – por que não no Uruçuia?<sup>697</sup>

Como um verdadeiro soldado que, mesmo ferido, submerge nas águas doando suas últimas forças, o Velho Ford é visto pelo herói como um injustiçado que, a despeito de merecer todas as honrarias a que todos os combatentes valorosos têm direito, foi reformado de forma silenciosa e açodada diante da necessidade de substituição do velho guerreiro.

---

<sup>696</sup> Ibid., p. 93.

<sup>697</sup> Ibid., p. 103.

Substituído pelo caminhão Chevrolet, as viagens, nas palavras do herói, nunca mais foram as mesmas.<sup>698</sup>

Em suas últimas viagens nos caminhos das gerais, o herói realizou a bordo de um jipe que funcionava como uma espécie de ambulância do Núcleo. Por ser um veículo mais leve que os caminhões, o jeep, reiteradamente, atolava, o que atrasava as viagens, causando muito sofrimento e demandando certo arrojo para debelar os percalços. A viagem mais marcante desse período se deu na ocasião em que o herói, muito a contragosto, precisou, a pedido de Audálio, levar Fernando Palma a Pirapora. Foi o último embate do herói com as águas das gerais que, parecendo desconfiar de tal momento, apresentaram-se mais desafiadoras do que nos confrontos anteriores, como se fosse um último teste:

Ao nos aproximarmos do Porto dos Cavalos, no rio Paracatu, uma zoadá muito forte chamou-nos a atenção despertando-me a curiosidade para saber de que se tratava – tempo não levou para descobrir: era o grito do rio numa enchente fora de proporções, deixando as barrancas para lambar os ranchos e carregar árvores inteiras, carcaças de vacas e pequenos animais: um espetáculo maravilhoso, mas amedrontado.<sup>699</sup>

A correnteza violenta e zoomorfizada oferecia um convite à deserção do confronto, o que, para Naves não seria nenhum problema, já que fora obrigado a transportar o filho de Zé da Palma, a quem não conseguia olhar com bons olhos depois daquela dissidência com o pessoal do Núcleo. Fernando, por sua vez, valendo-se de seu prestígio, convenceu Honório, o atravessador, a autorizar a passagem. O velho, decidido, convoca os ajudantes e olhando para o herói sentencia e provoca: “Dá pra descê. Se atolá a gente arranca ele, o bicho é leve” [...] “Vamo minino, qui qui ocê tá esperano? Num é home não?”<sup>700</sup> Ferido nos brios, Naves decide iniciar o duelo final com as águas das gerais, momento em que Fernando se dispõe a entrar na briga:

Assim que me assentei, num átimo, Fernando assentou-se ao lado. “O que você está fazendo aqui?”, perguntei seco. Ele, branco como uma vela, respondeu: “Vô com você. Se acontecer qualquer coisa de ruim quero tá junto”. Embora não precisasse, apreciei o gesto dele, seria mais um para rolar água abaixo se algo desse errado. “Segura aí então, lá vamos nós” [...] O barulho do impacto foi como uma bomba, subindo água a quase cobrir a capota do jipe. Apertei o acelerador fundo, estando com o jipe tracionado nas quatro rodas e ligada a redução, o motor roncou debaixo da água que cobria o capô e invadia o interior do carro; foi questão de segundos: como um touro bravo ele saiu rasgando a parede de água barrenta, abrindo dois vagalhões dos lados. Os homens gritavam, jogavam o chapéu para cima e urravam; as meninas riam emocionadas, atrás das mãos que lhes escondiam os rostos. Saímos

---

<sup>698</sup> Melo, op. cit., p. 107.

<sup>699</sup> Ibid., p. 114.

<sup>700</sup> Ibid., p. 115.



bem na ponta da estrada e lá, enquanto do jipe escorria água, eu era abraçado e cumprimentado com todo respeito. Era um cabra macho, sim senhor!<sup>701</sup>

Esse embate serviu para sacramentar a vitória contra as águas, estabilizar uma pertença urucuiana e reaproximar Naves dos Palmas. O herói, desta feita, começava a se sentir urucuiano e absorver um dos valores fundamentais daquele povo: a amizade e assistência nos momentos de real perigo.

Todas essas travessias externas levaram nosso herói ao limite das forças; por vezes, deparou-se com desafios que, seguramente, representaram risco à sua integridade, dada a sua inexperiência e as condições austeras impostas pela natureza do sertão norte-cerradeiro. Ao confrontar o perigo, a vida assumia um sabor especial e cada segundo vivido nas entranhas das gerais pareceu ser a centelha de algo que se acendia dentro dele, uma espécie de cortina de fogo que, aos poucos, moldava-lhe a personalidade, como se ele fosse ferro em brasa sendo forjado, batido, esculpido a cada viagem que se dispunha a fazer. Quando o herói enfrenta a vida, com a faca entre os dentes, à moda urucuiana, ele renasce metaforicamente, uma percepção que só lhe tornaria clara com o desbandeiramento, ocorrido após muitos meses em que ele se dedicou às aulas, a atividades teatrais e iniciativas cooperativistas.

O desbandeiramento foi crucial para o esmaecimento das atividades do Núcleo e, para isso, um evento foi determinante :

[...] à frente do Rancho, encostados na cerca do curral, ouvíamos uma preleção do Cel. Almeida. No final ele falou o que todos ansiosamente esperavam: o pagamento depois de muitos meses de trabalho chegara. Na nossa ida para o Urucua fora acertado o ordenado equivalente a dois salários de professor – era um pequeno estímulo material para aquela missão de tamanha envergadura. O tesoureiro da Escola entregou um envelope fechado a cada bandeirante com bonitas notas, o que não se via ali de tempos. Conferindo-os, naturalmente, para saber da fortuna que se despeja no Núcleo, naquele dia, veio o espanto: na soma dos meses vencidos fora decotado o equivalente a 50% do valor que cabia a cada um receber. Indagado se não havia engano ou se estavam sendo pagos apenas alguns meses, o tesoureiro afirmou que estava ali o pagamento de todos os meses atrasados. “Mas falta a metade”, argüiu o Holmes, o caçula do grupo. Nisso interveio o Cel. Almeida justificando: “O ordenado está correto, pois vocês têm alojamento e comida por conta da Escola. Aquele valor anunciado era simbólico”. Aquilo soou como uma bofetada – não um soco que dói, mas aquele que atinge a dignidade. Holmes gritou alto: “Não senhor, não teve essa conversa não e no mais o que a gente come aqui não vale o dinheiro descontado, e no mais a gente mora em rancho de palha no meio de cobras e caranguejos. E tem mais, nós trabalhamos mais de doze horas por dia”.<sup>702</sup>

Mais uma vez os bandeirantes, incluindo nosso herói, entenderam que, no palimpsesto do discurso patriótico e idealista, há muitas camadas. Camadas que surpreendem,

---

<sup>701</sup> Id. Ibid.

<sup>702</sup> Ibid., p. 144.

machucam, magoam, revoltam e escancaram a dimensão insuportável da exploração e do logro injustificado. Por mais que Coronel Almeida argumentasse, nada demovia os jovens bandeirantes da ideia de que foram enganados. “Foi golpe duro para ser absorvido”<sup>703</sup>. Insaturada essa situação, parte significativa dos bandeirantes se foi com o amargor de terem, munidos de uma causa, desbravado o sertão das gerais atendendo ao chamado de um projeto civilizador, que se demonstrou, por fim, injusto. Outros ficaram, em razão de uma pertença urucuiana que já se insinuava. Naves foi um deles, talvez porque o seu contato com homem cerradeiro foi cingido por uma intimidade oriunda do contato mais próximo. Todas as viagens que empreendeu sertão adentro o afeiçoara àquela gente:

Era bom o contato permanente com o urucuiano, lá na sua palhoça, no seu eito, vivenciando bem de perto, ainda que por poucas horas, o seu mundo. Vi lugares, muitos e tantos lugares: caminhos pelos vãos, caminhos pelos gerais; cortando matas ou beirando veredas. Aprendi muito, muito além do que nos bancos da escola conseguira, com respeito às questões humanas, geográficas e sociais. Posso dizer que foi um período em que caldeei o meu caráter com muito realismo, adquirindo conhecimentos que me seriam de imensa valia no futuro. Por isso não lamento ter sido enganado, a princípio, com a viagem à Vereda do Chico Velho, pelo contrário, agradeço a contingência de ter sido um sorteado para a missão. Foi experiência ímpar que nenhum outro, dos meus companheiros, teve igual, embora por muitas outras tenham passado. Afinal, conheci o imenso município de São Romão, de então, indo da Fazenda Conceição às divisas com São Francisco, Arinos (ainda conhecida como Barra da Vaca), João Pinheiro e Unai, indo a todos lugares onde gente morava, não importando quantas. Os guias, Vicente, Cesário, Antônio Torres, João da Palma e Zé Branco foram muito importantes na minha universidade do sertão. Cada um tinha um modo de ver e contar as coisas, todos com experiências vividas de mais de 40 anos ali naquele mundão sem fronteiras.<sup>704</sup>

Todas as viagens foram a universidade de Naves, constituindo uma observação participativa que o fez compreender e se identificar com a alma do homem do sertão nortecerradeiro, que simboliza a autenticidade e a verdadeira essência de ser brasileiro. Um povo esquecido, mas que busca a sua recompensa por intermédio da fé. Um povo capaz de acolher, solidarizar-se, ser cortês, mas, ao mesmo tempo, valer-se de uma violência cambiante forjada no ninho da austeridade de uma “vida severina”, do poder paralelo e da exploração do homem pelo homem. Um povo que exala seriedade, mas que, embalado no riso de si mesmo, como um pícaro, arranca-nos gargalhadas por suas incongruências, por sua simplicidade, por suas contradições, por sua fala matreira e pela forma jocosa como lida com as obviedades do cotidiano e os perigosos que elas deflagram. Um povo, por vezes, iletrado, mas capaz de, por meio de suas narrativas, prender a atenção de todos, num espetáculo de falas, gestos e

---

<sup>703</sup> Ibid., p. 145.

<sup>704</sup> Ibid., p. 84.

lembranças que dialogam com sua tradição. Um povo apartado da academia, mas cujas palavras são a ceiva do conhecimento que os anos lhes trouxeram. Um povo cativo ao poder dos grandes, mas capaz de transformar um menino inexperiente e, por vezes, pusilânime na figura de um herói que, por ter atingido “o pico da montanha de seu desafio pessoal”, merece receber a *benção última* e sua merecida *recompensa*:

No início de 1960 fui surpreendido por um comunicado do Audálio: “você foi transferido para São Francisco. O Coronel mandou uma determinação para você se apresentar lá. Sabe, você vai ser o diretor daquela Escola” [...] Ele enfático repetiu: “É ordem do Conselho, aqui está o rádio”, mostrou-me cópia do comunicado.<sup>705</sup>

Apesar da pouca idade, Naves, após um período de provações supremas, daria uma guinada em sua vida, sendo alçado à condição de diretor, em razão da sua história de superação e da dedicação com que abraçou a causa das Bandeiras do Urucuia. Era chegada a hora de transcender a satisfação do desafio pessoal e, compartilhar, agora na condição de líder, toda a experiência acumulada a um número maior de pessoas. Era a hora de renascer para a civilização, com uma consciência ampliada e transformado por um conhecimento que o tornaria o *senhor de dois mundos*. Mas essa reinserção não teve uma dinâmica fluída, foi fruto de recusas, reflexão e o entendimento acerca dos deslocamentos internos emergidos a partir de sua estada no coração das gerais.

### 3.4.3 O retorno do herói :os meandros da identidade cultural

Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da Travessia.

(João Guimarães Rosa)

- “São Francisco? Não vou, não, Audálio”. É com essa fala que Naves, o herói, adentra na última fase de sua jornada. A etapa da *recusa do retorno* simboliza um processo de hesitação em que o herói fica dividido entre a permanência no mundo da aventura ou retornar para o mundo comum. Segundo Campbell (2007), com muita frequência, após um período de relutância, opta por regressar para o mundo comum e socializar todo o conhecimento e sabedoria que foram cunhados em sua consciência, que, ampliada, dicotomiza-se em dois planos: ele possui uma consciência mais panorâmica da “sua realidade externa (as conexões

---

<sup>705</sup> Ibid., p. 177.

entre as coisas) e interna (quem ele é e como se encaixa nesta conexão). Por isso, aparenta estar mais maduro, mais sério, mais digno de respeito, exalando uma maior autoridade”<sup>706</sup>, razão pela qual justifica-se o convite para o herói, apesar da pouca idade. Ao assinar essa carta de aceite, o herói estaria fechando um ciclo e adquirindo liberdade para viver.

Ainda que, na grande maioria das vezes, o herói retorne exatamente para o mundo comum de onde partiu, em *A saga de um Urucuiano*, o aventureiro sai do mundo especial, mas não volta exatamente para o ponto de onde saiu; assume, na verdade, o compromisso de uma nova aventura. Entretanto, ainda que isso seja irrefutável, a transposição do mundo comum para o mundo especial, na trajetória do herói naviano, simboliza a passagem da civilização para o sertão desertado; inversamente, o retorno simboliza a transposição do sertão desertado para a civilização, pouco importando se esta é exatamente o porto de onde ele partiu. Ao sair do Núcleo e ir para de São Francisco que, nas palavras de Guimarães Rosa, é cidade “a que o rio olha com melhor amor”<sup>707</sup>, o herói está, de fato voltando para a civilização, já que este município já estava consolidado como tal desde 1877<sup>708</sup>. Nesse sentido, a volta do herói para o universo simbólico de onde partira remete ao universo daquilo que Eliade (1992) entende como a “repetição cíclica daquilo que existiu antes”, isto é, temos configurado o mito do eterno retorno.<sup>709</sup>

Seja como for, em Naves os motivos da recusa possuem consideráveis motivações, que vão desde *o (re) encontro com a deusa* que escapara por entre os seus dedos no momento da partida, até um processo de afeiçoamento ao espaço do mundo da aventura, que, tacitamente, revela que o herói promoveu não apenas travessias externas, mas travessias endógenas, reveladoras de uma movência identitária que o estimula e lhe desencadeia uma pertença urucuiana. Explico melhor.

O Coronel Almeida no afã de levá-lo para São Francisco e sabendo de sua paixão por Vilma, acaba por empreender como estratégia o *resgate com o auxílio externo*. A linda morena de franjas pueris poderia ser o elemento de reintrodução do herói ao mundo cotidiano. Para tanto, valeu-se de subterfúgio:

Creio mais: ele [Coronel Almeida] sabia da minha queda por Vilma, colega de escola em Esmeraldas e filha de São Francisco. Sabia tanto que, meses antes, de viagem para São Francisco, ele passou pelo Núcleo... Qual não foi minha grande surpresa, naquela feita, quando vi descendo do “Anjo Verde”, Vilma, com quem, à

<sup>706</sup> Campbell, op. cit., p. 137.

<sup>707</sup> Campbell apud Martínez (2008), p. 100.

<sup>708</sup> São Francisco (MG). Prefeitura. 2019. Disponível em: < <http://www.prefeiturasaofrancisco.mg.gov.br/>> . Acesso em: 24 abr. 2019.

<sup>709</sup> ELÍADE, Mircea. *Mito do eterno retorno*. Tradução José A. Ceschin. São Paulo : Mercuryo, 1992, p. 87.

distância, eu mantinha um namoro tumultuado por miríades de intrigas de suas colegas, muitas de São Romão. Ela não respondia as minhas cartas que, com o tempo, foram rareando e, por isso mesmo, desesperançado, eu ia me desbandeirando por outros rumos, chegando, enfim, a um namoro firme e a quase ficar noivo, em São Romão.<sup>710</sup>

Ali estava ela, novamente diante de seus olhos, a única, a deusa, a dona dos seus sonhos, desejos e sentimentos: seu amor incondicional, aquela que preenchia suas incompletudes. Por maiores que fossem as intrigas e veleidades, ele tinha certeza: “destino já estava traçado ou trançado” naquela franja.<sup>711</sup> Entretanto, “este casamento místico não é fácil e nada garante que ele será bem sucedido”<sup>712</sup>, como podemos observar pelas seguintes falas do herói:

Vendo Vilma, ali no Núcleo, meu coração veio à boca, sacudiu a paixão recolhida. Eu estava agachado, plantando grama na frente do rancho. Quis levantar, mas faltaram as pernas e, assim, a comitiva, com o Coronel à frente, chegou até onde eu estava. Sem jeito, com as mãos sujas de barro, creio que amarelo e tremendo, olhei-a nos olhos e consegui um leve sorriso que não dizia nada [...] Fiquei aturdido com aquele encontro fôrmal, frio, como se não nos conhecêssemos, mas, ainda assim, consegui puxá-la para um canto, onde descarreguei toda a minha mágoa em razão do seu comportamento. Ela a tudo ouvia e depois retrucou com firmeza, dizendo que sabia das minhas traquinagens em São Romão, dos namoros e coisas mais, e que eu não gostava dela coisa nenhuma. Eu rebati dizendo o mesmo dela, ao que ela tudo negou. Deu para perceber, então, que fôramos vítimas de uma teia de intrigas. Ficamos com a situação no ar, no volta e não volta, sem definir [...] Então, na minha arranjada ida a São Francisco busquei encontrá-la [...] Dona Alice Mendonça, esposa do Cel. Oscar, para cuja casa fomos levados para aguardar o padre me indicou onde eu poderia encontrá-la. Não estava, tinha saído. Indicaram-me a casa do avô dela, seu Amorim. Também lá não estava e o tempo corria, já estava na hora do regresso. Voltei triste à casa de dona Alice com quem deixei um recado, pedindo para dizer à Vilma que a procurara. Voltei mais triste e desiludido ainda para o Urucuia. Daí faltava-me motivação para deixar o Urucuia em troca de São Francisco, mesmo sendo ela uma linda cidade.<sup>713</sup>

Nesse sentido, fixar residência seria sacramentar a imensidão, o flagelo e o sofrimento contidos na palavra “não”. Melhor seria viver, mesmo a distância, os sonhos e os sabores de um “talvez”.

Para além disso, “o Urucuia [...], o companheirismo, a gente boa, a beleza do sertão”, tudo prendia o herói nas paragens vastas daquele lugar. Nas palavras do próprio herói: “conheci sertão, estimei o homem [...] me vejo [...] um urucuiano no fundo do coração”.<sup>714</sup> Essa relação de pertencimento desvela que algo mudou na maneira como o herói passou a se ver enquanto sujeito. O desejo ardente pela permanência no Urucuia revela o

<sup>710</sup> Melo, op. cit., p. 177.

<sup>711</sup> Ibid., p. 150.

<sup>712</sup> Martinez, op. cit., p. 95.

<sup>713</sup> Melo, op. cit., p. 177-178.

<sup>714</sup> Ibid., p. 85.

caráter movente e fragmentário do processo de construção identitária, que está diretamente ligado à cultura e na relação de alteridade.<sup>715</sup> Falamos, portanto, que Naves passa por um processo de construção de uma identidade cultural que, na verdade, é o real motivo por ele se sentir um “escoteiro [...] sem chapéu, com o rosto esfogueado, cortando uma vereda com os olhos no infinito”: um verdadeiro urucuiano.

Para compreender as travessias internas de Naves, temos que abandonar a perspectiva de uma identidade única, entendida como uma instância “fixa e imutável”, em favor de uma “relacional”, centrada na “marcação simbólica” de oposição com outras identidades.<sup>716</sup> Esse é o mesmo pensamento de Dubar (1997), para quem o indivíduo nunca constrói a identidade sozinho, de forma segregada, haja vista que “ela depende tanto dos julgamentos dos outros como das suas próprias orientações e auto definições”. Nesse sentido, as formações são o produto de “sucessivas socializações”<sup>717</sup>, construídas no bojo de uma alteridade que, evidentemente, conjuga um movimento cambiante, dinâmico e movente.<sup>718</sup> Logo, como bem afirma Castells (1999):

A identidade [é] o processo de construção de significado com base num atrito cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual (is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas.<sup>719</sup>

Assim, as formações identitárias não constituem uma unidade; elas podem se sobrepor, formando uma profusão de laivos e matizes de uma identidade compreendida como coletiva. Em tais circunstâncias, é no atrito cultural e na relação com o outro que podemos chegar à conclusão de que, “do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída”, formando um sistema aberto.

É nesse sentido que podemos afirmar que a relutância de Naves em voltar para a civilização decorre da força de uma nova camada identitária que se somou às que ele já tinha. Ao empreender sua jornada civilizatória, a mudança não se projetou apenas sobre as pessoas que foram assistidas por aquele projeto, mas, num efeito especular e reflexivo, também se voltou contra a figura do herói, de modo a se tornar cristalina uma metamorfose em sua

<sup>715</sup> Ibid., p. 145.

<sup>716</sup> WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 13.

<sup>717</sup> DUBAR, Claude. *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Tradução Andréa Stabel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.25.

<sup>718</sup> SANTOS, Luciano dos. Identidades Culturais: proposições conceituais e teóricas. *Revista Rascunhos Culturais*, Coxim, v. 2, n. 4, p. 141-157, jul./dez. 2011.

<sup>719</sup> CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 22.

condição sujeitudinal quando contrastada com o eu que, no início da jornada, aceitou o desafio do Urucuia.

A redefinição da identidade do herói é o ritual de ressurreição que permite a reentrada do aventureiro na civilização de onde ele partira. Essa fase é fundamental, na medida em que “o protagonista adquire uma personalidade diferenciada para entrar na jornada, como o soldado que veste o uniforme para ir à guerra”; em contrapartida, no regresso, o herói precisa de uma nova roupagem para revestir um novo eu e, assim, caminhar no mundo ordinário”<sup>720</sup>. O novo eu de Naves, no momento da reentrada no mundo ordinário representado pela cidade de São Francisco, é apenas um esboço do que era antes, adquirindo novos contornos oriundos da cor local e da influência do homem urucuiano com seus saberes, falares, saberes e sabores, marca que, indelével, aninhou-se em sua alma, despertando, por meio da memória, uma saudade imorredoura:

Nos primeiros dias em São Francisco, todas as tardes, ia para a beira do rio, e de lá, assentado num batente abaixo do cata-vento passava horas a fio, até ser expulso pelas muriçocas, olhando o horizonte, no rumo do Urucuia – direção certa que aprendi na viagem feita de avião com o Capitão Pedrinho. A angústia tomava conta de mim; a saudade me corroía por dentro levando-me a um penoso recolhimento, tão profundo que me fazia sair dali, pousando nos gerais urucuianos, percorrendo suas veredas, os vãos, os riachos, as areias brancas do Conceição, assentando-me no velho rancho e no meio dos meus companheiros de ideal. Voltar à realidade era sempre amargo. O tempo passou e a escola de São Francisco tomou conta do meu coração quase por inteiro, não o assumindo de todo porque num cantinho, inarredável, preso como se fosse parte dele, estava o Urucuia, e está.<sup>721</sup>

Por mais que uma nova vida se irrompesse e trouxesse ao herói novas aventuras, realizações e novas atuações no campo do ofício, da política e da cultura, todas elas estão umbigadas com um momento específico que abriu eivas na sua alma e se transformou na página mais especial no palimpsesto de sua formação identitária; tanto é verdade que sua trajetória poderia ser nomeada como a saga de um estrela-sulense, remetendo a seu local de origem. Entretanto, Naves prefere, por meio de seu exercício escritural, falar de memória, de desistorização, de formação, de heroísmo, de ideal, de sertão, de cor local, de sertanejo, de regionalismo, de costumes, de cor local e, por fim, de identidade. Naves prefere narrar *A saga de um Urucuiano*, provando que, em sua poética, pouco importa a saída ou o destino; o que ganha singular importância são as experiências e transformações ocorridas no momento da travessia, movência que fala fundo e ecoa em seu lembrar: Urucuia!

---

<sup>720</sup> Martinez, op. cit., p. 105.

<sup>721</sup> Melo, op. cit., p. 179.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após todo o percurso analítico de *A Saga de um Urucuiano*, percebemos uma singularidade que sinaliza para a constituição de uma obra que assume uma profusão de matizes, a depender do recorte que se faz dela. Embora muitos pensem que a obra de um autor apartado do cânone, com uma abordagem em torno universo da escrita de si, tão debatida ao longo da história da fortuna crítica, possa se apequenar numa análise imersa na opacidade do *déjà-vu*, em Naves temos uma literatura regionalista, constituída a partir do fulcro da experiência e de sua reconstituição pelo fio da memória, mas que apresenta algumas singularidades fundamentais para entendermos determinados aspectos da literatura pensada no âmbito da teoria.

Ao longo da pesquisa, surgiu a necessidade de um olhar mais atento ao caráter profundamente memorialista desvelado pelo autor. Com base nesse alerta, nosso olhar voltou-se para as particularidades que envolvem o discurso dos gêneros da escrita de si, exercício deflagrador da percepção de que *A Saga de um Urucuiano* é uma obra que, num primeiro momento, pode ser lida como uma autobiografia clássica, quer por atender aos principais pressupostos lejeunianos, quer por deixar entrever os movimentos da alma do autor e sua sinergia com a natureza, como bem propõe Rousseau (1986); entretanto, a intenção de Naves de promover, a partir do novelo de sua memória, a crônica de um momento histórico, de uma época e de um lugar, fez-nos notar que a voz emergente dos escritos de João Naves de Melo assume contornos profundamente memorialistas. Assim, podemos afirmar que a saga naviana encontra-se num interstício, zona movente entre a autobiografia e as memórias, mas possui, no universo memorialista, contornos mais pujantes.

Para além disso, o aprofundamento da ideia de *saga* propiciou-nos uma reflexão importante acerca do caminho que gestou a constituição do romance moderno. Nossa análise partiu das sagas islandesas, passou pelas leituras de *Eyrbyggja Saga* e pela criação do romance histórico por Walter Scott, gênero usado como aporte ideológico nos processos emancipatórios da América, até aportar na ambiência de uma literatura envolta pela cor local. Ainda que Naves trabalhe com fontes primárias, é com o romance histórico que ele dialoga, apesar de *A Saga de um Urucuiano* não o sê-lo. Embora não seja um romance histórico, a obra de Naves aborda um tema histórico, que é desvelado pelo fulcro de sua memória. Ao promover esse exercício escritural, determinado momento da história do Norte de Minas ganha uma versão autorizada e voz por meio de uma de suas figuras mais ilustres, que acaba



por promover sua própria encarnação pessoal do bandeirante armado não de espada, mas de uma pena. Assim Naves assume a responsabilidade por explicar de maneira simples e poética a história para aqueles que não a vivenciaram, mas que, em certa medida, precisam dessa reconstituição e dessa leitura para compreenderem suas próprias histórias, suas trajetórias e os sentimentos que evocam e moldam a construção de suas identidades

É no perímetro dessa literatura que adentra no coração do país, desvelando sua cor, sua sociologia e sua psicologia que podemos reconhecer a obra de Naves, o que o coloca, guardados alguns pontos distintivos, em contextos literários contíguos ao de Afonso Arinos, Euclides da Cunha, José de Alencar, Visconde de Taunay, dentre outros. Nesse sentido, podemos concluir que a perspectiva bandeirante da história é retomada por Naves em sua narrativa que adentra nas veias do país, até chegar ao seu coração, onde pulsa uma gente autêntica, e que busca a recompensa na simplicidade de sua existência. Assim como muitos romancistas históricos, assumindo traços de cavaleiros andantes, avançaram Brasil adentro, nas regiões mais recônditas, marcadas por uma natureza pujante, para revelar-lhe a face mais genuína da cor local, Naves também o faz, mas por meio de um olhar absolutamente subjetivo, segundo o fio de sua memória. Nesse sentido, essa literatura que promove uma visão bandeirante da história é retomada por Naves na saga que ele se propõe a narrar, mas substituindo a espada do bandeirante pela pena do professor; e os animais da cavalaria por carros e caminhões.

Cabe nota que, ao nos permitir remontar a linha histórica de constituição do romance moderno, Naves promove a aproximação de um universo literário regionalista com uma forma literária tradicional, sinalizada e inscrita no título de sua obra. Nesse sentido, assim se constitui *A Saga de um Urucuiano*: é uma obra memorialista, com traços autobiográficos, intitulada saga e que dialoga com os romances sertanejos, desvelando a natureza híbrida dos gêneros literários latino-americanos, marcados por um viés autobiográfico que, na literatura contemporânea, evidencia uma profusão de gêneros da escrita de si que se resvalam a todo o momento, deflagrando um esmaecimento das fronteiras entre a ficção e o documento.<sup>722</sup> Essa natureza híbrida dos textos literários é destacada por Derrida (2002) para quem os gêneros da literatura são marcados por uma pertença contraditória:

---

<sup>722</sup> D'ANGELO, Biagio. História Híbrida da Literatura: uma questão de gêneros. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.14, p. 173-190, 2009.

[...] um texto não pertenceria a nenhum gênero. Todo texto participa de um ou vários gêneros, não há texto sem gênero, há sempre um gênero e gêneros, mas essa participação nunca corresponde a uma pertença. E não por causa de um abundante transbordamento ou de uma produtividade livre, anárquica e irreconciliável, mas por causa do próprio caráter de participação, devido ao efeito do código e da marca genérica.<sup>723</sup>

Nesse sentido, os gêneros literários pertencem sem pertencer, chancelando, portanto, sua natureza dialógica, pensamento que coaduna com as proposições de Biagio D'Angelo:

Os gêneros, que, por muito tempo, a história da literatura considerou como modelos fixos, extremamente coesos e, sobretudo, impenetráveis, participam, com pleno direito, dessa experiência de regras do literário. Seria impensável uma teoria dos gêneros, hoje, sem referir-se a eles como um organismo vivo, produtor e reproduzidor de canalizações estéticas diferentes. Os gêneros literários configuram-se como estruturas taxonômicas que – incorporando-se a um espaço cultural que se pretende global e, ao mesmo tempo, fragmentado – funcionam como resultantes dinâmicas e como geradores de novas realidades.<sup>724</sup>

É justamente essa organicidade que se observa em *A Saga de um Urucuiano*, que flerta com diferentes gêneros, a despeito de uma espinha memorialista estruturante. Nesse sentido, apesar do veio marcadamente memorialista, também é, em certa medida, autobiográfica, regionalista e uma saga na visão arguta e sensível de Naves. Essa literatura que se move é, nessa perspectiva, uma valiosa contribuição para uma série de discussões no âmbito da própria teoria literária.

O universo das sagas, permitiu-nos perscrutar a figura do bandeirante, entendido como herói, perspectiva que, a partir do monomito de Campbell, adicto da episteme de Jung, oportunizou-nos a compreensão da estrutura que baliza as narrativas mundo afora, desde as épocas mais priscas, possibilitando-nos a identificação do discurso da memória articulado aos processos da formação da identidade de um indivíduo. É a partir da memória de Naves, da reconstituição de um momento histórico, dos percalços pelos quais ele passou, de seu processo de maturação, de sua sinergia com um universo simples, autêntico, genuíno e profundamente popular que percebemos como operam os meandros da formação identitária, processo movente, dialogal, centrado na alteridade com outro que fala em sua voz, formando uma subjetividade especular. Nessa perspectiva, assim como pensa Castells (1999), Silva

---

<sup>723</sup> DERRIDA, Jacques. The law of genre. In: ATTRIDGE, Derek (editor). *Acts of literature*. New York-London: Routledge, 1992, p.230, tradução nossa.

<sup>724</sup> D'angelo, op. cit., p. 179.

(2014) entende que “a identidade é um significado – cultural e socialmente atribuído”.<sup>725</sup> Esse pressuposto é recepcionado pelas teorias antropológicas modernas com base no conceito de representação, compreendido não como uma imanência, “mas como uma marca ou traço visível exterior”, materializados por meio da construção de uma identidade social e cultural.<sup>726</sup>

É dessa relação com o outro que Naves apreende e internaliza os costumes, os falares, os saberes e os sabores do povo urucuiano, no sertão norte-cerradeiro, provando de forma cabal que a identidade não é instância estanque, dada e imposta, mas, sim, constituída por um jogo de relações sociais que adentraram em suas veias, moveram-lhe as estruturas, desenvolveram-lhe a sensibilidade, a ponto de fazer com que nosso herói, no calor das reuniões sociais ou no íntimo de seu coração, ponha-se a dizer: Eu sou Urucuiano!

Nesse sentido, Naves acaba encarnar em sua própria pessoa pública a figura do bandeirante armado não de espada, mas de uma pena, segundo a tópica literária da pena contra a espada. Essa encarnação da personagem do “bandeirante professor” é explícita em *A Saga de um Urucuiano*, na medida em que o protagonista vem de outras paragens, ou seja, de fora, para tornar-se um herói urucuiano, de dentro das gerais, como marco balizador ou mirante para as gerações posteriores. Essa característica ilustra, em certa medida, as próprias características da história de Minas marcada por forasteiros, bandeirantes, em busca da riqueza, conseguida por meio da força bruta e pelas leis alternativas de sistemas paralelos de poder. No entanto, em Naves o mito bandeirante é ressignificado e a força, simbolizada pela espada que abre caminhos, transformando-se no algoz de opositores, torna-se aquela simbolizada pela pena, metáfora para o saber e a instrução que, *a priori*, moviam a missão que lhe foi confiada. Essa lenda da figura do professor é algo que povoa o imaginário do homem do Norte de Minas, que enxerga na dádiva do conhecimento a mola propulsora para enfrentar as intempéries e as agruras da vida de milhões de esquecidos de nosso país.

Assim como Naves, sou um forasteiro no Norte de Minas. O contato com a gente do sertão fez com que os costumes, falares, saberes e sabores da cultura do sertão norte cerradeiro se aninhassem em meu coração e eu tivesse a minha formação identitária deslocada. Assim como Naves sou professor-pesquisador e pensar na sua trajetória e na narrativa que ele se propõe a tecer é perceber, com o olhar pueril das descobertas, como os mitos, o saber e as identidades se formam: por meio da travessia.

---

<sup>725</sup> SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_ . *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 89.

<sup>726</sup> *Ibid.*, p 90.

## 5. REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Joaquim Alves de. *Espaços da memória: um estudo sobre Pedro Nava*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 1988.
- ALBERCA, Manuel. *El pacto ambiguo*. Madri: Biblioteca Nueva, 2007.
- ALMEIDA, Márcia de Sousa. *Semeando e Colhendo*. Belo Horizonte: Armazém das Ideias, 2005.
- ALMEIDA, Renata Geraissati Castro de. Os limites entre a história e a ficção. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 22, p. 202-2013, dez. 2016.  
<https://doi.org/10.15848/hh.v0i22.1149>
- AMARAL, Rita. As mediações culturais da festa. *Revista Mediações*, Londrina, v.3, n.1, p.13-22, jan./jun., 1988.  
<https://doi.org/10.5433/2176-6665.1998v3n1p13>
- AMBRÓSIO JÚNIOR, Manoel. *Meu rio tem mãe-d'água*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. Boi tempo I. In: \_\_\_\_\_. *Nova Reunião: 23 livros de poesia/ Carlos Drummond de Andrade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ANDRADE, Mário. *Pequena história da música*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1980.
- ANTÔNIO, Irati. A autoria e a cultura na pós-modernidade. *Revista Ciência da Informação*. Brasília, v. 27, n. 2, p. 189-192, maio/ago. 1998.  
<https://doi.org/10.1590/S0100-19651998000200012>
- ARAGÃO, Maria Lúcia. Memórias literárias na modernidade. *Letras*, Santa Maria, n. 3, jan./jun. 1992. Disponível em:<  
<https://periodicos.ufsm.br/letras/article/viewFile/11423/6898>>. Acesso em: 14 jan. 2019.
- ARFUCH, Leonor. *O Espaço Biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Tradução Paloma Vidal. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria*. Tradução Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- \_\_\_\_\_. *A Terra e os devaneios do repouso: ensaio sobre as imagens da intimidade*. Tradução Ivonne Floripes Mantoanelli. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- BÉDA, WALQUÍRIA GONÇALVES. *A construção poética de si mesmo: Manoel de Barros e a Autobiografia*. Tese (Doutorado em Letras) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP – Universidade Estadual Paulista. Assis, 2007.

BENAC, Henri. *Guide des Idées littéraires*. Paris: Ed. Hachette, 1988.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução Sergio Paulo Rounet. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985a.

BENJAMIN, Walter. O narrador - Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985b.

BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: \_\_\_\_\_ *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985c.

BERGER, John. Animais como metáfora. Tradução Ricardo Maciel dos Anjos. *Suplemento literário de Minas Gerais: animais escritos*. Belo Horizonte, n. 1.332, p. 06 - 09, set./out. 2010.

BERGSON, Henri. A consciência e a vida. In: *A energia espiritual*. Tradução Rosemary Costhek Abílio. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ensaio sobre os dados imediatos da consciência*. Tradução João da Silva Gama. Lisboa: Edições 70, 1988.

\_\_\_\_\_. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. Tradução Paulo Neves. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BERNARD, Florence. Os Doze bandeirantes. In: *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro, 24/11/1956.

BISOL, Laísa Veronese; PORTO, Luana Teixeira. Violência e memória: uma leitura do romance O Continente, de Érico Veríssimo. *Navegações*, Porto Alegre, v. 8, n. 2, p. 146-155, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/navegacoes/article/view/20532>>. Acesso em: 28 mar. 2019.

<https://doi.org/10.15448/1983-4276.2015.2.20532>.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. *Revista de Teoria da História*. Goiânia, ano 1, n. 3, p. 93-94, jun. 2010.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994. Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/es8180>> Acesso em: 17 mar. 2019.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança dos velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOTELHO, Angela Viana; ANASTASIA, Carla. *D. Maria da Cruz e a Sedição de 1736*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é folclore*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

\_\_\_\_\_. *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 2018.

Brasília. Brasília: NOVACAP, ano 1, n. 5, maio 1957. Disponível em: <[www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/NOV-D-4-2-Z-0001-5d.pdf](http://www.arpdf.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/07/NOV-D-4-2-Z-0001-5d.pdf)>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BRAZ, Petrônio. *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2006.

BREGUÊZ, Sebastião. As lendas. *Revista da Comissão Mineira de Folclore*. Belo Horizonte, n.12, p. 26-28, ago. 1988.

BYOCK, Jesse L. History and the sagas: the effect of nationalism. In: *From Sagas to Society: Comparative Approaches to Early Iceland*. London: Hisarlik Press.

CÂMARA CASCUDO, Luís da. *Literatura oral no Brasil*. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

\_\_\_\_\_. *Dicionário do folclore brasileiro*. 10. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d].

CAMINHA, Pero Vaz. *Carta ao El-Rei de Portugal sobre o Achamento do Brasil*. Lisboa: Parque Expo 98, 1997.

CAMPBELL, Joseph. *O herói de mil faces*. Tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento, 2007.

CAMPOS, Marta. *O desejo e a morte nas memórias de Pedro Nava*. Fortaleza: Edições UFC, 1992.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. In: *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 1999.

\_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

\_\_\_\_\_. O homem dos avessos. In: \_\_\_\_\_. *Tese e antítese*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1964.

\_\_\_\_\_. *O romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas /FFLCH / USP, 2002, p.20. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/12840295/o-romantismo-no-brasil-antonio-candido-pdf-a-foice-eo-martelo>>. Acesso em: 16 mar. 2019

CARRARA, Angelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos solos mineiros. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p.574-596, jul/dez. 2007. <https://doi.org/10.1590/S0104-87752007000200019>

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S001-52581997000200003&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S001-52581997000200003&nrm=iso)>. Acesso em 12 jun. 2018.

<https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>

CASAL, Manuel de Aires de. Corografia Brasílica ou Relação Histórico-Geográfica do reino do Brasil. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1976, p. 105-106. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Aires%20de%20Casal-1.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2019.

CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade*. Tradução Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros; VILHENA, Luís Rodolfo da Paixão. Traçando Fronteiras: Florestan Fernandes e a Marginalização do Folclore. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.3, n.5, p.5-90, jan./jun., 1990.

CERIZARA, Beatriz. Os devaneios de um passante solitário (Jean-Jacques Rousseau). *Fragmentos*. Florianópolis: UFSC, (2), 145-147, jul./dez. 1983. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/fragmentos/article/view/4774/4055>>. Acesso em: 20 jan. 2019.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução Maria Manuela Galhardo. Algés: Difusão Editorial, 2002.

CLAVAL, Paul. *Geografia Cultural*. Tradução Luis Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.

COELHO PACE, Ana Amélia Barros. *Lendo e escrevendo O Pacto Autobiográfico de Philippe Lejeune*. Dissertação (Dissertação em Língua e Literatura Francesa) – USP. São Paulo, p. 52. 2012.

COUTINHO, Afrânio. *Notas de Teoria Literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões*. Brasília: Francisco Alves, 1984.

D'ANGELO, Biagio. História Híbrida da Literatura: uma questão de gêneros. *Revista Brasileira de Literatura Comparada*, n.14, p. 173-190, 2009.

D'ARCY, Julian; WOLF, Kirsten. Sir Walter Scott and Eyrbyggja Saga. In: *Studies in Scottish Literature*: Vol. 22. p. 30-43, jan. 1987. Disponível em: <<http://scholarcommons.sc.edu/ssl/vol22/iss1/5>>. Acesso em: 05 mar. 2019.

DA SILVA, Ana Paula; DA SILVA, Paulo Sérgio. O registro do patrimônio cultural imaterial: as práticas do IPHAN e do IEPHA/MG. *GeoGraphos*, on-line, Alicante: Grupo

*Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante*, Alicante, v.7, n. 87, junho, 2016. Disponível em: < <https://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/pydes-7-dasilva-dasilva.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2018. ISSN: 2173-1276

[https://doi.org/10.14198/GEOGRA2016.7.87\(7\)](https://doi.org/10.14198/GEOGRA2016.7.87(7))

DAMIÃO, Carla Milani. *Sobre o declínio da sinceridade: filosofia e autobiografia de Jean Jacques Rousseau a Walter Benjamim*. São Paulo: Edições Loyola, 2006.

DE MARCO, Valeria. O Romance Histórico de José de Alencar. *Revista de Letras*, Fortaleza, v. 1, n.29, p. 106-113, jan./jul. 2009. Disponível em: <[www.periodicos.ufc.br/revletras/article/download/2372/1834](http://www.periodicos.ufc.br/revletras/article/download/2372/1834)>. Acesso em: 25 mar. 2019.

DICTORO, V. P.; HANAI, F. H. Simbolismos da água: valores, saberes e tradições dos moradores de Pirapora-MG nas margens do rio São Francisco. *Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental*, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 487-503, abr./set. 2017.

<https://doi.org/10.19177/rgsa.v6e12017487-503>

DINIZ, Domingos. Xingamento dos Remeiros do São Francisco. *Revista Comissão Mineira de Folclore*, n.21, ago. 2000.

DUBAR, Claude. *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Tradução Andréa Stabel M. da Silva. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

ELEUTÉRIO, Robson. *Caminhos e Descaminhos do Brasil Central: a história da região do DF*. Brasília: Editora Brasília, 2018.

ELIADE, Mircea. *Aspectos do Mito*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1989.

\_\_\_\_\_. *Mito do eterno retorno*. Tradução José A. Ceschin. São Paulo: Mercuryo, 1992.

ESTEVES, Antônio Roberto; MILTON, Heloísa Costa. O novo romance histórico hispano-americano. In: MILTON, Heloísa Costa; SPERA, Jeane Mari Sant'Ana (Orgs.). *Estudos de literatura e linguística*. Assis: UNESP, Assis Publicações, 2001.

FELIPE, Carlos. Prefácio. In: AMBRÓSIO JÚNIOR, Manoel. *Meu rio tem mãe-d'água*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1987.

FERNANDES, Frederico Augusto Garcia (Organizador). *Oralidade e literatura: manifestações e abordagens no Brasil*. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2013.

FERREIRA-NOLASCO, Sonia. Celeste Albaret: o tempo reencontrado. In: PROUST, Marcel. *Sobre a leitura*. Tradução Julia da Rosa Simões. São Paulo: L&pm Pocket, 2016.

FIGUEIREDO, Eurídice. Autoficção Feminina: a mulher nua diante do espelho. *Revista Criação & Crítica*, n. 4, abr. 2010.

<https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.v3i4p91-102>

FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos. In: *Ética, sexualidade, política*. vol. V. Tradução Elisa Monteiro, Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2017.



FREIRE, Maria Alice Campos. Água e cooperação na perspectiva das tradições. In: RIBEIRO, S.; CATALÃO, V.; FONTELES, B. *Água e cooperação: reflexões, experiências e alianças em favor da vida*. Brasília: Ararazul, Organização para a Paz Mundial, 2014.

FREITAS, Tatiana Maria Gandelman de. Erfahrung e Erlebnis em Walter Benjamin. *Revista Garrafa*, Rio de Janeiro, v.12, n.36, p. 72-87, jan./jun. 2014.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e Narração em Walter Benjamin*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1999.

GALLE, H. Apresentação. In: IZARRA, L. (Org.). *Em primeira pessoa: abordagem de uma teoria da autobiografia*. São Paulo: Annablume, 2009.

GENETTE, Gérard. *Discurso da narrativa*. 3. ed. Lisboa: Vega, 1995.

GIMENES-MINASSE, Maria Henriqueta Spernadio Garcia. Da influência portuguesa na gastronomia do litoral paranaense: apontamentos sobre a Cambira e o barreado. In: RIBEIRO, Silene Gomes; SOARES, Carmen. *Odisseia de sabores da lusofonia*. Coimbra: Editora Universitária Champagnat, 2015.

GINZBURG, Carlo. [Entrevista]. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As muitas faces da história. Nove entrevistas*. São Paulo: Unesp, 2000.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos; CONTINS, Marcia. Entre o divino e os homens: a arte nas festas do divino Espírito Santo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 14, n. 29, p. 67-94, jan./jun. 2008.

<https://doi.org/10.1590/S0104-71832008000100004>

GUSDORF, Georges. *Les écritures du moi; lignes de vie I*. Paris: Odile Jacob, 1991.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2003.

\_\_\_\_\_. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Félix Alcan, 1925.

HALL, Stuart. Identidade cultural e diáspora. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.

HARRIS, Joseph. Saga as historical. In: LINDOW, John; LÖNNROTH, LARS; WEBER, Gerd Wolfgang. (Ed.). *Structure and Meaning in Old Norse Literature*. Odense: Odense University Press, 1986. p. 187-219. Disponível em: <[https://www.academia.edu/11512047/Saga\\_as\\_Historical\\_Novel](https://www.academia.edu/11512047/Saga_as_Historical_Novel)>. Acesso em: 09 mar. 2019.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). *A invenção das tradições*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IKEDA, Alberto T. Culturas populares no presente: fomento, salvaguarda e devoração. *Estudos Avançados* [online], São Paulo, v.27, n. 79, p. 173-190, 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142013000300013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142013000300013&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 16 jun. 2018.  
<https://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300013>

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. *Inventário cultural do Rio São Francisco*. Coord. Michele Abreu Arroyo. Belo Horizonte, 2015.

JACQUES, Paola Berenstein; ALMEIDA JÚNIOR, Dilton Lopes de. In: A construção de Brasília: alguns silenciamentos e um afogamento. In: ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ARTE: OS SILÊNCIOS NA HISTÓRIA DA ARTE, XII., 04-07 dez. 2017, Campinas. *Atas...* Campinas: UNICAMP/IFCH/CHAA, 2018.

JUNG, Carl Gustav. *Os arquétipos e o inconsciente coletivo*. Tradução Maria Luíza Appy; Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000.

LANGER, Johnni (Org.). *Dicionário da Mitologia Nórdica: símbolos, mitos, ritos*. São Paulo: Hedra, 2015.

\_\_\_\_\_. *Dicionário De História e Cultura da Era Viking*. São Paulo: Hedra, 2017.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, Enxada e Voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 7ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto Autobiográfico: de Rousseau à Internet*. Tradução Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. 2. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

LÉVI-STRAUSS, Claude. O Triângulo Culinário. In: \_\_\_\_\_. *Introdução ao estruturalismo*. Portugal: Moraes Editora, 1979.

LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*. São Paulo: Abril S/A Cultural, 1983.

LIMA, Sônia Maria van Dijck. Canto e Plumagem de Sagarana. *Graphos*, João Pessoa, v. 12, n. 2, p.81-93, dez. 2010.

LÖNNROTH, Lars. The Icelandic Sagas. In: BRINK, Stefan. *The Viking World*. Nova Iorque: Routledge, 2008.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2011. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/390070871/LUKACS-Gyorgy-O-romance-historico-pdf>>. Acesso em: 09 mar. 2019.

MAGALHÃES, Gonçalves. Ensaio sobre a historia da litteratura do Brasil. *Nitheroy, revista brasiliense*. Paris: Dauvin et Fontaine, Libraires, 1836. Tomo 1º, nº 1, p. 132.

MARTINEZ, Monica. *Jornada do Herói: a estrutura narrativa mítica na construção de histórias de vida em jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2008.

MARTINS, Adriano Eurípedes Medeiros. Rousseau e suas autobiografias: além do autorretrato. *Cadernos de Filosofia Alemã: Crítica e Modernidade*, v. 22, n. 3, p. 51-56, nov. 2017. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/filosofiaalema/issue/view/10282/1165>> Acesso em: 20 jan. 2019.

<https://doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v22i3p51-56>

MARTINS, Saul. Prefácio. In: *A Saga de um Urucuiano*. São Francisco: [s.n.], 2000.

MARTINS, Saul. Prefácio. In: ALMEIDA, Márcia de Sousa. *Semeando e Colhendo*. Belo Horizonte: Armazém das Ideias, 2005.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais. *História do Sertão Noroeste de Minas Gerais 1690-1930*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MELLO, Oliveira. As lavadeiras. *Revista da Comissão Mineira de Folclore*. Belo Horizonte, nº 3, p. 67-68, ago. 1976.

MELO, João Naves de Melo. *A Saga de um Urucuiano*. São Francisco: [s.n.], 2003.

\_\_\_\_\_. *Do Cerrado às barrancas do Rio São Francisco*. São Francisco: [s.n.], 2012.

\_\_\_\_\_. *O homem e suas tempestades*. São Francisco: [s.n.], 1998.

\_\_\_\_\_. *Viajando Sete Portos*. São Francisco: [s. n], 2003.

\_\_\_\_\_. O Homem e o Rio. *Revista Comissão Mineira de Folclore*, n.22, ago. 2001.

MENDES, Maria Lúcia Dias. *No Limiar da história e da memória: um estudo de Mes mémories, de Alexandre Dumas*. 2007. 320 f. Tese (Doutoramento em Letras Modernas) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. Disponível em: <[https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-01112007-143905/publico/TESE\\_MARIA\\_LUCIA\\_DIAS\\_MENDES.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-01112007-143905/publico/TESE_MARIA_LUCIA_DIAS_MENDES.pdf)>. Acesso em: 12 jan. 2019.

MENDES, Xiko. *Formoso de Minas no final do século XX- 130 anos!*. Formoso: Edição da Prefeitura Municipal de Formoso, 2002.

MEYER, Mônica. *Ser-Tão Natureza: a natureza em Guimarães Rosa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

MIN, Eun Kyung. Thomas Percy's Chinese Miscellanies and the Reliques of Ancient English Poetry (1765). *Eighteenth-Century Studies*, vol. 43, n. 3, p. 307-324, 2010.

<https://doi.org/10.1353/ecs.0.0183>

MIRANDA, Wander Neto. *Corpos escritos: Graciliano Ramos e Silviano Santiago*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992.

MOISÉS, Massaud. Memórias. In: MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2013.

MORAIS, Luciana Patrícia de. Comida, identidade e patrimônio: articulações possíveis. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 54, p. 227-254, jan./jun. 2011.

<https://doi.org/10.5380/his.v54i1.25749>

MORETTO, Fúlvia Maria Luiza. Prefácio. In: ROUSSEAU, Jean Jacques. *Os devaneios do caminhante solitário*. Tradução Fúlvia Maria Luiza Moretto. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

MOTTA, Leda Tenório da. *Lições de literatura francesa*. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

MOURA, Antônio de Paiva. Autos e folguedos. *Revista da comissão Mineira de folclore*, Belo Horizonte, n. 10, p. 31-37, ago. 1986.

\_\_\_\_\_. Os Coronéis do Noroeste Mineiro. *Revista Comissão Mineira de Folclore*, n. 24, maio 2005.

\_\_\_\_\_. Domingos Diniz - Presidente com muita Honra Antônio de Paiva Moura. *Revista da Comissão Mineira de Folclore*, Belo Horizonte, n. 28, p 43-48, ago. 2015.

NASCIMENTO, Naira de Almeida. Do Sertanejo à Campanha imigratória: imagens do Brasil pelo Visconde Taunay. *Revista de História Regional*, Ponta Grossa, v. 13, n. 2, p. 170-190, Inverno, 2008. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2274>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

NAVA, Pedro. *Balão Cativo*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.

\_\_\_\_\_. *Chão de ferro*. 1. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.

NAXARA, Marcia Regina Capelari. Desertos da Civilização: significando o Brasil (história e literatura), *Letras&Letras*, Uberlândia, v. 26, n. 1, p 171-183, jan./jun. 2010. Disponível em: <[www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25583/14158](http://www.seer.ufu.br/index.php/letraseletras/article/view/25583/14158)>. Acesso em: 08 abr. 2019.

NEVES, Leonardo dos Santos. A educação rural em Minas Gerais e o contexto da implantação da escola normal regional d. Joaquim Silvério de Souza (1947-1951). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, IX., 15-18 ago. 2017, João Pessoa, *Anais Eletrônicos.....* João Pessoa: UFPB, 2017.

NEVES, Zanoni. *Navegantes da Integração: os remeiros do rio São Francisco*. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

\_\_\_\_\_. Os Vapores do São Francisco: apelidos e nomes. *Boletim da Comissão Mineira de Folclore*, Belo Horizonte, n.11, p. 53-55, ago. 1987.

\_\_\_\_\_. Vapor “Benjamim Guimarães”: Patrimônio dos ribeirinhos do São Francisco. *Tessituras*, Pelotas, v. 3, n. 1, p. 451-476, jan./jun. 2015.

NOGUEIRA, Carlos. As literaturas orais e marginalizadas. *Organon*. Porto Alegre, v.21, n.42, jan/jun, 2007, p. 20. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/organon/article/view/36158/23361>>. Acesso em: 15 jan. 2019.

NORONHA, Ibsen. Brasília: panorama jurídico-histórico. Em torno da legislação fundadora de Brasília, *Brasília*, a. 47, n. 188, p. 153-166, out./dez. 2010. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198718/000901844.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 abr. 2019.

NORONHA, Jovita Maria Gerheim. Entrevista com Philippe Lejeune. *Ipotesi, Revista de Estudos Literários*. Juiz de fora. v.6, n. 2, p. 21-30, [s.d]. Disponível em:<<http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2009/12/Entrevista-com1.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2018.

NUNES, Benedito. *O tempo na narrativa*. São Paulo: Ática, 1988.

OLIVEIRA, Ricardo de. Euclides da Cunha, Os Sertões e a Invenção de um Brasil Profundo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 511-537, jan. 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882002000200012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200012)>. Acesso em: 27 mar. 2019.  
<https://doi.org/10.1590/S0102-01882002000200012>

ORTIZ, Renato. Memória coletiva e sincretismo científico: as teorias raciais do século XIX. *Cadernos CERU*, nº 17, set. 1982.

PANIAGO, Maria do Carmo Tafuri. As festas populares a trajetória do Congado no Brasil. *Revista da Comissão Mineira de folclore*. Belo Horizonte, n. 23, p.90-91, ago. 2001.

PAOLINELLI, Luísa Marinho Antunes. *O romance histórico e José de Alencar*. 2004. 486 f. Tese (Doutorado em Literatura). Departamento de Estudos Romanísticos. Universidade da Madeira. 2004, p.16. Disponível em: <[https://www.academia.edu/674489/Romance\\_Hist%C3%B3rico\\_e\\_Jos%C3%A9\\_de\\_Alencar](https://www.academia.edu/674489/Romance_Hist%C3%B3rico_e_Jos%C3%A9_de_Alencar)>. Acesso em: 15 mar. 2019.

PAREYSON, Luigi. Os problemas da estética. Tradução Nery Garcez, M. H. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PEREIRA, Eliane M. C. Manso. O Estado Novo e a Marcha para o Oeste. *História Revista*, Goiânia, v.2, n. 1, p. 113-129, jan./jun. 1997.

PHALEN, Kurt. *História Universal da Música*. Tradução A. Della Nina. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, [s.d], p.13-14.

PORTO, Patrícia de Cássia Pereira. Narrativas memorialísticas: memória e literatura. *Revista Contemporânea de Educação*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 195 -211, ago./dez. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1648>>. Acesso em:

PRADO, Adonia Antunes. Ruralismo Pedagógico do Estado Novo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 4, p. 05-27, jul. 1995. Disponível em: <<https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/55>>. Acesso em: 06 abr. 2019.

PROUST, Marcel. *No caminho de Swann - Em busca do tempo perdido*. 6. ed. Tradução Mario Quintana. Porto Alegre: Globo, 1981.

PROUST, Marcel. *O tempo redescoberto*. Tradução Lúcia Miguel Pereira. 15 ed. São Paulo: Globo, 2004.

REINHARDT, Juliana Cristina. *Alemães, comida e identidade: uma tese ilustrada*. Curitiba: Máquina de escrever, 2014.

RIBEIRO, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio* – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa (Tomo II)*. Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papyrus, 1995.

ROMERO, Sílvio. *Folclore Brasileiro: contos populares do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1985.

ROSA, Claudia Beltrão da. Terminatio e Limitatio: inauguração, fundação e cena ritual na república romana, *História: Questões & Debates*, Curitiba, v.59 n. 2, p. 173-191, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/37038>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

<https://doi.org/10.5380/his.v59i2.37038>

ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

ROSENDAHL, Zeny. *Espaço e Religião: uma abordagem geográfica*. Rio de Janeiro: UERJ, NEPEC, 1996.

ROSS, Margaret Clunies. The realism and the Fantastic in the Old Icelandic Sagas. *Scandinavian Studies*, v. 74, n. 4, p. 443-454, 2002. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/40920399>>. Acesso em 21 fev. 2019.

SABARÁ, Romeu. Festas Populares: uma tradição sempre viva. *Boletim da Comissão Mineira de Folclore*. Belo Horizonte, n. 3, p.45-49, ago.1976.

SAHLINS, Marshall. O “pessimismo sentimental” e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um “objeto” em vias de extinção (Parte I). In: *Mana. Estudos de Antropologia Social*, v. 3, n. 1, p. 41-72, abr. 1997.

<https://doi.org/10.1590/S0104-93131997000100002>

SAHM, Estela. *Bergson e Proust: sobre a representação da passagem do tempo*. São Paulo: Iluminuras, 2011.

SANTOS, Luciano dos. Identidades Culturais: proposições conceituais e teóricas. *Revista Rascunhos Culturais*, Coxim, v. 2, n. 4, p. 141-157, jul./dez. 2011.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *Memória Coletiva e Teoria Social*. Lisboa: Editora Annablume, 2012.

<https://doi.org/10.14195/978-989-26-1135-8>

SARLO, Beatriz. *Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução Rosa Freire. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAUER, Carl O. The Morphology of Landscape. In: AGNEW, J.; LIVINGSTONE, D. N.; ROGERS, A. (org.). *Human Geography: An Essential Anthology*. Oxford: Blackwell, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SHANLEY, Patrícia; MEDINA, Gabriel. *Frutíferas e Plantas Úteis da Amazônia*. Belém: CIFOR, 2005.

SILVA, Ana Cláudia Oliveira da. As escritas de si e a emergência da autoficção: um campo de indefinições. *Revista literatura e autoritarismo*, Santa Maria, n. 20, p. 158-174, jul. 2017. <https://doi.org/10.5902/1679849X27984>

SILVA, Marcos Nicolau Santos da; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. O pequi como recurso de uso comum e patrimônio cultural sertanejo. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 1, nº. 25, p.161-182, jan./jun. 2004. <https://doi.org/10.12957/geouerj.2014.5994>

SIMPSON, John M. Eyrbyggja Saga and nineteenth-century scholarship. In: FOOTE, Peter; PÁLSSON, Hermann; SLAY, Desmond (Orgs). *Proceedings of the First International Saga Conference, University of Edinburgh*. London: Viking Society for Northern Research, 1973.  
SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Literatura Brasileira*. São Paulo: Difel, 1982. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/331146473/Nelson-Werneck-Sodre-Historia-da-literatura-brasileira-9ed-1995-pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019

SOUSA-AGUIAR, Maria Arminda de. *Introdução a Proust*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aliança Francesa, 1984.

SOUZA FILHO, Homero Santos. A natureza nos devaneios de Rousseau: refúgio e felicidade. *Pergaminho*, Patos de Minas, v. 54, n. 1, p.16-24, nov. 2011.

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidades regionais: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul*. Londrina: Eduel, 2013.

\_\_\_\_\_. *Marcel Proust e os paraísos perdidos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

STAROBINSKI, Jean. El estilo de la autobiografía. En: *La relación crítica*. (Psicoanálisis y literatura). Madrid: Taurus, 1974.

\_\_\_\_\_. *Jean-Jacques Rousseau: a transparência e o obstáculo*. Tradução Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

STEBLIN-KAMENSKIJ, Mikhail Ivanovich. *The Saga Mind*. Odense: Odense University Press, 1973.

SWAIN, Tânia Navarro. *Você disse imaginário?* Disponível em: <http://www.tanianavarroswain.com.br/chapitres/bresil/vc%20disse%20imaginario.htm>>. Acesso em: 18 maio 2018.

TODOROV, Tzvetan. *Introdução à literatura fantástica*. Tradução Maria Clara Correia Castello. São Paulo: Perspectiva, 2012.

VALADARES, Napoleão. Prefácio. In: BRAZ, Petrônio. *Serrano de Pilão Arcado: a saga de Antônio Dó*. São Paulo: Mundo Jurídico, 2006.

VASCONCELLOS, Diogo L.A.P. de. *Historia Media de Minas Geraes*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas, 1918.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Tradução Antônio José da Silva Moreira. Lisboa: Edições 70, 1971.

VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Senado Federal, 1999.

VOGLER, Christopher. *A Jornada do Escritor: estruturas míticas para escritores*. Tradução Ana Maria Machado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

VULTUR, Ioana. La réception de la Recherche: une question de genre?, *Poétique*, Paris, v.2, n. 142, p.239-254, 2005. Disponível em: < <https://www.cairn.info/revue-poetique-2005-2-page-239.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2018.  
<https://doi.org/10.3917/poeti.142.0239>

WATT, Adam. *The Cambridge Introduction to Marcel Proust*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

WEITZEL, Antônio Henrique. Literatura oral e erudita. *Revista da Comissão Mineira de Folclore*. Belo Horizonte, n. 21, p.15-16, ago. 2000.

WHITE, HAYDEN. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução Alípio Correia de Franca Neto. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (org.) *Identidade e Diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014.

ZILLES, Urbano. *Panorama das filosofias do século XX*. Disponível em: < <https://pt.scribd.com/document/262277271/ZILLES-Urbano-Panorama-Das-Filosofias-Do-Seculo-XX>>. Acesso em: 30 jan. 2019.

ZUNTHOR, Paul. *Performance, Recepção, Leitura*. Tradução Jerusa Pires Ferreira e Suely Fenerich. 2. ed. São Paulo: Cosac Naify.



## INFORMAÇÕES VERBAIS

MELO, João Naves de. *Entrevista I*. [jan. 2018]. Entrevista concedida a Renato Rodrigues de Oliveira.

MELO, João Naves de. *Entrevista II*. [mar. 2018]. Entrevista concedida a Renato Rodrigues de Oliveira.

## INFORMAÇÕES ELETRÔNICAS

Academia Brasileira de letras: Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/joao-guimaraes-rosa/discurso-de-posse>>. Acesso em: 21 jun. 2018.

Academia de letras do Brasil: Disponível em <<http://academiadeletrasdobrasilde Minas Gerais.blogspot.com.br/2014/01/saul-alves-martins- hoje-acordei-com.html>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

Biblioteca de psicologia da UFRS: Disponível em : <<http://servicosocialmemorialbibliografico.blogspot.com.br/2014/03/biografia-afro-do-amaral-fontoura.html>>. Acesso em: 16 maio 2018.

Blog de João Naves de Melo (1) <<http://joaonavesdemelo1.blogspot.com.br/search?q=os+doze+bandeirantes>>. Acesso em: 16 maio 2018.

Blog de João naves de Melo (1). Disponível em: <<http://joaonavesdemelo1.blogspot.com.br/search?q=O+processo+pedag%C3%B3gico+empregado+no+ensino+de+5%C2%AA+a+8%C2%AA+s%C3%A9ries+>> Acesso em: 19 maio 2018.

Blog de João naves de Melo (1) <<http://joaonavesdemelo1.blogspot.com.br/search?updated-max=2017-12-09T09:37:00-08:00&max-results=7&start=14&by-date=false>>. Acesso em: 16 mai. 2018.

Blog de João naves de Melo (1) <<http://joaonavesdemelo1.blogspot.com.br/search?updated-max=2017-09-02T12:02:00-07:00&max-results=7&start=49&by-date=false>>. Acesso em: 16 maio de 2018.

Blog de João Naves de Melo (2): <<http://joaonavesdemelo1.blogspot.com.br/search?q=prefeito+aristomil>>.

Blog João Naves de Melo (1) Disponível <<http://joaonavesdemelo1.blogspot.com.br/2018/01/sao-francisco-sem-historia.html>>. Acesso em: 16 maio. 2018.

Blog João Naves de Melo (1): Disponível em: <<http://joaonavesdemelo1.blogspot.com.br/2018/01/sao-francisco-sem-historia.html>>. Acesso em: 16 maio. 2018.

Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff. Disponível em: <<https://cdpha.wordpress.com/>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

Cityofliterature. Disponível em: <<http://www.cityofliterature.com/the-speculative-society/>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

Dicionário Cravo Albin da Música Popular Brasileira. Disponível em: <<http://dicionariompb.com.br/teo-azevedo/dados-artisticos>>. Acesso em: 07 março. 2018.

Dknvs.no. Disponível em: <<http://www.dknvs.no/historie/peter-friederich-suhm/>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

E-Dicionário de Termos literários. Disponível em: <<http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/nouveau-roman/>> Acesso em: 16 set. 2018.

Encyclopædia Britannica . Disponível em : <<https://www.britannica.com/biography/Gudbrandur-Vigfusson>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

Encyclopædia Britannica . Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Gunnar-Gunnarsson>>. Acesso em: 03 mar. 2019, tradução nossa.

Encyclopædia Britannica. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Sigurdur-Johannesson-Nordal>>. Acesso em: 26 fev. 2019, tradução nossa.

Fucam. Disponível em <<http://www.fucam.mg.gov.br/index.php/2014-09-18-18-04-12/2014-09-29-12-41-29>>. Acesso em 20 maio 2018.

Fucam. Disponível em: < <http://www.fucam.mg.gov.br/index.php/2014-09-18-18-04-12/2014-09-09-18-31-06>>. Acesso em: 19 maio 2018.

Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/manuel-jose-de-almeida>>. Acesso em: 19 maio 2018.

Fundação Getúlio Vargas: Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/milton-soares-campos>>. Acesso em: 19 maio 2018.

Goodreads. Disponível em: <[https://www.goodreads.com/author/show/1597.George\\_Webbe\\_Dasent](https://www.goodreads.com/author/show/1597.George_Webbe_Dasent)>. Acesso em: 03 mar. 2019, tradução nossa.

Governo do Estado de Minas. Disponível em: <<http://mg.gov.br/governador/jose-francisco-bias-fortes>>. Acesso em: 21 maio 2018.

Grupo Editorial Record. Disponível em: <[http://www.record.com.br/autor\\_sobre.asp?id\\_autor=268](http://www.record.com.br/autor_sobre.asp?id_autor=268)>. Acesso em: 16 set. 2018.

Jornal da Poesia. Disponível em :< <http://www.jornaldepoesia.jor.br/amchaves01.html>>. Acesso em: 16 maio 2018.

MENDES, Xiko. *Diálogo com Walter Benjamin no Sertão de Guimarães Rosa: ainda existe o narrador e o que narrar no Gerais após Brasília*. 02 abr. 2019. Disponível em: <<http://cerratense.com.br/patrimonioxiko.html>>. Acesso em: 02 abr. 2019. Blog Cerratense.

Montejunto Portugal. Disponível em: <<http://www.montejunto.net/vikings>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

Montes Claros (MG). Prefeitura. 2019. Disponível em: <<https://portal.montesclaros.mg.gov.br/>>. Acesso em: abr. 2019.

Revolvy. Disponível em: <<https://www.revolvy.com/page/Finnur-J%C3%B3nsson>>. Acesso em: 26 fev. 2019, tradução nossa.

Ricorso. Disponível em: <[http://www.ricorso.net/rx/az-data/authors/p/Percy\\_T/life.htm](http://www.ricorso.net/rx/az-data/authors/p/Percy_T/life.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2019.

São Francisco (MG). Prefeitura. 2019. Disponível em: <<http://www.prefeituradesaofrancisco.mg.gov.br/>>

Scielo. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S00152581997000200003&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S00152581997000200003&nrm=iso)>. Acesso em 12 jun. 2018.

Sopro – Panfleto Político – Cultural. <<http://www.culturaebarbarie.org/sopro/outros/autobiografia.html#.W3dJp-hKhPY>>. Acesso em: 17 ago. 2018.

University of Pittsburgh. Disponível em: <<https://www.borges.pitt.edu/i/thorkelin-grimur-jonsson>>. Acesso em: 02 mar. 2019.

## 6. APÊNDICES

### Entrevista I

Figura 1 - João Naves de Melo em entrevista



Fonte: *print screen* da entrevista concedida ao autor desse trabalho e captada em áudio e vídeo em 09/01/2018.

**RRO: Bom dia, Doutor João. Como o senhor sabe, a minha dissertação de mestrado é sobre a sua obra *A Saga de um urucuiano*. Como a comunidade acadêmica não o conhece, nem conhece outros escritores norte mineiros de Januária, Manoel Ambrósio; Petrônio Braz, de São Francisco; o senhor, também aqui de São Francisco, dentre outros, eu preciso apresentá-lo para essa comunidade acadêmica. Então, de acordo com a segmentação que eu fiz na dissertação, o primeiro capítulo é sobre a sua vida e a sua obra: quem é João Naves de Melo esse autor que fala? Eu gostaria que o senhor falasse sobre a sua infância, para além daquelas informações que estão em *A Saga de Urucuiano*, que é um recorte a partir do momento que o senhor sai da Caio Martins formado como professor e adentra nesse sertão urucuiano... Queria saber como foi a sua infância, quem são seus pais, como foi a sua formação.**

JNM: Minha vida, eu vou dizer para você, é casual, praticamente casual. Eu não sou daqui [São Francisco/MG] sou praticamente do Triângulo Mineiro. Nasci em Estrela do Sul. Não conheço minha terra. Segundo alguns parentes, que depois eu tomei conhecimento, foi numa fazenda chamada Gameleira em que eu nasci. Na verdade, eu sou barranqueiro, mas barranqueiro do Bagagem, um rio importante da região. Lá, segundo me falam, eu tinha oito meses, quando meu pai faleceu. Deixou minha mãe com cinco filhos; eu era o caçula. Ela com imensa dificuldade, morando na roça e tomando conta daqueles meninos. Então, mudou-se,

vendeu a fazenda, vendeu, não, praticamente tomaram a fazenda dela; enganaram com dinheiro e ela foi para Araguari, levando essa menina toda e, lá, a coisa ficou feia para ela. Muito difícil! Acontece que uma pessoa apareceu lá, muito amiga dela, e disse: “Eu vou tomar conta do seu filho! Você não está dando conta! Me dá ele!” E aí me pegou para tomar conta. De lá pra cá, quem pegou foi embora para outra cidade: para Patrocínio; de Patrocínio, foi para Araguari e depois para Araxá; de Araxá para Monte Carmelo, de modo que sempre inviabilizava a minha família de me encontrar. E não encontrou! Esse reencontro com a minha família se deu cinquenta anos depois! Cinquenta anos depois!

Então, de lá pra cá, por causa desse êxodo, por estar sempre fugindo daquela situação, minha mãe me levou para Belo Horizonte, para um colégio, chamado João Pinheiro. Era de uma disciplina rígida que, Nossa senhora! Eu vou te contar, viu! Era “brincadeira”... mas não era assim, de certa forma, uma escola agressiva. Era de uma disciplina muito rígida, mas lá eu tive uma oportunidade muito boa, porque a escola era excelente, tinha banda de música, oficinas, tanto é que eu aprendi dois ou três ofícios ainda menininho. Passei pela tipografia, entrei para banda de música. Fiz a parte teórica; depois da parte teórica, fui para a parte prática de instrumentos. Eu tocava naquela região toda. Coincidentemente, um colega, um rapaz muito amigo meu, foi relacionado, porque o diretor da Escola Caio Martins, que era escola próxima à Belo Horizonte, em Esmeraldas, criou o curso de segundo grau, que seria, na época, o Normal Regional. Aí, ele precisava de uns meninos com uma certa experiência para formar aquele grupo inicial lá. Então, esse amigo disse: “Eu estou indo para Esmeraldas!” Eu peleei para ele não ir. Disse: “Você não vai!” Ele disse: “Eu vou!” Fui até na casa dele pedir para família não deixar ele ir. Então, eu fui ao diretor e disse: “Olha, eu queria ir para lá também!” O diretor disse: “Você não vai não! De jeito nenhum; estou investindo em você!” Daquele tamanho, eu era o orador da turma. Imagina você uma coisa: tinha gente com 18 anos; eu ’tava no terceiro ano do primário naquela época e já era orador da escola. Eu insisti muito, então ele disse: “Você vai, se você não gostar, você volta! Seu lugar está aqui!” Eu gostei (risos).

Aquele lugar era uma maravilha, era diferente lá. Era um lugar lindo, um paraíso, um lugar bonito, de uma forma tal, que você não imagina! Lagos, uma serra muito bonita... Pronto, fiquei. Fiz um curso interessantíssimo: Curso normal. Muito bom, porque o sistema era integral. Estudávamos teoria e prática ao mesmo tempo. Então, quando o professor te dava aula de desenho ou matemática, você tinha que fazer tudo aquilo no campo. Foi ótimo, mas, nesse meio tempo, por causa do Urucuia, nós fomos sendo preparados através de palestras. Nós recebemos visita naquela época de uma gama de pessoas ilustres: Helena Antipoff, o

Juscelino, eu tenho uma fotografia com o Juscelino, e, todo domingo, tinha uma reunião. Nessa reunião, sempre se falava do Urucuia. Quando terminou o curso, já terminando, ele falou: “Quem quer ir?” Doze resolveram. Era a abençoada dúzia. Doze, os outros não aceitaram. Então, nós fomos para o Urucuia. Nós não tínhamos nem ideia de onde era. A única coisa que eu sabia do Urucuia que ele falava era: das veredas tropicais, não sabia também o que era vereda, e das morenas dos olhos verdes. Isso aí encantou a gente! Eu comparo isso com aquela partida dos cavalos preparados para a partida (risos). Não precisava nem falar “vamos!”. Era só abrir a porteira e pronto! Aí, nós fomos para o Urucuia.

Chegando lá, eu tive uma felicidade muito grande, porque, no princípio, eu acho que foi em 1957, a escola era muito grande. Eram 12 mil alqueires. Uma coisa imensa era próximo ia até o rio Urucuia, quase próximo ao rio São Francisco. Pegava aqueles Gerais todos. Então, logo no início, nós fomos cadastrar quem morava ali. Mas no fundo mesmo, eles estavam querendo fazer eleitor. (risos) Então, colocaram eu, o Raimundo e um guia, o Francisco. O Francisco era para administrar o remédio, ele era o farmacêutico do grupo; eu, para tirar os retratos e Raimundo, para tirar os títulos. Fizemos uma viagem de uma semana num lugar chamado Vereda do Chico Velho. Uma semana de viagem até lá. O povo corria, quando via gente! (risos) Eu me perguntava por que o povo ’tava fugindo. Não estava muito longe ainda do espírito da Guerra de 45. Não ’tava muito longe. “Pro” sertão, isso ’tava muito próximo, muito próximo. Não tinha jornal, imprensa, ninguém. Eles só sabiam que tinha uma guerra e que o governo ia lá buscar os filhos deles para guerra. Mas como o guia era conhecido, ele ia convencendo as pessoas do nosso trabalho. Eu achei a viagem bonita. Foi aí que eu fui conhecer realmente as veredas. A Vereda do Chico Velho tem cinco léguas. Cinco léguas de veredas e a gente ia viajando, assim, na margem dela. Muito bem, depois disso, o trabalho foi muito bem feito e aí eles pediram para gente continuar fazendo aquele trabalho... a gente, não, eu fui escolhido. (risos) Eu tentei esconder, mas me acertaram! (risos). Me acharam lá e falaram: *É você que vai!* Então, tudo bem. Eu fiquei seis meses, mas foi ótimo. Depois você vê naquele livro Joaquina [uma lenda urucuiana ] o mapa daquele sertão urucuiano no município de São Romão, hoje Arinos, né? Na época, também fazia parte de São Romão. Eu viajei aquilo, todos os cantos e recantos a cavalo. Saía segunda-feira, voltava sexta à noite. Descansava sábado e domingo. Segunda-feira saía. Aquilo foi construindo sabe o quê? A minha memória fotográfica. Eu não podia ficar tirando fotos. A única máquina que eu tinha era uma *Kapsa*, um caixotão, que era para tirar as fotos dos eleitores. Punha o sujeito lá sentado no mato, colocava um pano, uma flanelona... o meu guia ficava atrás segurando e aí

eu fazia o retrato. Disso, eu me lembro de dois episódios marcantes: o primeiro que um cara tinha ganhado um relógio. Na hora de tirar o retrato, ele cruzava os braços na frente para deixar o relógio à mostra. Eu pedia: “Abaixa os braços, por favor!” E ele: “Se não for com o relógio, não tem retrato! Então, vai com o relógio!” (risos). E eu tirei o retrato. No segundo caso, eu lembro que nós passamos perto de uma localidade chamada Riacho Doce e vimos um aglomerado de pessoas perto de um rancho. Tinha muita gente; aí eu disse aos outros: “Vamos ali?” Chegamos lá; era um velório, mas eu disse: “Tem eleitor demais aqui. Dá para gente fazer o nosso trabalho aqui”. O dono da casa disse: “Ó, eu posso até deixar vocês “fazer” o trabalho, mas tem que ir tirar o retrato da defunta aí”. Eu pensei: “Agora lascou! Como é que eu vou fazer?” (risos). Eu fico pensando como eu era tão puro... eu podia fingir que tirava a foto, porque eles nunca iam ver aquele retrato. Qual era a importância? Mas eu não sei o que me deu. Tirei com todo prazer dois retratos da defunta. Aí depois tirei de todo mundo e enviei para Pirapora. Era revelado em Pirapora. O Juiz Eleitoral de Pirapora, quando viu a foto daquele defunto (risos), achou que fosse uma indireta: aquela história de eleitor defunto que vota! (risos). Moço, mas ele mandou uma carta reclamando disso “pro” chefe, o Coronel Almeida. O Coronel Almeida desceu de avião lá na Conceição muito bravo comigo (risos). Mas bravo mesmo! Ele disse: “O juiz acha que você está dando uma indireta, menino! Não era, moço!” (risos). Mas, então, eu fui sentindo não só a questão geográfica, que eu acho fantástica no Urucuia. Você vai no alto da montanha: são os gerais. São as características, o cerrado e as veredas. Só isso. A hora que você vai descer para os vãos, surgem os *boqueirões*. Aí você vê a formação de mata dentro dos boqueirões. Depois, quando você desce e pega o vão, você vê a *mata ciliar* ou *mata de galeria*, que é aquela mata que fica próxima dos rios. É uma outra característica: o ar, a qualidade da terra, tudo é diferente, mas uma coisa fantástica! Então, são dois mundos diferentes no aspecto... assim não só do bioma, mas também de quem mora lá em cima e de quem mora lá embaixo. A vida do camarada que mora lá em cima, no gerais, é de total isolamento.

Eu me lembro que escrevi até uma poesia chamada “O homem das Choupanas” e falei da tristeza. Como é que pode viver daquele jeito. Depois da maneira como eu fui entender as coisas, comecei a fazer mais pesquisas, eu refiz. Eu pensei: “Esse cara que é feliz!” Tô achando que ele era infeliz (risos). Primeiro, ele não tem nada que nós temos na civilização, mas ele tem tudo que ele precisa: ele tem água de primeira qualidade, de primeiríssima qualidade, tem o ar puro, tem todo tipo de raiz e fruta para tratar a saúde dele. Na verdade, nós usamos aquilo já sintetizado e ele tem *in natura*. Tem frutos para se alimentar, uma tirinha de

terra para plantar uma mandioquinha, um feijãozinho e arroz, porque não precisa mais que aquilo para ele a família... terra à vontade para ele criar umas vaquinhas. Não precisa preocupar com maldade nem assalto, nem político nem nada. 'Tá naquela felicidade dele ali. Eu achava que ele era infeliz e aí eu descobri estava muito enganado. Já o que morava embaixo já enfrentava mais dificuldade. O problema é que ele morava perto de regiões insalubres. As enchentes, que eram muito comuns, deixava aquela água parada e aí dava malária. Aí ele tinha que enfrentar aquela situação mais complicada, mas eu achava mais salutar quem estava lá em cima.

Então eu vivi ali quase três anos, perto de três anos, mas uma reviravolta, que não foi do meu planejamento, não foi da minha ideia e eu nunca sonhei com isso... O chefe chega lá e diz: "Você vai para São Francisco para dirigir uma escola de São Francisco!" Eu estava com 20 anos e eu respondi: "Eu não quero ir não!" Ele disse: "Eu não estou perguntando se você quer, eu estou te mandando!" Aí eu disse: "Moço, deixa eu aqui no Urucuia; "tô" tão feliz aqui! Estou tão satisfeito aqui". Ele não quis nem saber: "Você vai!" Eu fiquei pensando: "eu devia amar o Urucuia é demais, porque uma cidade com todo conforto, uma escola para dirigir e eu preferia ficar no Urucuia!" (risos). Mas o gostar era tanto do sertão, que eu não trocava aquilo por nada. Eu só troquei, porque eu gostava muito da escola. Se eu não atendesse, ele me mandava embora. Aí eu teria que voltar para Belo Horizonte ou talvez para minha terra, começar tudo de novo. Aí eu disse: "Então, eu vou!" Assim mesmo, eu fiquei um mês lá. Um mês passado, chegou lá de avião o coronel e disse: "O que você "tá" fazendo aqui ainda? Eu falei: Não, é que eu "tô" ajeitando as minhas coisas; "tô" vendendo as minhas coisas" – eu tinha cavalo tinha roça; eu tinha tudo. "Eu estou vendendo e já vou... pode ficar tranquilo!" Eu vendi o que tinha. Eu não tinha roupa... minha roupa era aquela roupa do sertão mesmo, aquelas calças grossas, bota, chapéu, duas ou três camisas e pronto. Eu tive que vender minhas vaquinhas lá no povoado próximo chamado Fróis, que hoje é Bonfínópolis. Comprei dois cortes de linho para fazer terno, umas camisas e fui para Pirapora. Cheguei em Pirapora, dei uma sorte danada: a navegação estava em greve. Lá eu pensei: "Não tem como ir para São Francisco. Eu vou ficar aqui; eles vão esquecer de mim aí eu volto!" E fiquei. Foi a melhor coisa que me aconteceu, porque eu fiquei na casa de um ex-diretor nosso, o João Pitanguí, e ele tinha sido diretor aqui do *campus* de São Francisco, onde eu iria trabalhar. Ele me deu uma verdadeira aula do que que era São Francisco: "fulano de tal" é assim, "sicrano" é assim, beltrano é assim... me dando todas as informações. No fim, eu já sabia quem era todo mundo e o que é que eu ia fazer aqui. Inclusive informações sobre a política.



O diretor, até então, da Escola para onde eu ia era o famigerado Coronel Oscar Caetano. Foi diretor 15 anos aqui, na época da ditadura. Era um homem respeitabilíssimo. Ele era o diretor, o homem que eu ia substituir (risos). Ele com seus sessenta e tantos anos e eu com 20 anos! Olha só que choque! A minha sorte também que eu era muito calmo. Eu estou lá demorando, enrolando, quando chegou um aviso por um rapaz vindo de uma escola da Caio Martins que tinha lá em Pirapora: “O Coronel Almeida falou que é “pra” você ir “pra” São Francisco agora!” Eu disse: “O vapor está de greve, não tem como eu ir!” O rapaz rebateu: “Mas não é só de vapor que vai para São Francisco não! Eu já comprei a passagem de jardineira. Toma aqui a passagem, toma o dinheiro para você se alimentar. Você vai para Várzea da Palma, de Várzea da Palma para Montes Claros e de Montes Claros para São Francisco”. Eu falei: “Mas eu não sei direito andar por essas bandas!” Ele respondeu: “Pega aqui o dinheiro, vai, você aprende!” (risos). Eu pensei: “Agora não tem jeito não. Vou ter que ir.” Dois dias para chegar aqui. Cheguei aqui e fiquei na casa do dito Coronel. A mulher dele era uma santa, Dona Alice Mendonça, uma mulher lindíssima! Me acolheu, me tratou como filho. Ela me pôs para dormir no quarto do filho dela. Eu fiquei lá uns quinze dias. Aí, fui conhecer mesmo a escola. Vi tudo. Então pensei: “É, eu vou vir pra cá!” Me instalei num dos prédios, sozinho num casarão imenso. Toda tarde eu ia lá para a beira do rio e ficava olhando: “Meu Deus, “tá” ali o Urucuia, ó! Não tá longe!” Eu conhecia o rumo certinho, porque eu fiz uma viagem de avião e o piloto era muito amigo meu. Ele, quando levantou voo, disse: “Presta atenção, “tá” vendo aquele risquinho vermelho lá longe? Lá é o Conceição. Lá é o Urucuia! Nós vamos descer lá e o avião foi direitinho e desceu lá!” Eu disse: “Um dia eu vou voltar... e não voltei! Não deu, “né”?” Mas aí eu comecei a construir uma nova vida aqui em São Francisco e, nessa nova vida, eu comecei a escrever por causa das coisas do Urucuia. Eu tinha um caderninho com as minhas anotações e fui começando a lembrar daquele trabalho nosso do Urucuia, essas viagens e tudo. Foi o que me levou a escrever *A Saga de um Urucuiano*. Foi em cima dessa minha vivência, dessa minha experiência. Eu devo agradecer a Deus, pela minha memória, porque eu não tinha máquina fotográfica. A sorte do Guimarães Rosa... ele foi muito feliz, porque tinha um caderninho e tudo ele ia anotando. No meu caso, toda a coisa ficou na minha cabeça. Quando passou o tempo, eu me perguntava: “Por que que eu não anotei tudo depois que eu chegava das viagens ou no final de cada dia?” Tinha um caderninho lá com alguma coisa... esse caderninho me salvou! Mas eu digo uma coisa para você: eu tenho aquele sertão. É como se fosse uma imagem fotográfica. Tá dentro de mim cada lugarzinho, cada canto e não esqueço. Eu sei como é que e como foi formado. Tudo direitinho. É como eu disse: É o meu universo!

**RRO: O início do prólogo da sua obra, Seu João, o senhor afirma que tudo que está ali é verdade. A sua obra tem esse compromisso com a verdade ou ela possui o filtro da ficção?**

JNM: O segundo livro sobre o Urucuia, “Joaquina: uma lenda urucuiana”, é verdade misturada com ficção, não porque eu quisesse, mas para evitar problemas com as famílias envolvidas principalmente de Dona Joaquina. Então criei os personagens, criei a história, mas *A Saga*, não! A Saga foi vivida dia-a-dia, minuto a minuto. Tudo que tá ali, foi vivido. Só tem uma coisa que eu não contei. É sobre um romance, na verdade um princípio de romance, nem chegou a acontecer lá em São Romão. Aquilo me prendeu demais da conta; me fez gostar demais de São Romão. Foi um romance... nós fomos lá para o Carnaval para ficar três noites, nem saímos juntos nem nada, porque o pessoal da moça era muito rígido. Só podia ficar lá no portão e tal. Aquilo ficou! Esse capítulo não “tá” escrito. Eu pensei: não vou colocar isso não! É melhor excluir para não dar confusão! (risos), mas as outras passagens, cada vírgula, cada história é exatamente como ocorreu!

**RRO: A gente observa que *A Saga* é um livro de memórias, são as suas recordações e, dentro desse universo da escrita de si, existem diversos gêneros literários. Eu queria saber como o senhor classifica essa obra quanto ao gênero literário ou o senhor não tem essa preocupação?**

JNM: Eu não tenho essa preocupação. Eu entendo que seja mais um memorial, porque se fosse mais assim autobiográfico eu teria que aprofundar mais no meu relacionamento, enfim. Foi justamente o contrário, eu fui trazendo aquele universo para dentro de mim, aquilo que eu vivi, aquilo que eu senti. Eu guardei aquela memória. Para mim é um memorial.

**RRO: Dr. João qual é a relação do homem urucuiano com o cerrado? Qual foi o impacto desse espaço na sua vida? como o doutor percebeu essa relação do homem urucuiano com esse espaço? Como ele vive esse espaço, como ele vive esse sertão?**

JNM: Olha, eu aprendi muito com esse homem. Ele tem um universo próprio e é muito diferente do que eu tinha. E aí eu comecei beber naquilo, aprendi a gostar e a viver aquilo também. Eu tinha um amigo, se chamava Sebastião Ema, ele morava lá no começo dos Gerais, quando você subia no Alto da Conceição, que é o corredor da morte, das emboscadas, logo à frente tinha um ranchinho na cabeceira de uma vereda, isoladinho naquele fim de

mundo. Lá morava o Sebastião Ema. Ele ficou muito meu amigo, porque o filho dele estudava lá no Conceição e gostava muito de mim. Eu era o encarregado da lavoura, levava os meninos para trabalhar, além disso, eu trabalhava com os colonos aprendi, muito com eles. Então, o que acontece, toda vez que eu viajava, eu parava lá na casa dele para tomar um café e comer requeijão (risos). Ali, ele me contava histórias, eu perguntava: *Como é sua vida aqui, Sebastião, isolado?* Ele me respondia: *Não, meu amigo, eu gosto muito daqui. A gente dorme cedo, acorda cedo, trabalha, nada incomoda.* Eu lembro que teve um episódio bem engraçado. Quando eu estava para aqueles lados, me falaram que tinha uma onça que tinha atacado alguém naquela região lá, naquele alto da serra. Coincidentemente, eu saí do Brejo Cabo Verde. Tem dois caminhos: ou se passa por baixo ou passa por cima. Por cima, é mais isolado, mas é mais rápido, umas seis horas de viagem. Então, eu pensei: *Eu vou passar por cima!* Mas acho que eu saí um pouco atrasado, quando eu cheguei perto da casa dele, começou a escurecer. Aí, eu pensei: *Eu não vou descer essa serra nunca!* (risos). Então, eu encostei no Sebastião Ema para tomar um café com ele. Cheguei lá, tomei café e tal. Fiquei ansioso, não queria falar, que eu estava com medo. Se eu falasse que eu estava com medo, isso ia espalhar que nem pólvora e acabar com a minha reputação (risos). Eu já não tinha uma boa reputação lá, porque eu andava sem chapéu e era costume do homem urucuiano o uso do chapéu. Um homem sem chapéu, eles diziam que era doido!(risos) . Então eu pensei: *Vou ter que dar um jeitinho!* Eu disse: *ô, Sebastião, teve aí uma história de uma onça?* Ele falou: *Teve sim, pulou em fulano de tal, lá na descida. Escapou por sorte!* Então joguei um verde: *Você sabe que eu estou meio receoso de errar esse caminho, Sebastião!* Ele respondeu: *Nada, eu te levo, moço!* E eu: *Não, moço, deixa isso, não quero incomodar!* (risos prolongados). E ele: *Não, faço questão de te levar!* Aí ele me levou. Lá, depois que passa uma pedra bem grande e após uma descida, desemboca numa estrada. Quando chegou nesse ponto, eu falei: *Ô Sebastião, nesse ponto aqui tá bom! Daqui para frente eu não erro não!* Ele disse: *Você vai sozinho daqui?* Respondi que sim. Ele se despediu de mim e se foi. Mal ele virou as costas, eu chamei o cavalo na espora! (risos prolongados). Esse bicho disparou numa velocidade! Depois, o boato, nos ranchos próximos, é que na noite anterior tinha passado um cavaleiro ventando pelas redondezas. (risos prolongados).

Em relação aos costumes é interessante. Lá em cima, é uma vida mais isolada. Eles vivem com pouco e, com esse pouco não precisam de ninguém. Também não tem contato com ninguém, raríssimo contato. Ao contrário dos vãos, em que o contato é maior, porque, nos vãos, tem estradas. Eles produzem mais, vendem os produtos deles. Tem um vendeiro que

compra na mão deles. Durante o ano, compra tudo na mão desse vendeiro, num lugar chamado Santa Rita. Chegava lá, arame, grampo, prego, ferramenta, sal, querosene. Tudo isso ele fornecia e não tinha dinheiro não. Tudo era escambo. Quando era colheita, ele pegava a tropa dele de mula e ia lá e recebia arroz, feijão e farinha, quer dizer, com isso, eles tinham um relacionamento maior com as pessoas e, às vezes, viajava também. Ia “pra” Fróis e até para fora. Eles conheciam mais gente. Nos gerais, o pessoal era mais isolado. Era muito distante. Lá embaixo, você saía da escola, que se chamava Conceição, tinha o Santa Rita; depois do Santa Rita, vinha o Riacho Doce; depois do Riacho Doce, tinha o Poleiro de Pato. Sempre tinha um fazendeiro, com as pessoas bem perto. Então, a vida deles era mais próxima. Agora, lá em cima, não. Encontrava uma casa, duas três léguas depois encontrava outro ranchinho, lá no meio da Vereda, depois mais outro. Então, era uma vida completamente diferente, mais isolada.

**RRO: Essa sua chegada no sertão me parece que provoca, obviamente, um choque cultural. O que exatamente do costume homem urucuiano lhe causou mais estranheza, que tenha feito o senhor pensar: *Nossa, que diferente!***

JNM: Duas coisas que eles têm que sobressaem muito: primeiro é a credence. Eles acreditam em tudo. Isso deixava a gente, assim, em choque. Segundo, não todos, a maioria o pessoal é muito simples, pessoas boas e tudo mais, mas tinha uns que bebiam muito. Então, quando iam para as festas, criavam um tumulto, mas, em qualquer lugar, tem isso; não tenho dúvida disso, mas lá nós achávamos que, num sertão daquele, não haveria aquilo. Então, chocava muito você não poder dialogar com eles. Eu lembro que ia ter uma festa no *Riacho Doce*, uma festa chamada *Santa Cruz*, lá no alto e todo ano reunia gente da região toda. Então, nós íamos participar da festa “pra” poder pegar os eleitores. Lá chegando, não tinha nem lugar para gente ficar mais. Todo mundo acampado em volta da Cruz, aquela quantidade e tudo. Ficamos na casa de um moço, Zé Pereira. Armamos a rede... e eu estou lá de noite, vendo aquele movimento. Moço, tinha gente demais. Os homens ficavam todos no boteco de palha, tomando pinga e as mulheres, embaixo do cruzeiro, rezando e pagando promessa. O negócio “tá” muito interessante aqui. As mulheres rezando e os homens bagunçando! (risos). Aí, estoura uma briga lá. Eu “tô” vendo aquela confusão lá e eu disse: *Moço, eu vou é sair daqui. Vou me recolher, que eu não quero confusão. Eu estou no lugar estranho para mim!* Fui deitar na rede. Foi quando senti alguém me pegando pelo colarinho. Ele disse: *Vamos dançar!* Eu olhei... até conhecia o camarada lá da região, ele se chamava Ditinho. Eu falei: *Não, Ditinho, eu não “tô” afim de dançar não!* Ele retrucou: *Eu não “tô” perguntando se você*

“*tá*” a fim, eu “*tô*” mandando você dançar! Eu que não ia, mas ele estava com “*facçãozão*”. Me pegou e levantou. Aí, o dono da casa viu, correu e falou: *Rapaz, você “tá” doido? Esses aí são os meninos do Almeida, do coronel! Moço, você não tá lembrando do Coronel não? Você vai caçar confusão com o coronel? Você vai ficar preso para o resto da sua vida! O valentão: Porqueira!* E me soltou. A hora que ele saiu eu falei: Seu Zé, eu não vou ficar aqui na sala não! Posso ir lá “*pra*” cozinha? Me autorizou. Tirei a minha rede, cheguei lá, as mulheres estavam cozinhando lá. Eu falei: Não importa comigo não! Estendi a rede no chão mesmo e lá dormi. Quando eu levanto bem cedinho subi, junto com o guia, num curral, que era feito de vara. Víamos o rescaldo ainda da festa. Era um mangote de gente vindo de um lado para o outro, igual uma onda. Eu pensei: O que é aquilo? Era uma briga. Aí, nós percebemos que era um colono nosso. Nós chamamos ele; era um baiano: *Avelino, vem para cá!* O cara bravo para danar, muito bravo, mas já estava sendo domado pela gente, pelo respeito que ele tinha pela escola e a nossa turma e tudo. Embora eu fosse muito mais novo que ele, penso que tinha idade “*pra*” ser meu pai, ele respeitava; eu era “*filho*” do coronel, né? *Vem para cá!* Nós chamamos. Aí, ele sentou do meu lado. Então, vem outro de lá para cá, sapecou um murro nele. Na hora abriu um talho, assim, no rosto dele. Ele reagiu. Aí, eu falei: *Péra aí, não vai não! Você lembra o que Jesus falou quando der um tapa no nosso rosto...* (risos). É, mas não vou dar o outro lado não e voou no outro e a briga recomeçou. Quando ele pulou em cima, eu falei com o meu guia: *Ó, eu vou embora, eu vou a pé. Você pega os animais e me alcança. Eu vou a pé daqui até lá são apenas quatro léguas. Vai ter morte aqui. Não quero ser testemunha!* Fui embora. Lá, a uma certa altura, vi ele puxando o cavalo e aí me alcançou. Nós fomos embora. Não conseguimos tirar nenhum retrato! Mas a coisa era assim: explodia espontaneamente e você não tinha controle. Se de um lado tinha aqueles acelerados, que não viviam no nosso núcleo, tinha aqueles que viviam. Eles eram respeitosos, apesar da índole deles ser igual àquela dos outros, mas eles respeitavam ambiente em que eles viviam, que era ambiente de educação de escola, não é? Tinha vários professores, tinha a figura do coronel, que eles respeitavam muito. Então... mas isso me deixou uma lição: nós podemos trabalhar com eles, que eles são bons, aceitam, são acessíveis a uma mudança, tanto é que nós mudamos muito, sem dúvida alguma! Para você ter uma ideia, quando nós chegamos lá não tinha um menino, quando eu saí de lá, nós tínhamos mais de 30 meninos lá da região. Os pais levavam e a gente tomava conta deles, dava aula para eles, instruindo tudo direitinho. Hoje “*tá*” uma maravilha, né? Tem escola rural, transporte, tem tudo. É tudo uma transformação social através da Educação.

**RRO: A impressão que eu tive, quando eu li a obra, é que o homem urucuiano é extremamente hospitaleiro, mas também tem isso que o doutor colocou: ele é bravo, valente, indomável. É um jogo de contrastes. É um povo cortês, mas que também tem essa bravura, não é?**

JNM: É aquilo que o Euclides registrou: "o sertanejo é, antes de tudo, um forte". É porque ele é sozinho. Ele tem que se virar! Então, por causa da sua situação natural, ele é quase uma fera. Naquele sertão isolado, ali ele tem que resolver todos os seus problemas de qualquer maneira. Ele tem que resolver... mas você fala da hospitalidade dele, me fez lembrar de um um fato interessante, que inclusive eu gosto de lembrar disso com certo carinho. Numa das viagens que nós fizemos, foi a primeira. O grupo era eu, o Raimundo, o Francisco, o Cesário que era o guia e mais um outro, porque a jornada e era muito longa. O Cesário disse: *Nós vamos comer alguma coisa aqui, antes de sair!* Chegou lá um arroz...era arroz doce, que nós falamos, né? Aí, pôs no potinho para cada um, só que o Raimundo não comia arroz doce de jeito nenhum. Aí, ele pensou: *Que que eu posso fazer agora, né? Não vou fazer uma desfeita.* Comeu, comeu! E ele, muito elegante, muito educado... a mulher chegou, ele falou: Que maravilha, que beleza, Dona Alzira! Ela perguntou: Você gostou? Ele respondeu: Eu gostei muito, tá muito bom! Então toma mais! (risos prolongados). Teve que repetir na marra. Depois saiu de lá passando mal. Em vez de comer aquilo, de falar okay, obrigado, estou satisfeito. (risos).

**RRO: O homem do Urucuia é um homem de muita fé. Nós percebemos, através de seus escritos, uma fé muito grande, dentro desse universo que é totalmente sôfrego. Trata-se de um lugar que é lindo e maravilhoso, mas também muito penoso. Como a fé do homem do homem urucuiano reverbera em sua cultura?**

JNM: Em primeiro lugar, a gente sempre vê o reflexo nas ações, na música e nas danças. Tem uma certa ligação. Em segundo, no comportamento deles. Eu nunca vi gostar tanto de santo. Tinha santo "pra" tudo. Tanto é que nós chegamos lá e a grande dificuldade era trabalhar. Tinha o santo tal, o santo tal, o santo tal... Uns diziam: *Não trabalho no dia de santo tal!* Eu falava: *Gente, não pode ser assim não!* Sempre rebatiam: *Não, tem que respeitar o dia do santo!* E eu fico pensando nisso. Hoje o pessoal reclama de tanto feriado. Tinha que ver naquela época: Santa Luzia, Santa Conceição, Bom Jesus, santo daqui, santo dali. Se falar então da tríade de julho - Santo Antônio, São João e São Pedro - você podia esquecer isso. Eles guardam uma relação muito profunda com seu santo de devoção, embora eu acho até

estranho, porque o cara lá do Gerais não tem contato com a igreja. O contato era bem raro. Se você quisesse uma missa de vez em quando, você tinha que ir lá embaixo na fazenda da Joaquina. Se não fosse lá, era lá do outro lado da Boa Vista, na igreja de São Domingos. Fora isso, não tinha. Então, eu acredito no seguinte: eles foram internalizando essa fé por causa dos avós, era uma herança familiar. Ia passando de geração em geração essa questão da existência de Deus, que domina tudo. Então, esse homem guardava aquilo respeitosamente. Era uma crença total e profunda, tanto é que, em qualquer casa que você chegasse, tinha santinha na parede, né? Até hoje! Se você chegar, tem um santinho. Eu acho interessante, porque é uma devoção maior do que a nossa, porque eles tinham uma devoção sem ter muito contato. Uma fé só no pensamento e na oração. Não tinha nada de material. Não tinha padre, ninguém para “tá” rezando com eles. Era ele sozinho, com Deus.

**RRO: *A saga de um Urucuiano é um livro de memórias, mas o doutor coloca uma série de retratos que são esses personagens todos. Eles não são apenas um recorte, funcionam como se fosse janelas, através das quais se consegue enxergar o homem urucuiano e seus costumes. Parece-me esses retratos, de alguma forma, contribuíram para a sua formação, mas dois foram extremamente importantes: o Vicente e o Audálio. Como eram esses dois indivíduos?***

Interessante o enfoque que você fez, porque são personagens com personalidades completamente distintas um do outro, de formação e de tudo, mas, ao mesmo tempo, acaba sendo um só. Interessante, porque o Audálio era de Januária, foi para lá para ficar conosco. Ficou lá para dirigir. Era um homem muito instruído, muito alegre, tocava violão à noite e a gente reunia cantava, ele contava histórias para gente. Ele tinha um certo dinamismo, conhecia a história da cidade e tudo. E o Vicente, no sertão urucuiano, era muito mais que um bandeirante, era um filósofo. Às vezes, ele revelava a força de seu olhar. Ele, uma certa vez, perguntou-me: *O que você percebe na natureza, quando nasce a lua cheia?* Eu disse: *Ela é grande, ela brilha!* Ele: *O mais importante você não percebeu, sua sensibilidade não captou!* Quando a lua cheia sobe, aparece a brisa. E de fato, toda vez aparecia aquele ventinho gostoso e nós íamos para o rancho dele. Engraçado, que eu nunca vi ninguém fazer café como ele. O café dele é o único! E a mulher dele, pão de queijo de panela! Então ia bebendo café e ele nos contando histórias. Então, a lua subia e como rancho era de palha e continha frestas, né? A luz infiltrava. Aparecia um punhado de raios de luz. Era a coisa mais linda, moço! A lua, o café, o pão de queijo e as histórias. O Vicente era um indivíduo que não se apertava com nada. Absolutamente nada. Tinha umas tiradas engraçadas. Às vezes preocupados com alguma

situação, a gente perguntava uma coisa, ele respondia: *Em cima da boca está o nariz!* (risos). Vicente, o que acha disso? Ele: *Do couro curtido, se faz a borracha!* Eu apelava: *Ah, moço, não vou mexer com você mais não. A gente tá falando sério!* (risos prolongados). Ele me ajudava a tomar conta dos colonos. Para plantar, para colher, eu punha ele na frente, porque ele tinha facilidade para conversar com a turma. Fora isso, ele entendia de remédio ele era benzedor. E eu vou falar coisa com você ele era benzedor e eu acreditava, eu via. Quando eu vim aqui para São Francisco, dois meses depois eu “tô” lá no casarão, perto do portão e vi um homem e uma mulher vindo com umas trouxas nas costas. Quando chega perto, quem era? Vicente e a mulher. Levei um susto. Falei: *Moço, o que você tá fazendo aqui?* Ele: *Ué, você veio, eu vim também. Não vou ficar lá não.* Eu tive que arrumar a casa e depois arrumar um trabalho para ele.

O Vicente me ensinou muito. Eu aprendi muito com ele. Uma das coisas que ele me ensinou, é tolerância, paciência, não afobar. Eu aprendi isso depois com outras palavras num ensinamento, eu penso que é chinês: *Você está com problema? Tem solução? Não? Então, não preocupa! Tem solução? Então, não preocupa!* (risos). Ele me ensinou a trabalhar com tolerância. Ele saiu dos cafundós do Urucuia, não teve escola, não teve nada e se transformou num educador, um excelente educador. Ele me ensinou muito, mas ele não tinha intenção de ensinar; ele simplesmente passava.

**RRO: Para nós finalizarmos, gostaria que o senhor falasse sobre Vilma. Parece que teve uma série de encontros e desencontros até que vocês realmente se casassem. Como foi essa história?**

A minha vida, como eu disse, parece ocasional as coisas vão acontecendo. Eu formei; estava preparando para vir para o Urucuia. Ela chegou. Eu olhei e achei aquela menininha, achei muito bonitinha. Mas não tinha muito tempo de me aproximar e nem nada. Conversamos rapidamente, mas eu fiquei impressionado e, nesse meio tempo, fui fazer estágio em São Paulo, preparando para ir para o Urucuia. Fiquei em São Paulo. Estagiei na Ford, no Instituto Agrônômico e no Instituto Florestal. Fiquei 2 meses e tanto fora. Nesse período em que eu fiquei fora, um colega meu se aproximou dela e começaram a namorar. Aí eu fui para o Urucuia. “Tava muito encantado por ela, mas um colega já havia iniciado namoro com ela. A gente, de vez em quando, se correspondia. Aí começaram as amigas dela falando que eu tinha um relacionamento, que eu namorava, que eu tinha namorada lá em São Romão. Enfim, ela acreditou naquilo e, como a gente não tinha realmente um relacionamento mais firme, aí ela parou de escrever para mim. Mas você veja como o destino... Aí, de fato, eu comecei a



namorar em São Romão. Foi um namoro com a filha de um fazendeiro muito rico. As coisas estavam muito sérias e tudo levava a crer que nós iríamos casar. Muito tempo depois, eu recebi uma carta dela me convidando para ser padrinho de formatura dela. E aí o Coração bateu mais forte, né? (risos) Eu fui. A gente acabou se reaproximando. Eu já 'tava em São Francisco, nessa época, trabalhando como diretor. Aí ela veio para São Francisco e foi trabalhar na escola onde eu era diretor. E aí eu tive que terminar com a minha atual namorada, porque nada restava, se não seguir aquilo que eu sentia. E aí estamos casados até hoje, com filhos filhas e netos, enfim.

## **Entrevista II: JOÃO NAVES DE MELO**

Escrever sobre autores das bordas do Velho Chico torna-se um grande desafio, uma vez que sendo estes apartados dos grandes círculos literários, faltam-nos dados biográficos e bibliográficos para robustecer nosso trabalho. A fim de levantar informações a respeito da vida de João Naves de Melo para compor o item 2 do primeiro capítulo, foi realizada no dia 27/03/2018 a seguinte entrevista, captada em áudio e depois transcrita.

**RRO - Em seu portal na internet, há a informação de que a literatura, desde a sua infância, fez parte de sua vida, gostaria que o senhor falasse em que circunstâncias isso se deu. Quais as suas experiências vividas nesse primeiro contato com a literatura e quando surgiu a ideia de começar a escrever?**

**JNM :** Em princípio, escrever, desde criança, A minha escola, pública, era muito boa. Era o Instituto João Pinheiro, em Belo Horizonte. Lembro-me que minhas professoras de Língua Portuguesa começavam as aulas com leitura dos famosos contos pátrios. Interessantíssimos! Então, em toda aula, tinha uma leitura compartilhada; ia passando de aluno em aluno. Os contos pátrios eram a coisa mais linda! Então, aquilo me despertou um gosto pela leitura. Comecei a ler, muito cedo, alguns livros, que ficaram guardados na minha mente. Depois, quando fui para Esmeraldas fazer o curso Normal Regional, tinha eu por volta de quatorze anos, comecei a escrever diários e não parei mais de escrever. Quando formei e fui para o Urucuia, eu tinha um caderninho; sempre estava anotando alguma coisa. Lá, eu comecei a escrever contos e poesias. Um dia desses peguei esse caderno e fiz um apanhado geral das poesias do Urucuia (risos). É bom que eu acompanho meu pensamento, revejo o que eu pensava. Inclusive, relembrei um episódio interessante: lá no Urucuia, eu andava muito a

cavalo, fazendo trabalho. Andava pelos gerais, passa por aquelas veredas, aqueles ranchinhos, com aquelas família pobres. Eu pensava: “Meu Deus, que tristeza!”. Então, eu fiz, retratando aquela situação, um meio-conto-meio-poema chamado “O Homem das Choupanas” e depois, ao lê-lo, chorei, chorei, chorei... (os *olhos de João Naves, neste momento, ficam marejados*). Muitos anos depois, quando comecei a escrever esses livros, revendo alguma coisa, sempre me vinha à mente esse “O Homem das Choupanas”, mas meu pensamento a respeito desse homem Urucuiano já era outro, levando em consideração o propósito do trabalho que estava realizando, um trabalho que era não só educacional, mas de cunho social, visitando todas aquelas famílias. O que eu passei a perceber era o seguinte: o homem Urucuiano, por diversas circunstâncias, entre elas as ações do *Funrural*, *Estatuto da Terra* e outras leis, acabou por ser expulso do campo; veio para a cidade. Então, aqui na cidade é que a vida se tornou miserável mesmo, não aquela que ele tinha lá no Urucuia. Se bem observarmos, aquela choupana era um palácio. Por que era um palácio? Carne ele tinha; ele caçava. Tinha tatu, veado, paca; tinha um peixe lá no rio, ou mesmo, nas veredas. Frutas do cerrado tinham aos montes, todo tipo de fruta, incluindo aí o buriti. Remédios? Ele aprendeu lá os remédios de raízes, flores, que combatiam todo tipo de doença. Então, ele não tinha o que? Ele não tinha luz elétrica, um cinema, um teatro, mas será se isso era tão importante assim na vida da pessoa? Assim, eu mudei a minha história e comecei a escrever diferente: sofredor é quem “tá” aqui. Perdeu tudo o que tinha no cerrado; veio “pra” cidade; ganhou uma casinha num conjunto de casa popular, que a gente chamava de *Pombal*, que nem espaço para fazer uma privada não tinha. Tinha que fazer suas necessidades no mato. Isso não é vida! Antes podia plantar uma couve, um canteirinho de nada... Na roça, ele tinha tudo! Fazia um canteiro, que eles chamavam “jirau”, com topo tipo de ervas e tudo. Plantava algodão para tecer suas roupas. Plantava fumo “pra” seu *pito*. Veio “pra” cidade, não tem lugar “pra” nada. Restava ficar na frente da casa, ver os filhos crescendo, saindo de casa, caindo a marginalidade. As filhas, por vezes, se prostituíam; os filhos, roubavam. Então, muitas vezes essa mudança acabava com a vida dele. Tudo isso me interessou a escrever mais, sobretudo, a minha vivência no campo, o tempo que eu vivi, a vida no campo e o próprio cerrado. Eu escrevi um livro, que eu gosto muito dele, chamado “Do Cerrado às Barrancas do Rio São Francisco”, que conta mais ou menos tudo isso. Tudo isso me motivou muito a escrever.

**RRO: Falando agora um pouco sobre os papéis sociais que o senhor exerce, gostaria de saber como é sua carreira de advogado, em que ramo atua?**

JNM: Eu tenho o curso, formei-me advogado, comecei a exercer assim que me formei em 1988, ano em que voltei de Belo Horizonte, e foi mais na área criminal. Participei de júri e depois exerci um pouco na área cível, até eu enjoar daqui tudo. Eu já tinha outro rumo, por exemplo, comecei a atuar na área administrativa, como assessor jurídico da câmara. Comecei em 1990 e seguramente fiquei quase trinta anos a frente da Câmara, na parte administrativa. Agora, voltei, que eles vieram atrás de mim, não na Câmara, mas como assessor jurídico da Secretaria de meio Ambiente, porque eu sou presidente do Codema, que me oportunizou desde 1988, a atuar, também, no direito ambiental. De lá pra cá, nós ocupamos de assumir a frente desse movimento nosso aqui da defesa do rio, da bacia hidrográfica e do homem do campo. Fizemos um movimento... fizemos, não, estamos fazendo até hoje um movimento muito grande nesse sentido. Fortalecemos o CODEMA, o CBH –SF9, que é o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Médio São Francisco e, em função disso, aprofundei meu trabalho de campo, porque eu tenho de estar sempre ao lado do homem de campo, na proteção das nascentes, do próprio homem do cerrado. Então, a minha advocacia acabou diversificando, virou mais “pro” lado ambiental e abandonei de vez a parte criminal, e a parte cível faço hoje mais como justiça gratuita, mas como fonte de ganho não mais. Não tenho mais essa preocupação não.

**RRO: Como foi a criação da ACLÉCIA e como o senhor acabou fazendo parte desse grupo?**

JNM: O Petrônio chegou um dia aqui com essa ideia. Chamou a mim, João Botelho, um amigo nosso, Domingos Diniz, que na época era presidente da Comissão Mineira de Folclore e muito ligado aqui à Pirapora, a Glorinha, de São Romão e convidou-nos a integrar outros núcleos de Montes Claros e Januária para formar a Academia de Letras, Ciências e Artes do São Francisco. Colocou-me como vice-presidente; João Botelho, como secretário. E isso durante uns quatro, cinco anos isso funcionou. Fazíamos reunião aqui, em Januária, Montes Claros, São Romão. De repente, como um balão que subiu...fico me perguntando cadê a Aclécia? Hoje as reuniões são muito esporádicas, as atividades são muito pontuais. Penso que aquela chama inicial abrandou-se. Creio que aquela ideia inicial, não tem mais sentido. Hoje eu nem sei como funciona a Aclécia, se é que funciona. (risos).

**RRO: O senhor também é membro da Academia Maçônica de Letras do Norte de Minas Gerais. Em que circunstância o seu nome foi cogitado para fazer parte dessa instituição e quando isso ocorreu?**

JNM : Recebi o convite em 2012. Eles já tinham algum contato comigo. Na verdade, a informação chegou a mim de forma oficiosa, alguém me disse que eu receberia o convite para fazer parte da academia. Veio por intermédio de terceiro, não chegou nada por escrito. Estava, claro, muito honrado, mas até então nada havia chegado. Eles acharam por a mais b que esse convite havia sido feito. Até que no ano passado, recebi um e-mail e uma ligação da academia.

O presidente me perguntou:

- *Moço, por que você não quer tomar posse?* Eu perguntei:

- *Posse de quê?*

- *Da Academia, uai!*

Respondi que tive uma notícia que seria convidado, mas que não tinha recebido convite formal (risos). No ano passado, então, tomei posse. Foi na cidade de Grão-Mogol. É uma academia muito boa, com uma turma muito interessante. Então, estou numa nova jornada aí, com a Academia.

**RRO: Todo ser humano é essencialmente político. Partindo disso, como é a sua atuação política na cidade de São Francisco? Já exerceu algum cargo político? Se sim, quais projetos apresentou?**

JNM: O que é interessante, Renato, é que, querendo ou não, a gente tem um espírito de liderança. Então, quando eu trabalhava lá em Urucuaia, vieram até mim para que eu me candidatasse a vereador. Não tive nenhum interesse, mas me lançaram assim mesmo! Minha convicção política era tão grande na época, que cheguei na sessão e votei em outro candidato, um amigo meu, que era de uma banda de música (risos). E foi eleito! (risos). Depois, quando cheguei aqui em São Francisco, meu trabalho na Caio Martins teve uma repercussão muito grande na sociedade, aí os políticos me chamaram. Eles gostam de pessoas com certo destaque. Respondi que não tinha interesse nenhum, mas, mesmo assim, eles lançaram meu nome; fizeram campanha e eu fui eleito vereador. Eram os idos de 1968, no governo de Aristomil. Tive muitas rugas políticas na defesa da Gestão de Aristomil, porque, de fato, ele era um homem público decente. Posteriormente fui chefe de Gabinete desse prefeito, continuei como chefe de gabinete do prefeito Oscar Caetano e, por último, assessor jurídico da Câmara. Fui candidato a vice-prefeito na chapa de Kato, foi uma experiência, pois conheci todas as currutelas de São Francisco. Nosso oponente, Severino Gonçalves da Silva, homem de muitas posses, vendo nossa vertiginosa ascensão nas intenções de voto, “abriu o cofre” na

sua campanha. (risos). E você sabe, mesmo com todo o poder financeiro, perdemos aquela eleição por uma margem muito pequena de votos. (risos). É, foi uma experiência muito enriquecedora, muito por conta do contato com as pessoas. Hoje, minha atuação política é menor. Não tenho assim um partido político. Meu partido é o povo. Não tenho essa chamada militância mais. No passado, apoiávamos candidatos, agíamos com mais força. Hoje, não. Meu trabalho agora é em prol da comunidade. Trabalho em várias áreas... hoje mesmo já estive lá no Conselho de Assistência Social, faço questão de estar em todas as reuniões, de fiscalizar, de ajudar. Eles confiam muito no meu trabalho e sou muito exigente com a coisa pública. Sou ainda da Diretoria do Lar dos Idosos, que eu fundei em 1966. Nessa época, eu diretor da Caio Martins e presidente do Lions Clube. Juntei a minha vontade, com a vontade do prefeito. Doe os tijolos, Aristomil doou o terreno e aí fizemos o asilo. Na época era uma casa pequena, com tempo foi sendo ampliada e, hoje, assiste cerca de trinta idosos. Uma maravilha! Fora isso, gosto muito do trabalho comunitário. Só para você ter uma ideia, quando eu voltei de Belho Horizonte pela primeira vez, fundei cerca de 80 associações comunitárias, porque, na minha formação, aprendi que uma força muito grande é a associação comunitária. Depois de todas essas associações criadas, fundei o COMENAC - Conselho Municipal de Entidades de Ação Comunitária de São Francisco e, hoje, pertence a esse conselho mais de duzentas associações. É a união do povo.

**RRO: O Folclore é muito importante no que se refere a identidade de um povo. Fale-nos sobre a sua participação como membro da Comissão mineira de Folclore. Quais os projetos que o senhor tem desenvolvido ao longo desses anos?**

JNM: Desde que entrei para o extinto do SF- Jornal de São Francisco – eu comecei a escrever sobre folclore. Então, eu comecei escrevendo uns artigos esporadicamente. Depois já passei a ser redator e, com a saída do diretor em 1963, passei a dirigir o jornal até o seu fim no ano de 1976. Como na Caio Martins, onde eu era diretor, tínhamos um coral muito bom e outras atividades como dança, poesia, teatro, nós aproveitamos toda a cultura que os meninos traziam do meio rural. Eu ia buscar a sabedoria, o conhecimento, os costumes deles: as danças, as músicas, as histórias e tudo. Tudo aquilo a gente colocava no coral. Nós tínhamos um coral, que se você precisasse de um programa de quatro a seis horas, tinha! Então, comecei a publicar alguma coisa a respeito de nosso folclore. Uma das primeiras publicações foi sobre uma lenda chamada “Rio Abaixo”. Nisso, o Saulo Martins, que era o fundador da Comissão Mineira de Folclore, disse que me indicaria para essa comissão. Para mim foi uma honra. Em agosto de 1970 tomei posse como membro da CMF. De lá pra cá tenho contribuído

com eles com muitos artigos para as revistas deles. Agora mesmo, recentemente, eu escrevi um artigo sobre Saulo Martins para a CMF e outros para uma revista ligada ao SESI/MG, abordando as danças aqui do norte. Eu sou muito atuante na Comissão Mineira de Folclore; eu escrevo constantemente. Estou terminando mais um livre sobre a cultura do norte de Minas e um sobre a história de São Francisco, intitulado “São Francisco: o rio e a cidade – história em versos”. “Tá” em fase de diagramação. Logo, logo deve estar saindo.

**RRO: Essa sua atuação como redator e diretor de jornal foi retomada com o lançamento do Jornal “O Barranqueiro”. Quando ele foi lançado e qual a importância dele para o povo do norte de Minas Gerais?**

JNM: A história de “O Barranqueiro” é muito interessante. Nós estávamos aqui na cidade em jornal, sem periódico nenhum. Então, o Neto, diretor da gráfica aqui de São Francisco, veio até mim para que criássemos o jornal. Fiquei responsável por toda a parte escrita do jornal e ele pela impressão. Então, nós começamos. O nome do jornal foi sugestão de um amigo advogado que trabalhava na prefeitura. Achei o nome bem representativo. Então, coloquei esse nome. Esse Barranqueiro teve uma vida muito longa. Não sei por que a prefeitura começou a retirar apoio; o próprio atual secretário de educação não interessou mais. Aí, o Neto ficou sem condições de tocar o jornal “pra” frente. As atividades de “O Barranqueiro” se encerraram em outubro do ano passado, mas continuei minhas atividades jornalísticas com o Portal Veredas. Tudo que eu publicava no jornal, publico no portal, com exceção de algumas propagandas do governo, enfim.

**RRO: Encontrei na internet o seu nome associado à ONG PRESERVAR. Gostaria saber quando esta surgiu e quais os trabalhos desenvolvidos por ela.**

JNM: Foi uma ação que surgiu de inúmeras conversas com meu amigo João Botelho, parceiro de tantos trabalhos comunitários e sociais. Ele, eu, juntamente com minha filha, Wilma Beatriz e Guilherme Barbosa e muitos professores, configurando um grupo de vinte pessoas, fundamos a ONG. João ficou como presidente e eu como vice. Tempos depois assumi a presidência e ele a vice-presidência e, assim, íamos revezando, até a morte dele. É uma Ong muito interessante, pois oferece um acervo de história de São Francisco, literatura e também meio ambiente. Ela funciona até hoje, agora sob a presidência de Roberto Mendes Ramos, professor da Universidade Estadual de Montes Claros. É uma preciosidade. Eu penso que falta a ela mais apoio. Se tivesse mais apoio da prefeitura, da própria Secretaria de Cultura, uma vez que essa Ong é como se fosse um braço dela. A ONG PRESERVAR é muito importante,

pois é um acervo da história e das artes de São Francisco e oferece aos acadêmicos, pesquisadores ou quem quer que se interesse por nossa história um banco de dados e referência sobre a nossa existência enquanto cidade, povo e cultura. Penso que, no mínimo, a prefeitura devia destacar um funcionário para ficar lá o dia todo. Só isso. Não é muita coisa não, mas nem isso eles não fazem. Não abrem a cabeça para isso não.